



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LXIII - Nº 182 - SEXTA-FEIRA, 31 DE OUTUBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

**MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
(Biênio 2007/2008)**

PRESIDENTE	ARLINDO CHINAGLIA – PT - SP
1º VICE-PRESIDENTE	NARCIO RODRIGUES – PSDB-MG
2º VICE-PRESIDENTE	INOCÊNCIO OLIVEIRA – PR - PE
1º SECRETÁRIO	OSMAR SERRAGLIO – PMDB - PR
2º SECRETÁRIO	CIRO NOGUEIRA – PP - PI
3º SECRETÁRIO	WALDEMIR MOKA – PMDB - MS
4º SECRETÁRIO	JOSE CARLOS MACHADO – DEM - SE
1º SUPLENTE	MANATO – PDT - ES
2º SUPLENTE	ARNON BEZERRA – PTB - CE
3º SUPLENTE	ALEXANDRE SILVEIRA – PPS - MG
4º SUPLENTE	DELEY – PSC - RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

SEÇÃO I

1 – ATA DA 258ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EXTRAORDINÁRIA, MATUTINA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, EM 30 DE OUTUBRO DE 2008.

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Leitura do expediente

OFÍCIOS

Nº 174/08 – Do Senhor Deputado Mário Heringer, Líder do Bloco PSB/PDT/PCdoB/PMN/PRB, indicando os Deputados Julião Amin e Sandra Rosado para integrarem a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 3.960/08. 48507

Nº 479/08 – Do Senhor Deputado Luciano Castro, Líder do PR, indicando os Deputados João Maia e Gorete Pereira para integrarem a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 3.960/08. 48507

Nº 226/08 – Do Senhor Deputado Fernando Coruja, Líder do PPS, indicando o Deputado Eduardo Moura para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 3.960/08. ... 48507

Nº 312/08 – Do Senhor Deputado José Carlos Aleluia, Vice-Líder do Democratas, indicando o Deputado Osório Adriano para integrar o quadro de Vice-Líderes do referido Partido. 48507

Nº 428/08 – Do Senhor Deputado Eduardo Cunha, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, encaminhando o PDC nº 665/08, apreciado pela referida Comissão. 48508

Nº 443/08 – Do Senhor Deputado Eduardo Cunha, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, encaminhando o PDC nº 793/08, apreciado pela referida Comissão. 48508

Nº 533/08 – Do Senhor Deputado João Matos, Presidente da Comissão de Educação e Cultura, comunicando a apreciação do PL nº 3.536/08. 48508

Nº 536/08 – Do Senhor Deputado João Matos, Presidente da Comissão de Educação e Cultura, comunicando a apreciação do PL nº 677-A/07. ... 48508

Nº 541/08 – Do Senhor Deputado João Matos, Presidente da Comissão de Educação e Cultura, comunicando a apreciação do PL nº 3.071-A/08. 48509

Nº 542/08 – Do Senhor Deputado João Matos, Presidente da Comissão de Educação e Cultura, comunicando a apreciação do PL nº 3.418/08. 48509

IV – Breves Comunicações

WILLIAM WOO (PSDB – SP) – Efeitos da crise financeira mundial sobre a indústria automobilística..... 48509

VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Críticas à decisão do Comitê de Política Monetária – COPOM do Banco Central, de manutenção da taxa básica de juros em 13,75% ao ano..... 48509

ELIENE LIMA (PP – MT. Pela ordem) – Imediata votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 549, de 2006, a respeito do regime constitucional peculiar de carreiras policiais. Apoio às reivindicações de policiais civis em greve..... 48509

ÁTILA LINS (Bloco/PMDB – AM) – Participação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Deputado Mendes Ribeiro Filho, e do Relator do órgão, Senador Delcídio Amaral, em reunião promovida pela Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas para debate das prioridades do Estado no Orçamento Geral da União de 2009. 48510

LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Improcedência das críticas a segmentos produtivos nacionais por ações especulativas diante da crise financeira internacional. Dificuldades das empresas exportadoras brasileiras com a baixa cotação do dólar norte-americano..... 48510

PEDRO WILSON (PT – GO) – Repúdio à decisão judicial proibitiva da publicação do livro **Sinfonia Minas Gerais: A Vida e a Literatura de João Guimarães Rosa**, de Alaor Barbosa. Nota *Em defesa da liberdade, contra a censura*, da Associação Nacional de Escritores, sobre o caso. Nota da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos de indignação com a postura da Advocacia-Geral da União relativamente a ação civil pública do Ministério Público Federal. 48510

LUIZ CARREIRA (DEM – BA) – Protesto contra a desativação do Aeroporto Jorge Amado, em Ilhéus, Estado da Bahia. Requerimento de informações ao Ministério da Defesa a respeito do assunto..... 48515

MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB – CE) – Manutenção, pelo Conselho de Política Monetária – COPOM, do Banco Central, da taxa básica de juros,

a Taxa SELIC, em 13,75% ao ano. Aprovação pela Casa da proposta de criação do Fundo Soberano do Brasil – FSB.....	48516	bate da erradicação do trabalho escravo, realizada no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão. Desempenho da Secretária do Trabalho e Economia Solidária do Maranhão, Terezinha Fernandes.	48521
BARBOSA NETO (Bloco/PDT – PR) – Urgência da votação final do Projeto de Lei Complementar nº 275, de 2001, sobre a aposentadoria de servidor policial. ..	48516	JOSÉ EDMAR (PR – DF) – Urgente realização da reforma tributária. Defesa de criação do Imposto Único Federal.....	48522
EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Razões da visita ao Distrito Federal dos Prefeitos Municipais de Nova Brasilândia d'Oeste, Corumbiara, Cerejeiras, Cacoal e Nova Mamoré, do Estado de Rondônia.....	48517	IRAN BARBOSA (PT – SE) – Defesa de extinção da Desvinculação de Receitas da União – DRU na área de educação. Aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Proposta de Emenda à Constituição nº 277, de 2008, a respeito do tema.....	48523
EDMILSON VALENTIM (Bloco/PCdoB – RJ) – Acerto de decisões da equipe econômica do Governo Luiz Inácio Lula da Silva para enfrentamento dos efeitos da crise financeira mundial no País. Protesto contra a decisão do Comitê de Política Monetária – COPOM do Banco Central de manutenção da taxa básica de juros.....	48517	JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PR – MG) – Homenagem póstuma ao médico José Gilberto de Sousa e ao Sr. Ubaldino Guimarães, de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.....	48523
VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pela ordem) – Participação de membros da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização em audiência pública promovida na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas. Êxito do Programa Luz para Todos.	48517	LUIZ BITTENCOURT (Bloco/PMDB – GO) – Transcurso do 20º aniversário de promulgação da Constituição Federal. Necessidade de aperfeiçoamento do texto constitucional. Realização das reformas política, tributária e judiciária.....	48524
ELIENE LIMA (PP – MT) – Possibilidade de concessão, ao Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense, do título de Patrimônio Cultural da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.....	48518	INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR – PE) – Aumento da expectativa de vida dos brasileiros, segundo a <i>Síntese de Indicadores Sociais</i> divulgada pelo IBGE. Envelhecimento da população brasileira. Desafio dos governantes de formulação de políticas públicas destinadas aos idosos.....	48525
EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Pela ordem) – Importância do consumo interno para a economia brasileira. Aumento salarial dos trabalhadores brasileiros. Expansão da rede de atendimento da Previdência Social.	48518	REBECCA GARCIA (PP – AM) – Transcurso do Dia do Médico. Necessidade de valorização da classe médica.....	48525
ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – Combate à exploração do jogo do bicho no País, especialmente no Estado do Rio de Janeiro.	48519	CARLOS SOUZA (PP – AM) – Congratulações ao Governo Federal com referência ao Prêmio Professor Samuel Benchimol – Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. Proficuidade da audiência pública realizada pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional para debate da navegação fluvial na região amazônica. Necessidade de fortalecimento da malha hidroviária brasileira.	48526
CARLOS SANTANA (PT – RJ) – Transcurso do Dia da Consciência Negra. Alocação de recursos orçamentários para implementação de políticas afirmativas destinadas à população afrodescendente.	48520	V – Ordem do Dia	
SIMÃO SESSIM (PP – RJ) – Estabelecimento de parceria entre a PETROBRAS e o Grêmio Recreativo Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis para implementação do projeto social Sonho do Beija-Flor.	48520	Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado JOSÉ GENOÍNO (PT – SP).....	48532
PROFESSOR SETIMO (Bloco/PMDB – MA) – Urgente realização da reforma política. Denúncia de abuso do poder econômico e político nas eleições municipais de 2008.	48521	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Determinação do encerramento dos trabalhos nas Comissões.....	48532
ÁTILA LINS (Bloco/PMDB – AM. Pela ordem) – Visita do Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, e do Ministro da Previdência Social, José Pimentel, ao Município de Lábrea, Estado do Amazonas. Instalação de agência da Previdência Social na municipalidade.	48521	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.674-E, de 2008, que cria o Fundo Soberano do Brasil, dispõe sobre sua estrutura, fontes de recursos e aplicações e dá outras providências.	48532
DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – Participação de autoridades governamentais em reunião de de-		PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Indagação às Lideranças sobre os requerimentos de destaques escolhidos para votação.	48532
		Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA), JOSÉ GENOÍNO (PT – SP).....	48532

EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP. Pela ordem) – Conveniência de votação da Emenda nº 1.....	48532	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Informação ao Plenário sobre os termos do acordo para votação de requerimentos de destaques.....	48539
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 1.....	48532	Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado VITOR PENIDO (DEM – MG).....	48539
Usaram da palavra para encaminhamento da votação os Srs. Deputados EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP), JOSÉ GENOÍNO (PT – SP)...	48536	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Considerações sobre o acordo para votação de requerimentos de destaques.	48539
Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA), JÔ MORAES (Bloco/PCdoB – MG).	48536	Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados JOSÉ ANÍBAL (PSDB – SP), RICARDO BARROS (PP – PR).	48539
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Rejeição da emenda.....	48536	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Conclusão dos termos do acordo para votação de requerimentos de destaques.	48539
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 30.....	48536	Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado FERNANDO CORUJA (PPS – SC).	48539
Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado ROBERTO MAGALHÃES (DEM – PE).....	48536	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 17.....	48540
JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Pela ordem) – Conveniência do adiamento da votação da Emenda nº 30...	48537	Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado FERNANDO CORUJA (PPS – SC).	48540
ROBERTO MAGALHÃES (DEM – PE. Pela ordem) – Retirada do requerimento de destaque..	48537	Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA), JOSÉ GENOÍNO (PT – SP).....	48540
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Adiamento da votação da Emenda nº 30.....	48537	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Rejeição da emenda.....	48541
INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR – PE. Pela ordem) – Apoio à proposta do Deputado Roberto Magalhães de ampliação do prazo para exame da Emenda nº 30.....	48537	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.373-A, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Burquina Faso, assinado em Brasília, em 30 de agosto de 2005.....	48541
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Retirada do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 30.....	48537	JOSÉ ANÍBAL (PSDB – SP. Como Líder) – Acompanhamento do empenho de dotações orçamentárias relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Inconsistência do PAC. Inoportunidade da criação do Fundo Soberano do Brasil. .	48541
ROBERTO MAGALHÃES (DEM – PE. Pela ordem) – Elogio ao Deputado Inocêncio Oliveira. .	48537	FERNANDO CORUJA (PPS – SC. Como Líder) – Defesa da aprovação de emenda ao Projeto de Lei nº 3.674, de 2008, sobre a criação do Fundo Soberano do Brasil – FSB, relativa à fiscalização da gestão financeira do FSB pelo Tribunal de Contas da União.	48541
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Indagação ao Plenário sobre a possibilidade de votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 17.....	48537	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aviso ao Plenário sobre a retirada de pauta dos itens de nºs 2, 3, 4, 6, 19, 21, 23, por solicitação do PSDB, e dos itens de nºs 9, 11, 19, 20, 25, 27 e 28, por solicitação do DEM.....	48542
COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA. Pela ordem) – Indagação à Presidência sobre a possibilidade de indicação de outro requerimento de destaque pelo Democratas.....	48537	COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA. Pela ordem) – Pedido ao DEM de reconsideração da retirada do item 27 da pauta.	48542
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Resposta ao Deputado Colbert Martins.....	48537	WALDIR NEVES (PSDB – MS. Como Líder) – Posicionamento do PSDB contrário à criação do Fundo Soberano do Brasil – FSB. Manutenção da	
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Indagação ao Plenário sobre a Emenda nº 36 do Democratas.....	48537		
Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados VITOR PENIDO (DEM – MG), COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA), JOSÉ GENOÍNO (PT – SP), EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP), RICARDO BARROS (PP – PR), JOSÉ GENOÍNO (PT – SP), RICARDO BARROS (PP – PR), EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP), COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA).....	48538		

taxa básica de juros, a Taxa SELIC, pelo Comitê de Política Monetária – COPOM do Banco Central. Aprovação pela Casa da Medida Provisória nº 442, de 2008, sobre as operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil.	48542	nº 19-B, de 2007, que aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai – Estados Partes do MERCOSUL e os Governos da República da Colômbia, da República do Equador e da República Bolivariana da Venezuela – Países Membros da Comunidade Andina, celebrado em Montevidéu, em 18 de outubro de 2004.....	48546
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão durante reunião de Líderes da destinação de recursos ao Estado do Piauí por meio de convênio celebrado entre o Brasil e a Alemanha.....	48543	Encerramento da discussão.....	48546
JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Pela ordem) – Decisão do Democratas de manutenção na pauta de matéria de interesse do Estado do Piauí. ...	48543	Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48546
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Votação na presente sessão da matéria mencionada pelo Deputado José Carlos Aleluia.	48543	Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48547
COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA. Pela ordem) – Solicitação ao Deputado José Carlos Aleluia de reavaliação da posição do DEM quanto ao PDC nº 348.	48543	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26-A, de 2007, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, assinado em Brasília, em 13 de março de 2006.....	48547
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.376, de 2006, que aprova o texto da Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo, celebrada em Londres, em 28 de abril de 1989. ...	48543	Encerramento da discussão.....	48547
Encerramento da discussão.....	48543	Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48547
Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48543	Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48547
Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48544	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 51-A, de 2007, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários, celebrado em Damasco, em 3 de dezembro de 2003.	48748
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.544-A, de 2006, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, assinado em Bridgetown, em 21 de novembro de 2004 2.544-A, de 2006, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, assinado em Bridgetown, em 21 de novembro de 2004.	48544	Encerramento da discussão.....	48548
Encerramento da discussão.....	48544	Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48548
Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48545	Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48548
Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48545	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 54-A, de 2007, que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento para a Capacitação em <i>Software</i> Livre e Aberto nos Países em Desenvolvimento, assinado em Túnis, em 16 de novembro de 2005.....	48548
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9-A, de 2007, que aprova o texto da Convenção de Extradicação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade de Praia, em 23 de novembro de 2005.....	48545	Encerramento da discussão.....	48549
Encerramento da discussão.....	48545	Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48549
Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48545	Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48549
Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48546	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 59-A, de 2007, que aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre	

o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 16 de fevereiro de 2005.....	48549	Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48553
Encerramento da discussão.....	48549	Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA).....	48553
Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48550	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 398-A, de 2007, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Jaguarão, nas proximidades das cidades de Jaguarão e Rio Branco, celebrado em San Juan de Anchorena, Colônia, em 26 de fevereiro de 2007.....	48553
Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48550	Encerramento da discussão.....	48553
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 61-A, de 2007, que aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento do Centro Sul, celebrado em Genebra, em 1º de setembro de 1994.....	48550	Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48554
Encerramento da discussão.....	48550	Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48554
Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48550	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 67-A, de 2007, que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Afeganistão, assinado em Brasília, em 1º de agosto de 2006.....	48551
Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48550	Encerramento da discussão.....	48551
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 67-A, de 2007, que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Afeganistão, assinado em Brasília, em 1º de agosto de 2006.....	48551	Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48551
Encerramento da discussão.....	48551	Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48551
Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48551	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 294-A, de 2007, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Granada, assinado em 24 de abril de 2006, na cidade de Saint George's.....	48551
Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48551	Encerramento da discussão.....	48551
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 294-A, de 2007, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Granada, assinado em 24 de abril de 2006, na cidade de Saint George's.....	48551	Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48552
Encerramento da discussão.....	48551	Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48552
Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48552	COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB, BA – Pela ordem) – Reiteração do apelo à Liderança do DEM de inclusão na pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 348-A.....	48552
Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48552	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 373-A, de 2007, que aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, celebrado em Argel, em 8 de fevereiro de 2006.....	48552
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 373-A, de 2007, que aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, celebrado em Argel, em 8 de fevereiro de 2006.....	48552	Encerramento da discussão.....	48552
Encerramento da discussão.....	48552	Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48553
Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48553	Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48553
Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48553	Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA).....	48553
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 398-A, de 2007, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Jaguarão, nas proximidades das cidades de Jaguarão e Rio Branco, celebrado em San Juan de Anchorena, Colônia, em 26 de fevereiro de 2007.....	48553	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 408-A, de 2007, que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, celebrado em Brasília, em 25 de maio de 2007.....	48554
Encerramento da discussão.....	48553	Encerramento da discussão.....	48554
Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48554	Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48555
Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48554	Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48555
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 408-A, de 2007, que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, celebrado em Brasília, em 25 de maio de 2007.....	48554	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 410-A, de 2007, que aprova o texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Alemanha, relativo ao Projeto Programa de Saúde e Saneamento Básico no Piauí, concluído em Brasília, em 6 de setembro de 2006.....	48555
Encerramento da discussão.....	48554	Encerramento da discussão.....	48555
Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48555	Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48555
Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48555	Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48556
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 410-A, de 2007, que aprova o texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Alemanha, relativo ao Projeto Programa de Saúde e Saneamento Básico no Piauí, concluído em Brasília, em 6 de setembro de 2006.....	48555	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Indagação ao Plenário sobre a existência de acordo para a votação do item 28 da pauta.....	48556
Encerramento da discussão.....	48555	VITOR PENIDO (DEM – MG. Pela ordem) – Informação à Presidência sobre a existência de acordo para a votação do item 28.....	48556
Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48555	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 660-A, de 2008, que aprova o texto do Convênio de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, celebrado em Santiago, em 26 de abril de 2007.....	48556
Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48556	Encerramento da discussão.....	48556
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Indagação ao Plenário sobre a existência de acordo para a votação do item 28 da pauta.....	48556		
VITOR PENIDO (DEM – MG. Pela ordem) – Informação à Presidência sobre a existência de acordo para a votação do item 28.....	48556		
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 660-A, de 2008, que aprova o texto do Convênio de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, celebrado em Santiago, em 26 de abril de 2007.....	48556		
Encerramento da discussão.....	48556		

Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48556	Votação e aprovação do substitutivo adotado pela Mesa Diretora.	48560
Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48556	Declaração de prejudicialidade da proposição inicial.....	48560
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 668-A, de 2008, que aprova o Texto do Convênio de Subscrição de Ações Firmado com a Corporação Andina de Fomento – CAF, por meio do qual a República Federativa do Brasil subscreverá 35.378 ações do capital ordinário daquela Corporação, no valor total de US\$466.989.600,00, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	48557	Votação e aprovação da redação final.....	48560
Encerramento da discussão.....	48557	Promulgação da resolução.	48560
Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48557	COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA. Pela ordem) – Reiteração do apelo à Liderança do DEM com relação ao item 20 da pauta.	48560
Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48558	VITOR PENIDO (DEM – MG. Pela ordem) – Concordância com a inclusão do Item 20 na pauta.	48560
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 669-A, de 2008, que aprova o Texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, na Área de Biocombustíveis, celebrado em Brasília, em 6 de setembro de 2007.....	48558	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 348-A, de 2007, que aprova o Texto Consolidado da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, adotada pela Organização Marítima Internacional, em Londres, em 2 de novembro de 1973, e o seu Protocolo, de 1978, com as emendas adotadas em 4 de dezembro de 2003 a 1º de abril de 2004.....	48560
Encerramento da discussão.....	48558	Encerramento da discussão.....	48561
Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48558	FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Questão de ordem sobre a inclusão na pauta do requerimento de criação de Comissão Externa destinada ao debate da crise financeira mundial.....	48561
Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48558	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Resposta ao Deputado Fernando Coruja.	48561
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 735-A, de 2008, que aprova o Texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Suécia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, celebrado em Estocolmo, em 11 de setembro de 2007.....	48558	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Votação e aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2007, e da redação final.	48561
Encerramento da discussão.....	48559	Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.	48561
Votação e aprovação do projeto e da redação final.....	48559	WALTER PINHEIRO (PT – BA. Pela ordem) – Aprovação, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, de projeto de lei sobre a designação de canais da TV digital para emissoras públicas. Realização de seminário sobre telecomunicações, nas dependências da Casa. Convite ao Presidente da Casa para participação no evento.....	48562
Encaminhamento da matéria ao Senado Federal.....	48559	PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Agradecimento ao Deputado Walter Pinheiro pelo convite, em nome da Mesa Diretora. Elogio ao Deputado Inocêncio Oliveira e aos demais membros da Comissão de Alto Estudos e Avaliação Tecnológica pelo trabalho desenvolvido.	48562
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Indagação ao Plenário sobre a possibilidade de inclusão na pauta do Projeto de Resolução nº 108, de 2007, a respeito da criação do Grupo de Amizade e Cooperação Brasil/Emirados Árabes Unidos.	48559	EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP. Pela ordem) – Artigo Fundo Caduco , de Míriam Leitão, publicado pelo jornal O Globo	48563
COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA. Pela ordem) – Concordância com a inclusão do projeto na pauta.....	48559	IVAN VALENTE (PSOL – SP. Pela ordem) – Repúdio à anunciada privatização de aeroportos pelo Governo brasileiro.....	48564
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 108, de 2007, que dispõe sobre a criação do Grupo de Cooperação e Amizade Brasil/Emirados Árabes Unidos... ..	48559	ALEX CANZIANI (PTB – PR. Pela ordem) – Agradecimento à Mesa Diretora e ao Plenário pela aprovação do projeto de criação do Grupo Parlamentar de Amizade e Cooperação Brasil—Emirados Árabes Unidos.	48564
Encerramento da discussão.....	48559		

VI – Encerramento

2 – ATA DA 259ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, EM 30 DE OUTUBRO DE 2008.

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Leitura do expediente

IV – Pequeno Expediente

SEBASTIÃO BALA ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Êxito da implantação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o PROJOVEM, no Estado de Amapá. 48565

PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Informação ao Plenário sobre a antecipação, para as 16h, da sessão conjunta convocada para o dia 30 de outubro de 2008, às 17h..... 48565

JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – Cerimônia no Palácio do Planalto de outorga a diversas entidades do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil. Considerações sobre as 8 Metas do Milênio, por um mundo melhor. Conclamação aos prefeitos recém-eleitos de empenho nas ações de combate à fome e à mortalidade infantil no País. Pedido à Presidência da Casa de inclusão na pauta de votações do projeto de lei que institui o Dia de Zumbi dos Palmares..... 48566

LUIZ COUTO (PT – PB. Pela ordem) – Desrespeito do Instituto Médico Legal do Município de Luziânia, Estado de Goiás, para com pessoas falecidas..... 48566

MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB – CE) – Apelo à Presidência de inclusão na Ordem do Dia da proposta de emenda à Constituição sobre a reforma tributária. 48566

CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Artigo *Peço desculpas*, de autoria de Frei Betto, sobre a crise nos mercados financeiros. Parcialidade dos meios de comunicação na campanha eleitoral para a Prefeitura Municipal de Macapá, Estado do Amapá. ... 48567

ELIENE LIMA (PP – MT. Pela ordem) – Debate sobre a criação do Fundo Pró-Leitura durante o 1º Seminário de Incentivo à Leitura no Brasil. Instalação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Soja, em Brasília, Distrito Federal. Designação do Sr. Rui Carlos Ottoni Prado para a presidência do órgão. ... 48569

ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Acerto da aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 2, de 2007, sobre a inclusão das empresas de decoração e paisagismo, representação comercial e corretoras de seguros no regime diferenciado de arrecadação tributária, o chamado Super-SIMPLES. Considerações sobre as medidas do Governo Federal para enfrentamento dos efeitos da crise financeira internacional. . 48570

JÔ MORAES (Bloco/PCdoB – MG) – Mobilização de trabalhadores em serviços de segurança, vigilância

e transporte de valores em defesa do reconhecimento da profissão de vigilante. *Carta Aberta* subscrita por entidades representativas dos vigilantes..... 48571

ÁTILA LINS (Bloco/PMDB – AM. Pela ordem) – Inclusão no parecer do Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2007, Deputado Sandro Mabel, de salvaguardas em benefício da Zona Franca de Manaus, Estado do Amazonas.... 48574

ULDURICO PINTO (Bloco/PMN – BA) – Necessidade de apresentação, pelo Governo Federal e pela sociedade, de propostas alternativas para o desenvolvimento sustentável da região amazônica..... 48574

ELIENE LIMA (PP – MT) – Realização do 7º Congresso Nacional dos Defensores Públicos, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso. Carta da Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso – FIEMT, sobre a invasão de indígenas a canteiro de obras de usinas hidrelétricas no Município de Sapezal. Implantação de Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, pelo Ministério da Saúde, no Estado mato-grossense..... 48574

ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – Conveniência da urgente realização pela Casa de Comissão Geral para debate de propostas destinadas ao combate à corrupção no País. 48576

NEUCIMAR FRAGA (PR – ES) – Eleição do orador para a Prefeitura Municipal de Vila Velha, Estado do Espírito Santo. Agradecimento aos eleitores, aos correligionários e a lideranças políticas. 48577

GILMAR MACHADO (PT – MG) – Decisão do Supremo Tribunal Federal favorável à concessão de aposentadoria especial a trabalhadores do setor educacional. Expectativa quanto ao julgamento, pela Suprema Corte, de Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada por Governadores de Estado contra lei federal que estabelece o piso salarial nacional para o magistério público. Realização, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de seminário em Manaus, Estado do Amazonas, para debate do Orçamento Geral da União para 2009..... 48577

VINICIUS CARVALHO (PTdoB – RJ. Como Líder) – Realização da 8ª Jornada de Cidadania, na região de Vila Kennedy, no Bairro de Bangu, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Apelo ao Ministro da Educação para inclusão do cadeira de Ciotecnologia na grade curricular dos cursos de tecnólogo e de Direito do Consumidor na do ensino médio... 48578

JANETE CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Como Líder) – Desempenho da chapa formada por Camilo Capiberibe e Randolfe Rodrigues no segundo turno das eleições para a Prefeitura de Macapá, Estado do Amapá. Violência praticada por militantes do PDT na municipalidade. 48579

PEDRO FERNANDES (PTB – MA) – Participação do Ministro da Previdência Social, José Pimentel, em audiência pública promovida pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Elogio à iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização na participação popular

no processo de elaboração da lei orçamentária. Empenho do orador na apresentação de emenda orçamentária de caráter popular para a revitalização do Rio Itapecuru, Estado do Maranhão.	48580	Jackson Lago, pelo desempenho de candidatos do PDT a Prefeituras maranhenses.	48588
ÁTILA LINS (Bloco/PMDB – AM) – Decisão do Comitê de Política Monetária – COPOM do Banco Central de manutenção da taxa básica de juros, a Taxa SELIC. Efeitos da crise do sistema financeiro internacional sobre a economia brasileira.	48581	V – Grande Expediente	
OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Fator determinante do alto índice de abstenções no segundo turno das eleições à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Apresentação de projeto de lei sobre proibição de postergamento ou antecipação de feriado próximo de data de eleição.	48581	VITOR PENIDO (DEM – MG) – Balanço das eleições municipais realizadas no País em 2008. Insuficiência das medidas adotadas pela Justiça Eleitoral para coibição de abusos durante o pleito. Urgência na realização da reforma política. Defesa da adoção do financiamento público de campanhas eleitorais e da introdução da cláusula de barreira e do voto distrital misto. Conveniência da realização concomitante de eleições para todas as esferas do Poder Público. Necessidade de revisão do instituto da reeleição. Queda na qualidade do ensino público no Município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais. Desempenho do orador como candidato à Prefeitura Municipal de Nova Lima. Matéria <i>Roubei mesmo</i> , sobre malversação confessa de recursos públicos por Prefeito de Município do Estado de Sergipe, publicada pela revista ISTOÉ	48589
RÔMULO GOUVEIA (PSDB – PB) – Transcurso do aniversário natalício do Deputado Inocêncio Oliveira. Anúncio da realização de pronunciamento sobre a campanha eleitoral em Campina Grande, Estado da Paraíba. Retomada das atividades parlamentares do orador. Atraso no pagamento dos proventos dos aposentados pelo Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Campina Grande.	48581	MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB – CE) – Associação ao pronunciamento do Deputado Vitor Penido sobre a reforma política. Injustificável procrastinação da realização da reforma. Desempenho do PMDB nas eleições municipais.	48591
LUIZ COUTO (PT – PB) – Realização por habitantes do Município de Itaporanga, Estado da Paraíba, de manifestação pública pela ampliação do sistema de abastecimento de água.	48582	Apresentação de proposições: LUIZ CARREIRA, PERPÉTUA ALMEIDA, COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; FÁTIMA BEZERRA, COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL; MÁRCIO FRANÇA, GORETE PEREIRA, OSMAR SERRAGLIO, ZENALDO COUTINHO, LAÉRCIO OLIVEIRA, WALDIR NEVES, COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR A REALIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO, COM DESTAQUE PARA A SUPERLOTAÇÃO DOS PRESÍDIOS, CUSTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DESSES ESTABELECIMENTOS, A PERMANÊNCIA DE ENCARCERADOS QUE JÁ CUMPRIRAM PENA, A VIOLÊNCIA DENTRO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA CARCERÁRIO, A CORRUPÇÃO, O CRIME ORGANIZADO E SUAS RAMIFICAÇÕES NOS PRESÍDIOS E BUSCAR SOLUÇÕES PARA O EFETIVO CUMPRIMENTO DA LEI DE EXECUÇÕES PENAS; OTAVIO LEITE.	48595
EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Redução do desmatamento na região amazônica.	48582	VI – Ordem do Dia	
INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR – PE) – Homenagem prestada ao orador pela Câmara Municipal de Barreiros, Estado de Pernambuco. Potencial econômico do Município. Condições para o desenvolvimento da economia barreirense.	48583	(Debates e trabalho de Comissões.)	
ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Transcurso do Dia do Comerciarário.	48584	ANGELA PORTELA (PT – RR. Pela ordem) – Sanção presidencial da proposta de criação das Áreas de Livre Comércio de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima. Instalação da Zona de Processamento de Exportações de Boa Vista.	48604
WALDIR NEVES (PSDB – MS) – Imprevidência do Governo Luiz Inácio Lula da Silva diante da crise do sistema financeiro internacional no País. Desrespeito do Poder Executivo ao Congresso Nacional no debate em torno da crise, com a edição de medida provisória à revelia do Poder Legislativo. .	48585	ÁTILA LINS (Bloco/PMDB – AM. Pela ordem) – Solicitação ao Presidente Arlindo Chinaglia de inclusão de propostas de emendas constitucionais na pauta de votações da Casa. Realização, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos	
GLADSON CAMELI (PP – AC) – Acerto das medidas adotadas pelo Governo Federal na atenuação do impacto da crise do sistema financeiro internacional sobre a economia brasileira.	48586		
WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB – PA) – Conquistas das pecuárias bubalina e bovina no Estado do Pará. Realização do Encontro Internacional da Pecuária da Amazônia – AMAZONPEC em Belém. Outorga, pela Fundação Victor Civita, do título de Escola do Ano à Escola Municipal Serafina Carvalho, de Itupiranga.	48586		
POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT – RS) – Saudação ao Vice-Prefeito eleito José Fortunati, de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Congratulação ao Governador do Estado do Maranhão,			

e Fiscalização, de audiência pública na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas para debate do Orçamento Geral da União de 2009..... 48605

WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB – PA. Como Líder) – Inexistência no âmbito do Governo Federal de plano para o desenvolvimento sustentável do Estado do Pará. Conseqüências da constatação, pelo Tribunal de Contas da União – TCU, de irregularidades em obras realizadas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC no Estado do Pará..... 48606

ARMANDO ABÍLIO (PTB – PB. Como Líder) – Imediata realização da reforma política. Elogio à campanha do Deputado Rômulo Gouveia a Prefeito Municipal de Campina Grande, Estado da Paraíba. ... 48606

NILSON MOURÃO (PT – AC. Como Líder) – Considerações sobre as eleições presidenciais nos Estados Unidos da América. Repercussão da crise do sistema financeiro internacional no certame norte-americano. Perspectiva de vitória do candidato democrata Barack Obama no pleito. Recebimento pelo orador de convite da Embaixada dos Estados Unidos da América para acompanhamento das eleições norte-americanas como observador da Câmara dos Deputados..... 48607

DOMINGOS DUTRA (PT – MA. Pela ordem) – Viagem oficial do Deputado Nilson Mourão aos Estados Unidos da América para acompanhamento das eleições presidenciais. Atraso no cronograma de implantação do Programa Luz para Todos no Estado do Maranhão..... 48608

PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Saudações aos estudantes da Universidade Católica Dom Bosco, do Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, presentes nas galerias. Associação da Presidência ao pronunciamento do Deputado Domingos Dutra acerca do Programa Luz para Todos. Realização de sessão conjunta no plenário do Senado Federal. 48608

**VII – Comunicações Parlamentares
(Não houve oradores.)**

VIII – Encerramento

3 – PARECERES – Projetos de Lei nºs 677-B/07, 3.071-B/08, 3.418-A/08 e 3.536-A/08; Projetos de Decreto Legislativo nºs 665-A/08 e 793-A/08... 48629

COMISSÕES

4 – ATA

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, 76ª Reunião (Ordinária), em 29-10-08.... 48638

5 – DESIGNAÇÃO

a) Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, em 30-10-08. 48640

SEÇÃO II

6 – ATOS DO PRESIDENTE

a) Dispensar: Antonio Carlos Hemkemaier, Enila Beatriz Esteves Gomes, Gustavo Veloso Martins, Maria José do Nascimento Sousa, Maria Raquel Mesquita Melo, Ricardo Mandelli Bisi, Sandra Afonso Ferreira. 48640

b) Designar: Antonio Carlos Hemkemaier, Enila Beatriz Esteves Gomes, Maria José do Nascimento Sousa, Maria Raquel Mesquita Melo, Ricardo Mandelli Bisi, Rosângela Vilas Boas Dias. ... 48641

c) Designar (substitutos): Alcides Ribeiro Filho, Arioaldo Sabino da Silva, Maria Marta Luiz de Oliveira, Rubens Ferreira Guimarães Diniz, Silvio Mazurok, Warley Marcel dos Santos Monteiro. 48641

d) Exonerar: Greyce Caroline Vieira dos Santos, Irismar Aparecida Naves Mendes, Jose Celso Veras da Costa, Karine Cristina Costa Gonzaga, Luiz Felipe Pinheiro Pisco, Nathalia Varela Alvarenga, Shirley Mesquita Loiola, Victor Alex Cardoso Chaves..... 48642

e) Nomear: Alexandre Varela, Enoch Oliveira dos Santos, Flávio Henrique Costa Pereira, Francisco Feitosa Sabóia de Mesquita, Frederico Pechir Gomes, Karine Cristina Costa Gonzaga, Shirley Mesquita Loiola..... 48643

7 – PORTARIA – nº 40/08, da Primeira Secretaria, referente ao credenciamento de entidade de classe..... 48643

8 – MESA

9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES

10 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

11 – COMISSÕES

SEÇÃO I

Ata da 258ª Sessão, Extraordinária, Matutina, 30 de outubro de 2008

*Presidência dos Srs.: Arlindo Chinaglia, Presidente.
Inocêncio Oliveira, 2º Vice-Presidente.*

ÀS 10 HORAS COMPARECEM À CASA

OS SRS.:

Arlindo Chinaglia
Inocêncio Oliveira
Osmar Serraglio
José Carlos Machado
Arnon Bezerra
Deley
Partido Bloco

RORAIMA

Francisco Rodrigues DEM
Maria Helena PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Presentes Roraima: 2

PARÁ

Bel Mesquita PMDB PmdbPtc
Beto Faro PT
Gerson Peres PP
Giovanni Queiroz PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
Lira Maia DEM
Nilson Pinto PSDB
Vic Pires Franco DEM
Zé Geraldo PT
Zenaldo Coutinho PSDB
Zequinha Marinho PMDB PmdbPtc

Presentes Pará: 10

AMAZONAS

Átila Lins PMDB PmdbPtc
Carlos Souza PP
Rebecca Garcia PP
Ronaldo Leite PHS
Vanessa Grazziotin PCdoB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Presentes Amazonas: 5

RONDÔNIA

Anselmo de Jesus PT
Eduardo Valverde PT
Ernandes Amorim PTB
Lindomar Garçon PV
Mauro Nazif PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
Natan Donadon PMDB PmdbPtc

Presentes Rondônia: 6

ACRE

Fernando Melo PT
Nilson Mourão PT
Sergio Petecão PMN PsbPdtPCdoBPmnPrb

Presentes Acre: 3

TOCANTINS

Laurez Moreira PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
Lázaro Botelho PP
Moises Avelino PMDB PmdbPtc
Nilmar Ruiz DEM
Osvaldo Reis PMDB PmdbPtc

Presentes Tocantins: 5

MARANHÃO

Carlos Brandão PSDB
Cleber Verde PRB PsbPdtPCdoBPmnPrb
Domingos Dutra PT
Julião Amin PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
Pedro Fernandes PTB
Professor Setimo PMDB PmdbPtc
Waldir Maranhão PP

Presentes Maranhão: 7

CEARÁ

Eudes Xavier PT
Flávio Bezerra PMDB PmdbPtc
José Airton Cirilo PT
José Linhares PP
Leo Alcântara PR
Marcelo Teixeira PR
Mauro Benevides PMDB PmdbPtc
Raimundo Gomes de Matos PSDB

Presentes Ceará: 8

PIAUI

Átila Lira PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
B. Sá PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
Marcelo Castro PMDB PmdbPtc
Nazareno Fonteles PT

Presentes Piauí: 4

RIO GRANDE DO NORTE

Fátima Bezerra PT
Rogério Marinho PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Presentes Rio Grande do Norte: 2

PARAÍBA

Armando Abílio PTB
 Damião Feliciano PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Efraim Filho DEM
 Luiz Couto PT

Presentes Paraíba: 4**PERNAMBUCO**

Fernando Coelho Filho PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 José Mendonça Bezerra DEM
 Maurício Rands PT
 Pedro Eugênio PT

Presentes Pernambuco: 4**ALAGOAS**

Benedito de Lira PP
 Carlos Alberto Canuto PMDB PmdbPtc

Presentes Alagoas: 2**SERGIPE**

Albano Franco PSDB
 Eduardo Amorim PSC
 Iran Barbosa PT
 Jackson Barreto PMDB PmdbPtc

Presentes Sergipe: 4**BAHIA**

Alice Portugal PCdoB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Claudio Cajado DEM
 Colbert Martins PMDB PmdbPtc
 Edigar Mão Branca PV
 Fábio Souto DEM
 Félix Mendonça DEM
 Guilherme Menezes PT
 José Carlos Araújo PR
 José Rocha PR
 Jutahy Junior PSDB
 Luiz Alberto PT
 Luiz Carreira DEM
 Nelson Pellegrino PT
 Paulo Magalhães DEM
 Roberto Britto PP
 Sérgio Barradas Carneiro PT
 Severiano Alves PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Uldurico Pinto PMN PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Walter Pinheiro PT

Presentes Bahia: 19**MINAS GERAIS**

Ademir Camilo PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Aelton Freitas PR
 Carlos Melles DEM
 Ciro Pedrosa PV
 Custódio Mattos PSDB

Eduardo Barbosa PSDB
 Gilmar Machado PT
 João Bittar DEM
 Júlio Delgado PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Juvenil PRTB
 Lael Varella DEM
 Leonardo Monteiro PT
 Lincoln Portela PR
 Luiz Fernando Faria PP
 Márcio Reinaldo Moreira PP
 Maria do Carmo Lara PT
 Mário de Oliveira PSC
 Mário Heringer PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Mauro Lopes PMDB PmdbPtc
 Odair Cunha PT
 Rafael Guerra PSDB
 Reginaldo Lopes PT

Presentes Minas Gerais: 22**ESPÍRITO SANTO**

Camilo Cola PMDB PmdbPtc
 Jurandy Loureiro PSC
 Rita Camata PMDB PmdbPtc

Presentes Espírito Santo: 3**RIO DE JANEIRO**

Antonio Carlos Biscaia PT
 Carlos Santana PT
 Chico D'Angelo PT
 Dr. Adilson Soares PR
 Eduardo Lopes PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Fernando Lopes PMDB PmdbPtc
 Geraldo Pudim PMDB PmdbPtc
 Hugo Leal PSC
 Índio da Costa DEM
 Otavio Leite PSDB
 Rogerio Lisboa DEM

Presentes Rio de Janeiro: 11**SÃO PAULO**

Antonio Bulhões PMDB PmdbPtc
 Antonio Palocci PT
 Arnaldo Faria de Sá PTB
 Arnaldo Madeira PSDB
 Cândido Vaccarezza PT
 Carlos Zarattini PT
 Devanir Ribeiro PT
 Dr. Nechar PV
 Dr. Talmir PV
 Edson Aparecido PSDB
 Fernando Chucre PSDB
 Guilherme Campos DEM
 Jefferson Campos PTB
 Jorginho Maluly DEM

José Aníbal PSDB
 José Genoíno PT
 José Mentor PT
 José Paulo Tóffano PV
 Lobbe Neto PSDB
 Luciana Costa PR
 Luiza Erundina PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Marcelo Ortiz PV
 Milton Monti PR
 Nelson Marquezelli PTB
 Paulo Pereira da Silva PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Paulo Teixeira PT
 Regis de Oliveira PSC
 Renato Amary PSDB
 Ricardo Berzoini PT
 Roberto Santiago PV
 Silvio Torres PSDB
 Valdemar Costa Neto PR
 Vicentinho PT
 Walter Ihoshi DEM
 William Woo PSDB
Presentes São Paulo: 35

MATO GROSSO

Carlos Abicalil PT
 Eduardo Moura PPS
 Eliene Lima PP
 Pedro Henry PP
 Thelma de Oliveira PSDB
 Valtenir Pereira PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes Mato Grosso: 6

DISTRITO FEDERAL

Jofran Frejat PR
 Ricardo Quirino PR
 Rodrigo Rollemberg PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Tadeu Filippelli PMDB PmdbPtc
Presentes Distrito Federal: 4

GOIÁS

João Campos PSDB
 Leonardo Vilela PSDB
 Luiz Bittencourt PMDB PmdbPtc
 Marcelo Melo PMDB PmdbPtc
 Pedro Wilson PT
 Ronaldo Caiado DEM
Presentes Goiás: 6

MATO GROSSO DO SUL

Antonio Cruz PP
 Geraldo Resende PMDB PmdbPtc
Presentes Mato Grosso do Sul: 2

PARANÁ

Afonso Camargo PSDB

Alceni Guerra DEM
 Alex Canziani PTB
 Alfredo Kaefer PSDB
 André Zacharow PMDB PmdbPtc
 Angelo Vanhoni PT
 Assis do Couto PT
 Dilceu Sperafico PP
 Eduardo Sciarra DEM
 Luiz Carlos Hauly PSDB
 Luiz Carlos Setim DEM
 Marcelo Almeida PMDB PmdbPtc
 Moacir Micheletto PMDB PmdbPtc
 Nelson Meurer PP
 Ricardo Barros PP

Presentes Paraná: 15

SANTA CATARINA

Angela Amin PP
 Celso Maldaner PMDB PmdbPtc
 Paulo Bornhausen DEM
 Valdir Colatto PMDB PmdbPtc
 Zonta PP

Presentes Santa Catarina: 5

RIO GRANDE DO SUL

Afonso Hamm PP
 Claudio Diaz PSDB
 Darcísio Perondi PMDB PmdbPtc
 Germano Bonow DEM
 Luis Carlos Heinze PP
 Manuela D'Ávila PCdoB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Maria do Rosário PT
 Pepe Vargas PT
 Pompeo de Mattos PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Renato Molling PP
 Vieira da Cunha PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes Rio Grande do Sul: 11

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 211 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

A Sra. Secretária procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN, servindo como 2ª Secretária, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Passa-se à leitura do expediente.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN, servindo como 1ª Secretária, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE

OF.B/ nº 174/08

Brasília, 30 de outubro de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **Arlindo Chinaglia**
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência indicar os Deputados Julião Amin (PDT (PSN –MA) e Sandra Rosado (PSB –RN), como suplentes da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 3.960 de 2008, do Poder Executivo que “altera as Leis nºs 7.853, de 24 de outubro de 1989, 9.650, de 27 de maio 1998, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 10.683, de 28 de maio de 2003, dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aqüicultura, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, Funções Comissionadas do Banco Central – FCBC e Gratificações de Representação da Presidência da República, e dá outras providências.

Respeitosamente, – Deputado **Mário Heringer**,
Líder do Bloco, PSB, PDT, Pcdob, PMN, e PRB.

Publique-se.

Em 30-10-08. – **Arlindo Chinaglia**,
Presidente.

Of. Nº 479/08 – LPR

Brasília, 16 de outubro de 2008

Excelentíssimo Senhor
Deputado **Arlindo Chinaglia**
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Assunto: Indicação de membros para Comissão Temporária.

Senhor Presidente,

Indico o Deputado João Maia (PR-RN) para membro Titular e a Deputada Gorete Pereira (PR-CE) para membro Suplente na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 3.960, de 2008, que “altera as Leis nºs 7.853, de 24 de outubro de 1989, 9.650, de 27 de maio 1998, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 10.683, de 28 maio de 2003, dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aqüicultura, cria cargos em comissão do

Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, Funções Comissionadas do Banco Central – FCBC e Gratificações de Representação da Presidência da República, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Respeitosamente, – Deputado **Luciano Castro**,
líder do Partido da República.

Publique-se.

Em 30-10-08. – **Arlindo Chinaglia**, presidente.

OF/LID/Nº226/2008

Brasília, 30 de outubro de 2008

Excelentíssimo Senhor
Deputado **Arlindo Chinaglia**
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação de membro para Comissão Temporária.

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado Eduardo Moura – PPS-MT, como titular, para integrar a Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer ao Projeto de Lei nº 3960, de 2008, do Poder Executivo que “altera as Leis nºs 7.853, de 24 de outubro de 1989, 9.650, de 27 de maio 1998, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 10.683, de 28 de maio de 2003, dispõe sobre a transformação da Secretária Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aqüicultura, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, Funções Comissionadas do Banco Central – CBC E Gratificações de Representação da Presidência, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Coruja**,
Líder do PPS

Publique-se

Em30-10-08. – **Arlindo Chinaglia**, Presidente.

Ofício nº 312-L-DEM/08

Brasília, 30 de outubro de 2008

Excelentíssimo Senhor
Deputado **Arlindo Chinaglia**
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Osório Adriano para integrar o quadro de Vice-Líderes da liderança do Democrata, em substituição ao Deputado Vitor Penido.

Atenciosamente, – Deputado **José Carlos Aleluia**, Vice-Líder do Democratas

Defiro. Publique-se
Em 30-10-08. – **Arlindo Chinaglia**,
Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA E DE CIDADANIA

OF. Nº 428 – PP/2008 – CCJC

Brasília, 7 de outubro de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **Arlindo Chinaglia**
Presidente da Câmara dos Deputados

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Encaminho a Vossa Excelência, para as provi-
dências regimentais cabíveis, o Projeto de Decreto
Legislativo nº 665/2008, apreciado por este Órgão
Técnico, nesta data.

Respeitosamente, – Deputado **Eduardo Cunha**,
Presidente.

Publique-se.
Em 30-10-08. – **Arlindo Chinaglia**, Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA E DE CIDADANIA

OF. Nº 443 – PP/2008 – CCJC

Brasília, 14 de outubro de 2008.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **Arlindo Chinaglia**
Presidente da Câmara dos Deputados

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Encaminho a Vossa Excelência, para as provi-
dências regimentais cabíveis, o Projeto de Decreto
Legislativo nº 793/2008, apreciado por este Órgão
Técnico, nesta data.

Respeitosamente, – Deputado **Eduardo Cunha**,
Presidente.

Publique-se.
Em 30-10-08. – **Arlindo Chinaglia**, Pre-
sidente.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Of. Pres. nº 533/08-CEC

Brasília, 29 de outubro de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **Arlindo Chinaglia**
Presidente da Câmara dos Deputados
Edifício Principal

Assunto: Comunica apreciação de Proposição.

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência, para as provi-
dências regimentais cabíveis, que o Projeto de Lei

nº 3.536, de 2008, foi apreciado, nesta data, por este
Órgão Técnico.

Atenciosamente, – Deputado **João Matos**,
Presidente.

Publique-se.

Em 30-10-08. – **Arlindo Chinaglia**, Pre-
sidente.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Of. Pres. nº 536/08-CEC

Brasília, 29 de outubro de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **Arlindo Chinaglia**
Presidente da Câmara dos Deputados
Edifício Principal

Assunto: Comunica apreciação de Proposição.

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência, para as provi-
dências regimentais cabíveis, que o Projeto de Lei nº
677-A, de 2007, foi apreciado, nesta data, por este
Órgão Técnico.

Atenciosamente, – Deputado **João Matos**, Pre-
sidente.

Publique-se.

Em 30-10-08. – **Arlindo Chinaglia**, Pre-
sidente.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Of. Pres nº 541/08-CEC

Brasília, 29 de outubro de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **Arlindo Chinaglia**
Presidente da Câmara dos Deputados
Edifício Principal

Assunto: Comunica apreciação de Proposição.

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência, para as provi-
dências regimentais cabíveis, que o Projeto de Lei nº
3.071-A, de 2008, foi apreciado, nesta data, por este
Órgão Técnico.

Atenciosamente, – Deputado **João Matos**,
Presidente.

Publique-se.

Em 30-10-08. – **Arlindo Chinaglia**, Pre-
sidente.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Of.Pres. nº 542/08-CEC

Brasília, 29 de outubro de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **Arlindo Chinaglia**
Presidente da Câmara dos Deputados
Edifício Principal

Assunto: Comunica apreciação de Proposição.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, que o Projeto de Lei nº 3.418, de 2008, foi apreciado, nesta data, por este Órgão Técnico.

Atenciosamente, – Deputado **João Matos**,
Presidente.

Publique-se.

Em 30-10-08. – **Arlindo Chinaglia**,
Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Finda a leitura do expediente, passa-se às

IV – BREVES COMUNICAÇÕES

Concedo a palavra ao Sr. Deputado William Woo.

O SR. WILLIAM WOO (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocência Oliveira, nobres colegas Parlamentares, senhoras e senhores que assistem à *TV Câmara*, apesar de o Governo afirmar e reafirmar que o País está preparado para passar pela crise financeira, alguns setores se previnem para o pior, caso isso aconteça. É o ocorre com o setor da indústria automobilística.

De acordo com previsões de executivos das montadoras, terá início agora um desaquecimento no mercado de automóveis do Brasil que irá durar pelo período de 6 meses.

Com o aumento das taxas de juros, os consumidores procuram menos as concessionárias e, conseqüentemente, aumenta o número de veículos parados nos pátios das montadoras. Chegou a hora, portanto, de diminuir o ritmo de produção para que seja feita uma análise de mercado e uma adequação da produção à demanda, que está menor devido à crise.

Chamo a atenção para o fato de que empresas estão concedendo férias coletivas a seus funcionários, o que demonstra que a crise está chegando ao País. Empresas e montadoras de Manaus e do interior de São Paulo estão dando férias coletivas, reduzindo, assim, a produção de veículos.

No entanto, podemos ressaltar que o mercado de automóveis está esperançoso, apesar de tudo. Prevê-se que, devido à crise econômica mundial, surjam novas alianças entre os fabricantes de automóveis, que lutam para reduzir seus custos. Os trabalhadores das dezenas de fábricas que atuam no mercado no País podem, portanto, respirar aliviados. O Governo e o mercado brasileiro já se articulam para evitar um grande baque. Cabe a nós confiar que vamos sair ileso da crise que tem atormentado os mercados financeiros mundiais.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que seja dada ampla divulgação a este discurso.

Obrigado.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero me referir à decisão do COPOM, ontem, de manter a taxa de juros em 13,75%. O Brasil ocupa a primeira posição na prática das mais elevadas taxas de juros do mundo. Isso aconteceu exatamente no mesmo dia em que os Estados Unidos baixaram em 1% sua taxa de juros.

Sr. Presidente, todos os países baixaram juros. É bom lembrar que os nossos juros são elevados por conta da iminência de uma corrida inflacionária que efetivamente não mais existe. Não vivemos mais esse problema. Ao contrário.

O Deputado William Woo disse há pouco que trabalhadores perdem seus postos de trabalho e estão em férias coletivas. Na minha cidade, Manaus, mais de 10 mil trabalhadores estão em férias coletivas.

Portanto, com crédito reduzido não há iminência de inflação. Então, critico aqui a posição do COPOM, Sr. Presidente.

O SR. ELIENE LIMA – Sr. Presidente, pelo a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ELIENE LIMA (PP – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, refiro-me novamente desta tribuna à necessidade de votação urgente da PEC nº 549, que trata do regime constitucional peculiar das Carreiras Policiais.

A pedido dos policiais civis, cito agora os objetivos da paralisação nacional dos policiais civis: o restabelecimento da ordem pública no Estado de São Paulo, com o reconhecimento e aceitação do Governo do Estado para as justas e honestas reivindicações apresentadas pela Polícia Civil, em greve há 43 dias e sem aumento salarial há 14 anos; o aumento de 15% para 2008, de 12% para 2009, e de 12% para 2010, quando o Governo oferece apenas 6,2% para 2009, e 6,2% para 2010.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Átila Lins.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PMDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Comissão Mista de Orçamento, contando com o seu Presidente, Deputado Mendes Ribeiro Filho, e com o Relator, Senador Delcídio Amaral, debaterá hoje, às 14h, na Assembléia Legislativa do Amazonas, em Manaus, as prioridades do Estado do Amazonas para o Orçamento de 2009.

A Comissão Mista de Orçamento convidou não apenas os amazonenses, mas também os representantes de Roraima, do Acre e de Rondônia para discutirem as questões orçamentárias e as prioridades. Com certeza, o debate oferecerá subsídios valiosos para que nós, Deputados e Senadores do Amazonas, possamos apresentar emendas que atendam aos sagrados e elevados interesses do povo amazonense.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, temos visto o Presidente Lula fazer críticas às empresas que estavam especulando nessa questão dos derivativos. Acho que temos que separar: existe alguém, sim, que está especulando, mas existe alguém que conseguiu fazer receita porque seu produto estava deficitário, com o dólar baixo como estava. Vejam o exemplo do setor calçadista do Rio Grande do Sul; vejam vários outros segmentos que não conseguiram se manter com o dólar na casa de 1,60, como estava. Portanto, eles faziam caixa, faziam receita de outra forma para manter as suas empresas. Do mesmo modo, o setor florestal, o setor da soja e os de vários outros segmentos se utilizavam também desse mecanismo. Portanto, aqueles que estão produzindo não podem ser criticados e espezzinhados.

Não estamos querendo proteger aqueles que especularam, mas aqueles que estavam produzindo e fizeram uma receita extra em função da baixa cotação do dólar. Entendemos que o registro isto é de extrema importância.

No que se refere aos produtores de soja, por exemplo, há cerca de 2 anos todo o mundo reclamava. Se o preço estivesse a dólar, como estava, teríamos uma grande derrocada no setor, assim como tantos outros segmentos não tinham condições de se manter, como disse, com o dólar na faixa de 1 real e 60 centavos.

Portanto, temos que separar aqueles que efetivamente especularam daqueles que estavam produzindo e tinham receitas extras para manter seus empreendimentos. Seguramente, centenas de empresários brasileiros no setor do fumo, no setor florestal, no setor da soja, do frango, no setor de suínos, no setor do leite, no

setor bovino tiveram receita extra fruto dessa questão dos derivativos. Portanto, eles não podem ser considerados especuladores, porque estavam produzindo e gerando riqueza, inclusive os excedentes exportáveis dos 200 bilhões de dólares que o Brasil acumulou ao longo dos últimos 3 anos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PEDRO WILSON (PT – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a ditadura parece estar de volta à Nação. Repito, senhoras e senhores: parece estar de volta a ditadura.

Inacreditável, estarrecedoramente, a censura afia as suas garras. Esse monstro, que muito costumamos domar, volta a dar sinais de vida. Afia as suas garras e escancara as fauces, em arreganho ameaçador, rosnando para todos os brasileiros. Espantoso, inacreditável, senhoras e senhores! Espantoso e inacreditável, mas verdadeiro.

Venho fazer desta nobre tribuna da Câmara dos Deputados, neste momento, para o conhecimento V.Exas. e, portanto, para o conhecimento do Congresso Nacional e da Nação aqui representada, uma denúncia de um acontecimento gravíssimo: a proibição de um livro no Brasil. Proibição de livro, pasmem os nobres colegas, determinada por ordem de um juiz de direito.

Isso é de causar espanto, perplexidade e, naturalmente, revolta e indignação. Um fato que só se poderia imaginar possível em alguma ditadura remanescente ou em antigas sociedades totalitárias, acaba de acontecer há pouco mais de um mês em nosso País – o Brasil da Constituição de 1988, o Brasil da Constituição Cidadã, o Brasil redemocratizado há exatamente 20 anos, comemorados no último dia 5 de outubro.

Refiro-me, Sras. e Srs. Deputados, à proibição judicial do livro **Sinfonia Minas Gerais: A vida e a literatura de João Guimarães Rosa**, de autoria do escritor e advogado, Consultor Legislativo do Senado Federal aposentado, Alaor Barbosa. Essa proibição foi ordenada no despacho inicial da ação de indenização por danos morais proposta por uma das filhas do grande autor mineiro e pela editora que lhe edita os livros, contra a editora que publicou o livro, por sinal uma editora daqui da Capital Federal, a LGE Editora, bem conhecida em todo o Brasil pela elevada qualidade dos livros que tem editado, grande número dos quais destinados a leitores infantis.

Existem dois aspectos principais nesse absurdo que ora denunciemos à consciência cívica da Nação.

O primeiro, que preliminarmente agride a nossa consciência de brasileiros, é que a proibição de livro constitui uma insuportável, intolerável violação da Constituição, a qual, no seu art. 5º, inciso IX, assegura às

peçoas o direito à liberdade de expressão do pensamento, de criação artística e intelectual, sem qualquer censura prévia. Esta é uma liberdade assegurada também por numerosas declarações de direitos internacionais, e há mais de 2 séculos: desde a *Declaração dos Direitos do Homem*, proclamada ao mundo em 1789 pela Revolução Francesa – e cuja reiteração mais importante é, sem dúvida, a *Declaração dos Direitos Humanos*, promulgada pela Organização das Nações Unidas em 1948. Faz, portanto, 60 anos. Harmoniza-se a referida norma constitucional com o texto constitucional que fixa a responsabilidade civil dos autores de obras literárias que contenham alguma espécie de dano moral a alguém. Responsabilidade essa que se verifica, evidentemente, de acordo com o sistema de direitos e deveres da ordem jurídica vigente, mediante processo regular, o que implica o direito da contraditório (contestação) e a livre apuração de provas, num processo obviamente culminante em sentença (sentença que somente produzirá efeitos depois de transitada em julgado, quer dizer, depois de tornar-se não mais suscetível de recurso). Portanto, a proibição do livro, ordenada antes de exercido o direito do contraditório e antes de sentença irrecorrível, é simplesmente um atentado ao Direito e à Justiça!

O segundo aspecto, que se verifica na legislação infraconstitucional, ou seja, no Código Civil, é que a proibição do referido livro constitui também uma flagrante violação da sábia interpretação do art. 20 do Código Civil. Com efeito, eminentes Srs. Deputados, não existe, não ocorre, não se vislumbra no texto desse artigo nenhuma palavra autorizadora da interpretação de que nele se contenha a exigência de autorização prévia para publicação de biografias. Nem o art. 20 fala em biografias nem qualquer outro texto da legislação infraconstitucional. Portanto, essa errônea interpretação deve ser evitada já mesmo mediante uma interpretação literal do texto do art. 20 do Código Civil. Nele só se encontra a palavra *escritos*, a qual, evidentemente, não compreende, na sua significação, isto que se chama e classifica, entre os diversos gêneros literários, de biografia. E o livro de Alaor Barbosa, no seu primeiro tomo publicado, é precisamente uma biografia. Somente não o será o segundo tomo programado, o qual consistirá em estudos a respeito do conjunto dos livros que constituem a obra literária construída por João Guimarães Rosa.

Portanto, é inteiramente arbitrária e contrária às mais elementares regras da hermenêutica jurídica a interpretação que algumas pessoas vêm tentando fazer e impor aos juízes e tribunais do Brasil, qual seja, a de que o art. 20 do novo Código Civil Brasileiro, entrado em vigor em janeiro do ano de 2003, contenha a

exigência de autorização prévia (ou mesmo posterior) para publicação de biografias. Esta é uma verdade que precisa ser proclamada de forma muito clara. Tão verdade é que, na nossa opinião, o oportuno projeto de lei apresentado pelo ilustre Deputado Antonio Palocci, que dá nova redação ao art. 20 do Código Civil, ora em curso na Comissão de Justiça desta Casa, justifica-se não por expressar uma nova realidade normativa, mas por explicitar, intencionalmente, aquilo que já se encontra implícito no texto atualmente vigente do citado art. 20 do Código Civil.

O caso, entregue à apreciação do juiz da 24ª Vara Cível da comarca do Rio de Janeiro, transcende, pela sua importância, o âmbito do poder judiciário. Sendo uma questão de liberdade constitucional, constitui-se em tema de interesse de toda a Nação brasileira.

Aproveitamos esta oportunidade para ler uma carta escrita pela filha do autor do livro proibido, Noemia Gonçalves Barbosa Boianovsky, advogada e assessora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, em que expressa bem a significação maior deste caso. Vamos lê-la porque constitui um documento histórico de uma resistência moral e intelectual contra uma violência perpetrada contra a liberdade intelectual no Brasil, e a fim de que, inscrita nos Anais do Parlamento Brasileiro, venha a ser, de hoje em diante, um instrumento eficaz de luta, um documento de dignidade evocado sempre que se repita essa espécie de violência e erro em nosso País.

Eis a carta: *O que os pais deixam aos filhos* (de Noemia Barbosa para Vilma Rosa)

“Vilma,

nasci filha de escritor. Doe para o meu pai, desde o meu nascimento, longas horas da minha infância e da minha adolescência. Meus irmãos doaram outras tantas horas. Minha mãe dividiu o marido, durante décadas, com sua amante, a literatura. Mas meu ciúme de criança foi se atenuando, ao longo dos anos, e mais ainda com o chegar da maturidade. Passei a admirá-lo, respeitá-lo, reverenciá-lo. Principalmente, passei a compreendê-lo. Literatura, para o meu pai, o escritor Alaor Barbosa, é e sempre foi devoção. Triste do filho ou da filha que não respeita e nem compreende as devoções paternas.

Assim como você, também sou herdeira de uma obra literária. Grande, extensa, profunda, séria. Fruto de muito trabalho, pesquisa e esforço, feita com paixão e talento. Obra reconhecida e tantas vezes premiada. Falo de quase meio século de produção literária, tempo bem maior do que eu mesma tenho de

vida. Meu pai, Vilma, já era escritor antes de eu nascer.

Tenho a sorte de ter meu pai comigo, avô carinhoso das minhas filhas, em almoços de domingo. Vivo, feliz e produtivo. Mas já estou de posse da herança que ele me legou. Foi uma partilha sem desavenças, entre a família e os amigos. Não a herança material, mensurável, quantitativa, que se deposita em conta bancária. Desta, basta-nos o óbolo de Caronte. O que recebi de meu pai foi um norte, um rumo, um equilíbrio, um eterno buscar da verdade. O amor e o respeito por tudo de bom que o ser humano já produziu.

Você, Vilma, também recebeu uma herança. Magnífica herança, portentosa, imensurável. A herança de um gigante. A herança de um gênio, primus inter pares. Temos, portanto, responsabilidades. Eu e você. A minha, talvez mais leve, é a de impedir que a herança de meu pai seja aviltada, desqualificada, vilipendiada. Isso, tenha certeza, não acontecerá. As inverdades, calúnias e difamações são muito fugazes e, uma vez reveladas, deixam despida aquela que as inventou. Aliás, é assim que eu vejo você: despida, nua, pelada. Porque mais marcado será sempre o caluniador do que o caluniado. Já a sua responsabilidade, Vilma, é a de não abastardar, não apequenar, não diminuir a sua herança, o seu legado. A obra do seu pai é universal. Não a amesquinhe, não reduza a herança à estatura da herdeira.

Num país como o nosso, Vilma, tão carente de cultura, tão necessitado de modelos, tão merecedor de exemplos, resta-me recordar as palavras de outro ídolo de meu pai, Monteiro Lobato, cuja biografia para crianças também saiu da máquina de escrever Olivetti que havia na biblioteca lá de casa. Lobato disse que 'um país se faz com homens e livros'. Você, portanto, quando tenta impedir a existência de um livro, de uma obra literária, espanca a inteligência nacional, ofende a tantos que tombaram em nome da liberdade e do direito de expressão e do livre pensamento! Talvez, Vilma, seu tempo tenha passado. Imagino você mais feliz vivendo uma outra época – mais escura do que a de agora. Talvez sob o Estado Novo ou abrigada pelo AI-5. Imagino você, Vilma, com um carimbo de censura na mão – arma formidável! – detentora exclusiva da faculda-

de de permitir ou não que alguém leia, fale ou pense. Para nossa sorte e infelicidade sua, vivemos tempos mais claros. E você, faça o que fizer, diga o que disser, jamais impedirá meu pai de ler, escrever, falar ou pensar. Nem meu pai nem ninguém.

Portanto, Vilma Rosa, não acenda fogueiras com livros. O fumo do livro incinerado escurece uma nação.

Cada um de nós tem seus próprios ídolos. Sorte do meu pai, que fez boas escolhas. Os seus, parecem ser o Index Librorum Prohibitorum, o Santo Ofício, Savonarola e Torquemada. Talvez, até Herr Goebbels... Eu, que também tenho os meus, cito um deles: você vai amargar vendo o dia raiar sem lhe pedir licença...

Lembre-se, Vilma, você é apenas uma filha. Você é apenas uma herdeira que avilta a herança magnífica que recebeu. Pena constatar que nem tudo que Guimarães Rosa nos deixou é tão bom quanto a sua obra literária.

Noemia Barbosa Boianovsky”

(Noemia Barbosa Boianovsky é bacharela em Relações Internacionais, jornalista, advogada, consultora da Câmara Legislativa do Distrito Federal e filha de Alaor Barbosa.)

Sr. Presidente, solicito que a nota *Em defesa da liberdade, contra a censura*, da Associação Nacional de Escritores, de 16 de outubro deste ano, sobre a censura ao livro deste grande brasileiro de Goiás, Alaor Barbosa, seja anexada a este discurso para publicação.

Também solicito, Sr. Presidente, seja transcrita nos Anais da Casa uma nota da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, da qual faço parte, representando a Comissão de Direitos Humanos desta Casa, assinada por Marcos Antônio Rodrigues Barbosa, advogado de São Paulo; Belisário dos Santos, advogado de São Paulo; Diva Soares Santana, representante dos familiares; Augustino Veit e Pedro Wilson, em que reafirmarmos nossa luta contra a tortura, a impunidade e pelo direito à memória e à verdade, expressa em pronunciamentos do Presidente, do Ministro Tarso Genro e do Secretário Paulo Vannucchi sobre o nosso movimento.

Sem revanchismo, nossa luta é em defesa do Brasil, da verdade, da memória e da punição àqueles que não obedeceram aos princípios de direitos humanos.

NOTAS A QUE SE REFERE O ORADOR

NOTA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ESCRITORES (ANE) **EM DEFESA DA LIBERDADE, CONTRA A CENSURA**

No dia 25 de fevereiro do ano em curso, a ANE publicou nota de protesto contra a ameaça de que herdeiros e editores de Guimarães Rosa processariam o escritor Alaor Barbosa pela publicação do livro *Sinfonia Minas Gerais: a vida e a literatura de Guimarães Rosa*. Voltamos a público novamente, agora diante do ajuizamento de ação por danos morais contra a Editora LGE, movida por uma filha do romancista mineiro e pela editora Nova Fronteira. Espantoso que uma famosa casa de livros apóie susceptibilidades de herdeiros e busque prejudicar, material e financeiramente, uma empresa congênera, em disputa inescrupulosa e aética.

Junta-se o clamor da ANE ao repúdio de pessoas e instituições que, em todo o País, prestam solidariedade ao escritor Alaor Barbosa, pela admirável biografia com que homenageia o autor de Grande sertão: veredas. Citem-se, como exemplos, a carta do Presidente da União Brasileira de Escritores (UBE), Levi Bucalem Ferrari, e o primoroso ensaio "Em defesa das Biografias", no qual o acadêmico Claudio Willer, doutor em letras pela Universidade de São Paulo, escreve com extraordinária lucidez: "Censura, em qualquer de suas modalidades, é um múltiplo desrespeito: à obra, a seu autor, ao leitor, à sociedade toda."

Mais do que desagrar um colega pelo grande livro que tão respeitosa publicou, lutamos por princípios que julgamos absolutos e incontestes: o direito à liberdade, à inteira manifestação do pensamento, à criação artística e à expressão literária que não se submetam, em hipótese nenhuma, à violência da censura e à mesquinhez de afrontas pessoais. Essa, a profissão de fé da Associação Nacional de Escritores.

Alaor Barbosa, ex-funcionário do Senado Federal, advogado e jornalista, desfruta do mais alto conceito entre os escritores. Laureado em vários concursos, participa de importantes antologias, e é autor das seguintes obras: *Monteiro Lobato das crianças*, 1960; *Cidade do tempo*, 1964; *Picumãs*, 1966; *Confissões de Goiás*, 1968; *Campo e noite*, 1971; *O exílio e a glória*, 1980; *A epopéia brasileira ou: para ler Guimarães Rosa*, 1981; *Os rios da coragem*, 1983; *Saci e Romãozinho*, 1983; *Pequena história da Literatura Goiana*, 1984; *Praça da Liberdade*, 1985; *Meu diário da constituinte*, 1990; *Caminhos de Rafael*, 1995; *A morte de Cornélio Tabajara*, 1998; *Memórias do Nego-Dado Bertolino d'Abadia*, 1999; *Um Cenáculo na Paulicéia*, 2001, *Uma Lenda*, 2004; *Contos e novelas reunidos*, 2006; *O romance regionalista brasileiro*, 2006 e *Sinfonia Minas Gerais: a vida e a literatura de João Guimarães Rosa*, 2007.

Portanto, não faz jus aos adjetivos com que foi caluniado pela filha do grande romancista, por ser um exemplo de competência profissional e de homem de letras que sempre colocou a ética em primeiro plano em sua vida.

Brasília, 16 de outubro de 2008

Joanyr de Oliveira

Presidente da ANE

Handwritten signature of Joanyr de Oliveira and the date 30/10/2008.

Nota da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

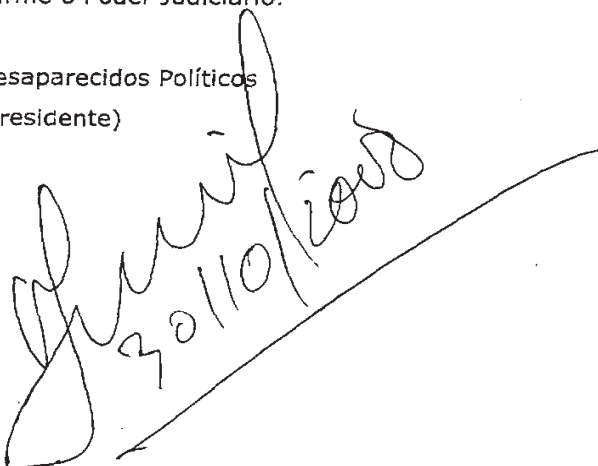
A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada pela Lei 9.140/95, representada pelos seus integrantes abaixo-nomeados, manifesta sua indignação em reação às afirmações feitas pela Advocacia Geral da União (AGU), explicitada na contestação à ação civil pública que o Ministério Público Federal move a antigos chefes do famigerado DOI-CODI em São Paulo. A União, convidada a alinhar-se com o Ministério Público, preferiu assumir postura que beneficia os torturadores.

Foi além, e de uma só penada, aceitou sem questionamento a alegada inexistência de arquivos da repressão e a legalidade de sua destruição, com base em mero decreto da época da ditadura, afrontando, assim, decisão judicial transitada em julgado que exige essa exibição. Defendeu Lei que permite sigilo perpétuo dos documentos do Estado. A contestação sustentou uma interpretação para a Lei de Anistia que é polêmica - e não encontra guarida no próprio texto da Lei n. 6.683/79 e, menos ainda nos instrumentos internacionais vigentes à época - por pretender a extensão da anistia a torturadores agentes do Estado. Ao agir assim, procurou isentar aqueles que foram chefes do mais famoso centro de torturas do País de devolver à União as indenizações pagas às famílias dos que ali foram mortos sob tortura.

A contestação da AGU ainda se equivocou ao sustentar a falta de qualificação do Ministério Público para resgatar o direito à Memória e à Verdade, por entender não se tratar de interesse da sociedade, mas apenas de um grupo de vítimas, à revelia do artigo 5º, XXXIII da Constituição Federal. Direito à Memória e à Verdade é o próprio nome do livro-relatório - editado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República com base nos julgamentos realizados por esta Comissão - em que o Estado reconta, sem revanchismo, a verdadeira história da repressão e dos horrores praticados por torturadores, com orientação e conhecimento de seus superiores, durante os anos de chumbo.

A Comissão reconhece como posição oficial da União a manifestação do Presidente da República, presente ao ato de lançamento do referido livro-relatório, quando, em nome do Estado, afirmou: (...) "a gente deve entender, de uma vez por todas, que o Brasil e, sobretudo, a história do Brasil, precisa dessa verdade" (...). Esta Comissão tem a convicção de que a voz do Presidente é mais autorizada e confia que assim também o afirme o Poder Judiciário.

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
Marco Antônio Rodrigues Barbosa (presidente)
Belisário dos Santos Júnior
Diva Soares Santana
Augustino Veit
Pedro Wilson



30/10/2008

O SR. LUIZ CARREIRA (DEM – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não bastasse o País se encontrar às voltas com essa grave crise econômica que atinge o mundo inteiro, agir contra o importante Aeroporto Jorge Amado, em Ilhéus, Bahia, em operação há décadas, buscando, agora, desativá-lo sem que se tenha registro de acidentes, não se configura idéia muito produtiva para o País.

Mas parece que o Governo Federal, apoiado pelo Governo da Bahia, não pensa muito assim, pois vem dando mostras de uma estranha e inexplicável “operação desmonte” do aeroporto de Ilhéus.

Inicialmente, a título de medidas de segurança operacional, foram estabelecidas restrições para o uso da pista. Não bastasse isso, em seguida, no entanto, começaram a ser retiradas de Ilhéus, seções técnicas de suporte aos vôos.

Além disso, corre o risco de perder o escritório da Aviação Civil – SAC, o que gera problemas para passageiros e empresas. O escritório faz a fiscalização de todos os setores do aeroporto e é o canal para reclamações. Sem ele, os passageiros que tenham queixas não terão a quem procurar, nem as empresas terão como se defender e tirar dúvidas.

Isso tudo, de um aeroporto que recebe 20 mil passageiros de linhas regulares por mês, muito mais que Porto Seguro, onde a maioria dos passageiros é de vôos fretados.

O resultado, Sr. Presidente, é que as companhias aéreas começaram a reduzir suas operações. Dezenas de demissões já foram realizadas, envolvendo pessoal técnico especializado e profissionais da área de atendimento aos passageiros.

Tem avançado, dessa forma, uma macabra operação para desativar o tradicional Aeroporto Jorge Amado.

É bem verdade que se trata de um aeroporto antigo, provido de uma pista relativamente curta e, com o tempo, envolvida pelo crescimento urbano do bairro do Pontal.

Contudo, nem por isso se pode deixar de considerar a importância demográfica, econômica, cultural e social da região cacauera baiana, toda ela atendida por esse único aeroporto.

Ademais, trata-se de um importante pólo turístico – a Costa do Cacau – que abrange, além de Ilhéus, os Municípios de Itacaré, Uruçuca (Serra Grande), Una e Canavieiras e encontra-se em franca expansão.

Lá está, também, o recém-constituído Pólo de Informática de Ilhéus, com 57 empresas instaladas e responsável, hoje, por 20% dos computadores produzidos no Brasil. Lembro que o Pólo de Ilhéus sempre reivindicou a operação de aviões cargueiros no Aero-

porto Jorge Amado para a entrega na porta dos seus insumos importados.

Serve também à cidade de Itabuna, importante centro industrial e de serviços do litoral sul da Bahia. Não se pode esquecer que Ilhéus e Itabuna juntas formam o segundo maior aglomerado urbano do interior da Bahia, o que por si só justificaria a existência do aeroporto.

O próprio nome do aeroporto – em homenagem ao grande escritor brasileiro Jorge Amado – põe em destaque a importância cultural da região, tema de sua rica literatura.

Trata-se, assim, indiscutivelmente, de um aeroporto importante e estratégico para o dinamismo e a vida de toda a região e, naturalmente, para a Bahia. É inadmissível, nobres pares, a Bahia abrir mão do Aeroporto Jorge Amado, que integra a rede da INFRAERO.

Ao contrário, há anos que se discute, estuda e reivindica a implantação de um novo e moderno aeroporto na região, para atender a uma demanda crescente por serviços aeroportuários.

Se a situação é inaceitável dos pontos de vista econômico e social, torna-se ainda mais ininteligível do ponto de vista político. Afinal, o atual Governador do Estado é correligionário do Presidente da República. O atual presidente da INFRAERO é baiano e aliado do Governador do Estado. Como se não bastasse, o Prefeito de Ilhéus, reeleito, é do PSB, mesmo partido do presidente da INFRAERO.

Como se explica, então, essa má vontade, verdadeira perseguição contra a importante região cacauera baiana?

Tudo bem que, em função da crise econômica, o Governo Lula venha a dizer que precisa cortar algumas obras do PAC e não seja possível agora implantar um novo e moderno aeroporto, como sempre defendemos, nós, que hoje estamos na Oposição. Mas o que estão pretendendo não é construir algo novo, mas simplesmente destruir o que já existe.

A Bahia não pode aceitar esse malefício.

Ao registrar aqui a minha posição, estou também ingressando com um requerimento de informações ao Sr. Ministro da Defesa, para tentar entender as razões desse plano macabro de promover o isolamento aéreo da região cacauera baiana e poder lutar contra a concretização desse processo de desativação operacional do Aeroporto Jorge Amado, em Ilhéus.

Na verdade, as instâncias governamentais vinculadas ao Ministério da Defesa deixaram de fazer, gradualmente, investimentos necessários na melhoria operacional e na segurança no aeroporto de Ilhéus, ocorrendo assim um processo gradual de desativação dessa importante porta de entrada do desenvolvimento

econômico, social e turístico daquela região do cacau, do baixo sul do Estado.

Por meio deste requerimento solicito informações mais precisas ao Ministério da Defesa, porque isso é inadmissível. Antes de se construir um novo aeroporto, como vem aventando inclusive o Governo do Estado da Bahia, que se verifique o que é necessário e adequado para a boa operação do atual aeroporto de Ilhéus.

Aqui, de pronto, quero deixar o meu protesto: desativação, não. Novo aeroporto, sim.

Mas enquanto não se construir um novo aeroporto, é preciso que unamos esforços no sentido de evitar esse desmonte e para solicitar junto ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DCEA que providencie e agilize a instalação dos equipamentos de segurança para auxiliar a navegação aérea no atual aeroporto.

Não é andando para traz que se marcha rumo ao desenvolvimento sustentável.

Muito obrigado.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em discurso que proferi à tarde de ontem, horas antes do anúncio da decisão do Conselho de Política Monetária sobre a nova Taxa SELIC, cheguei a arriscar opinião segunda a qual o patamar seria mantido, uma vez que qualquer acréscimo significaria total descompasso com o quadro emergente, no contexto da grave crise financeira que atinge todos os continentes.

Inúmeros analistas econômicos chegaram a vaticinar, inclusive, uma gradual redução do percentual de 13,75%, a exemplo do que vinha sendo registrado em inúmeros países, a começar pelos Estados Unidos, atuando no piso de 1%, segundo deliberação do FED (Banco Central Americano).

Com a perceptibilidade aguçada, Henrique Meirelles, em perfeita sintonia com o pensamento do Presidente Lula e do Ministro Guido Mantega, manteve-se numa postura moderada, inadmitindo qualquer ascensão dos índices prevalecentes entre nós.

O empresariado, liderado através da tradicional Confederação Nacional da Indústria, que tem à sua frente o colega Armando Monteiro Neto, ainda se empenhou, mesmo diante de um quadro delicado, para que o BACEN orientasse ao COPOM a adoção de uma pequena inflexão, como estímulo aos investidores, refletindo-se nas atividades diárias da BOVESPA.

Importantes órgãos da mídia abrem amplos espaços a fim de registrar o fato, tendo a **Folha de S. Paulo**, em sua primeira página, estampado a seguinte manchete: **Banco Central interrompe seqüência de altas e deixa taxa brasileira em 13,75% ao ano, enquanto a americana cai para 1%.**

Há esperança de que inevitável correção de rumos venha a verificar-se nos próximos encontros do órgão, podendo um decurso de, pelo menos, 2 pontos percentuais encerrar o exercício, ao constatar-se que o Brasil ultrapassou o período de maior apreensão, diante das imediatas providências adotadas com a chancela do Congresso Nacional.

A aprovação, ocorrida na sessão noturna de ontem, do chamado Fundo Soberano insere-se no rol das deliberações mais consentâneas com a realidade universal, devendo a votação dos destaques, sem obstrução, ser concluída até a terça-feira vindoura.

Fica o registro e a expectativa de que os juros voltem a baixar até dezembro deste ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. BARBOSA NETO (Bloco/PDT – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero externar nossa preocupação em relação aos policiais civis, Deputado William Woo. Volto à tribuna para novamente fazer coro com dezenas de milhares de policiais civis brasileiros, bem como com 19 Parlamentares que já apresentaram requerimentos para a votação do Projeto de Lei Complementar nº 275, de 2001, por esta Casa.

A situação está crítica, Sr. Presidente.

Vários Tribunais de Contas estão cassando aposentadorias de vários policiais civis brasileiros por nossa lentidão em referendar o projeto de lei que assegura seu direito constitucional de aposentadoria especial. Há mais de 20 anos, a nossa Constituição foi promulgada, prevendo a aposentadoria especial, devido aos riscos inerentes à profissão, e até agora não conseguimos aprovar esse projeto.

Falta apenas uma última votação para enviarmos o projeto para a sanção presidencial.

Vamos focar nossos esforços para fazer justiça, Sr. Presidente.

O projeto já está aguardando há mais de 7 anos por sua votação. Ele já foi amplamente discutido e analisado, tanto por este Plenário como por nossas Comissões. Já está na hora de pôr um ponto final nessa questão.

Temos de rever urgentemente nossas prioridades, pois estamos falando da vida e do bem-estar de milhares de famílias brasileiras. Sem desmerecer nenhum projeto que tramita por esta Casa, precisamos focar os assuntos mais urgentes para as questões de justiça social e da família brasileira. Não podemos deixar que um importante projeto como esse seja preterido por projetos que, por exemplo, autorizam motoristas a dirigir *motorhome*.

Vamos pôr a mão na consciência e lembrar que não só de assuntos econômicos vive o cidadão bra-

sileiro. Vamos regulamentar a aposentadoria dos policiais e finalmente dar uma resposta positiva àqueles que tanto tempo dedicaram a manter a segurança de nossas famílias e dos cidadãos brasileiros.

Devemos aproveitar a oportunidade, temos uma mobilização em todo o País. Eles, que guardam nossas vidas, precisam ser respeitados. Há direito adquirido. A Constituição já prevê essa situação. Falta apenas que esta Casa realize essa última votação, a fim de que o projeto vá a sanção presidencial.

Os policiais precisam de uma resposta, e é o que estamos pedindo neste momento, Sr. Presidente Inocêncio Oliveira.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro a presença, nesta semana, de vários Prefeitos do Estado de Rondônia, eleitos e reeleitos, que vieram à Capital Federal não apenas para dialogar com a bancada federal, mas para estreitar o relacionamento e também abonar projetos de interesse dos municípios.

Ressalto a presença do Prefeito de Nova Brasília d'Oeste, do Prefeito de Corumbiara, do Prefeito de Cerejeiras, do Prefeito de Cacoal, que também esteve aqui na semana passada, e do Prefeito de Nova Mamoré.

Alguns ainda permanecem em Brasília, para essa caminhada constante na Capital Federal em busca do estreitamento de laços políticos com o Governo Central e, ao mesmo tempo, do acompanhamento de projetos que aqui tramitam, sobre o Calha Norte, no Ministério da Integração Nacional e no Ministério da Saúde.

Assim, exalto os Prefeitos de Rondônia.

O SR. EDMILSON VALENTIM (Bloco/PCdoB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero saudar a posição firme do Presidente Lula, do Governo e, particularmente, do Ministério da Fazenda em relação às medidas que estão tomando para defender nossa economia, garantir o crédito, enfrentar a crise, de maneira muito serena. O discurso do Presidente Lula é de estímulo ao consumo, para garantir a produção e a geração de emprego e não permitir que essa crise chegue efetivamente ou saia da área financeira.

Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que reconhecemos e aplaudimos essa postura, não concordamos com a posição de ontem do Banco Central de manter a taxa de juros no patamar em que se encontra. Assim, apresento nosso protesto contra essa manutenção, que, a meu ver, destoa dessa orientação do Governo e a atrapalha.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Encerrada a fase de pronunciamentos de 1 minuto, passamos a breves comunicações, de 5 minutos, 3 minutos.

Concedo a palavra à ilustre Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Havia ficado extremamente feliz por saber que o tempo seria aumentado de 3 para 5 minutos. Como sempre, V.Exa. tem sido compreensivo e tolerante com todos aqueles que usam desta tribuna.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço este registro, que já havia sido feito pelo Deputado Átila Lins, coordenador de nossa bancada: hoje, a partir das 14h, na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, estará presente a Comissão de Orçamento desta Casa, para a realização de audiência pública regional. Apenas reforço essa informação.

Temos a oportunidade de debater com a sociedade do Estado do Amazonas e de toda a Região Norte e com Parlamentares estaduais e municipais daquela região. E certamente contaremos, Deputado Átila Lins, com a presença de vários Parlamentares federais, inclusive daqueles que não compõem a Comissão de Orçamento, que deverão ir a Manaus debater o orçamento para a Amazônia.

Este é o momento principal. Temos debatido muito as necessidades de maior investimento na região amazônica, para que possamos combinar o desenvolvimento econômico e social com a preservação ambiental. Na prática, Sr. Presidente, isso se traduz no Orçamento, porque não adiantam belos programas e projetos importantes, se o Orçamento da União, o dinheiro aplicado ano a ano, não mostrar claramente o seu compromisso com a aplicação de recursos para aquela região. Portanto, tenho uma expectativa muito importante relativamente a essa reunião. Sei da sensibilidade do Governo Federal, que tem melhorado e aumentado, em muito, os investimentos para a Amazônia. E sei que nós do Congresso Nacional poderemos melhorar ainda mais o grau de investimentos e de preocupação com toda aquela região, a mais coibida do mundo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero também falar rapidamente a respeito do desenvolvimento do Programa Luz para Todos em nosso País. Vejo esse como um dos principais programas de infra-estrutura, um dos principais programas sociais do Governo Federal, que pela primeira vez se preocupou com a situação de vida daqueles que vivem nas regiões mais longínquas e isoladas deste País.

Não me refiro somente àqueles que vivem em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas principalmente àqueles que vivem nas Regiões Nordeste e Norte. Quem diria, Sr. Presidente, que lá

no meu Estado, o Amazonas, lá no Estado da Deputada Perpétua Almeida, o Estado do Acre, aquelas comunidades isoladas a 3, 4 dias de barco das sedes das suas próprias cidades teriam acesso a energia elétrica. Junto com a energia chega a possibilidade de desenvolvimento, de geração de renda, inclusive com a utilização das riquezas da própria floresta.

Hoje li matéria em jornal a qual mostra que o programa está atrasado. Criado em 2003, estabelecia meta de 2 milhões de ligações até 2008. E encerraremos o ano de 2008 com 1 milhão e 800 mil ligações. Mesmo assim, considero isso uma vitória, um avanço extremamente importante. Lamento que meu Estado seja um dos mais atrasados, mas sei do compromisso do Ministro Edison Lobão em rapidamente compensar o atraso e também fazer com que naqueles Estados mais atrasados as famílias possam ter, o quanto antes, luz em suas casas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Eliene Lima.

O SR. ELIENE LIMA (PP – MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Pantanal em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a maior área alagada contínua do planeta, pode receber o título de Patrimônio Cultural da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

Além de sua notoriedade internacional pelos atributos naturais, o Pantanal vai estender sua importância, sendo indicado à UNESCO pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN por possuir sítios arqueológicos com vestígios de povos pré-coloniais, constituindo assim um patrimônio misto.

Na semana passada, consultores nacionais e internacionais, representantes da UNESCO e do IPHAN estiveram reunidos no Rio de Janeiro para estudar a atual lista de aproximadamente 50 indicações, por parte do Governo brasileiro, de locais candidatos a receber o título de patrimônio mundial.

Entre eles, além do Pantanal, Mato Grosso possui 4 indicações: o sítio de arte rupestre Pedra Preta de Paranaíta (851 quilômetros de Cuiabá); o sítio arqueológico Abrigo Santa Elina, um dos locais de ocupação humana mais antiga, no Município de Jangada (80 quilômetros); o complexo arqueológico do Parque Indígena do Xingu, cujos vestígios pré-coloniais confirmam a presença milenar dos indígenas; e o complexo arqueológico Taihantesu, na região de Vila Bela da Santíssima Trindade (521 quilômetros), com grutas e restos de artefatos com significado mítico para os índios wasusu.

Caros colegas, a lista de indicações para a UNESCO é realizada de 10 em 10 anos. A atual deve ser enviada até fevereiro do ano que vem. Atualmente, existem no mundo 851 áreas decretadas como patrimônio. São 660 áreas de patrimônio cultural, 166 naturais e 25 mistas, com importância ambiental e cultural.

Uma das consultoras internacionais presentes na reunião, Maria Clara Migliacio, arquiteta e arqueóloga, disse que o Pantanal tem grandes chances de receber o título da UNESCO. Ela explicou que o Parque já está projetado internacionalmente, ainda mais numa época em que a preservação ambiental é tão alardeada.

Outro fator é a tendência da UNESCO de aceitar incentivar indicações de áreas, como na América Latina, que ainda não foram tão contempladas com títulos de patrimônio quanto, por exemplo, a Europa, que recebeu o maior número de títulos.

O Pantanal já é declarado Reserva Ambiental da Humanidade.

O Brasil é o país da América Latina que menos tem indicado bens para títulos de patrimônio junto à UNESCO. A maioria dos contemplados no País são complexos arquitetônicos coloniais, como os centros históricos de Salvador, Bahia, e São Luís do Maranhão, no Estado do Maranhão.

Agora, a UNESCO estaria interessada em outros tipos de bens, observando suas áreas de abrangência e singularidade.

As áreas que recebem o título são monitoradas pela UNESCO, que passa a recomendar sua preservação aos Governos, que também passam a investir no turismo cultural.

Nós estamos torcendo para que realmente esta beleza natural, nosso Pantanal, tanto de Mato Grosso quanto de Mato Grosso do Sul, a maior área alagada contida do mundo, com beleza de fauna e flora, realmente seja reconhecida, e que seja valorizado principalmente esse aspecto da preservação ambiental, atualmente tão enfocada pela sociedade mundial.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando se fala sobre nossa economia real, vemos sua importância e seu vigor no consumo por parte de famílias. O que vem movimentando a nossa economia, levando-nos ao desenvolvimento é o consumo por parte das famílias, as poupanças privada e pública.

Há 2 fatores importantes que ocasionaram essa poupança, aos quais quero reportar-me como fundamentais. Um deles é o aumento do salário mínimo. O aumento real dado nesses últimos 5 anos fez com que quase 40 milhões de brasileiros pudessem ter uma renda superior, que lhes permitisse acesso ao consumo. O outro fator é o aumento real dos salários, principalmente pelos acordos coletivos feitos nos últimos anos, que sempre apontaram para um ganho real.

A massa salarial cresceu no Brasil. Isso foi importante, porque talvez represente a blindagem da nossa economia. E essa economia permite ao quitandeiro, ao dono de um botequim, àquele que tem uma lojinha num bairro periférico e que consegue vender uma televisão ou um jogo de sofá ter melhores condições.

Além desse fator, originário do setor privado, existe ainda aquilo que é pago pela Previdência Social. Hoje, 40 milhões de brasileiros são alcançados pelo arco de atendimento da nossa Previdência Social. Houve aumento desse programa de expansão das redes de atendimento, e só no Estado de Rondônia serão criadas mais 6 dessas agências, para que se possa tornar mais fácil a relação entre o cidadão brasileiro e a previdência pública.

A Argentina e o Chile, países que adotaram a previdência privada, têm dado recuos, em face desse contexto de insegurança internacional, globalizada. Alguns países que adotaram no passado a previdência privada também têm voltado atrás.

No Brasil, temos uma previdência pública responsável pelo pagamento de benefícios a 40 milhões de brasileiros, sejam proventos de aposentadoria, sejam auxílios, por exemplo, relacionados a doença ou à maternidade. Essa renda permite a mais de 3 mil municípios brasileiros viver da sua economia, sem depender do pagamento da previdência social.

Podemos dizer que a Previdência Social é um dos principais programas de transferência de renda do Brasil, exatamente em razão do pagamento de benefícios, que faz girar a economia de milhares de municípios brasileiros.

O Ministro José Pimentel, nosso colega de Parlamento, propõe a expansão da rede de atendimento a fim de aproximar a Previdência do cidadão. Essa atitude é elogiável. Portanto, exalto S.Exa. e o cumprimento.

Devo dizer, por fim, que o Ministro José Pimentel tem visitado a Câmara dos Deputados em busca de apoio das bancadas para esse programa de expansão da rede de atendimento da Previdência Social em todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Antonio Carlos Biscaia.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sempre tenho sustentado que a exploração do chamado jogo do bicho apenas aparenta ser inofensiva, mas é uma atividade criminosa de extrema gravidade. Ela integra a criminalidade organizada.

Quando no exercício do cargo de Procurador-Geral de Justiça, em 1985, iniciamos investigações que resultaram na condenação da cúpula do jogo do bicho no Estado do Rio de Janeiro, o que aconteceu em 1993 com a magistral sentença da ex-Juíza Denise Frossard.

Naquela oportunidade, eles foram presos, condenados, cumpriram pena, mas prosseguem até hoje exercendo suas atividades criminosas. Aquela condenação não foi suficiente para afastá-los do crime. Continuam explorando jogos ilegais, corrompendo setores do aparelho policial, da atividade política, praticando lavagem de dinheiro, contrabando e homicídios.

Por isso apresentei, neste ano, o Projeto de Lei nº 3.629, que objetiva a criminalização das condutas que envolvem a exploração do jogo do bicho.

Essa minha afirmação tanto é verdadeira que hoje temos a notícia de que a nossa Polícia Federal prendeu Anísio Abraão Davi, banqueiro do jogo do bicho, Presidente da Escola de Samba Beija-Flor, com, pelo menos, 1 milhão de reais, além de veículos de luxo. A operação, desencadeada ontem, tem o nome simbólico de Operação 1357, uma alusão aos números primos, porque envolve uma quadrilha familiar em Nilópolis.

As notícias revelam algo muito grave, que o Policial Federal Luciano Delgado Botelho, lotado na Delegacia Institucional da Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro, encarregada de dar segurança às autoridades quando estão naquela cidade, também integrava a quadrilha.

O Superintendente da Polícia Federal esclarece que o mentor intelectual do esquema da lavagem de dinheiro era o policial federal Luciano Botelho. As investigações foram iniciadas há 1 ano pela Diretoria de Inteligência da Polícia Federal em Brasília. E os policiais federais prenderam também a doleira Marlene Bastos Chueke.

Além disso, comprovou-se que a Anísio explorava 600 pontos de caça-níqueis, espalhados pelo Rio de Janeiro, Baixada Fluminense e, evidentemente, em Nilópolis, que é o feudo do crime organizado, e em Teresópolis, cidade em que acabamos de resgatar o combate ao crime organizado com a eleição de Jorge Mário para Prefeito.

Então, é muito importante que se tenha consciência de que esse jogo aparentemente inofensivo é a fachada da criminalidade organizada no Estado do Rio

de Janeiro e em nosso País. Nesse caso que aqui relatei, as ramificações chegavam ao Rio Grande do Norte. Foram realizadas diversas prisões naquele Estado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS SANTANA (PT – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é com muito orgulho que venho a esta tribuna, porque mês que vem é o mês da consciência negra em nosso País.

Peço a atenção dos nobres Parlamentares e, em maior grau, dos Parlamentares que integram a Comissão de Orçamento.

Fizemos vários debates para discutir o Estatuto da Igualdade Racial. Um dos temas mais discutidos foi a reparação histórica ao nosso povo afrodescendente por meio da implementação de políticas afirmativas.

A partir do estudo do Dr. Mário Theodoro, coordenador do IPEA, há a necessidade de que cada Ministério determine recursos para que sejam promovidas as políticas afirmativas para o povo afrodescendente.

Vou dar um exemplo concreto. Todos sabem que nós afrodescendentes estamos geneticamente mais sujeitos a contrair anemia falciforme, doença que atinge especialmente o povo afrodescendente. Hoje, embora exista uma política na área de saúde para o povo negro, quantos recursos temos para que essa política possa ser implementada nos municípios e nos Estados? É isso que precisamos definir.

Outro exemplo é a questão quilombola. Hoje, o Ministério da Educação tem promovido políticas para a implementação, nas áreas quilombolas, de transporte, escolas e saneamento, porque o orçamento deve estar vinculado a essa realidade em função da escravidão, que perdurou em nosso País por quase 400 anos.

É por isso que, na condição de Presidente da Frente Parlamentar da Igualdade Racial, vamos entrar na etapa de sensibilização dos Parlamentares, como já está sendo feito pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o companheiro Deputado Pompeo de Mattos, para solucionar os problemas das reparações e das políticas afirmativas.

Sr. Presidente, agradeço ao Deputado Pompeo de Mattos, que teve sensibilidade nos debates que vêm acontecendo na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, pois há necessidade de emenda específica.

Vou citar um exemplo na área de segurança. São Paulo é a única cidade a ter uma delegacia em que se discutem questões de intolerância religiosa e discriminação. Por que não implantar em vários Estados delegacias especializadas nessa área? Isso se refere à política de segurança.

Queremos que o Presidente, o Relator e os Sub-Relatores da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização tenham o foco voltado para a nossa questão, de modo que nós afrodescendentes recebamos a reparação, depois de mais de 400 anos.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, para uma breve intervenção, ao ilustre Deputado Simão Sessim, o grande vitorioso de Nilópolis e adjacências.

O SR. SIMÃO SESSIM (PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha rápida intervenção nesta tribuna é para manifestar de público, nesta Casa, a minha satisfação diante de uma importante parceria que a escola de samba Beija-Flor acabou de firmar com a PETROBRAS para oferecer capacitação e esporte a jovens da comunidade de Nilópolis, cidade que tenho a honra de representar nesta Casa do povo.

Agora, no dia 23 de outubro, a PETROBRAS e a Beija-Flor oficializaram uma parceria para beneficiar mais de 2.300 crianças e jovens da comunidade, que terão acesso gratuito a atividades esportivas e cursos profissionalizantes.

A estatal investirá nesse projeto social de enorme relevância para o povo humilde R\$1,5 milhão ao longo dos próximos 12 meses. São recursos que vão possibilitar, por exemplo, a construção de um centro de capacitação profissional, onde serão oferecidas atividades ligadas ao carnaval, como cursos de música, adereços, maquiagem, cenografia, sapataria, marcenaria e mestre-sala e porta-bandeira.

Está prevista também a criação de espaço para a capacitação de jovens e adultos em aulas de informática e reforço escolar. Na área esportiva, 1.350 crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos poderão ainda praticar natação, futsal, futebol de campo, vôlei, judô, handebol, basquete e dança.

Como podemos observar, Sr. Presidente, é mais uma elogiável iniciativa do Presidente da Beija-Flor, Farid Abrão, abrindo espaço para a inclusão de crianças e adolescentes que precisam de ocupação esportiva e profissional para a sua formação cidadã, de forma a que possam almejar, em igualdade de condições, também oportunidades de lazer e de trabalho.

O projeto, denominado Sonho do Beija-Flor, era um sonho antigo da escola de samba, que começou a ser idealizado na prática em 2005 e que, com a parceria da Beija-Flor, já possibilitou, entre outras coisas, a reforma do Nova Cidade Futebol Clube, no bairro Nova Cidade.

Como bem disse o Gerente de Responsabilidade Social da PETROBRAS, Luiz Fernando Nery, a parceria visa despertar novos valores na área espor-

tiva e cultural, além de dar oportunidades de entretenimento e aprendizado a jovens carentes da cidade de Nilópolis.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, é que rendo desta tribuna as minhas homenagens à Escola de Samba Beija-Flor e a PETROBRAS, certo de que outras iniciativas semelhantes haverão de acontecer em benefício das crianças e dos adolescentes que precisam de oportunidades como essa para fazer valer não só o respeito e a dignidade, mas também a condição de cidadãos.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. pela oportunidade de fazer este registro.

O SR. PROFESSOR SETIMO (Bloco/PMDB – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago a preocupação com a necessidade da chamada reforma política.

Quem passou pelo processo das eleições municipais viu a necessidade não de uma reforma eleitoral, mas de uma reforma política em que possamos estudar cada ponto no que se refere às coligações, às coincidências dos mandatos e a um dos elementos que foi básico nesta campanha em muitas cidades: o abuso do poder econômico e o abuso político.

O que notamos nestas eleições municipais, Sr. Presidente, foi a interferência muitas vezes dos governantes estaduais no Município, sem nenhum respeito à autonomia municipal. Governadores, às vésperas das eleições, fizeram obras eleitoreiras para beneficiar seus candidatos. Fomos vítimas disso também no Estado do Maranhão. Sem nenhum respeito ao Prefeito, sem respeito à autonomia dos Municípios, sem respeito ao plano diretor da cidade, sem estudo das obras de infra-estrutura, tudo ocorreu apenas para atender aos anseios das eleições municipais em benefício de seus candidatos.

O que vimos nestas eleições municipais, Sr. Presidente, foi um verdadeiro abuso do poder econômico e do poder político. Queremos antecipar a posição da Situação, para traçar uma linha de entendimento e fazer a reforma política, estudando desde a fidelidade partidária até o final ou a continuação das coligações.

Vimos companheiros candidatos a Vereador, com grande número de votos, na hora não serem eleitos porque as coligações assim não o permitem. O Congresso já tomou uma atitude ao regulamentar o número de Vereadores e dos repasses para a Câmara, mas precisa também dar sua contribuição para esse assunto.

Portanto, Sr. Presidente, existe a necessidade urgente de não fazermos uma reforma eleitoral às vésperas das eleições, mas, sim, uma reforma política

para que possamos atender aos anseios dos partidos políticos e respeitar, assim, o cidadão brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Átila Lins.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PMDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os Ministros do Governo Lula Mangabeira Unger, de Assuntos Estratégicos, e José Pimentel, da Previdência Social, na semana passada, visitaram o Município de Lábrea, no Estado do Amazonas.

Com certeza, foi um fato inusitado, porque nós já havíamos aqui comentado, há algum tempo, que eram necessárias providências urgentes para que o Governo Federal suprisse sua ausência nos municípios do interior do Amazonas. Essa visita dos 2 Ministros foi praticamente para definir algumas ações do Governo Federal no interior do Estado.

O Ministro da Previdência anunciou a instalação de Agência da Previdência Social – APS em Lábrea, que vai permitir aos seus moradores e aos dos municípios próximos ter assistência da Previdência Social sem que precisem deslocar-se para Manaus ou outro município distante. Com isso, o Ministro da Previdência, José Pimentel, nosso colega Deputado, está fazendo com que a Previdência chegue ao interior amazônico.

Em Lábrea, uma equipe da Previdência está fazendo mutirão e permitindo o atendimento e a concessão de mais de 350 benefícios. Essa equipe ainda continua no município para fazer a aposentadoria daqueles que precisam aposentar-se e outras ações beneficiárias àqueles que precisam.

Portanto, quero elogiar o Ministro da Previdência, José Pimentel, e o Ministro Mangabeira Unger, que levou outras ações na área de sua atuação, como o Plano de Desenvolvimento da Amazônia Sustentável.

Quero, ao mesmo tempo, cumprimentar o Prefeito Gean Barros, o Vice-Prefeito Nelson Amud, os Vereadores de Lábrea, que deram aos Ministros uma atenção e um carinho especiais, para que S.Exas. possam realmente viabilizar esses benefícios que trarão, com certeza, dias melhores para a população labrense e para a população do interior amazônico.

É claro que ainda há muito o que fazer. Há muitos municípios que não têm agência bancária, agência do IBAMA ou agência do INCRA, mas vamos chegar lá.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Domingos Dutra.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 3, segunda-feira, o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, estará na cidade de Imperatriz, numa reunião conjunta com os Governadores do Maranhão, do

Pará e do Tocantins, onde vão firmar parcerias para combater o trabalho escravo, que, infelizmente, ainda é uma praga que teima em existir nos Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

O Presidente Lula, nesses 6 anos de mandato, por meio dos seus Ministérios, tem tomado medidas efetivas de combate ao trabalho escravo, mas, lamentavelmente, de forma periódica são libertados trabalhadores nessas regiões mais pobres do País.

Na segunda-feira, na cidade de Imperatriz, o Governador do Maranhão, Jackson Lago, a Governadora do Pará, Ana Júlia, do PT, e o Governador do Tocantins, Marcelo Miranda, firmarão parceria para qualificar o trabalho rural, diminuir ou eliminar a prática do trabalho escravo, numa parceria com o Sindicato de Trabalhadores Rurais e com entidades não-governamentais nesse esforço concentrado de garantir dignidade àqueles que exercem o trabalho rural no País.

Queremos desta tribuna desejar que essa parceria consiga eliminar a prática do trabalho escravo nessas regiões pobres do País, que haja investimento na qualificação do trabalho rural e que as entidades sindicais e não-governamentais tenham efetiva participação nesse esforço meritório de qualificar a mão-de-obra no campo.

Quero também aqui parabenizar a *Secretária* do Trabalho e Economia Solidária do Estado do Maranhão, *Terezinha Fernandes*, que foi Deputada Federal durante 4 anos. Ela é esposa de Jomar Fernandes, que foi Prefeito de Imperatriz e fez a melhor gestão no Município, mas, lamentavelmente, não conseguiu reeleger-se. Terezinha Fernandes hoje exerce um trabalho exemplar na Secretaria do Trabalho e, com certeza, vai dar uma contribuição efetiva nesse esforço concentrado.

Portanto, Sr. Presidente, parabenizo o Governador Jackson Lago, do Maranhão, o Governador Marcelo Miranda, do Tocantins, a Governadora Ana Júlia, do Pará, o Ministro do Trabalho e, em conseqüência, o Presidente Lula, pelas políticas públicas que desenvolvem para enfrentar o trabalho escravo em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado José Edmar. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna, prorrogáveis por 1 minuto.

O SR. JOSÉ EDMAR (PR – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Inocência Oliveira, permita-me fazer uma citação interessante: *“Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”*. Faço essa observação porque, mais uma vez, quero falar sobre o processo de reforma tributária que hoje é tema nesta Casa.

Mas, para falar sobre reforma tributária, eu gostaria de fazer uma reflexão sobre uma frase de uma moça chamada Cristina, que encontrei um dia num

aeroporto de Paris. Ela me disse algo que me chocou muito: ela e o marido ganhavam algo em torno de 7 mil euros, o que representava aproximadamente 20 mil reais. E ela trabalhava como balconista em uma livraria, vendendo livros, num aeroporto de Paris. Mas aqui no Brasil, se ela e o marido trabalhassem na mesma função, ganhariam apenas pouco mais de mil reais. Com aquele salário, ela pôde ajudar a mãe, já tem casa aqui, e passa todo o mês aqui no Brasil. Ela não entendia por que o Brasil, tão grande, tinha essa distorção tão violenta.

Quero, mais uma vez, dizer que eu me debrucei sobre o tema, estudei qual é realmente o problema deste País no que diz respeito à reforma tributária. Fomos atrás logicamente de dados, e a Receita Federal nos fornece uma tabela que mostra claramente, Deputado José Genoíno, qual é a arrecadação tributária, item por item. Quando se analisa, por exemplo, Imposto de Renda, vemos lá pessoas físicas, pessoas jurídicas, retenção na fonte. E aí, Sr. Presidente, não entendemos como podemos conviver com essa situação.

Por exemplo, com pessoa física, arrecada-se 10 vezes menos do que com o imposto retido na fonte, que é basicamente o do funcionalismo público, ou seja, metade do que se arrecada com as empresas públicas. Também não se entende como com o Imposto sobre Produtos Industrializados se arrecada algo na casa de 28 bilhões de reais, quando com a CPMF, com alíquota de 0,38%, menos de 0,5%, arrecadavam-se 40 bilhões de reais. Temos de fazer uma reflexão.

Há uma cartilha, que já mandei para todos os Deputados; temos discutido sobre a criação do Imposto Único Federal, com alíquota de 2%, que pode facilmente superar o Imposto de Renda e o IPI e ainda aumentar a arrecadação. Como eliminar alíquotas de 20%, 30%, 40%, até 110%? Como substituir o Imposto de Renda, com alíquota de 27,5%, e IPI, com alíquota de 10%, 20%, 30%, por uma alíquota de 2%? Aumentar a arrecadação do País com apenas 2%? Há de se fazer uma reflexão.

O sistema tributário está errado. Nesta Casa, onde se discute o sistema tributário, há de se fazer uma avaliação nesse sentido.

Portanto, Sr. Presidente, peço a V.Exa. que nos dê a oportunidade de debater mais sobre esse tema, porque agora, principalmente no momento de crise, é necessário que encontremos novos caminhos. E, certamente, esse caminho que apresento vai facilitar a vida do nosso povo.

Muito obrigado.

O Sr. Inocência Oliveira, 2º Vice Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arlindo Chinaglia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Iran Barbosa.

O SR. IRAN BARBOSA (PT – SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por algumas vezes já tive a oportunidade de defender, nesta Casa, a extinção da Desvinculação de Receitas da União, a DRU, para a educação e, hoje, com certeza, posso afirmar que estamos mais próximos dessa reivindicação de todos os lutadores e defensores da educação pública de qualidade. Digo isso, porque, na última terça-feira, dia 28 de outubro, a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania desta Casa aprovou, por unanimidade, a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 277/08, do Senado Federal, que aumenta os recursos orçamentários federais vinculados à educação. A PEC reduz, anualmente, o percentual da DRU que incide sobre os recursos destinados à área, ou seja, abre caminho para a educação contar com mais recursos. Apensada à PEC, também foi aprovada a proposta de emenda à Constituição nº 267/08, de autoria do meu colega de partido e, também, titular da Comissão de Educação e Cultura, o Deputado Carlos Abicalil, que apresentou proposta semelhante.

Sou totalmente favorável ao fim da DRU, porque é um absurdo usarmos recursos que poderiam servir à educação pública para outras finalidades, como, por exemplo, fazer superávit primário. Em uma área tão importante, que responde pelo futuro do nosso País, que atende a milhões de crianças, jovens e adultos, não podemos abrir mão de nenhum centavo, pelo contrário, devemos lutar para que os recursos aumentem e que, enfim, como recomendado, possamos aplicar até 10% do nosso Produto Interno Bruto – PIB na educação.

Lembro que o percentual que o nosso País aplica hoje está bem abaixo disso, na casa de 4%, e que países como a Coréia do Sul aplicam 8% do seu PIB na educação. No Governo do Presidente Lula avançamos na educação, mas é preciso avançar mais. Sem maiores investimentos, jamais conseguiremos acabar com as mazelas do setor, que impedem uma educação pública de qualidade e a ampliação do acesso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a educação é essencial e devemos tê-la como prioridade nacional. Por isso, defendo o fim da DRU e peço à Comissão Especial que analisará a extinção gradual da Desvinculação de Receitas da União que aprecie a PEC, aprovada na CCJC, o mais rápido possível e que a encaminhe ao Plenário desta Casa, para que possamos, de uma vez por todas, votar e encerrar a discussão. Apelo no sentido de que votemos a proposta ainda este ano, a fim de que possa vigorar já em 2009.

Se a medida entrar em vigor no ano que vem, a educação terá o orçamento aumentado de forma escalonada. A previsão é de que os recursos cresçam em cerca de 2 bilhões de reais em 2009 e 4 bilhões de reais em 2010, até chegarem aos 7,7 bilhões de reais em 2011. Isso será possível graças a uma redução do percentual da DRU. Em 2009, a desvinculação cairá dos atuais 20% para 10%. No ano seguinte, passará a ser de 5%. E, a partir de 2011, recursos da educação não poderão ser desvinculados.

Por fim, cumprimento a CCJC pela aprovação da PEC. Foi uma decisão extremamente positiva para a educação e o País.

Era o que eu tinha para o momento.

O SR. JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PR-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumpre-me render justa homenagem **in memoriam** a 2 nomes presentes na história de Belo Horizonte e do Estado de Minas e que deixam saudades e boas lembranças entre os muitos amigos, admiradores e familiares que puderam testemunhar o valor de suas existências, as virtudes e a contribuição do trabalho de cada um.

Saúdo, pois, a memória de José Gilberto de Sousa e de Ubaldino Guimarães, ambos recentemente falecidos em Belo Horizonte.

Guardamos as melhores lembranças de José Gilberto de Sousa, ser humano notável, sempre empenhado em ajudar os mais necessitados.

Natural de Abaeté, formou-se em Medicina no ano de 1954 pela UFMG. Notabilizou-se, em especial, por exercer a profissão de médico como um sacerdócio, revelando-se pelo extremado zelo no atendimento aos pacientes.

Como Presidente da Associação Médica de Minas Gerais, prestou relevantes serviços ao setor.

A convite do Prof. Lucas Machado, ingressou no quadro clínico da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, onde organizou a Clínica Neurológica e Neurocirúrgica, tornando-a um dos maiores centros especializados da área no País. Em 1960, assumiu a cadeira titular de Neurocirurgia da Escola de Ciências Médicas de Minas Gerais. Além de Presidente da Associação Médica de Minas Gerais e da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia, foi membro das seguintes entidades: Academia Brasileira de Neurocirurgia, Sociedade Alemã de Neurocirurgia, Academia Mineira de Medicina e Comissão Permanente de Fiscalização de Serviços da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia.

José Gilberto de Sousa foi também um grande pecuarista, com ativa participação em favor do progresso e da produtividade do segmento.

Faleceu em Belo Horizonte, aos 79 anos, deixando esposa, Sra. Daisy, e os filhos Renata, Flávia, Ricardo e Fernanda, além de netos.

Outra pessoa muito querida, de quem também guardamos as melhores lembranças, foi Ubaldino Guimarães, não só em razão de sua atuação na televisão, mas também como ser humano, foi durante muitos anos o Papai Noel oficial em Belo Horizonte, alegrando milhares de crianças.

Fez a alegria de muitas pessoas, de modo que não poderia deixar de prestar-lhe esta singela homenagem.

Ubaldino Guimarães tinha muitos planos quando chegou a Belo Horizonte, na década de 50. Menino pobre de Rio Casca, na Zona da Mata, sabia que na Capital acharia campo fértil para semear sua criatividade. Mas o que ele não sabia é que tinha um dom, o que só descobriu por acaso: o dom de nos fazer sonhar. Essa descoberta só ocorreu depois de um teste na *TV Itacolomi*, emissora dos Diários Associados, a primeira de Belo Horizonte.

Aprovado no teste, Ubaldino passou a fazer parte do grupo de teatro da emissora. Era um corpo de atores de primeira linha, que representava ao vivo, sem direito a erros, porque naquele tempo ainda não era possível fazer gravações.

Foi para os telespectadores da *Itacolomi* uma espécie de embaixador da esperança, com teledramas e comédias e programas infantis, que o levaram ao estrelado.

Ainda apresentou um programa que permanece na memória de muitos telespectadores, o *Bombeiros em Foco*, que mostrava o trabalho da corporação em missões de salvamento e em atividades dedicadas às crianças.

Mas a figura que marcou definitivamente a presença de Ubaldino Guimarães foi a de Papai Noel oficial da Capital mineira. Por mais de 40 anos, ele fez com que as crianças acreditassem que os presentes realmente vinham de longe, no trenó puxado por incansáveis renas e pilotado pelo velhinho de roupas vermelhas e barbas brancas.

Não teve filhos, apesar de casado com a Sra. Roseli Santos Silva, mas distribuiu amor a milhares de crianças de Belo Horizonte e arredores.

Um de seus últimos trabalhos foi na assessoria de imprensa do INSS, onde nunca negou a um amigo ou a quem precisasse de atendimento urgente a ajuda para driblar a burocracia e a insensibilidade dos guichês.

Ubaldino Guimarães faleceu aos 85 anos e foi enterrado no Cemitério Bosque da Esperança, em Belo Horizonte.

Portanto, rende-se, na oportunidade, o justo preito de admiração e respeito em memória de José Gilberto de Sousa e de Ubaldino Guimarães.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ BITTENCOURT (Bloco/PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 5 de outubro, enquanto o País realizava eleições livres e democráticas, a Constituição de 1988, que encerrou de vez o ciclo autoritário no Brasil, completava exatos 20 anos de promulgação. A Carta Cidadã, como foi batizada, coroou de uma vez por todas a obra de uma geração combativa que marcou a história do Brasil, integrada por grandes talentos políticos como Tancredo Neves, Paulo Brossard, Freitas Nobre, Teotônio Vilela e Leonel Brizola.

Dirigida pelo velho timoneiro Ulysses Guimarães, o Senhor Diretas, a Assembléia Nacional Constituinte consumiu o esforço de 559 parlamentares em 24 Comissões Temáticas, que examinaram cerca de 66 mil emendas. Onze partidos revezaram-se na condução dos debates, cada qual encaminhando posições e articulando acordos para assegurar um lugar ao sol no oceano de minúcias jurídicas e legislativas que aflorou nos debates da Constituinte.

Ao final, o Brasil receberia uma Carta Constitucional que, se foi permeada de muitas imperfeições, como o próprio Relator Bernardo Cabral admitiu à época, como a fixação dos juros anuais em 12%, pelo menos teve o mérito de recolocar o País no caminho democrático e restabelecer o Estado de Direito. As crises institucionais que sobrevieram, como o episódio que culminou com a renúncia do então Presidente Fernando Collor, demonstraram isso na prática: não abalaram a normalidade democrática e acabaram resolvidas dentro da legalidade.

Amadurecido pela experiência democrática, o País venceu a intolerância política e elegeu por 2 vezes para a Presidência da República um sindicalista vinculado às lutas populares. Mas, ainda lutamos para implementar uma série de reformas fundamentais para garantir a retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento social das diversas regiões, especialmente as que concentram os Estados do Norte e do Centro Oeste.

O Brasil de Lula vive um momento historicamente decisivo. É indiscutível a necessidade de aperfeiçoar o texto constitucional e a legislação dele derivada, principalmente para criar e articular mecanismos garantidores de novas possibilidades políticas, sociais e econômicas. Precisamos dar passos adiante e assegurar novas conquistas, sobretudo de natureza social.

Temos ainda muito o que fazer. Na agenda do País ainda permanecem desafiadoras reformas essenciais à modernização política e econômica. Questões fundamentais como a reforma política, a reforma tributária, a reforma do Judiciário, entre outras, persistem inconclusas ou intocadas, bem como a garantia da cidadania básica, a exemplo do acesso aos avanços digitais, a universalização da educação e a aplicação de normas civilizadas de proteção aos consumidores.

A Constituição de 1988 é um marco do Brasil moderno, plural e democrático. E, por isso mesmo, é o grande referencial da trajetória do País rumo à conquista da cidadania plena. Daí a importância do dia 5 de outubro, data em que Ulysses Guimarães entregou a Constituição de 1988, a sétima da história do País, documento que ele classificou como guardião da governabilidade e que é, sem dúvida alguma, o principal legado de uma geração que suportou os anos conturbados do arbítrio e da perseguição política.

Ao concluir, Sr. Presidente, peço que a Câmara dos Deputados faça nos seus Anais o registro da passagem dos 20 anos da promulgação da Constituição de 1988, a Carta Cidadã, que tem significado político expressivo para todos os brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recente pesquisa divulgada pelo IBGE mostrou que o brasileiro está vivendo mais e também, em consequência, ficando mais velho. Eu diria que está vivendo mais e melhor nesses últimos 6 anos. A expectativa de vida cresceu mais de 3 anos na última década, passando de 69,3 anos em 1997 para 72,7 anos em 2007. É claro que são números de aproximação estatística, porém extremamente válidos. Constam da publicação *Síntese de Indicadores Sociais* divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no mês passado.

Entre as regiões brasileiras, o melhor índice de esperança de vida está no Sul (74,7 anos) e o pior, infelizmente, na Região Nordeste (69,7 anos). Nessa região, as piores médias estão em Alagoas (66,8 anos) e no Maranhão (67,6 anos). Há menos pobres no País, mas a desigualdade racial se eleva, acrescenta o IBGE. E – fenômeno recente, que se deve às políticas sociais do Governo Lula, em particular – os idosos garantem mais de 50% da renda familiar nos municípios que não são Capitais de Estados.

Em 2007, havia 3,8 milhões de estudantes entre 18 e 24 anos de cor branca, número pouco acima dos 3,4 milhões de estudantes pretos ou pardos. Mas, o fato é que mais da metade desses estudantes brancos freqüentava o ensino superior e apenas um quarto

daqueles estudantes pretos e pardos cursava a universidade. Isso demonstra que há obstáculos para a “mobilidade social vertical” no Brasil, em parte devido à má distribuição de renda.

Mas, voltemos à posição atual dos idosos no conjunto da população do País: eles têm um peso maior no Nordeste, onde a renda das pessoas com 60 anos ou mais garante mais da metade do rendimento familiar, com maior tendência nas áreas rurais. Dramática é a constatação de que 2,7 milhões de idosos moram sozinhos, principalmente nas grandes cidades, o que ocorre desde os anos 40 e 50 nas metrópoles de todo o mundo.

O Brasil, em 2050, deverá ter uma população de 259,8 milhões; e a nossa expectativa de vida, ao nascer, será, segundo as projeções dos demógrafos, de 81,3 anos, a mesma dos japoneses hoje em dia. Se o crescimento da nossa população tivesse permanecido no mesmo ritmo dos anos 50, seríamos, hoje, 262 milhões de habitantes, mas a taxa de fecundidade diminuiu, devido a vários fatores: o elevado custo de manutenção dos filhos, a entrada da mulher no mercado de trabalho, a popularização dos métodos anticoncepcionais, a mudança nos hábitos da família brasileira, a diáspora dos filhos maiores, etc. Também a população feminina tem aumentado. Hoje, no País, já é de 51,8%, contra 48,2% da população masculina.

Desse estudo do IBGE, a conclusão mais imediata é de que o rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil lança um sério desafio para os Governos e demanda a formulação de uma política pública que contemple maior assistência previdenciária e de saúde, bem como, no plano da assistência social, dê atenção ao isolamento dos idosos e crie formas de interação e convívio deles na sociedade (clubes de lazer e recreação, organização do turismo da terceira idade, sessões de leitura e cinema, centro de convivência de idosos, etc.).

Muito obrigado.

A SRA. REBECCA GARCIA (PP – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, *“queres ser médico, meu filho? Esta é a aspiração de uma alma generosa, de um espírito ávido de ciência. Tens pensado bem no que há de ser a tua vida?”* Esta frase é de Esculápio, Deus romano da Medicina e da Cura.

Médicos são seres anônimos, sem rosto, que trabalham durante as madrugadas, amarrados, cansados, sem condições de infra-estrutura necessárias para executar suas funções e muitas vezes não recebem salário digno e de acordo com a responsabilidade de seus atos. Realizam um trabalho que exige o maior respeito, dedicação, milimetragem. Uma pessoa

sofre a pressão de saber que a vida de um ser humano encontra-se em suas mãos, e um centímetro de desconcerto, um segundo de desatenção pode ser o ápice para o sofrimento de uma família. Infelizmente, no Brasil, esses profissionais não têm tido o reconhecimento que merecem.

Na hora de falar deles, é simples pensar em termos para traduzir o significado dessas pessoas que estão sempre prontas a nos atender, em qualquer lugar, momento e situação. Por que não os chamar de anjos? Talvez seres especiais enviados por Deus? Epicteto, filósofo grego, dizia: *“Deus escolhe seus servos ao nascerem, ou talvez antes mesmo do nascimento”*.

Essa é a realidade de um médico, aquele que vive para cuidar do próximo, que doa até seus momentos de descanso para salvar o nosso dom mais precioso: a vida.

O médico é um dos profissionais mais importantes da nossa sociedade. Sua função está ligada à manutenção e à restauração da saúde. Esse profissional utiliza-se de um saber específico, de técnicas estudadas durante séculos, abordagens que o permitem promover a saúde e o bem-estar aos seus pacientes. O médico torna-se nosso melhor companheiro nas horas de desilusão, aquele que sabe o que se passa dentro de nós, antes mesmo de nos queixarmos daquilo. Conhece cada batimento do nosso coração e acompanha nossa trajetória de vida nos ajudando sempre a levar adiante mais um dia de estada na Terra.

Certo seria se considerássemos nossos médicos como guardiões de nossas vidas, aquele a quem designamos afeto e um eterno sentimento de agradecimento no caso de cada palavra de conforto, atenção dispensada ou receita encaminhada, sabendo que cada ato seu não é apenas mais um, mas sim o único, o especial, aquele que pode mudar o curso de uma vida.

Senhoras e senhores, vim a esta tribuna hoje para homenagear esses profissionais e parabenizá-los pelo dia 18 de outubro, o Dia do Médico. Essa data foi escolhida por ser o dia consagrado a Lucas, o “amado médico”, segundo o apóstolo Paulo. Lucas teria estudado medicina em Antioquia, além de ser pintor, músico e historiador, um dos mais intelectuais discípulos de Cristo. A tradição de ter Lucas como o patrono dos médicos se iniciou por volta do século XV.

Desde então, a medicina vem crescendo e se desenvolvendo, buscando informações, curas, exames, tratamentos capazes de combater a frustração de doenças inesperadas. Aliada à tecnologia, a medicina tem operado verdadeiros milagres.

É preciso dar mais valor aos nossos profissionais da saúde. Devemos lutar para que eles possam trabalhar satisfeitos e não desistam de suas missões por

causa de frustrações profissionais. E não seria digno de um ser humano ser responsável pela vida de outro, se o mesmo não fizesse por onde.

A caminhada de um médico à sua cadeira de responsabilidade começa desde criança, quando um sonho é alimentado, a vontade de crescer e fazer diferença dentro da população é maior que todo e qualquer medo de enfrentar as situações impostas por sua escolha. São muitos anos de estudo, de aprendizado, de preparo emocional, para que ele possa se tornar o herói que salva uma vida ou, infelizmente, em outros casos, o vilão que não conseguiu mudar um destino.

Ele é aquele que, nas horas mais difíceis, senta ao nosso lado e admite não poder fazer mais nada para lutar por uma vida e, em outras situações, vibra ao realizar uma cirurgia de sucesso. Numa caminhada longa, de anos de dedicação, às vezes se depara com uma realidade infrutífera, em que não tem condições de trabalhar.

Até quando teremos um sistema de saúde sem condições de proporcionar a esses profissionais as melhores formas de trabalhar? O que fazer diante dessa situação? São inúmeras vidas, sonhos, famílias, é toda uma população que necessita de cuidados. Até onde iremos em busca de um plano de equilíbrio? Depende de mim, depende de V.Exas., Sras. e Srs. Parlamentares. Essa mudança depende apenas de cada um de nós.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que este discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos órgãos de comunicação da Câmara dos Deputados.

Muito obrigada.

O SR. CARLOS SOUZA (PP – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Prêmio Professor Samuel Benchimol – Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, que já se encontra em sua quinta edição, constitui uma iniciativa importante do Governo Federal, justamente reconhecida pelos resultados que tem produzido, com o objetivo de identificar e apoiar projetos que promovam o desenvolvimento da região amazônica nas áreas social, ambiental, econômica e tecnológica.

Outro dado que confirma a importância da premiação decorre da amplitude territorial da Amazônia, abrangendo, no Brasil, os Estados do Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão, Pará, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Instituído, em 2003, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), com o apoio da Confederação Nacional da Indústria – CNI, do Banco da Amazônia e do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), o referido

prêmio conta com o apoio também de 10 Ministérios – Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Defesa, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Integração Nacional, Minas e Energia, Relações Exteriores, Turismo e Saúde -, além das federações de indústrias da região amazônica, Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), Banco da Amazônia, Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC), Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas (SECT/AM) e Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA).

Incluem-se estas ainda entre as instituições e empresas co-promotoras do Prêmio Professor Samuel Benchimol, edição 2008: Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPTI), Fundação de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (FUCAPI), Amazon Sat, Basf, Coca-Cola Brasil, Grupo Bemol/Fogás, Honda, Banco Itaú, Natura Cosméticos, Nokia, O Boticário, Pirelli, Siemens e TAM.

Nascido em Manaus em 1924 e falecido em 2002, o economista, cientista e professor Samuel Isaac Benchimol dá nome ao prêmio, numa merecida homenagem a um dos maiores especialistas em região amazônica, que proporcionou expressiva contribuição no estudo dos aspectos sociais envolvidos na economia regional e no desenvolvimento sustentável da Amazônia. Publicou mais de 100 estudos e livros sobre essa temática. Samuel Benchimol lecionava Introdução à Amazônia, na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Conforme ensinava o ilustre professor, o mundo amazônico não poderá ficar isolado ou alheio ao desenvolvimento brasileiro e internacional, devendo, para tanto, estabelecer a auto-sustentabilidade sobre fundamentos adequados, justos e viáveis do ponto de vista ambiental, econômico, político e social.

Assim, anualmente, são agraciados com o Prêmio Samuel Benchimol projetos em 3 áreas: Ambiental, Econômica e Tecnológica e Social. Além da categoria projetos, a premiação é oferecida também na categoria Personalidades/Instituições.

Pelos benefícios prestados ao desenvolvimento, por estimular o empreendedorismo e favorecer a difusão de tecnologias inovadoras, o Prêmio Professor Samuel Benchimol merece, sem dúvida, o máximo apoio e reconhecimento. Aplaudimos, portanto, a idéia e os responsáveis por sua execução, os integrantes das Comissões Julgadora, Mobilizadora e Organizadora e, por fim, os projetos, personalidades e instituições agraciados desde 2004 até hoje.

Para a presente edição do prêmio, as inscrições devem ser efetuadas até o dia 22 de agosto, sendo o

juízo concluído em 25 de setembro, e a entrega do prêmio, prevista para 21 de novembro de 2008, em solenidade na sede da Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIETO), em Palmas, Tocantins.

Reitero as merecidas congratulações ao Governo Federal pela louvável iniciativa de instituir o Prêmio Professor Samuel Benchimol – Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável, que se tem revelado como um instrumento importante e efetivo para a promoção do desenvolvimento sustentável e da interação dos setores governamental, empresarial, acadêmico e social da região amazônica, premiando a excelência, o conhecimento, o trabalho, a competência, o mérito, os exemplos de responsabilidade ambiental e social na Amazônia, em benefício do progresso regional e nacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, abordo ainda outro tema. No último 27 de março, atendendo a requerimento de nossa autoria, a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional realizou audiência pública para discutir os problemas da navegação fluvial amazônica, tendo em vista a frequência de acidentes na região.

A audiência, presidida pela ilustre Deputada Janete Capiberibe, contou com a participação do Sr. Miguel Dib Tachy, Diretor de Infra-Estrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; do Sr. Fernando Antônio Brito Fialho, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ; do Sr. Vice-Almirante Pedro Fava, Comandante do 9º Distrito Naval; do Sr. Newton Cardos, Comandante do 4º Distrito Naval; e do Sr. Paulo Duarte Alecrim, Presidente do Sindicato da Empresa de Navegação Fluvial do Estado do Amazonas.

Foi um encontro profícuo, Sr. Presidente. Ali, as autoridades do setor e os integrantes da Comissão discutiram os graves problemas concernentes à navegação fluvial amazônica, buscando estabelecer diretrizes para futuras políticas governamentais, capazes de disciplinar o setor e melhorar a qualidade e a segurança no transporte fluvial regional.

Desde logo, destacou-se a importância de vitalizar e dinamizar a malha hidroviária brasileira, que é a maior do mundo. A exemplo do que vem ocorrendo nos países desenvolvidos, seu incremento seria uma excelente alternativa ao transporte rodoviário, caro e de difícil manutenção, além de incapaz de atender, nas atuais condições, ao escoamento da produção brasileira de grãos, se esta atingir todo o seu potencial, nos próximos anos.

No caso da Amazônia, Sr. Presidente, entendemos que o aspecto mais importante, no momento, é a questão da segurança. Considerando que em toda

a região o transporte fluvial é o mais utilizado, pelas próprias características regionais, temos de priorizar a regulamentação das condições de navegação, para evitar acidentes com dezenas, às vezes centenas, de vítimas fatais, quase sempre da população ribeirinha, já tão carente de recursos. A necessidade de investimentos no transporte fluvial amazônico, pois, ultrapassa a mera questão logística, infra-estrutural, diz respeito à segurança, qualidade de vida e, sobretudo, ao respeito aos direitos elementares de cidadãos brasileiros, cujo destino vem sendo sistematicamente ignorado, na medida de sua distância dos grandes centros produtores e consumidores.

Daí a importância crucial da referida audiência pública, em que se discutiu, com as autoridades competentes, a ausência de balizamento dos rios, de regulamentação mínima das condições de transporte, do controle de passageiros e cargas.

O Diretor da ANTAQ – órgão em funcionamento há apenas 5 anos – mencionou a criação da Superintendência de Navegação Interior, destinada ao planejamento de ações concernentes ao setor aquaviário amazônico, com destaque para a elaboração das normas de controle das empresas de transporte. Destacou que tais normas estarão em vigor a partir da metade do ano, mas que será imprescindível a colaboração com as agências reguladoras estaduais. O grande desafio, em uma região imensa, abundantemente cortada por rios de todos os tamanhos, é identificar e coibir o transporte irregular.

Destacamos, também, a participação das autoridades da Marinha, em especial do Vice-Almirante Pedro Fava, Comandante do 9º Distrito Naval. O valoroso trabalho da Marinha foi explicitado, incluindo a assistência às populações ribeirinhas, no sentido do controle da navegação e prevenção de acidentes. O trabalho educativo é considerado de grande importância, sobretudo na conscientização do uso de salva-vidas. O Comandante ressaltou que a irresponsabilidade dos empresários de navegação, que permitem a condução das embarcações por pessoas desqualificadas, talvez seja a principal causa dos acidentes na região. Mas também foi claro em relação à necessidade de investimentos para balizamento e sinalização.

Já o Comandante Newton Cardoso, que relatou o sacrificado porém eficiente trabalho da Marinha na região, encareceu em especial o aumento da frota, indispensável para a fiscalização e o atendimento de uma região tão grande.

O Presidente do Sindicato dos Empresários de Navegação do Amazonas, Paulo Duarte Alecrim, demonstrou, por sua vez, a ausência de rentabilidade do armador de embarcações na Amazônia, o que impossibilita os investimentos particulares na melhoria dos equipamentos. Valorizando o esforço da Marinha

brasileira, no trabalho de balizamento e qualificação de pessoal, fez questão de ressaltar a necessidade de melhorar as condições técnicas das embarcações.

Preciosa foi também a participação do Sr. Mauro Luiz Campbell Marques, Procurador de Justiça do Estado do Amazonas, que ressaltou a cultura ribeirinha, essencial à compreensão da fragilidade do transporte aquaviário na região. No dia-a-dia, o transporte funciona à base de escambo, os passageiros são embarcados juntamente com a carga, sem qualquer segurança. Segundo o Procurador, os próprios usuários estão acostumados com tais condições. Por isso, as soluções encaminhadas deverão se basear na realidade cotidiana do transporte fluvial na Amazônia, no sentido da educação e da conscientização.

Também os nobres colegas integrantes da Comissão participaram dos debates, trazendo à discussão todos os aspectos envolvidos na complexa questão da Amazônia: as necessidades orçamentárias para a conclusão de obras como portos e eclusas; a absurda carência de recursos humanos na ANTAQ; o desconhecimento dos brasileiros em relação à imensidão da vida e dos problemas regionais; a participação estratégica da Marinha na Amazônia em termos de soberania nacional; a importância crucial do desenvolvimento sustentável da região para o Brasil; a exploração ilegal de madeira; a inacreditável carência de pessoal e equipamentos nas representações do IBAMA e da FUNAI.

De nossa parte, Sr. Presidente, entendemos que a participação dos ilustres convidados serviu imensamente aos trabalhos da Comissão, que agora conhece mais de perto os problemas envolvidos no transporte fluvial amazônico.

Fizemos questão de trazer a público esses resultados, na certeza de que os investimentos no setor poderão fazer imensa diferença na economia, na defesa do território e, sobretudo, nas condições de vida da população. Na posse, repetimos, da maior rede hidroviária do mundo, o Brasil não pode mais continuar na contramão do progresso e do desenvolvimento sustentável, desprezando esse potencial. Deve, ao contrário, tornar prioridade a implantação de uma verdadeira rede hidroviária no País, capaz de transformar radicalmente nossa logística de transporte, nossa economia e, principalmente, a qualidade de vida e o cotidiano das populações da Amazônia.

Muito obrigado.

V – ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA

Francisco Rodrigues DEM

Maria Helena PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Total de Roraima: 2**AMAPÁ**

Lucenira Pimentel PR

Total de Amapá: 1**PARÁ**

Asdrubal Bentes PMDB PmdbPtc

Bel Mesquita PMDB PmdbPtc

Beto Faro PT

Elcione Barbalho PMDB PmdbPtc

Gerson Peres PP

Lúcio Vale PR

Nilson Pinto PSDB

Paulo Rocha PT

Vic Pires Franco DEM

Wandenkolk Gonçalves PSDB

Wladimir Costa PMDB PmdbPtc

Zé Geraldo PT

Zenaldo Coutinho PSDB

Total de Pará: 13**AMAZONAS**

Átila Lins PMDB PmdbPtc

Carlos Souza PP

Francisco Praciano PT

Rebecca Garcia PP

Vanessa Grazziotin PCdoB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Total de Amazonas: 5**RONDÔNIA**

Eduardo Valverde PT

Lindomar Garçon PV

Mauro Nazif PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Natan Donadon PMDB PmdbPtc

Total de Rondônia: 4**ACRE**

Fernando Melo PT

Nilson Mourão PT

Perpétua Almeida PCdoB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Sergio Petecão PMN PsbPdtPCdoBPmnPrb

Total de Acre: 4**TOCANTINS**

Lázaro Botelho PP

Moises Avelino PMDB PmdbPtc

Total de Tocantins: 2**MARANHÃO**

Carlos Brandão PSDB

Cleber Verde PRB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Julião Amin PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb

Pedro Fernandes PTB

Pedro Novais PMDB PmdbPtc

Pinto Itamaraty PSDB

Professor Setimo PMDB PmdbPtc

Sebastião Madeira PSDB

Waldir Maranhão PP

Total de Maranhão: 9**CEARÁ**

Arnon Bezerra PTB

Chico Lopes PCdoB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Eudes Xavier PT

José Airton Cirilo PT

José Guimarães PT

José Linhares PP

Leo Alcântara PR

Manoel Salviano PSDB

Marcelo Teixeira PR

Mauro Benevides PMDB PmdbPtc

Pastor Pedro Ribeiro PMDB PmdbPtc

Raimundo Gomes de Matos PSDB

Zé Gerardo PMDB PmdbPtc

Total de Ceará: 13**PIAUI**

Átila Lira PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

B. Sá PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Júlio Cesar DEM

Nazareno Fonteles PT

Osmar Júnior PCdoB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Total de Piauí: 5**RIO GRANDE DO NORTE**

Fábio Faria PMN PsbPdtPCdoBPmnPrb

Fátima Bezerra PT

Rogério Marinho PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Sandra Rosado PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Total de Rio Grande do Norte: 4**PARAÍBA**

Damião Feliciano PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb

Efraim Filho DEM

Luiz Couto PT

Manoel Junior PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Vital do Rêgo Filho PMDB PmdbPtc

Total de Paraíba: 5**PERNAMBUCO**

André de Paula DEM

Edgar Moury PMDB PmdbPtc

Fernando Coelho Filho PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Gonzaga Patriota PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Inocência Oliveira PR

José Mendonça Bezerra DEM

Pedro Eugênio PT

Roberto Magalhães DEM

Silvio Costa PMN PsbPdtPCdoBPmnPrb

Wolney Queiroz PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb

Total de Pernambuco: 10

ALAGOAS

Carlos Alberto Canuto PMDB PmdbPtc

Total de Alagoas: 1**SERGIPE**

Albano Franco PSDB

Iran Barbosa PT

Jackson Barreto PMDB PmdbPtc

José Carlos Machado DEM

Valadares Filho PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Total de Sergipe: 5**BAHIA**

Alice Portugal PCdoB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Antonio Carlos Magalhães Neto DEM

Claudio Cajado DEM

Colbert Martins PMDB PmdbPtc

Edigar Mão Branca PV

Fábio Souto DEM

Félix Mendonça DEM

Guilherme Menezes PT

João Leão PP

José Carlos Araújo PR

José Rocha PR

Jutahy Junior PSDB

Luiz Alberto PT

Luiz Bassuma PT

Luiz Carreira DEM

Marcelo Guimarães Filho PMDB PmdbPtc

Mário Negromonte PP

Paulo Magalhães DEM

Sérgio Barradas Carneiro PT

Veloso PMDB PmdbPtc

Total de Bahia: 20**MINAS GERAIS**

Ademir Camilo PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb

Aelton Freitas PR

Antônio Andrade PMDB PmdbPtc

Aracely de Paula PR

Bilac Pinto PR

Carlos Melles DEM

Carlos Willian PTC PmdbPtc

Ciro Pedrosa PV

Custódio Mattos PSDB

Eduardo Barbosa PSDB

Fábio Ramalho PV

Jô Moraes PCdoB PsbPdtPCdoBPmnPrb

João Bittar DEM

João Magalhães PMDB PmdbPtc

Júlio Delgado PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Juvenil PRTB

Lael Varella DEM

Leonardo Monteiro PT

Lincoln Portela PR

Luiz Fernando Faria PP

Márcio Reinaldo Moreira PP

Marcos Montes DEM

Maria do Carmo Lara PT

Maria Lúcia Cardoso PMDB PmdbPtc

Mário de Oliveira PSC

Mário Heringer PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb

Mauro Lopes PMDB PmdbPtc

Rafael Guerra PSDB

Reginaldo Lopes PT

Total de Minas Gerais: 29**ESPÍRITO SANTO**

Camilo Cola PMDB PmdbPtc

Total de Espírito Santo: 1**RIO DE JANEIRO**

Andreia Zito PSDB

Antonio Carlos Biscaia PT

Carlos Santana PT

Cida Diogo PT

Deley PSC

Dr. Adilson Soares PR

Edmilson Valentim PCdoB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Eduardo Lopes PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Fernando Lopes PMDB PmdbPtc

Geraldo Pudim PMDB PmdbPtc

Índio da Costa DEM

Jair Bolsonaro PP

Jorge Bittar PT

Neilton Mulim PR

Rogerio Lisboa DEM

Sívio Lopes PSDB

Simão Sessim PP

Total de Rio de Janeiro: 17**SÃO PAULO**

Antonio Bulhões PMDB PmdbPtc

Antonio Palocci PT

Arnaldo Faria de Sá PTB

Arnaldo Madeira PSDB

Beto Mansur PP

Devanir Ribeiro PT

Dr. Nechar PV

Dr. Talmir PV

Dr. Ubiali PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Duarte Nogueira PSDB

Edson Aparecido PSDB

Emanuel Fernandes PSDB

Fernando Chucre PSDB

Guilherme Campos DEM

Ivan Valente PSOL

Jefferson Campos PTB

João Dado PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb

Jorge Tadeu Mudalen DEM

Jorginho Maluly DEM

José Genoíno PT
 José Mentor PT
 José Paulo Tóffano PV
 Lobbe Neto PSDB
 Marcelo Ortiz PV
 Márcio França PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Milton Monti PR
 Nelson Marquezelli PTB
 Paulo Pereira da Silva PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Paulo Renato Souza PSDB
 Paulo Teixeira PT
 Regis de Oliveira PSC
 Renato Amary PSDB
 Ricardo Berzoini PT
 Roberto Santiago PV
 Silvinho Peccioli DEM
 Silvio Torres PSDB
 Valdemar Costa Neto PR
 Vicentinho PT
 Walter Ihoshi DEM
 William Woo PSDB
Total de São Paulo: 40

MATO GROSSO

Carlos Bezerra PMDB PmdbPtc
 Eduardo Moura PPS
 Eliene Lima PP
 Pedro Henry PP
 Thelma de Oliveira PSDB
 Valtenir Pereira PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
Total de Mato Grosso: 6

DISTRITO FEDERAL

Jofran Frejat PR
 José Edmar PR
 Ricardo Quirino PR
 Rodrigo Rollemberg PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Tadeu Filippelli PMDB PmdbPtc
Total de Distrito Federal: 5

GOIÁS

Carlos Alberto Leréia PSDB
 Chico Abreu PR
 Íris de Araújo PMDB PmdbPtc
 Leonardo Vilela PSDB
 Marcelo Melo PMDB PmdbPtc
 Pedro Wilson PT
 Professora Raquel Teixeira PSDB
 Ronaldo Caiado DEM
 Tatico PTB
Total de Goiás: 9

MATO GROSSO DO SUL

Antonio Cruz PP
 Dagoberto PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Geraldo Resende PMDB PmdbPtc

Vander Loubet PT
 Waldir Neves PSDB
Total de Mato Grosso do Sul: 5

PARANÁ

Afonso Camargo PSDB
 Airton Roveda PR
 Alcení Guerra DEM
 Alex Canziani PTB
 Alfredo Kaefer PSDB
 André Zacharow PMDB PmdbPtc
 Angelo Vanhoni PT
 Barbosa Neto PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Dilceu Sperafico PP
 Eduardo Sciarra DEM
 Gustavo Fruet PSDB
 Luiz Carlos Haully PSDB
 Luiz Carlos Setim DEM
 Nelson Meurer PP
 Osmar Serraglio PMDB PmdbPtc
 Ricardo Barros PP
 Takayama PSC
Total de Paraná: 17

SANTA CATARINA

Angela Amin PP
 Celso Maldaner PMDB PmdbPtc
 Mauro Mariani PMDB PmdbPtc
 Paulo Bornhausen DEM
 Valdir Colatto PMDB PmdbPtc
 Zonta PP
Total de Santa Catarina: 6

RIO GRANDE DO SUL

Afonso Hamm PP
 Claudio Diaz PSDB
 Germano Bonow DEM
 Luis Carlos Heinze PP
 Manuela D'Ávila PCdoB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Maria do Rosário PT
 Mendes Ribeiro Filho PMDB PmdbPtc
 Paulo Pimenta PT
 Paulo Roberto PTB
 Professor Ruy Pauletti PSDB
 Renato Molling PP
 Vieira da Cunha PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
Total de Rio Grande do Sul: 12

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – A lista de presença registra o comparecimento de 250 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Convido as Sras. e os Srs. Parlamentares para virem ao plenário, porque vamos iniciar o processo de votação.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Até porque estão funcionando várias Comissões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Ótimo. Então, determino que se encerrem os trabalhos de Comissões.

Agradeço ao Deputado José Genoíno a informação rápida e precisa.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Passe-se à apreciação da matéria que está sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Item 1.

PROJETO DE LEI Nº 3.674-E, DE 2008

(Do Poder Executivo)

Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.674-E, de 2008, que cria o Fundo Soberano do Brasil – FSB, dispõe sobre sua estrutura, fontes de recursos e aplicações, e dá outras providências; tendo pareceres das Comissões: de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação deste, pela rejeição da Emenda de Plenário de nº 20/08, e pela incompetência da Comissão em manifestar-se sobre as Emenda de Plenário de nºs 1 a 19 e 21 a 29 (Relator: Dep. Jovair Arantes); do relator da Comissão de Finanças e Tributação, proferido em Plenário, pela adequação financeira e orçamentária deste e das Emendas de Plenário de nºs 1 a 29 e, no mérito, pela aprovação deste, da Emenda de Plenário de nº 28 e pela aprovação parcial das de nºs 3 e 20, com Substitutivo, e pela rejeição das Emendas de Plenário de nºs 1, 2, 4 a 19, 21 a 27 e 29 (Relator: Dep. Pedro Eugênio); e de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e das Emendas de Plenário (Relator: Dep. Tadeu Filippelli). PARECERES ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO: do relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação da Emenda nº 31, e pela rejeição das de nºs 30 e 32 a 41 (Relator: Dep. Nelson Marquezelli); do relator da Comissão de Finanças e Tributação, pela rejeição das Emendas de nºs. 30 a 41 (Relator: Dep. Pedro Eugênio); do relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das Emendas de nºs 30 a 41 (Relator: Dep. Tadeu Filippelli).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Indago às Lideranças partidárias quais destaques foram escolhidos para ser votados. De seis, dois.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acertamos de fazer o que não tivesse nenhum tipo de obstáculo para a votação.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A nossa posição, Sr. Presidente, é que não haja nenhum.

A Oposição indica, para apreciarmos.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nós indicamos a Emenda nº 1, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Qual?

O SR. EMANUEL FERNANDES – A Emenda de Plenário nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Emenda de Plenário nº 1.

O SR. COLBERT MARTINS – E o outro...

O SR. EMANUEL FERNANDES – Essa é do PSDB. Então estamos indicando essa.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Pode ser assim? Consulto os demais Líderes.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Pode.

O SR. COLBERT MARTINS – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Neste momento o painel eletrônico registra o comparecimento de 257 Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

RORAIMA

Francisco Rodrigues DEM

Maria Helena PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Total de Roraima: 2

AMAPÁ

Lucenira Pimentel PR

Total de Amapá: 1

PARÁ

Asdrubal Bentes PMDB PmdbPtc

Bel Mesquita PMDB PmdbPtc

Beto Faro PT

Elcione Barbalho PMDB PmdbPtc

Gerson Peres PP

Lúcio Vale PR

Nilson Pinto PSDB

Paulo Rocha PT

Vic Pires Franco DEM

Wandenkolk Gonçalves PSDB

Wladimir Costa PMDB PmdbPtc

Zé Geraldo PT

Zenaldo Coutinho PSDB

Total de Pará: 13

AMAZONAS

Átila Lins PMDB PmdbPtc

Carlos Souza PP

Francisco Praciano PT

Rebecca Garcia PP

Vanessa Grazziotin PCdoB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Total de Amazonas: 5

RONDÔNIA

Eduardo Valverde PT

Lindomar Garçon PV

Mauro Nazif PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Natan Donadon PMDB PmdbPtc

Total de Rondônia: 4

ACRE

Fernando Melo PT

Nilson Mourão PT

Perpétua Almeida PCdoB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Sergio Petecão PMN PsbPdtPCdoBPmnPrb

Total de Acre: 4

TOCANTINS

Lázaro Botelho PP

Moises Avelino PMDB PmdbPtc

Total de Tocantins: 2

MARANHÃO

Carlos Brandão PSDB

Cleber Verde PRB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Julião Amin PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb

Pedro Fernandes PTB

Pedro Novais PMDB PmdbPtc

Pinto Itamaraty PSDB

Professor Setimo PMDB PmdbPtc

Sebastião Madeira PSDB

Waldir Maranhão PP

Total de Maranhão: 9

CEARÁ

Arnon Bezerra PTB

Chico Lopes PCdoB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Eudes Xavier PT

Flávio Bezerra PMDB PmdbPtc

José Airton Cirilo PT

José Guimarães PT

José Linhares PP

Leo Alcântara PR

Manoel Salviano PSDB

Marcelo Teixeira PR

Mauro Benevides PMDB PmdbPtc

Pastor Pedro Ribeiro PMDB PmdbPtc

Raimundo Gomes de Matos PSDB

Zé Gerardo PMDB PmdbPtc

Total de Ceará: 14

PIAUI

Átila Lira PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

B. Sá PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Júlio Cesar DEM

Nazareno Fonteles PT

Osmar Júnior PCdoB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Total de Piauí: 5

RIO GRANDE DO NORTE

Fábio Faria PMN PsbPdtPCdoBPmnPrb

Fátima Bezerra PT

Rogério Marinho PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Sandra Rosado PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Total de Rio Grande do Norte: 4

PARAÍBA

Damião Feliciano PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb

Efraim Filho DEM

Luiz Couto PT

Manoel Junior PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Vital do Rêgo Filho PMDB PmdbPtc

Total de Paraíba: 5

PERNAMBUCO

André de Paula DEM

Edgar Moury PMDB PmdbPtc

Fernando Coelho Filho PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Gonzaga Patriota PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Inocêncio Oliveira PR

José Mendonça Bezerra DEM

Pedro Eugênio PT

Roberto Magalhães DEM

Silvio Costa PMN PsbPdtPCdoBPmnPrb

Wolney Queiroz PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb

Total de Pernambuco: 10

ALAGOAS

Carlos Alberto Canuto PMDB PmdbPtc

Total de Alagoas: 1

SERGIPE

Albano Franco PSDB

Iran Barbosa PT

Jackson Barreto PMDB PmdbPtc

José Carlos Machado DEM

Valadares Filho PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Total de Sergipe: 5

BAHIA

Alice Portugal PCdoB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Antonio Carlos Magalhães Neto DEM
 Claudio Cajado DEM
 Colbert Martins PMDB PmdbPtc
 Edigar Mão Branca PV
 Fábio Souto DEM
 Félix Mendonça DEM
 Guilherme Menezes PT
 João Leão PP
 José Carlos Araújo PR
 José Rocha PR
 Jutahy Junior PSDB
 Luiz Alberto PT
 Luiz Bassuma PT
 Luiz Carreira DEM
 Marcelo Guimarães Filho PMDB PmdbPtc
 Mário Negromonte PP
 Paulo Magalhães DEM
 Sérgio Barradas Carneiro PT
 Veloso PMDB PmdbPtc

Total de Bahia: 20**MINAS GERAIS**

Ademir Camilo PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Aelton Freitas PR
 Antônio Andrade PMDB PmdbPtc
 Aracely de Paula PR
 Bilac Pinto PR
 Carlos Melles DEM
 Carlos Willian PTC PmdbPtc
 Ciro Pedrosa PV
 Custódio Mattos PSDB
 Eduardo Barbosa PSDB
 Fábio Ramalho PV
 Jô Moraes PCdoB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 João Bittar DEM
 João Magalhães PMDB PmdbPtc
 Júlio Delgado PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Juvenil PRTB
 Lael Varella DEM
 Leonardo Monteiro PT
 Lincoln Portela PR
 Luiz Fernando Faria PP
 Márcio Reinaldo Moreira PP
 Marcos Montes DEM
 Maria do Carmo Lara PT
 Maria Lúcia Cardoso PMDB PmdbPtc
 Mário de Oliveira PSC
 Mário Heringer PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Mauro Lopes PMDB PmdbPtc
 Rafael Guerra PSDB
 Reginaldo Lopes PT

Vitor Penido DEM

Total de Minas Gerais: 30**ESPÍRITO SANTO**

Camilo Cola PMDB PmdbPtc

Total de Espírito Santo: 1**RIO DE JANEIRO**

Andreia Zito PSDB
 Antonio Carlos Biscaia PT
 Carlos Santana PT
 Cida Diogo PT
 Deley PSC
 Dr. Adilson Soares PR
 Edmilson Valentim PCdoB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Eduardo Lopes PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Fernando Lopes PMDB PmdbPtc
 Geraldo Pudim PMDB PmdbPtc
 Hugo Leal PSC
 Índio da Costa DEM
 Jair Bolsonaro PP
 Jorge Bittar PT
 Leonardo Picciani PMDB PmdbPtc
 Luiz Sérgio PT
 Marina Maggessi PPS
 Neilton Mulim PR
 Rogério Lisboa DEM
 Silvio Lopes PSDB
 Simão Sessim PP

Total de Rio de Janeiro: 21**SÃO PAULO**

Antonio Bulhões PMDB PmdbPtc
 Antonio Palocci PT
 Arlindo Chinaglia PT
 Arnaldo Faria de Sá PTB
 Arnaldo Madeira PSDB
 Beto Mansur PP
 Devanir Ribeiro PT
 Dr. Nechar PV
 Dr. Talmir PV
 Dr. Ubiali PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Duarte Nogueira PSDB
 Edson Aparecido PSDB
 Emanuel Fernandes PSDB
 Fernando Chucre PSDB
 Guilherme Campos DEM
 Ivan Valente PSOL
 Jefferson Campos PTB
 João Dado PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Jorge Tadeu Mudalen DEM
 Jorginho Maluly DEM
 José Genoíno PT
 José Mentor PT

José Paulo Tóffano PV
 Lobbe Neto PSDB
 Marcelo Ortiz PV
 Márcio França PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Milton Monti PR
 Nelson Marquezelli PTB
 Paulo Pereira da Silva PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Paulo Renato Souza PSDB
 Paulo Teixeira PT
 Regis de Oliveira PSC
 Renato Amary PSDB
 Ricardo Berzoini PT
 Roberto Santiago PV
 Silvinho Peccioli DEM
 Sílvio Torres PSDB
 Valdemar Costa Neto PR
 Vicentinho PT
 Walter Ihoshi DEM
 William Woo PSDB
Total de São Paulo: 41

MATO GROSSO

Carlos Bezerra PMDB PmdbPtc
 Eduardo Moura PPS
 Eliene Lima PP
 Pedro Henry PP
 Thelma de Oliveira PSDB
 Valtenir Pereira PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
Total de Mato Grosso: 6

DISTRITO FEDERAL

Jofran Frejat PR
 José Edmar PR
 Ricardo Quirino PR
 Rodrigo Rollemberg PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Tadeu Filippelli PMDB PmdbPtc
Total de Distrito Federal: 5

GOIÁS

Carlos Alberto Leréia PSDB
 Chico Abreu PR
 Íris de Araújo PMDB PmdbPtc
 Leonardo Vilela PSDB
 Marcelo Melo PMDB PmdbPtc
 Pedro Wilson PT
 Professora Raquel Teixeira PSDB
 Ronaldo Caiado DEM
 Tatício PTB
Total de Goiás: 9

MATO GROSSO DO SUL

Antonio Cruz PP
 Dagoberto PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Geraldo Resende PMDB PmdbPtc
 Vander Loubet PT
 Waldir Neves PSDB
Total de Mato Grosso do Sul: 5

PARANÁ

Afonso Camargo PSDB
 Airton Roveda PR
 Alcení Guerra DEM
 Alex Canziani PTB
 Alfredo Kaefer PSDB
 André Zacharow PMDB PmdbPtc
 Angelo Vanhoni PT
 Barbosa Neto PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Dilceu Sperafico PP
 Eduardo Sciarra DEM
 Gustavo Fruet PSDB
 Luiz Carlos Haully PSDB
 Luiz Carlos Setim DEM
 Nelson Meurer PP
 Osmar Serraglio PMDB PmdbPtc
 Ricardo Barros PP
 Takayama PSC
Total de Paraná: 17

SANTA CATARINA

Angela Amin PP
 Celso Maldaner PMDB PmdbPtc
 Mauro Mariani PMDB PmdbPtc
 Paulo Bornhausen DEM
 Valdir Colatto PMDB PmdbPtc
 Zonta PP
Total de Santa Catarina: 6

RIO GRANDE DO SUL

Afonso Hamm PP
 Claudio Diaz PSDB
 Germano Bonow DEM
 Luis Carlos Heinze PP
 Manuela D'Ávila PCdoB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Maria do Rosário PT
 Mendes Ribeiro Filho PMDB PmdbPtc
 Paulo Pimenta PT
 Paulo Roberto PTB
 Professor Ruy Pauletti PSDB
 Renato Molling PP
 Vieira da Cunha PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
Total de Rio Grande do Sul: 12

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Há **quorum** para deliberar.

Sobre a mesa requerimento de destaque de bancada do PSDB no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requero, nos termos do art. 161, inciso I e § 2º, combinado com o art. 117, IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da Emenda nº 01 apresentada ao PL nº 3.674-C/08.

Sala das sessões, 29 de outubro de 2008.
 – **Duarte Nogueira**, Vice-Líder PSDB.”

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Emanuel Fernandes, que falará a favor da matéria.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a presente emenda visa substituir uma parte do projeto de lei do Fundo Soberano, em que se joga uma portaria para regulamentar a utilização do Fundo.

Estamos querendo, na verdade, que isso seja feito por lei. Por quê? Obviamente, fazendo por lei, haverá uma estabilidade maior, e um dos propósitos do Fundo é dar uma estabilidade ao longo do tempo.

Achamos que este não é o momento de se implantar esse fundo, mas, uma vez que este Plenário o aprovou ontem, que seja algo definitivo. Portanto, em vez de remetê-lo à regulamentação via decretos, via portarias, propomos que a regulamentação seja feita na forma de lei.

Que o Governo mande uma lei para cá, para que tenhamos uma estabilidade maior! Hoje o PT está no Governo, mas amanhã poderá ser o Democratas, o PSDB, ou o próprio PT. Por isso, queremos que a regulamentação seja feita por lei. Esse é o encaminhamento que fazemos. Queremos algo de longo prazo, e a nossa emenda visa a isso.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno, que falará contra a matéria.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nosso encaminhamento é pela rejeição da emenda, até porque a regulamentação de uma lei é feita por decreto. Não faz muito sentido haver uma nova lei para regulamentar a lei que cria o Fundo.

Portanto, somos contrários à emenda e votamos “não”, pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Como votam os Srs. Líderes?

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PMDB vota contra a emenda, Sr. Presidente. Apesar dos bons propósitos do PSDB, entendemos que a regulamentação não se faz dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Como vota o Bloco Parlamentar PSB/PDT/PCdoB/PMN/PRB?

A SRA. JÔ MORAES (Bloco/PCdoB – MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – O Bloco Parlamentar PSB/PDT/PCdoB/PMN/PRB vota contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação a Emenda nº 1:

EMENDA MODIFICATIVA Nº 01

Dê-se aos arts 3º e 7º do Projeto de Lei nº 3.674, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 3º Lei específica deverá regulamentar o FSB, que estabelecerá ainda:

I – a política de aplicação, fixando critérios e níveis de rentabilidade e de risco;

II – diretrizes de gestão administrativa, orçamentária e financeira;

III – regras de supervisão prudencial, respeitadas as melhores práticas internacionais;

IV – a instituição, composição, estrutura e competências do Conselho Deliberativo do FSB;

V – outros dispositivos visando ao adequado funcionamento do fundo.

.....
Art. 7º O Poder Executivo deverá aprovar o Estatuto do FSB, a ser proposto pelo Conselho Deliberativo.”

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Os Srs. Deputados que forem favoráveis a este destaque de bancada permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* REJEITADA A EMENDA.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Sobre a mesa requerimento de destaque de bancada do Democratas no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos do art. 161 e § 2º do Regimento Interno, destaque para votação em separado da Emenda nº 30, apresentada ao PL nº 3.674-C/08”.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2008. – **Roberto Magalhães**, Vice-Líder do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Roberto Magalhães, que falará a favor da matéria.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES (DEM – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa emenda é de minha iniciativa. Peça atenção a V.Exa., porque não se trata de interesse partidário, mas do País.

No caso do patrimônio previsto para o Fundo Soberano, no inciso II do art. 4º consta o seguinte: “ações de sociedades anônimas da União, desde que assegure o controle da sociedade”. Haverá ações da PETROBRAS, de Furnas, de qualquer empresa da

União. Poderão colocar ações de controle, ações ordinárias, com direito a voto, do patrimônio. Ora, por que colocar essas ações? Por que não colocar ações preferenciais, sem direito a voto? Preferenciais, porque dão vantagem patrimonial, preferencial no recebimento dos dividendos.

O Deputado José Genoíno, inclusive, já se manifestou favoravelmente. Mais cedo ou mais tarde vamos ter de cuidar do tema.

A minha proposta:

“Art. 4º.....

.....
 II – ações preferenciais, sem direito a voto, de sociedade de economia mista federal ou outros direitos com valor patrimonial.”

Simplesmente isso, em vez de serem ações ordinárias, ações preferenciais, sem direito a voto. Por que vamos ter uma PETROBRAS com controle de cinquenta vírgula qualquer coisa por cento? Por que Furnas? V.Exa. sabe que o controle de uma S.A., muitas vezes, escapa por muito pouco. Já tivemos essa situação na Vale do Rio Doce. Quase que os japoneses tomam conta da Vale do Rio Doce.

Essa era a minha ponderação.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é correta a minha posição pessoal. Faço um apelo para que não votemos essa emenda hoje. É verdade o que diz o Deputado Roberto Magalhães. Quero trabalhar até terça-feira, consultar o Governo e o Líder do Governo para podermos votar a emenda.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES (DEM – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estou de pleno acordo, por uma razão muito simples: conversei com o Relator, meu conterrâneo, que disse: “*Já fiz o parecer, mas, de qualquer maneira...*”.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Que se deixe a votação para terça-feira. Sugiro que a matéria não seja votada agora, pois preciso de um tempo.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES – Estou de acordo, até porque sem acordo a matéria não vai passar.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Deputado Roberto Magalhães, se houver esse acordo, retiramos a matéria, desde que V.Exa. autorize, e a jogamos para semana que vem, com esse compromisso, que me parece adequado, de se fazer um aprofundamento na avaliação.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES – Estou de pleno acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – V.Exa. já me convenceu.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES – Estou de pleno acordo!

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fiz questão de descer da Vice-Presidência para encaminhar em nome do partido. Não há ninguém presente e vou abrir essa exceção, para dizer da seriedade com que o Deputado Roberto Magalhães exerce o mandato. S.Exa. seria incapaz, em qualquer circunstância, de apresentar qualquer destaque, emenda ou projeto que viesse prejudicar a administração pública.

Conheço o Deputado Roberto Magalhães há mais de 30 anos. Convivi com S.Exa., tive a felicidade de ser seu liderado quando governava Pernambuco. Posso dizer da seriedade com que S.Exa. trata da coisa pública. O Deputado Roberto Magalhães é um dos maiores tributaristas, um dos maiores advogados comerciais do Estado de Pernambuco.

O Deputado Roberto Magalhães tem razão no processo. Não é justo. Além do mais, se fizermos a conta, as ações dessas empresas públicas que têm participação vão despencar. Tendo essa facilidade de deslocar ações ordinárias com direito a voto, se é uma S.A., quem vai querer mais ações dessas empresas? Por exemplo, a PETROBRAS: 70%, S.A.; 30%, Governo. E eu defendo uma nova empresa para o pré-sal.

Defendo abertamente, alto e bom som, que o patrimônio deve ser dos brasileiros. Não é justo se colocarem no mercado ações dizendo-se que quem tem as ações tem maioria, e, de uma hora para outra, passa-se a ter minoria, e uma empresa que é livre volta a ser estatal ou pública.

Trata-se de uma das melhores emendas a este projeto de lei e, portanto, merece o acatamento de todos. Acredito ser boa a idéia de deixar a votação para a próxima semana. Acredito que haverá a unanimidade dos demais Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Quero resolver de maneira breve e objetiva. Indago, então, ao Deputado Roberto Magalhães quanto a essa sugestão.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES (DEM – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Se houver concordância, nós retiramos a matéria e descobrimos outro destaque para votarmos hoje.

Pode ser?

O SR. ROBERTO MAGALHÃES – Estou de acordo.

Publicamente, agradeço ao meu conterrâneo Deputado Inocêncio Oliveira. Fiz agora uma declaração que saiu em um tablóide de Pernambuco, quando S.Exa. fez 70 anos. Terminei dizendo que, dentre outras qualidades, S.Exa. tem uma importante: é amigo dos amigos, estejam eles no Poder ou na planície.

O SR. COLBERT MARTINS – Essa emenda é pernambucana a esta altura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Não posso nem brincar com os dois. Vou em frente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Indago se posso colocar em votação o destaque de bancada do PPS, porque me veio essa sugestão. É a Emenda nº 17. Chegou essa sugestão de, digamos, um sujeito oculto.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Democratas não tem outra sugestão que possa ser apresentada hoje?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Quero saber dos demais destaques. Vamos ver aqui.

O SR. COLBERT MARTINS – O Democratas não pode apontar outra sugestão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Pode.

O SR. COLBERT MARTINS – A Liderança do Democratas, o Deputado Roberto Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqui temos 1 do PSDB, 2 do PSDB e 1 do Democratas.

Quero indagar sobre essa Emenda de Plenário nº 36 do Democratas.

O SR. VITOR PENIDO (DEM-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria também que passasse para terça-feira, se for o caso, a emenda do Deputado Alcení Guerra, porque exige determinado prazo para que se possa...

PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Se continuar assim, vamos para o sorteio!

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Porque ficamos de votar hoje. O Democratas indicou, e o PSDB; e a Oposição ia indicar 2 para votar.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Vamos na 17.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Deputado Emanuel, o PSDB apresentou 3.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Já votamos 1.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Eu sei.

Está faltando 1. São 1 do PPS, 2 do PSDB e 1 do Democratas.

O SR. VITOR PENIDO – Sr. Presidente, vamos deixar as 5 para terça-feira, porque para essa emenda do Deputado Alcení também seria importante discussão mais ampla, com mais tempo, para alguns esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Com referência à qual?!

O SR. VITOR PENIDO – A do Deputado Alcení Guerra, Emenda nº 36.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Já registrei a ponderação de V.Exa.

O SR. RICARDO BARROS (PP – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou procurando falar com o Líder Coruja sobre a Emenda do PPS. S.Exa. está resolvendo.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para ajudar, sugiro ao Bloco PSB/PDT/PCdoB escolher ou a 12 ou a 14 para votarmos.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Deputado Genoíno, aqui sobre a mesa essas emendas não estão destacadas.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Não estão?!

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Não estão.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Retiraram?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Foram retiradas.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Está bem.

O SR. RICARDO BARROS (PP – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos aguardando que se localize o Líder Fernando Coruja. Posso fazer uma breve comunicação?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Um momento. Quero evitar, para não haver derivativo.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nossos destaques têm de ser muito bem discutidos, e por isso estamos reticentes. Um deles diz respeito à emissão de títulos públicos para lastrear o Fundo. Isso tem a ver com a crise atual. Criar um fundo para segurar problemas econômicos e aumentar o déficit público para isso é algo que precisa ser muito bem discutido e que tem a ver com o âmago do que estávamos discutindo ontem. O outro diz respeito à criação desse outro fundo que vai receber dinheiro do Fundo Soberano, assunto que também precisa ser muito bem discutido.

Sugiro à base do Governo ler a coluna da Míriam Leitão, que tem a ver com o que estamos fazendo nesta sessão, para saber o que está acontecendo.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – V.Exa. está recomendando a leitura da coluna da Míriam Leitão?

O SR. EMANUEL FERNANDES – A leitura do que ela chama de “panorama econômico, fundo caduco”.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Ah, sim! Orientadora?

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela primeira vez conseguimos trocar real por dólar: mandamos 30 bilhões de reais para os Estados Unidos e eles mandaram 30 bilhões de dólares para cá. Fato extremamente importante no Governo Lula.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Vou desligar os microfones, porque estou querendo produzir um acordo. Vamos ver em torno de que vamos produzir o acordo.

Ontem fizemos o acordo de votarmos 2 destaques hoje e 4 na próxima terça-feira. Estamos tentando falar com o Líder do PPS, mas até o momento não obtivemos resposta.

Deputado Emanuel Fernandes, um vai ficar para a semana que vem. O Deputado Vitor Penido disse para jogar o outro também, visto que é uma emenda do Deputado Alcení Guerra.

Parece-me – porque não estou aqui para fazer julgamento antecipado – ser este mais direto, mais fácil de ser analisado pelo Plenário, porque a proposta é bastante objetiva.

O SR. VITOR PENIDO (DEM – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, seria importante, porque discute parte do Fundo, 1 bilhão de reais. Acho que a matéria exige discussão mais ampla.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Eu sei. Vou traduzir de forma a menos rude possível. Quando se tem uma maioria definida em plenário e toda a sinalização vai no sentido contrário, eventualmente o resultado pode estar antecipado.

Portanto, um dos critérios seria deixar para a próxima semana ou aquilo que eventualmente pode ser produzido num acordo, que é a outra emenda do Democratas, ou aquilo em que, mesmo se sabendo, hipoteticamente, de um resultado positivo ou negativo, o debate, digamos, seja mais apaixonante.

Queria que V.Exas. conversassem para ver qual o desfecho.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma consideração. Já demonstramos e patenteamos a disposição de fazer avançar a votação. Agora, não a esse ponto. Se fizemos um acordo, e o Governo quer refletir melhor sobre a outra emenda que estava previsto votar, de origem de um parlamentar do DEM, não vamos votar outra emenda. Interrompemos o processo de votação e o retomamos na terça-feira seguinte.

O propósito continua o mesmo. Dali a pouco não firmaremos mais nenhum acordo aqui, porque pode ser assim como pode ser de outro jeito.

Desse jeito, estamos admitindo que, tudo bem, se o Governo quer refletir melhor. Aliás, já deveria ter refletido melhor. Supostamente, o Governo é que tem pressa.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Vou informar a V.Exa. e àqueles que não puderam chegar no momento do acordo feito em plenário.

O SR. JOSÉ ANÍBAL – Mas eu fui informado.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – O acordo não foi nada tenso. Foi de boa vontade, e fez parte do acordo tirar um e colocar outro. Fui eu que formulei assim, com a concordância de todos os presentes. Então não há nenhuma tensão.

Estou aqui apenas querendo ouvir, mas já tenho sugestões também.

O SR. RICARDO BARROS (PP – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o acordo era o de que votaríamos hoje 2 destaques sem verificação. Como V.Exa. sugeriu, se o partido pretendesse discutir ou verificar alguns dos destaques, ficaria então para a próxima semana.

Acontece que a Oposição não está conseguindo indicar mais destaque, uma vez que os partidos já tenham decidido que não vão pedir verificação.

Então, de nossa parte, Sr. Presidente, não há objeção a que fique tudo para a semana que vem, porque o entendimento está feito para a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Eu vou fazer o seguinte encaminhamento para manter o acordo e ganhar agilidade.

Já que hoje seriam votados 2 sem verificação nominal, então fica acertado que pelo menos 1 dos que vão para a semana que vem vai ser votado sem verificação, até porque o interstício impediria. E há um esforço coletivo de escolher o que vai a voto na seqüência.

Entretanto, queria sugerir que, se houver concordância, coloquemos em votação algo tão simples quanto outros tipos de acordo: a criação de uma Frente Parlamentar. Pode ser? Essa matéria será apreciada depois das que são objeto de acordos.

O Líder Coruja está dando a última olhada. (Pausa.)

O SR. FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Pois não, Líder Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nós, do PPS, como sempre estamos colaborando com este Governo, toparamos votar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Há controvérsia! (*Risos.*) V.Exa., agora, colaborou com a Casa.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Sobre a mesa requerimento de destaque da bancada do PPS no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requeiro a V.Exa, nos termos do art. 161, inc. II, c/c § 2º do Regimento Interno, destaque para votação em separado da Emenda nº 17/2008, apresentada ao Projeto de Lei nº 3.674, de 2008.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2008. – Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja, que falará a favor da matéria.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, segundo todos os que falam ao microfone, a existência do Fundo Soberano pressupõe a existência de sobra de recursos para serem nele aplicados.

A argumentação do Governo é no sentido de que há recursos sobrando. Diz ele que sobrou dinheiro no ano passado. Na verdade, a sobra de dinheiro no Brasil é fictícia porque não é decorrente de superávit nominal. Isso não significa que o Brasil está arrecadando mais do que gasta. Na verdade, trata-se do chamado superávit primário, que exclui a dívida e os juros. Esse superávit, entretanto, não é real; não há sobra de dinheiro. Sobram recursos porque o Brasil toma mais empréstimos. Aí sobra dinheiro. Esse é o chamado superávit primário, que serve fundamentalmente para garantir o serviço da dívida.

O que estamos propondo é que se crie o Fundo Soberano quando houver superávit nominal. Quando o Brasil estiver arrecadando mais do que gasta – esse meio por cento –, aí se poderá criar o Fundo Soberano, colocar dinheiro na poupança. A lógica tem que ser esta.

Não conheço nenhum país que tenha criado fundo soberano, tendo déficit; e desafio os líderes do Governo a me mostrarem algum país que tenha feito isso, como se pretende no Brasil. Fundos soberanos são feitos quando há superávit nominal. Esse é o caso da Noruega, que, quando começou a produzir muito petróleo e teve sobra de dinheiro, teve superávit, aplicou dinheiro no exterior. O mesmo fez o Chile, quando sobrou dinheiro por causa do cobre. Em vários países da Arábia, os **sheiks**, como tinham bastante dinheiro,

aplicavam recursos no exterior – e alguns deles inclusive desviaram esse dinheiro. Mas ocorre que aí estava sobrando dinheiro; havia superávit nominal.

O Brasil não tem superávit nominal, mas apenas superávit primário; isto é, excluída a dívida, excluído o que vamos tomar emprestado para compensar o que não arrecadamos, temos um superávit.

Portanto, a nossa emenda é simples: diz que a criação do Fundo Soberano pode ser autorizada e que ele vai funcionar no futuro, quando houver superávit nominal. Quando o Brasil arrecadar mais do que gasta, teremos a possibilidade de criar o Fundo Soberano.

Peço apoio para a nossa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Alguém deseja encaminhar contrariamente à matéria? (*Pausa.*)

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB encaminha contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – PMDB, “não”.

Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, PT, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Está em votação a Emenda nº 17.

EMENDA Nº 17

Dê-se ao art. 4º do PL nº 3.674, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 4º

I – recursos do Tesouro Nacional correspondentes às dotações que lhe forem consignadas no orçamento anual;

II –

III –

§ 1º

§ 2º A consignação das dotações orçamentárias de que trata o **caput** deste artigo fica condicionada à obtenção de superávit orçamentário no exercício anterior, em valor equivalente a, no mínimo, 0,5% do PIB de igual período, considerado o resultado fiscal nominal do Governo Central.”

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Então, é “não” à emenda.

Alguém mais vai orientar? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem favoráveis à emenda permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADA.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Item

2.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 2.373-A, DE 2006**

(Da Comissão de Relações Exteriores e
de Defesa Nacional)

Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.373-A, de 2006, que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Burquina Faso, assinado em Brasília, em 30 de agosto de 2005; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Deputado Luiz Couto).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Aníbal, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (PSDB – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a imprensa noticia hoje que o Governo fará um balanço sobre o PAC. Também informa ela, num comparativo dos desempenhos do PAC feito por ela mesma, que os valores deste mês, outubro, foram menores do que os de setembro.

Mais do que isso, Sr. Presidente, disponho dos dados do SIAFI – que, logo em seguida, estarão à disposição de qualquer Parlamentar – sobre o PAC. São eles: dotação atualizada do PAC para este ano, 17,9 bilhões de reais; empenhos emitidos, 10,3 bilhões de reais; despesas liquidadas, 2 bilhões de reais, 11%; valores pagos, 1,9 bilhão de reais, 10%. Estes são dados do SIAFI obtidos no dia 27 de outubro.

É possível imaginar que todos os empenhos emitidos até o dia 27 de outubro, 10,3 bilhões de reais, que equivalem a 57% das dotações, serão pagos até o dia 31 de dezembro. Entretanto, é muito difícil imaginar que o total das dotações, 17,9 bilhões de reais, será empenhado e pago até o dia 31 de dezembro. De qualquer maneira, continuaremos acompanhando, semana após semana, os dados fornecidos pelo SIAFI.

A oportunidade de vir abordar esse tema, hoje, deve-se ao fato de estarmos aqui falando de obras em diversas áreas, tais como a de saneamento e, especialmente, a de infra-estrutura e transporte, afeta ao DNIT, para o qual a dotação é de 7 bilhões de reais; as despesas liquidadas, 600 milhões de reais, 9% do total; e as pagas, 7%.

O DNIT trabalha com estradas, obras que, ao longo dos meses de novembro e dezembro, tornam-se mais lentas, pois esses são meses de chuva, de maior dificuldade de operação, sob o ponto de vista de construção.

É de se supor, portanto, Sr. Presidente, que esses 7 bilhões destinados ao setor crucial de infra-estrutura dificilmente serão efetivamente empenhados, liquidados e pagos até o final do ano. Mais uma vez, faltou projeto.

E o PAC, que virou uma palavra mágica – PAC de educação, PAC de transporte, PAC disso, PAC daquilo –, vai-se transformando numa palavra cada vez mais esvaziada desse sentido de crescimento, de resolução de problemas, de enfrentamento de desafios. Muita conversa, pouco resultado.

Há uma questão muito objetiva para a qual eu peço atenção aos Srs. Deputados: estamos criando um fundo soberano, apartando 14,2 bilhões de reais para algo que é absolutamente inócuo e fora de propósito. Não tem nada a ver, inclusive, com o propósito original que supostamente o tornaria relevante, o momento de crescimento econômico. O momento é outro.

Naquilo em que Governo poderia ser operoso, ou seja, a viabilização das obras previstas no PAC, o resultado prático é 10% daquilo que foi efetivamente programado.

Será feita hoje uma prestação de contas do PAC pela Ministra. Queremos, na próxima semana, fazer o comparativo entre a prestação de contas da Ministra e os dados do SIAFI. Se estiverem concordantes, muito bem, a Ministra terá sido verdadeira no reconhecimento de que o PAC está empacado, por falta de projetos, por falta da ação do Governo – propaganda, não; essa funciona bem. Se a Ministra fizer o “oba-oba” que tem caracterizado este Governo, viremos à tribuna tirar isso a limpo, para que efetivamente o Brasil saiba que o balanço do Governo não tem relação com os números do próprio Governo, disponíveis no SIAFI, e que, portanto, o PAC definitivamente se tornou uma palavra mágica para encobrir um engodo, uma incompetência.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, além da emenda da correção, visando à instituição do fundo apenas quando houver superávit nominal, apresentamos uma emenda estabelecendo que ao Tribunal de Contas da União caberá fiscalizar o dinheiro do fundo.

O dinheiro do fundo é público, é dinheiro do Tesouro, e esse fundo vai aplicar recursos no Brasil e

no exterior. A Constituição brasileira prevê que todo recurso público, mesmo aquele oriundo de convênio e que vai para uma instituição, deve ser fiscalizado pelo Tribunal de Contas – está aqui o eminente Deputado Humberto Souto, que foi Presidente do Tribunal de Contas da União e voltou a esta Casa, na qualidade de Deputado, para, com a sua experiência, contribuir para que esta Casa elabore as melhores leis.

Portanto, apresentei uma emenda para que o Tribunal de Contas fiscalize o fundo. A nossa assessoria disse que não precisava apresentar, porque isso já era óbvio, mas eu disse que a apresentaria. Vejam o que argumenta o Relator:

“A Emenda nº 35 estabelece que ao Tribunal de Contas caberá fiscalizar a atividade do fundo, o que não cabe” – S.Exa. recusou a emenda –, “uma vez que é uma ação eminentemente financeira e está subordinada à ação fiscalizatória do Banco Central, que já participa do fundo”.

Não se trata de uma ação eminentemente financeira; portanto, não está subordinada à ação fiscalizatória do Banco Central, e este não participa do fundo. O fundo é gerido pelo Ministério da Fazenda. Aliás, um dos dispositivos diz que a fiscalização ocorrerá conforme as regras – remete-nos a uma outra lei – de controle da Secretaria do Tesouro Nacional.

Trata-se de um fundo de 14 bilhões, e não se quer que esse dinheiro seja fiscalizado. É um negócio que beira sei lá o quê – não sei que adjetivo devo usar. Vou me reservar ao direito de não usar adjetivo.

Realmente, é um absurdo recusar uma emenda sob a argumentação de que não se deve submeter o fundo à fiscalização do Tribunal de Contas, porque se trata atividade financeira, embora ele envolva recursos públicos, do Tesouro – diz-se que é uma sobra que vai ser aplicada no fundo.

Esperamos que, se for aprovado, esse fundo não tenha, no futuro, resultados como os de outros fundos internacionais soberanos, muitos dos quais estão sendo acusados hoje de serem malversados no exterior. Isso ocorreu com inúmeros desses fundos. Espero que não aconteça isso com o dinheiro brasileiro, dinheiro do povo brasileiro, nesse fundo que ora está sendo criado.

Que o Fundo Soberano do Brasil não seja malversado ou mal aplicado!

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Vamos passar à votação dos acordos internacionais sobre os quais houver concordância.

Anuncio, de pronto, que, por solicitação do PSDB, sairão de pauta os itens 2, 3, 4, 6, 19, 21, 23 e, por

solicitação do Democratas, sairão de pauta os itens 9, 11, 19, 20, 25, 27 e 28.

O SR. COLBERT MARTINS – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Pois não.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Democratas pediu a retirada de pauta do item 27. Trata-se de um convênio relativo ao Programa de Saúde e Saneamento Básico no Piauí.

Peço ao Democratas que, se possível, reconsidere, porque esse projeto diz respeito ao Piauí, um Estado efetivamente pobre, e diz respeito a uma injeção de recursos da Alemanha.

Este é o apelo ao Democratas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – V.Exa. garante que o acordo não propõe envio de dinheiro por parte do Piauí para a Alemanha?

O SR. COLBERT MARTINS – Garanto, Sr. Presidente. Trata-se de um fundo soberano do Piauí que, acredito, não seria aprovado pelo Democratas nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Os integrantes do Democratas vão refletir e depois responderão.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Waldir Neves, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

O SR. WALDIR NEVES (PSDB – MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, volto à tribuna para, mais uma vez, fazer um apelo e chamar ao bom senso esta Casa, para que não cometa um erro que depois se torne irreparável, de cuja conta todos seremos sócios: aprovar este Fundo Soberano.

Eu insisto que os pares reflitam, sobretudo a base governista nesta Casa. O Governo não demonstra, em momento algum, fazer a sua parte. Mesmo diante dos fatos evidenciados, mantém sua arrogância, sua falta de humildade em não querer ceder aos fatos. Ontem, por exemplo, o COPOM manteve as taxas de juros inalteradas, porque o País não pode baixar as taxas de juros. O mundo inteiro já baixou suas taxas de juros. Somente o Brasil, a Rússia e o Japão não conseguiram baixar suas taxas. Mesmo assim, o Governo insiste no Fundo Soberano.

Atentei para os discursos e as intervenções do Líder do Governo que, infelizmente, não se encontra presente. Disse S.Exa. que uma das razões para criação do Fundo Soberano é o financiamento das exportações.

Ora, senhores, como vamos criar um fundo soberano para financiar as exportações no momento em que o Banco Central americano (FED) e o Banco Central do Brasil celebram acordo segundo o qual aquele banco fornecerá dólares para socorrer as empresas brasileiras, para socorrer o Banco Central do Brasil? Não tem cabimento.

Como podemos criar o Fundo Soberano sob o argumento de que financiará nossas exportações se, ao mesmo tempo, estamos pegando dólar americano no Banco Central para equilibrar as finanças e financiar o desenvolvimento interno? Quer dizer, no mínimo é uma aberração, é uma contradição, e não podemos insistir.

Diante de todas essas evidências, da manifestação do COPOM, dos fatos que se concretizaram, do convênio celebrado entre o Banco Central americano e o Banco Central brasileiro, qual é a razão para o Governo insistir na criação do Fundo Soberano? É prepotência? É para mostrar que realmente ele se impõe diante desta Casa, enfraquecida, que quase sempre aceita a imposição do Executivo, pois conta com a maioria governista? Quais as conseqüências negativas que isso trará para o País a médio e longo prazos?

Este é o momento de refletirmos, de darmos nossa parcela de contribuição, de fazermos uma avaliação lúcida, racional e vermos que, se insistirmos nessa tese, o País comprometerá suas finanças cada vez mais.

Por que o Governo não cede diante desses fatos que acabei de mencionar? Ou será que a insensibilidade torna a maioria governista desta Casa cega, incapaz de avaliar e de refletir sobre o cenário?

Recordo-me muito bem, ainda quando era Deputado Estadual em Mato Grosso do Sul, da discussão sobre a criação do PROER, no Governo Fernando Henrique Cardoso. Com uma visão estadista, criou-se o PROER para consolidar as instituições financeiras. Isso garantiu a estabilidade de hoje.

Lembro-me do barulho que o PT fez nesta Casa. O Dr. Toffoli foi à Justiça contra o PROER. E o que fez o PT agora? O que fez o Governo Lula, para se socorrer? Criou o PROER – e, o que é pior, fez isso para beneficiar principalmente os bancos do mensalão, dos créditos consignados. Agora isto pode, agora não há problema: eles podem criar o novo PROER. Contudo, quando era o PSDB, que, aliás, garantiu a estabilidade da economia naquele momento de crise, não se podia fazê-lo. Se não o tivéssemos criado lá atrás, contra a vontade do PT, talvez não teríamos a estabilidade que hoje temos, que nos dá segurança e tranqüilidade, da qual fala de boca cheia o Ministro Guido Mantega.

No entanto, S.Exa. não diz quem o criou. Não diz S.Exa. que fomos nós que o fizemos e que eles

eram contra, porque quanto pior a situação, melhor era para eles.

Nós, a Oposição, já demos uma demonstração de maturidade e de contribuição para o País, quando aprovamos nesta Casa, sem criarmos qualquer problema, a Medida Provisória nº 422, que realmente dá à economia interna condições de respiração e flexibilização.

Por que insistir, então, diante dos fatos apresentados? É hora de pensarmos, ainda há tempo para refletirmos. Não vamos, por prepotência, por arrogância, por falta de humildade, insistir em um erro que custará muito caro para todos nós no futuro. É hora de refletirmos. Esta Casa ainda pode impor-se e fazer a sua parte, enquanto é tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Quero apenas comentar algo, Líder Deputado José Carlos Aleluia. Em uma reunião do Colégio de Líderes, essa brincadeira que fiz aqui foi feita lá por algum Líder, no sentido de que era um convênio que dependia de uma regulamentação nossa para que o Piauí pudesse receber, por parte desse convênio, determinados tipos de aporte da Alemanha. Isso foi, digamos, cuidado no Colégio de Líderes.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por orientação do Líder Vitor Penido, eu já tinha sido procurado sobre esse convênio pelo nosso querido amigo, Deputado Mussa Demes, que está doente. Antes disso, S.Exa. tratou desse assunto e disse do empenho que tinha e tem sempre pelo Piauí.

Há um parecer favorável, assinado pelo Deputado Júlio Cesar, do nosso partido. Não satisfeito, o Deputado Vitor Penido orientou que eu consultasse o Senador Heráclito Fortes, que, por sinal, também está doente, e pediu enfaticamente que o partido aprovasse o projeto.

Portanto, o Deputado Vitor Penido orientou que aceitássemos a inclusão na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Ao final, Deputado José Carlos Aleluia, diante de tantos apelos, há concordância. Quero, então, cumprimentá-lo, porque eu ia fazer esse apelo, mas se tornou desnecessário. Imaginem, se os representantes do Governador foram até o Deputado Mussa Demes, naturalmente empenharam-se, e é ótimo.

Então, vamos votar hoje.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente eu gostaria de fazer um apelo ao Deputado José Carlos Aleluia, a quem peço atenção para o item 20, Projeto de Decreto Legislativo nº 348, que diz respei-

to à Convenção Internacional de Prevenção de Poluição por Navios, adotada pela Organização Marítima Internacional.

Solicito a S.Exa. que reavalie o projeto, que conta com parecer favorável da Deputada Marina Maggessi, do PPS, da Comissão do Meio Ambiente.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – O Líder José Carlos Aleluia e os demais vão analisar o pedido, mas, enquanto isso ocorre, vamos trabalhando com uma pauta que contempla acordos e intercâmbios com vários países.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – É retirado de pauta o item 2.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Item 5.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.376-A, DE 2006

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.376-A, de 2006, que aprova o texto da Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo, celebrada em Londres, em 28 de abril de 1989; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Felipe Maia); da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Alberto Silva); e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela aprovação (Relator: Dep. Antonio Carlos Mendes Thame).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em discussão. *(Pausa.)*

*NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS,
DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.*

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.376, de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo, celebrada em Londres, em 28 de abril de 1989.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, in-

ciso I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.376-B DE 2006

Aprova o texto da Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo, celebrada em Londres, em 28 de abril de 1989.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo, celebrada em Londres, em 28 de abril de 1989.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 outubro de 2008. – Deputado **Felipe Maia**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Item 7.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.544-A, DE 2006

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.544-A, de 2006, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, assinado em Bridgetown, em 21 de novembro de 2004; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Gerson Peres).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em discussão. *(Pausa.)*

*NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS,
DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.*

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.544, de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, assinado em Bridgetown, em 21 de novembro de 2004.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à consideração do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do artigo 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.544-B DE 2006

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, assinado em Bridgetown, em 21 de novembro de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, assinado em Bridgetown, em 21 de novembro de 2004.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 outubro de 2008. – Deputado **Gerson Peres**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Item 8.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9-A, DE 2007

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9-A, de 2007, que aprova o texto da Convenção de Extradicação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade de Praia, em 23 de novembro de 2005; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Leonardo Picciani).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em discussão. *(Pausa.)*

*NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS,
DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.*

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1 Fica aprovado o texto da Convenção de Extradicação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade de Praia, em 23 de novembro de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2 Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9-B DE 2007

Aprova o texto da Convenção de Extradicação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade de Praia, em 23 de novembro de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção de Extradicação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade de Praia, em 23 de novembro de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Deputado **Leonardo Picciani**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Item 10.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19-B, DE 2007

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19-B, de 2007, que aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai – Estados Partes do Mercosul e os Governos da República da Colômbia, da República do Equador e da República Bolivariana da Venezuela – Países Membros da Comunidade Andina, celebrado em Montevidéu, em 18 de outubro de 2004; tendo pareceres: da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação (Relator: Dep. Guilherme Campos); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Leonardo Picciani).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em discussão. *(Pausa.)*

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai – Estados Partes do Mercosul e os Governos da República da Colômbia, da República do Equador e da República Bolivariana da Venezuela – Países Membros da Comunidade Andina, celebrado em Montevidéu, em 18 de outubro de 2004.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à consideração do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do artigo 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19-C DE 2007

Aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai – Estados Partes do Mercosul e os Governos da República da Colômbia, da República do Equador e da República Bolivariana da Venezuela – Países Membros da Comunidade Andina, celebrado em Montevidéu, em 18 de outubro de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica

assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai – Estados Partes do Mercosul e os Governos da República da Colômbia, da República do Equador e da República Bolivariana da Venezuela – Países Membros da Comunidade Andina, celebrado em Montevideu, em 18 de outubro de 2004.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 outubro de 2008. – Deputado **Leonardo Picciani**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Item 12.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26-A, DE 2007

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26-A, de 2007, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, assinado em Brasília, em 13 de março de 2006; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Francisco Tenorio).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em discussão. (*Pausa.*)

*NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS,
DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.*

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Governo da

República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, assinado em Brasília, em 13 de março de 2006.

Parágrafo único. Serão sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo ou que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26-B DE 2007

Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, assinado em Brasília, em 13 de março de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, assinado em Brasília, em 13 de março de 2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 outubro de 2008. – Deputado **Francisco Tenorio**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Item 13.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 51-A, DE 2007**

(Da Comissão de Relações Exteriores
e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 51-A, de 2007, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários, celebrado em Damasco, em 3 de dezembro de 2003; tendo pareceres: da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, pela aprovação (Relator: Dep. Waldir Neves); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Paulo Maluf).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em discussão. *(Pausa.)*

*NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS,
DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.*

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários, celebrado em Damasco, em 3 de dezembro de 2003.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 51-B DE 2007**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários, celebrado em Damasco, em 3 de dezembro de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários, celebrado em Damasco, em 3 de dezembro de 2003.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 outubro de 2008. – Deputado **Paulo Maluf**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Item 14.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 54-A, DE 2007**

(Da Comissão de Relações Exteriores e
de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 54-A, de 2007, que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento para a Capacitação em “Software” Livre e Aberto nos Países em Desenvolvimento, assinado em Túnis, em 16 de novembro de 2005; tendo pareceres das Comissões: de Educação e Cultura, pela aprovação (Relator: Dep. Lobbe Neto); de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela aprovação (Relator: Dep. Dr. Nechar); e de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Carlos Willian).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em discussão. *(Pausa.)*

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento para a Capacitação em “Software” Livre e Aberto nos Países em Desenvolvimento, assinado em Túnis, em 16 de novembro de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à consideração do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Memorando, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do artigo 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 54-B DE 2007

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento e o Governo da República Federativa do Brasil para a Capacitação em “Software” Livre e Aberto nos Países em Desenvolvimento, assinado em Túnis, em 16 de novembro de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Memorando de Entendimento entre a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento e o Governo da República Federativa do Brasil para a Capacitação em “Software” Livre e Aberto nos Países em Desenvolvimento, assinado em Túnis, em 16 de novembro de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Memorando, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Fede-

ral, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 outubro de 2008. – Deputado **Carlos Willian**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Item 15.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 59-A, DE 2007

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 59-A, de 2007, que aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 16 de fevereiro de 2005; tendo parecer da Comissão Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Vital do Rêgo Filho).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em discussão. *(Pausa.)*

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 16 de fevereiro de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 59-B DE 2007

Aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 16 de fevereiro de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 16 de fevereiro de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 outubro de 2008. – Deputado **Vital Do Rêgo Filho**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Item 16.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 61-A, DE 2007

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 61-A, de 2007, que aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento do Centro Sul, celebrado em Genebra, em 1º de setembro de 1994; tendo parecer da Comissão Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Edson Aparecido).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em discussão. *(Pausa.)*

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo para o Estabelecimento do Centro Sul, celebrado em Genebra, em 1º de setembro de 1994.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 61-B DE 2007

Aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento do Centro Sul, celebrado em Genebra, em 1º de setembro de 1994.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo para o Estabelecimento do Centro Sul, celebrado em Genebra, em 1º de setembro de 1994.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 outubro de 2008. – Deputado **Edson Aparecido**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Item 17.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 67-A, DE 2007**

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 67-A, de 2007, que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Afeganistão, assinado em Brasília, em 1º de agosto de 2006; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Wolney Queiroz).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em discussão. *(Pausa.)*

*NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS,
DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.*

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Afeganistão, assinado em Brasília, em 1º de agosto de 2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 67-B DE 2007**

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Afeganistão, assinado em Brasília, em 1º de agosto de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República

Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Afeganistão, assinado em Brasília, em 1º de agosto de 2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 outubro de 2008. – Deputado **Wolney Queiroz**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Item 18.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 294-A, DE 2007**

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 294-A, de 2007, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada, assinado em 24 de abril de 2006, na cidade de Saint George's; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Wolney Queiroz).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em discussão. *(Pausa.)*

*NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS,
DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.*

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 294, de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada, assinado em 24 de abril de 2006, na cidade de Saint George's.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resul-

tar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 294-B DE 2007

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada, assinado em 24 de abril de 2006, na cidade de Saint George's.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada, assinado em 24 de abril de 2006, na cidade de Saint George's.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 outubro de 2008. – Deputado **Wolney Queiroz**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Reitero o apelo feito à Liderança do Democratas sobre o item 20, que V.Exa., pelo acordo, não colocará em votação: diz respeito à poluição no mar por navios. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 348-A.

Solicito a compreensão e o entendimento de que é importante a aprovação dessa matéria, uma vez que a poluição no mar por navios pode e deve ser regulamentada da maneira mais correta. E o Brasil pode e deve assinar esse tratado.

Fica o apelo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Está feito o apelo. Se houver resposta positiva, ao final nós o incluiremos. Peço a V.Exa. que converse aí em plenário e, posteriormente, comunique à Mesa por intermédio do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Item 22.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 373-A, DE 2007

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 373-A, de 2007, que aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, celebrado em Argel, em 8 de fevereiro de 2006; tendo pareceres das Comissões: de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação (Relator Substituto: Dep. Jurandil Juarez); e de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Leonardo Picciani).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em discussão. *(Pausa.)*

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, celebrado em Argel, em 8 de fevereiro de 2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I, do art. 49, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 373-B DE 2007

Aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina Democrática e Popular, celebrado em Argel, em 8 de fevereiro de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina Democrática e Popular, celebrado em Argel, em 8 de fevereiro de 2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 outubro de 2008. – Deputado **Leonardo Picciani**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Democratas provavelmente se posicionará dessa forma aí, se V.Exa. puder ouvir o representante em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Mas eu já tinha antecipado. O Democratas falará na hora em que julgar apropriado. E eu aguardarei que se pronunciem.

O SR. COLBERT MARTINS – Nós aguardaremos conjuntamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Item 24.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 398-A, DE 2007

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 398-A, de 2007, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Jaguarão, nas Proximidades das Cidades de Jaguarão e Rio Branco, celebrado em San Juan de Anchorena, Colônia, em 26 de fevereiro de 2007; tendo pareceres da Comissões: de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Cláudio Diaz); de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Leonardo Picciani).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em discussão. *(Pausa.)*

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Jaguarão, nas Proximidades das Cidades de Jaguarão e Rio Branco, celebrado em San Juan de Anchorena, Colônia, em 26 de fevereiro de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I, do art. 49, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 398-B DE 2007

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Jaguarão, nas Proximidades das Cidades de Jaguarão e Rio Branco, celebrado em San Juan de Anchorena, Colônia, em 26 de fevereiro de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Jaguarão, nas Proximidades das Cidades de Jaguarão e Rio Branco, celebrado em San Juan de Anchorena, Colônia, em 26 de fevereiro de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 outubro de 2008. – Deputado **Leonardo Picciani**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Vou diminuir a velocidade, se não vou fazer alcalose respiratória. *(Risos.)*

Acertei o diagnóstico, Deputado Colbert?

O SR. COLBERT MARTINS – O suplente também está muito atento a esse diagnóstico, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Também, com essa confusão mental que me assola...

O SR. COLBERT MARTINS – Ao contrário: V.Exa. não tem confusão mental em momento algum.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – A melhor desculpa é a da alcalose.

O SR. EMANUEL FERNANDES – Há um livro de Gabriel García Márquez que não tem pontuação alguma. Uma pessoa, ao lê-lo, morreu sufocada.

Eu fico preocupado com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Obrigado pela solidariedade. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Item 26.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 408-A, DE 2007

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 408-A, de 2007, que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, celebrado em Brasília, em 25 de maio de 2007; tendo pareceres das Comissões: de Turismo e Desporto, pela aprovação (Relatora: Dep. Lídice da Mata); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Roberto Magalhães).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em discussão. *(Pausa.)*

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, celebrado em Brasília, em 25 de maio de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 408-B DE 2007

Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, celebrado em Brasília, em 25 de maio de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, celebrado em Brasília, em 25 de maio de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 outubro de 2008. – Deputado **Roberto Magalhães**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Agora, aquele que todos queríamos votar: item 27.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 410-A, DE 2007

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 410-A, de 2007, que aprova o texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao acordo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Alemanha relativo ao projeto “Programa de Saúde e Saneamento Básico no Piauí”, concluído em Brasília, em 06 de setembro de 2006; tendo pareceres das Comissões: de Seguridade Social e Família, pela aprovação (Relator: Dep. Nazareno Fonteles); de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Júlio Cesar); e de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Fábio Ramalho).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Antes, só havia dado Relatores piauienses. Agora temos um mineiro que olha bem para o Piauí.

Em discussão. *(Pausa.)*

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 410, de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Alemanha relativo ao projeto “Programa de Saúde e Saneamento Básico no Piauí”, concluído em Brasília, em 06 de setembro de 2006

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Ajuste Complementar, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 410-B DE 2007

Aprova o texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Alemanha relativo ao projeto “Programa de Saúde e Saneamento Básico no Piauí”, concluído em Brasília, em 06 de setembro de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Alemanha relativo ao projeto “Programa de Saúde e Saneamento Básico no Piauí”, concluído em Brasília, em 06 de setembro de 2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Ajuste Complementar, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 outubro de 2008. – Deputado **Fábio Ramalho**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Quero indagar, quanto ao item 28, se há acordo.

É o seguinte: o Democratas havia pedido a retirada. Veio para a Mesa a informação. Por isso estou conferindo se pode constar...

O SR. VITOR PENIDO (DEM – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pode, sim. Há acordo.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Item 28.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 660-A, DE 2008

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 660-A, de 2008, que aprova o texto do Convênio de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, celebrado em Santiago, em 26 de abril de 2007; tendo pareceres das Comissões: de Seguridade Social e Família, pela aprovação (Relatora: Dep. Andreia Zito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. José Genoíno).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em discussão. *(Pausa.)*

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 660, de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Convênio de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, celebrado em Santiago, em 26 de abril de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Convênio, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 660-B DE 2008

Aprova o texto do Convênio de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, celebrado em Santiago, em 26 de abril de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Convênio de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, celebrado em Santiago, em 26 de abril de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Convênio, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Deputado **José Genoíno**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Item 29.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 668-A, DE 2008**

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 668-A, de 2008, que aprova o texto do Convênio de Subscrição de Ações firmado com a Corporação Andina de Fomento – CAF, por meio do qual a República Federativa do Brasil subscreverá 35.378 (trinta e cinco mil, trezentos e setenta e oito) ações do capital ordinário daquela Corporação, no valor total de US\$ 466.989.600,00 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, novecentos e oitenta e nove mil e seiscentos dólares norte-americanos), de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; tendo pareceres das Comissões: de Finanças e Tributação, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Carlito Merss); e de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Tadeu Filippelli).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em discussão. (*Pausa.*)

*NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS,
DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.*

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 668, de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Convênio de Subscrição de Ações firmado com a Corporação Andina de Fomento – CAF, por meio do qual a República Federativa do Brasil subscreverá 35.378 (trinta e cinco mil, trezentos e setenta e oito) ações do capital ordinário daquela Corporação, no valor total de US\$ 466.989.600,00 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, novecentos e oitenta e nove mil e seiscentos dólares norte-americanos), de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à consideração do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Convênio, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos

do inciso I do artigo 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 668-B DE 2008**

Aprova o texto do Convênio de Subscrição de Ações firmado com a Corporação Andina de Fomento – CAF, por meio do qual a República Federativa do Brasil subscreverá 35.378 (trinta e cinco mil, trezentas e setenta e oito) ações do capital ordinário daquela Corporação, no valor total de US\$ 466,989,600.00 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, novecentos e oitenta e nove mil e seiscentos dólares norte-americanos), de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Convênio de Subscrição de Ações firmado com a Corporação Andina de Fomento – CAF, por meio do qual a República Federativa do Brasil subscreverá 35.378 (trinta e cinco mil, trezentas e setenta e oito) ações do capital ordinário daquela Corporação, no valor total de US\$ 466,989,600.00 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, novecentos e oitenta e nove mil e seiscentos dólares norte-americanos), de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Convênio, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Item

30.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 669-A, DE 2008**

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 669-A, de 2008, que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, na Área de Biocombustíveis, celebrado em Brasília, em 6 de setembro de 2007; tendo pareceres das Comissões: de Minas e Energia, pela aprovação (Relator: Dep. Luiz Paulo Vellozo Lucas); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. José Genoíno).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em discussão. *(Pausa.)*

*NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS,
DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.*

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 669, de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, na Área de Biocombustíveis, celebrado em Brasília, em 6 de setembro de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Memorando de Entendimento, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 669-B DE 2008**

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, na Área de Biocombustíveis, celebrado em Brasília, em 6 de setembro de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, na Área de Biocombustíveis, celebrado em Brasília, em 6 de setembro de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Memorando de Entendimento, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Deputado **José Genoíno**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Item 31.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 735-A, DE 2008**

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 735-A, de 2008, que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Suécia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, celebrado em Estocolmo, em 11 de setembro de 2007; tendo pareceres das Comissões: de Minas e Energia, pela aprovação (Relator: Dep. Edmilson Valentim); e de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Tadeu Filippelli).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em discussão. *(Pausa.)*

*NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS,
DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.*

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 735, de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Suécia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, celebrado em Estocolmo, em 11 de setembro de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à consideração do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Memorando, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do artigo 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 735-B DE 2008**

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, celebrado em Estocolmo, em 11 de setembro de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, celebrado em Estocolmo, em 11 de setembro de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Memorando, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Sugerir uma matéria extrapauta, que só poderá ser incluída se houver a concordância do Plenário, de todos os presentes.

Indago se podemos incluir o Projeto de Resolução nº 108, de 2007, do Deputado Alex Canziani, que diz respeito à criação do Grupo de Cooperação e Amizade Brasil/Emirados Árabes Unidos, tendo parecer da Mesa Diretora pela aprovação, com emenda substitutiva.

O Relator foi o Deputado Narcio Rodrigues.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB -BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PMDB concorda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 108, DE 2007

(Do Sr. Alex Canziani)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 108, de 2007, que dispõe sobre a criação do Grupo de Cooperação e Amizade Brasil/Emirados Árabes Unidos; tendo parecer da Mesa Diretora, pela aprovação, com emenda substitutiva. (Relator: Deputado Narcio Rodrigues).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em discussão. *(Pausa.)*

*NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS,
DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.*

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação o substitutivo adotado pela Mesa Diretora.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Adotada pela Mesa Diretora cria o Grupo Parlamentar Brasil-Emirados Árabes Unidos.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º Fica criado, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Emirados Árabes Unidos.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar será composto por membros do Congresso Nacional que a ele aderirem.

Art. 2º O Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu estatuto, a ser aprovado na primeira Assembléia Geral Ordinária, cujas disposições deverão respeitar a legislação interna em vigor, e atuará sem ônus para a Câmara dos Deputados.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

Prejudicada a proposição inicial (Projeto de Resolução nº 108, de 2007), do Deputado Alex Canziani, mas não o mérito apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 108-B DE 2007

Cria o Grupo Parlamentar Brasil-Emirados Árabes Unidos.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º Fica criado, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Emirados Árabes Unidos.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar será composto por membros do Congresso Nacional que a ele aderirem.

Art. 2º O Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu estatuto, a ser aprovado na primeira Assembléia Geral Ordinária, cujas disposições deverão respeitar a legislação interna em vigor, e atuará sem ônus para a Câmara dos Deputados.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2008. – Deputado **Narcio Rodrigues**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Parabéns, Deputado Alex Canziani!

Considero promulgada, na presente sessão, a resolução que acabamos de aprovar.

RESOLUÇÃO Nº 06, DE 2008

Cria o Grupo Parlamentar Brasil-Emirados Árabes Unidos.

Faço saber que a Câmara dos Deputados aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica criado, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Emirados Árabes Unidos.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar será composto por membros do Congresso Nacional que a ele aderirem.

Art. 2º O Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu estatuto, a ser aprovado na primeira Assembléia Geral Ordinária, cujas disposições deverão respeitar a legislação interna em vigor, e atuará sem ônus para a Câmara dos Deputados.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 31 de outubro de 2008.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero reiterar a questão sobre o item 20. A Liderança do Democratas está pronta para responder.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Mas o silêncio do Deputado Vitor Penido tem sido de tanta eloquência que a Mesa já o entendeu.

O SR. VITOR PENIDO (DEM – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Item 20.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 348-A, DE 2007

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 348-A, de 2007, que aprova o texto consolidado da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios adotada pela Organização Marítima Internacional, em Londres, em 2 de novembro de 1973, e o seu Protocolo de 1978, com as Emendas adotadas em 4 de dezembro de 2003 a 1º de abril de 2004; tendo pareceres das Comissões: de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Angelo Vanhoni); de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela aprovação (Relatora: Dep. Marina Muggessi); e de Constituição e Justiça e de Cidadania pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Leonardo Picciani).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em discussão. *(Pausa.)*

*NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS,
DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.*

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto consolidado da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios adotada pela Organização Marítima Internacional, em Londres, em 2 de novembro de 1973, e o seu protocolo de 1978, com as Emendas adotadas em 4 de dezembro de 2003 a 1º de abril de 2004, efetuando-se as correções a seguir especificadas na tradução do texto original para o português, em consonância com o art. 4º, da Lei Federal 9.966, de 2000:

I – substitua-se, na tradução para o português da Regra 3 do Anexo II da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, MARPOL, na alínea (a) do inciso I, a expressão “um grave risco”, por “alto risco”;

II – substitua-se, na tradução para o português da Regra 3 do Anexo II da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, MARPOL, na alínea (b) do inciso I, a expressão genérica “um risco”, por “médio risco”;

III – substitua-se, na tradução para o português da Regra 3 do Anexo II da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, MARPOL, na alínea (c) do inciso I, a expressão “pequeno risco”, por “risco moderado”.

IV – substitua-se, na tradução para o português da Regra 3 do Anexo II da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, MARPOL, na Regra 3, alínea (d) do inciso I, a expressão “reconhecível perigo” por “risco identificável”.

Parágrafo Único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, seus Protocolos e Anexos, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

O SR. FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Concedo a palavra a V.Exa. para uma questão de ordem.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

protocolamos na Mesa pedido de Comissão Externa para tratar da crise financeira mundial.

A votação da matéria está prevista no item IV do art. 83 do Regimento Interno – “*requerimentos de Deputados dependentes de votação imediata.*”

Então, formulo a seguinte questão de ordem: quando será pautado o requerimento de criação de Comissão Externa, já que há explícita previsão no Regimento Interno a respeito?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Esclareço a V.Exa. que há inúmeras propostas de criação de Comissão Externa. A primeira solicitação, salvo engano, é de autoria do Deputado Ivan Valente; ao mesmo tempo, praticamente, a Deputada Luiza Erundina propôs a criação de Comissão Externa para averiguar aquele acidente do metrô, em São Paulo.

Há uma norma que prevê a aprovação, em plenário, de tais requerimentos, conforme V.Exa. assinalou.

Portanto, como nem todas as propostas de criação de Comissões Externas são aprovadas por unanimidade, fomos sendo conduzidos, coletivamente, pela pauta que os Líderes sempre ajudam a decidir, por um lado, e, por outro, em razão das medidas provisórias.

Vou levar essa questão ao Colégio de Líderes, para indagar-lhes se podemos produzir um acordo e aprovar a criação de algumas Comissões Externas. Se houver concordância, de imediato, por economia processual, eu trarei os respectivos requerimentos a plenário. Se não for possível, por dever, trarei os requerimentos na ordem cronológica de apresentação.

O SR. FERNANDO CORUJA – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 348-B DE 2007**

Aprova o texto consolidado da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, adotada pela Organização Marítima Internacional, em Londres, em 2 de novembro de 1973, e o seu Protocolo de 1978, com as Emendas adotadas em 4 de dezembro de 2003 a 1º de abril de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto consolidado da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por

Navios, adotada pela Organização Marítima Internacional, em Londres, em 2 de novembro de 1973, e o seu Protocolo de 1978, com as Emendas adotadas em 4 de dezembro de 2003 a 1º de abril de 2004, efetuando-se as correções a seguir especificadas na tradução do texto original para o Português, em consonância com o art. 4º da Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000:

I – substitua-se, na tradução para o Português da Regra 3 do Anexo II da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, MARPOL, na alínea (a) do inciso I, a expressão “um grave risco” por “alto risco”;

II – substitua-se, na tradução para o Português da Regra 3 do Anexo II da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, MARPOL, na alínea (b) do inciso I, a expressão genérica “um risco” por “médio risco”;

III – substitua-se, na tradução para o Português da Regra 3 do Anexo II da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, MARPOL, na alínea (c) do inciso I, a expressão “pequeno risco” por “risco moderado”;

IV – substitua-se, na tradução para o Português da Regra 3 do Anexo II da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, MARPOL, alínea (d) do inciso I, a expressão “reconhecível perigo” por “risco identificável”.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, seus Protocolos e Anexos, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 outubro de 2008. – Deputado **Leonardo Picciani**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aproveitar a presença de V.Exa. em plenário para falar sobre duas coisas importantes.

Ontem, na de *Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática* – e o tema tem muito a ver

com o papel de V.Exa. e do Deputado Inocêncio Oliveira, que à época atuou como coordenador dos trabalhos, e principalmente da nossa instituição, a Câmara dos Deputados – foi aprovado importante projeto, oriundo do Conselho *de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica*, acerca da questão da TV digital.

Esse projeto é importante por 2 motivos: primeiro, porque amplia a TV digital para os chamados canais da cidadania, uma ação muito importante para envolver universidades, o Poder Judiciário e, obviamente, o Poder Legislativo; segundo, porque a aprovação dessa medida, assim como a atitude assumida por V.Exa., na qualidade de Presidente desta instituição, permitirá não só a utilização pela *TV Câmara* dessa nova tecnologia, mas também a possibilidade de o povo brasileiro acessar a *TV Câmara* pelo sistema de canal aberto. E isso possibilitará, em grande escala, aquilo por que temos lutado ao longo dos anos nesta Casa: a universalização dessas novas tecnologias.

Assim sendo, ao parabenizar a Mesa Diretora pela diligência demonstrada ao assumir esse compromisso, convido V.Exa., Sr. Presidente, para participar, terça-feira, no Auditório Nereu Ramos, de seminário sobre o futuro das telecomunicações, evento promovido pela Comissão de Ciência e Tecnologia. Esse setor contribuiu, nos últimos 10 anos, com mais de 145 bilhões para nossa economia. Isso, às vezes, não é reconhecido, mas, na verdade, estamos tratando de uma área de suma importância para a economia nacional, para geração de emprego e renda.

Nesse sentido, a Câmara realizará esse seminário na próxima terça-feira, no qual, por exemplo, avaliará como isso poderá incidir nos anos vindouros, principalmente levando em consideração a chegada de novas tecnologias, como poderemos usá-las no processo legislativo para melhorar a vida das pessoas.

Gostaríamos muito de poder contar com a presença da Mesa Diretora, que, volto a frisar, contribuiu decisivamente para que esse processo pudesse ser instalado no País.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em nome da Mesa Diretora, agradeço a V.Exa. o convite.

Sugiro que comecemos às 15h, para podermos estar neste plenário às 16h, principalmente eu, pela função que exerço.

Quero cumprimentar V.Exa., o Deputado Inocêncio Oliveira e todos os membros da Comissão pelo trabalho que vêm desenvolvendo nessa área tão relevante para o País.

O SR. EMANUEL FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como continuamos a discutir hoje o Fundo Soberano, o Líder do PSDB pediu-me para registrar nos Anais

da Casa o artigo intitulado **Fundo Caduco**, de Míriam Leitão, publicado no jornal **O Globo**.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

Fundo caduco

Míriam Leitão

Enquanto a Câmara discutia, ontem à tarde, a criação do Fundo Soberano, pensado para comprar o excesso de dólares no mercado, o Banco Central anunciou que estava recebendo US\$30 bilhões do Fed. O Fundo foi criado para evitar a queda do dólar, e hoje o problema é evitar que ele dispare. Quando foi proposto, em maio, já não tinha cabimento; ontem, parecia idéia de um governo alienado.

O Fundo caducou completamente, e a operação com o Fed foi o atestado médico da maluquice. O FSB foi pensado para retirar do mercado o excesso de dólares e, agora, há escassez; foi pensado para um país com superávit em transações correntes, e o Brasil está com déficit que no ano deve superar US\$30 bilhões e, em 2009, US\$40 bi; foi pensado para um dólar fraco, e o dólar se fortalece aqui e no mundo; era para guardar o aumento de arrecadação, e haverá queda.

A proposta e a exposição de motivos, lidas ontem, pareciam escritas por um extraterrestre. Para fazer um fundo soberano, é preciso ter superávit estrutural de conta corrente, superávit fiscal prolongado e dívida baixa. Em maio, quando foi proposto, o Brasil já estava com déficit em transações correntes, continuava com déficit fiscal nominal e uma dívida alta e cara.

Em maio, o governo achava que a entrada de dólar no Brasil, pelo comércio e pelo fluxo de capital, continuaria forte e derrubando a cotação do dólar, o que prejudicaria os exportadores. Achava que a arrecadação iria subir. Teve, então, a idéia do "cofrinho": depositaria nele o "excesso" de superávit primário, para o Tesouro comprar dólares no mercado e financiar o crescimento das empresas brasileiras no exterior. Assim, evitaria a queda do dólar, além de beneficiar as multinacionais no exterior.

A situação agora é a seguinte: o Brasil vai crescer menos e a arrecadação será menor do que a prevista; o dólar virou mercadoria tão rara no mercado que o BC teve que vender reservas para reverter a disparada do câmbio, e ontem recebeu reforço da cavalaria americana através do swap de moedas; empresas brasileiras não conseguem nem financiar capital de giro, quanto mais investir no exterior. No mundo, as empresas estão cortando investimentos. A realidade fez picadinho dos pressupostos do Fundo.

O economista José Alfredo Lamy, da Cenário Investimentos, entende que a operação de swap com o Fed é um "empréstimo adicional", mas sem muito efeito para quem tem US\$200 bilhões de reservas. Acha que esse reforço de dólares do Fed é bem-vindo, mas não acha que isso interfere na tendência geral de desvalorização da moeda brasileira e fortalecimento do dólar.

- Tudo que manteve o real forte acabou ou se inverteu. O Brasil vai exportar menos, a preços menores, haverá menos entrada de capital e o dólar está em alta contra todas as moedas - diz ele.

Lamy acredita que o dólar deve ficar, em 2009, entre R\$2,50 e R\$3.

Na MB Associados, o economista Sérgio Valle prevê uma cotação mais baixa para o dólar, entre R\$1,90 e R\$2 no ano que vem, mas concorda que esse é um momento de escassez da moeda americana, o que torna fora de sentido o Fundo Soberano. O primeiro gráfico mostra como os preços de produtos básicos exportados pelo Brasil subiram nos últimos anos, elevando a exportação. Agora, ficarão em queda. Abaixo, o quadro das contas externas, mostrando que o país saiu de um pequeno superávit para um déficit crescente na conta corrente.

- No ano que vem, o saldo comercial será de apenas US\$5 bilhões e o país caminha para o déficit. A restrição estrutural do dólar vai continuar - diz Sérgio.

A idéia de acumular excessos fiscais no Fundo também não faz sentido. O país não vai ter "excessos", vai crescer menos e o governo arrecadará menos.

O SR. IVAN VALENTE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em meio ao processo eleitoral e ao recesso desta Casa, o Governo Lula deu largada a mais um processo de privatização, para tirar das mãos do Estado brasileiro outro setor estratégico para o País. Para a felicidade do Ministro da Defesa, Nelson Jobim – e da imprensa conservadora, que aplaudiu sem cessar a medida –, o Presidente vai privatizar os Aeroportos de Viracopos, em Campinas, e do Galeão, no Rio de Janeiro. Já no ano que vem, ambos serão operados pela iniciativa privada, assim como o novo aeroporto a ser construído em São Paulo.

A justificativa para a escolha dos 2 primeiros aeroportos – na seqüência virão as unidades de Minas Gerais e de Manaus – foi a necessidade de desafogar o tráfego aéreo em Guarulhos e em Congonhas e adaptar o aeroporto do Rio para a Copa do Mundo de 2014 e, talvez, para a Olimpíada de 2016. O Governador Sergio Cabral, aliado político do Presidente Lula, há tempos faz campanha pela privatização do Galeão.

Um grupo suíço deve ficar com o aeroporto do Rio e uma empreiteira nacional, com Viracopos. Há rumores inclusive acerca da formação de um consórcio para operar futuramente toda a infra-estrutura da INFRAERO. A ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil e o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social vão trabalhar na empreitada da privatização e, segundo a imprensa, ajudar na criação de uma “política de aproveitamento dos funcionários da INFRAERO.” Não é preciso dizer que haverá demissões de trabalhadores.

Na prática, o que está se configurando, Sr. Presidente, é mais um crime contra o patrimônio nacional. Segundo o Sindicato Nacional dos Aeroportuários, esses 2 aeroportos estão entre os 12 viáveis financeiramente e que garantiram lucro para a INFRAERO, segundo o último balanço, de R\$261,2 milhões. Viracopos é o segundo maior terminal de cargas do País. Em agosto, sua movimentação foi histórica: mais de 15 mil toneladas de mercadorias importadas, o que representa um crescimento 23% em relação ao ano passado. Não por acaso, a Prefeitura de Campinas selou acordos para se construir 2 novas pistas em Viracopos. Ou seja, é um aeroporto altamente lucrativo, assim como o de Manaus, por conta das operações da Zona Franca.

Em seus 35 anos de funcionamento, a INFRAERO sempre foi lucrativa para o País. No entanto, seus

12 principais aeroportos são os que mantêm os outros 55 e as demais unidades operadas pela instituição. Se os aeroportos lucrativos forem privatizados, como o sistema aeroviário se manterá? Qual será o interesse em investir nos demais aeroportos? A determinação do Governo Federal de que eles precisam sair do vermelho soa como uma barbaridade nesse processo.

Não negamos a necessidade da modernização da infra-estrutura aeroviária do País. Mas enquanto o número de passageiros vem crescendo ano a ano, o Governo brasileiro só faz reduzir os investimentos no setor aéreo. Agora, para dar conta do gargalo que foi criado, apela por entregar aeroportos lucrativos para o setor privado. A defesa da privatização dos aeroportos vem desde a crise aérea, no ano passado. É importante lembrar, no entanto, que o pivô da crise não foi a administração aeroportuária, e sim o mau gerenciamento das companhias aéreas, todas privadas, e sua própria estrutura, além da insaciável busca de lucros à revelia da garantia de segurança de voo. Na onda neoliberal, que atingiu rodovias federais no início do ano, o Governo também já anunciou que vai abrir o capital da INFRAERO para o mercado e, mais para frente, incluirá no pacote da privatização outros setores da infra-estrutura, como portos e energia.

Para ser reeleito em 2006, Sr. Presidente, Lula jogou para cima da candidatura tucana a responsabilidade pela entrega do País ao capital estrangeiro. Venceu as eleições e voltou a fazer aquilo que, historicamente, sempre foi combatido pela esquerda. Agora, já de olho nas eleições de 2010 e nos apoios políticos e econômicos que precisa angariar, o Governo Federal repete a dose, extremamente prejudicial ao País e ao povo brasileiro. O setor aeroportuário é estratégico para a manutenção da soberania nacional e a privatização de Viracopos e Galeão, danosa aos cofres públicos. Nós, do PSOL, não deixaremos, portanto, de denunciar e de combater esta política.

Muito obrigado.

O SR. ALEX CANZIANI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALEX CANZIANI (PTB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa., ao Deputado Narcio Rodrigues, Relator do projeto na Mesa Diretora, e a todos os Líderes e Deputados a aprovação do Grupo de Cooperação e Amizade Brasil – Emirados Árabes Unidos.

Muito obrigado a V.Exa. e aos demais companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Foi um prazer. Também agradeço a colaboração dos Parlamentares presentes, como V.Exa. já acentuou.

VI – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, lembrando que hoje, quinta-feira, dia 30 de outubro, às 16h, haverá sessão do Congresso Nacional, no ple-

nário do Senado Federal, destinada à apreciação de projetos de lei.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Encerro a sessão, convocando para hoje, quinta-feira, dia 30 de outubro, às 14h, a seguinte

ORDEM DO DIA

(Debates e trabalho de Comissões.)

(Encerra-se a sessão às 12 horas e 25 minutos.)

Ata da 259ª Sessão, 30 de outubro de 2008

Presidência dos Srs.: Inocêncio Oliveira, 2º Vice-Presidente, Rômulo Gouveia, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Havendo número regimental, 390 Senhores Deputados registrados no painel, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. LUIZ COUTO, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Passe-se à leitura do expediente.

II – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Passe-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Conforme determina o Regimento Interno, a primeira meia hora é destinada aos pronunciamentos dados como lidos.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Bala Rocha.

O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA (Bloco/PDT – AP. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Na oportunidade, quero registrar o sucesso do programa Juventude Cidadã ou PROJOVEM – nova denominação que tem recebido na legislação recente – no Amapá.

São 2 mil jovens que estão sendo qualificados por meio de convênio com o Ministério do Trabalho. Lá optamos por fazer o convênio com o Governo do

Estado do Amapá, por intermédio da Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo.

Nos próximos dias esses jovens deverão concluir o curso de 5 meses e receber o certificado de nova profissão. Daí terão condições de ingressar no mercado de trabalho. Esses jovens recebem uma bolsa durante 5 meses.

Por isso fico feliz em ver que o Governo Federal, por meio desses programas, está abrindo portas para a juventude em todo o Brasil e também no Amapá.

Estamos agora pleiteando mais vagas para o Amapá, e o sucesso do programa recomenda realmente a renovação do convênio com o Governo do Estado.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A Presidência acaba de receber ofício do Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, nos seguintes termos:

Ofício nº 541/2008-CN

Brasília, 30 de outubro de 2008

Sr. Presidente,

Em aditamento ao Ofício nº 536/2008-CN, comunico a V.Exa. e, por seu alto intermédio, à Câmara dos Deputados, que esta Presidência antecipou para as 16 horas, desta data, a sessão conjunta anteriormente convocada para as 17 horas, a realizar-se no Plenário do Senado Federal, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.”

Assina o Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal.

Portanto, a sessão do Congresso Nacional que seria realizada hoje às 17h foi antecipada para as 16h.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra à ilustre Deputada Janete Rocha Pietá.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aconteceu ontem, no Palácio do Planalto, a cerimônia de entrega de prêmios às entidades que trabalham para atingir as 8 Metas do Milênio.

São 8, repito, as metas: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater DST/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Sr. Presidente, considero o combate à fome importantíssimo!

Como teremos novos Prefeitos em 2009, sugeriria a eles a implantação de restaurantes populares em suas cidades e o estabelecimento de parcerias em prol da agricultura familiar. O Brasil é tão rico! Só assim poderemos realmente combater a fome de norte a sul.

Espero que a sociedade civil, os Governos e nós, Parlamentares, possamos contribuir para essas metas.

Disse 8 metas, mas penso que deveríamos incluir mais uma meta, a nona, Deputado Chico Alencar: combater todo e qualquer tipo de racismo e discriminação.

Não será possível analisar as metas uma a uma. Mas digo que o nosso objetivo é alimentar todo o povo brasileiro, para que possa viver com dignidade. E diminuir a mortalidade infantil também é de suma importância, assim como o combate às DSTs e à AIDS.

O Brasil está entre os 191 países que assinaram o documento para atingir as 8 Metas do Milênio.

Nós, Parlamentares, conclamamos a você, brasileiro, a que se empenhe na sua cidade para que a fome seja erradicada em prol da qualidade de vida, especialmente das mulheres. E que as mulheres possam ser tratadas com igualdade de direitos em todos os campos de atuação.

Na próxima semana já estaremos em novembro – Mês da Consciência Negra. Em 20 de novembro comemoramos o Dia Nacional da Consciência Negra – Dia de Zumbi dos Palmares.

Sr. Presidente, como Deputada de primeira legislatura, solicito de V.Exa. empenho para a aprovação do projeto de lei que institui o Dia de Zumbi dos Palmares. Já é hora! Peço sua colaboração, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. LUIZ COUTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, assisti a matérias na televisão sobre o desrespeito que está ocorrendo na cidade de Luziânia, onde o IML teve a geladeira quebrada. Os corpos que ali estavam foram jogados, em caixões, no pátio.

Estão lá os caixões todos jogados. Um desrespeito. Os familiares que desejam identificar os corpos dos seus entes queridos, para enterrá-los, estão sendo prejudicados.

O Governo do Estado de Goiás precisa tomar providência. Não respeitam nem os mortos nem os seus familiares que estão vendo os caixões jogados no pátio do IML. É um desrespeito fundamental.

Nós, inclusive, vamos pedir, na próxima reunião da Comissão de Direitos Humanos, uma nota de repúdio por essa situação. Ou se respeita o ser humano ou não mais teremos condições de fazer com que a vida seja o dom maior para todos nós. Aqueles que morreram são seres humanos que merecem também o nosso respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tendo sido iniciada, ontem, a apreciação da reforma tributária, através da leitura do parecer do Deputado Sandro Mabel, espera-se, agora, que o trâmite seja seguido de amplo debate, dada a importância da matéria, de vital interesse aos contribuintes, em todos os níveis hierárquicos.

Deverá haver, nas próximas horas, uma mobilização das Lideranças partidárias, a fim de que a relevância temática possa revestir-se de manifestação consensual, nesta e na outra Casa do Parlamento Nacional.

Essa reforma inseria-se no contexto de responsabilidades da atual Sessão Legislativa, acompanhada da política, igualmente situada num patamar preferencial, como exigência de uma realidade que emergiu, impositivamente, da última refrega de 5 de outubro passado.

Delongar o exame de nova sistemática eleitoral e partidária é algo que projetaria, desfavoravelmente, a imagem do Poder Legislativo, ao qual cabe deslindar a almejada alteração, em condições de corrigir distorções gritantes.

Daí o apelo que decidi formular, já agora, destinado a obter a inserção da reforma política no rol das próximas deliberações.

Acredito que o Presidente Arlindo Chinaglia e V.Exa., Vice-Presidente, após a apreciação das últimas

medidas provisórias, reassumirão a articulação indispensável à consecução de tão nobre desiderato.

Nada há mais que explique ou justifique a delonga até agora constatada, ainda mais porque há projeto, perfeito e acabado, em condições de obter a maioria da Casa para o respectivo acolhimento .

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer o registro de 2 pronunciamentos. O primeiro refere-se ao artigo de Frei Beto sobre o fim do dogma do deus mercado, a que fiz referência na tribuna ontem aqui na Casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aprendi com o professor, Senador e amigo Cristovam Buarque que há 2 instrumentos, 2 ferramentas, 2 engenhos humanos indispensáveis para quem exerce função de direção na vida pública – a pá e a bússola. A pá é para as emergências, para o imediato, para tapar buracos. Ações de pronto-socorro.

A bússola é para, quando necessário, orientar a mudança de rumo. O momento histórico, com a crise econômico-financeira que varre o mundo, é de mudança de rumos. Dogmas caem, conforme revela esta forte prédica de Frei Betto, que transcrevo agora na íntegra.

“Peço desculpas

Estou gravemente enfermo. Gostaria de manifestar publicamente minhas escusas a todos que confiaram cegamente em mim. Acreditaram em meu suposto poder de multiplicar fortunas. Depositaram em minhas mãos o fruto de anos de trabalho, de economias familiares, o capital de seus empreendimentos.

Peço desculpas a quem assiste às suas economias evaporarem pelas chaminés virtuais das Bolsas de Valores, bem como àqueles que se encontram asfixiados pela inadimplência, os juros altos, a escassez de crédito, a proximidade da recessão.

Sei que nas últimas décadas extrapolei meus próprios limites. Arvorei-me em rei Midas, criei em torno de mim uma legião de devotos, como se eu tivesse poderes divinos. Meus apóstolos – os economistas neoliberais – saíram pelo mundo a apregoar que a saúde financeira dos países estaria tanto melhor quanto mais eles se ajoelhassem a meus pés.

Fiz governos e opinião pública acreditarem que o meu êxito seria proporcional à minha liberdade. Desatei-me das amarras da produção e do Estado, das leis e da moralidade. Reduzi todos os valores ao cassino global

das Bolsas, transformei o crédito em produto de consumo, convenci parcela significativa da humanidade de que eu seria capaz de operar o milagre de fazer brotar dinheiro do próprio dinheiro, sem o lastro de bens e serviços.

Abracei a fé de que, frente às turbulências, eu seria capaz de me auto-regular, como ocorria à natureza antes de ter seu equilíbrio afetado pela ação predatória da chamada civilização. Tornei-me onipotente, supus-me onisciente, impus-me ao planeta como onipresente. Globalizei-me.

Passei a jamais fechar os olhos. Se a Bolsa de Tóquio silenciava à noite, lá estava eu eufórico na de São Paulo; se a de Nova York encerrava em baixa, eu me recompensava com a alta de Londres. Meu pregão em Wall Street fez de sua abertura uma liturgia televisionada para todo o orbe terrestre.

Transformei-me na cornucópia de cuja boca muitos acreditavam que haveria sempre de jorrar riqueza fácil, imediata, abundante.

Peço desculpas por ter enganado a tantos em tão pouco tempo; em especial aos economistas que muito se esforçaram para tentar imunizar-me das influências do Estado. Sei que, agora, suas teorias derretem como suas ações, e o estado de depressão em que vivem se compara ao dos bancos e das grandes empresas.

Peço desculpas por induzir multidões a acolher, como santificadas, as palavras de meu sumo pontífice Alan Greenspan, que ocupou a sé financeira durante dezenove anos. Admito ter ele incorrido no pecado mortal de manter os juros baixos, inferiores ao índice da inflação, por longo período. Assim, estimulou milhões de usamericanos à busca de realizarem o sonho da casa própria. Obtiveram créditos, compraram imóveis e, devido ao aumento da demanda, elevei os preços e pressionei a inflação. Para contê-la, o governo subiu os juros... e a inadimplência se multiplicou como uma peste, minando a suposta solidez do sistema bancário.

Sofri um colapso. Os paradigmas que me sustentavam foram engolidos pela imprevisibilidade do buraco negro da falta de crédito. A fonte secou. Com as sandálias da humildade nos pés, rogo ao Estado que me proteja de uma morte vergonhosa. Não posso suportar a idéia de que eu, e não uma revolução de esquerda, sou o único responsável pela pro-

gressiva estatização do sistema financeiro. Não posso imaginar-me tutelado pelos governos, como nos países socialistas. Logo agora que os Bancos Centrais, uma instituição pública, ganhavam autonomia em relação aos governos que os criaram e tomavam assento na ceia de meus cardeais, o que vejo? Desmorona toda a cantilena de que fora de mim não há salvação.

Peço desculpas antecipadas pela quebradeira que se desencadeará neste mundo globalizado. Adeus ao crédito consignado! Os juros subirão na proporção da insegurança generalizada. Fechadas as torneiras do crédito, o consumidor se armará de cautelas e as empresas padecerão a sede de capital; obrigadas a reduzir a produção, farão o mesmo com o número de trabalhadores. Países exportadores, como o Brasil, verão menos clientes do outro lado do balcão; portanto, trarão menos dinheiro para dentro de seu caixa e precisarão repensar suas políticas econômicas.

Peço desculpas aos contribuintes dos países ricos que vêem seus impostos servirem de bóia de salvamento de bancos e financeiras, fortuna que deveria ser aplicada em direitos sociais, preservação ambiental e cultura.

Eu, o mercado, peço desculpas por haver cometido tantos pecados e, agora, transferir a vocês o ônus da penitência. Sei que sou cícnico, perverso, ganancioso. Só me resta suplicar para que o Estado tenha piedade de mim.

Não ousou pedir perdão a Deus, cujo lugar almejei ocupar. Suponho que, a esta hora, Ele me olha lá de cima com aquele mesmo sorriso irônico com que presenciou a derrocada da torre de Babel.”

O segundo, é um relato sobre uma grave situação.

Acompanhei em Macapá os momentos finais de uma belíssima campanha de 2 jovens, Camilo Capiberibe e Randolfe Rodrigues, candidatos da Frente pela Mudança à Prefeitura de Macapá. Comícios multitudinários, muito animados, com aquela esperança da alta política, e o que se viu depois foi um derrame de dinheiro, um processo muito ilícito de compra de votos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o abuso dos meios de comunicação nas eleições do 2º turno no Município de Macapá desvirtuou a livre vontade do povo. Das quase 600 representações eleitorais e direito de resposta que a coligação Frente pela Mudança (PSB/PSOL/PMN) propôs (numa média de 4 ações eleitorais por dia), boa parte delas foi contra a redes de televisão *SBT*, *Record* e *Bandeirantes*, bem como contra 3

jornais diários – *O Jornal do Dia*, *A Gazeta* e *Diário do Amapá* – além de 3 rádios FM: *Rádio Cidade FM*, *Rádio Difusora* e *Antena Um*.

Diariamente, em sua programação jornalística, as redes de televisão e de rádio fizeram uma campanha contra os candidatos Camilo e Randolfe (PSB/PSOL/PMN), sem disfarçar sua simpatia pelo candidato da outra coligação (PDT/DEM/PSDB) e outros partidos alinhados no 2º turno, como o PMDB e o PT. A prática de envolvimento dos meios de comunicação nos pleitos eleitorais, desequilibrando a disputa, apesar de não ser novidade ou exclusividade de Macapá, lá ganha contornos de ilicitude flagrante. A quantidade e a reiteração diária de comentários desairosos sacados contra um candidato pelas TVs e rádios de Macapá, mesmo para os leigos, foi aspecto fundamental para que a coligação Frente pela Mudança perdesse a eleição. Sabemos que as concessões de rádio e televisão são ligadas a grupos econômicos e a políticos locais e nacionais que governam o Estado e a cidade de Macapá. Mas isso não autoriza os concessionários a agirem de forma tão parcial.

Em época eleitoral, apesar das proibições legais, costuma funcionar como um braço para eleger candidatos ligados aos segmentos que controlam a política no Estado. A influência abusiva dos meios privados de comunicação altera a vontade livre do eleitor. O abuso foi tanto que, durante o debate com os candidatos na *TV Amapá*, afiliada da Rede Globo, uma estação de rádio invadiu espectro da emissora de TV sempre que o candidato Camilo falava. A interferência foi detectada pelo setor de engenharia da TV Globo. O caso ainda está sendo investigado e a denúncia encaminhada à ANATEL.

Contra o reiterado abuso de poder dos meios de comunicação a Coligação ingressou com mais de uma dezena de ações de investigação judicial eleitoral visando à inelegibilidade de autoridades públicas no Estado e de candidatos.

No dia da eleição os desmandos firmaram capítulo particular. No sábado e domingo quase uma dezena de pessoas foi detida, flagrada comprando votos. Esse número poderia ter sido muito maior, caso tivesse a Justiça local respondido a tempo a inúmeras outras denúncias. O Deputado Federal Jurandil Juarez, do PMDB, foi levado à Polícia Federal na noite que antecedeu o pleito para prestar depoimento sobre distribuição de dinheiro e combustível em troca de voto. Na entidade conhecida por GRUTA, 5 pessoas foram presas recebendo dinheiro e combustível. Um dos presos foi um sargento PM, que foi transferido para o quartel do Comando Geral de Macapá. Os outros 4 presos foram transferidos para o presídio local, o IAPEN.

Relata o jornalista João Silva, em Carta Aberta ao Presidente do TRE do Amapá publicada no Blog Correa Neto:

“Foi um arrastão sem precedentes, participação de gente dos três poderes, bajuladores, mulher de bajulador, professor, deputados federais, deputados estaduais, empresários, gestores da CEA, da CAESA, policiais sem farda, estes dando cobertura à compra de voto nas baixadas. Como, em 21 dias, um candidato com discurso ruim, mídia ruim, propostas absurdas, derrotado no primeiro turno por uma diferença de mais de 10 mil votos, não só tenha buscado essa diferença, mas construído uma vitória considerada improvável diante do seu adversário? Claro que isso não é um milagre, mas uma fraude monumental. Camilo caiu no meio do povaréu das baixadas, sintomaticamente.

Conto uma historinha que se deu no início do segundo turno: prócer do PC do B manda mensagem para o celular de um amigo, bem ao meu lado, e faz o comunicado: ‘Tadeu, fica calmo, porque nós vamos ganhar essa eleição nas baixadas; o povo pobre é como gado, a gente compra’. E assim se fez, com dinheiro do Governo, da Assembléia Legislativa, da Polícia Militar de Macapá, da Câmara Municipal, com os orçamentos das Companhias de energia e abastecimento e saneamento do Estado (CEA e CAESA) e o rico dinheiro do empresariado que não quer pagar impostos”.

As eleições em Macapá não cumpriram o que deseja nossa Constituição e o que pede nossa democracia.

Isso é muito negativo, parece que ali a civilização política elementar ainda não chegou.

Só para concluir: esse circunstancial de fatos que vivi nos chama ao dever de fazer valer a democracia política, a vontade eleitoral, o voto livre do cidadão. Quero crer e vi, constatei com meus olhos, não só esse lado bonito da campanha de 2 jovens da Frente pela Mudança no Macapá, mas também como alguns órgãos de comunicação são tendenciosos, de maneira totalmente aberta, sem qualquer pudor, fazendo comentários e ataques a determinada candidatura, num posicionamento que vai além da postura editorial do órgão de televisão, de rádio ou de imprensa escrita, mas no próprio conteúdo das matérias. Isso é muito negativo, isso configura elementos de uma fraude eleitoral, e vamos continuar lutando não só na organização

e consciência do povo, mas também nos mecanismos de reparação da Justiça Eleitoral.

Urge um processo civilizatório naquele Estado. A democracia tão necessitada de reforma política substantiva, com participação popular chegou a níveis pré-políticos no Estado do Amapá.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ELIENE LIMA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ELIENE LIMA (PP – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na condição de membro da Frente Parlamentar Mista da Leitura desta Casa, participei ontem do I Seminário de Incentivo à Leitura no Brasil. E, no evento, debateu-se a criação do Fundo Pró-Leitura, considerado a principal meta do grupo.

Embora o fundo tenha sido planejado em 2004, ainda não foi estruturado. A implementação ainda depende da aprovação pela Câmara e pelo Senado.

A criação do fundo é polêmica, pois é conflitante com a proposta de reforma tributária. Em razão disso, ainda está sendo discutida pela Casa Civil e o Ministério do Planejamento.

O fundo ainda não foi criado por falta de entendimento dentro do próprio Governo. Nesse seminário, nosso objetivo foi pontuar todos os impasses e encontrar as soluções para tirar o fundo do papel e dar um grande passo em favor da leitura.

O Fundo Pró-Leitura é a contrapartida do setor livreiro – 1% do faturamento anual – à desoneração de PIS e COFINS sobre o livro. Caso seja aprovado, o fundo gerará cerca de R\$46 milhões por ano para financiar as ações previstas no Plano Nacional do Livro e da Leitura – PNLL.

Além do fundo, há também a proposta de regionalizar o PNLL entre as metas da Frente Parlamentar da Leitura. O objetivo é que todos os Estados tenham seus próprios projetos, programas, atividades e eventos na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas.

A idéia é que cada região possa analisar seus costumes em planos específicos. O Brasil precisa democratizar o acesso ao livro, pois o grau de leitura aqui é muito baixo. As pesquisas demonstram que uma pessoa lê 4,7 Livros por ano, mas se forem excluídos os livros didáticos, esse índice cai para 1,7. Na Colômbia, as pessoas lêem em média 2,4 livros por ano, enquanto nos Estados Unidos e na França essa quantidade sobe para 5 e 7 respectivamente.

Sabedores da importância do desenvolvimento do jovem através da leitura, estaremos sempre atentos e partícipes.

Aproveito para lembrar que dia 29 de outubro, quarta-feira em nosso calendário, foi celebrado o Dia Nacional do Livro. E eu na qualidade de educador há mais de 25 anos, sei da importância que o livro possui no desenvolvimento intelectual do cidadão e, portanto, não poderia deixar de fazer um breve comentário sobre essa data.

Caros colegas, no Brasil, à medida que se prestigia a educação, abre-se espaço, ao lado da cultura digital, para a continuada difusão da cultura letrada. E como vejo que a qualidade de vida de qualquer ser humano passa pela leitura, defendo que devemos sempre fazer um esforço cada vez maior para ampliar o número de bibliotecas públicas em nosso País. E, assim, termos um número cada vez maior de escritores, cientistas, tecnólogos e pesquisadores.

Infelizmente, ainda é pequena a quantidade de bibliotecas, sobretudo nas regiões mais pobres do Brasil, como as do Norte e Nordeste, e também em Municípios mais distantes das Capitais dos Estados brasileiros.

Nas últimas décadas, apesar de ainda o percentual de analfabetos ser expressivo, o hábito da leitura cresce significativamente. Mas, mesmo assim, não nos podemos dar por satisfeitos. O Brasil tem que enxergar o livro não apenas como uma ferramenta para a prática de leitura, mas como chave para o crescimento não só intelectual, mas também econômico, já que quem lê muito, hoje, está bem empregado ou, quando não, a caminho do progresso.

Destaco aqui a necessidade cada vez maior de iniciativas governamentais e de instituições privadas que visem estimular a leitura.

No mais caros colegas, eram estas as minhas considerações sobre a passagem do Dia Nacional do Livro, que não pode deixar de ser um instante consagrado a uma reflexão a respeito da importância da educação no desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria também de fazer um registro a respeito da sustentabilidade da cadeia produtiva, que é a garantia dos recursos para financiar a lavoura e adoção de mecanismos que assegurem rentabilidade ao produtor. Estas serão prioridades da Câmara Setorial da Soja, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, instalada ontem à tarde, pelo Ministro Reinhold Stephanes, na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, aqui em Brasília, e de cuja solenidade participei.

Quero parabenizar Rui Carlos Ottoni Prado, escolhido Presidente da Câmara e que também preside a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de

Mato Grosso – FAMATO e a Associação dos Produtores de Soja.

Sr. Presidente, a cultura da soja poderá ser uma das mais prejudicadas pela crise financeira internacional, em razão da restrição de recursos para financiamento da lavoura e da dificuldade de acesso dos produtores rurais ao crédito oficial. Este quadro preocupa, porque a produção é muito alavancada pelo crédito, principalmente das **tradings**.

O fato de as **tradings** financiarem menos dificultará a manutenção do atual volume de produção de soja. No caso de Mato Grosso, principal produtor do País, é estimada a queda de pelo menos 10% na produção, se o atual cenário de crise se prolongar, afetando o agronegócio.

Na última safra, 2007/2008, o Estado produziu 17,8 milhões de toneladas do grão e a estimativa para a safra 2008/2009 é de colher 17,5 milhões de toneladas.

A soja é o principal item da pauta de exportações do agronegócio. De janeiro a setembro deste ano, as vendas externas do complexo soja (grão, farelo e óleo) totalizaram US\$15,3 bilhões, com elevação de 71% em relação ao mesmo período de 2007.

A Câmara Setorial da Soja solicitará ao Governo mecanismos que assegurem ao produtor preços compatíveis com os custos de produção. Hoje há um preço mínimo para a soja, mas não cobre esses custos.

Neste momento de crise, seria fundamental adotar um preço pelo menos compatível com os custos. Não adianta o País produzir e o agricultor não ter condições de sobrevivência.

Por fim, quero informar que a Câmara Setorial será composta por 23 entidades, entre elas a Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso – APROSOJA/MT.

Era o que tinha dizer.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 2 (PLP 2/07) pela Câmara Federal é a melhor notícia do ano para mais da metade dos brasileiros, que arregaçam as mangas e pegam no batente diariamente, sem qualquer direito trabalhista. Os chamados informais, apesar de movimentarem entre 30% a 40% do PIB nacional, não dispõem de qualquer proteção para enfrentar 3 certezas da vida: envelhecer, adoecer e morrer. Agora, esse círculo vicioso pode ser quebrado, por meio de um instrumento capaz não apenas de combater a informalidade, mas também a excessiva

burocracia estatal, além de mitigar o déficit previdenciário. Por tudo isso, me empenhei pela aprovação.

Entre as diversas medidas, a que mais se destaca é a formalização dos chamados microempreendedores individuais, que têm renda anual de até R\$36 mil, isentando-os de impostos e outras contribuições. Assim, camelôs, vendedores ambulantes, pedreiros, feirantes, manicures, costureiras, entre outros, para se formalizarem pagarão apenas R\$45,65 ao INSS, R\$1 para o ICMS e R\$5 para o ISS.

Dessa forma, os trabalhadores poderão usufruir da chamada proteção parcial, com direito à aposentadoria por idade e invalidez, mas não por tempo de contribuição – para conseguir este benefício, basta o trabalhador arcar com a diferença no INSS, gradualmente –, além dos demais benefícios previdenciários, como: pensão, salário-maternidade, auxílio-acidente, afastamentos remunerados etc.

Os benefícios não são apenas tributários e fiscais, o projeto também estabelece que não haja necessidade de abrir firma ou fazer contabilidade. Para vendedores, por exemplo, basta guardar as notas fiscais de compra dos produtos. Os desdobramentos desta medida podem ser armas importantes no combate ao contrabando, à pirataria e aos achques de fiscais corruptos.

Igualmente está assegurada a portabilidade das proteções trabalhistas, em que o trabalhador que passar da condição de conta própria, ou autônomo, para empregado, ou vice-versa, carregará consigo as proteções trabalhistas adquiridas.

Num cenário otimista, em que todos os informais – cerca de 16 milhões de pessoas – aderirem à nova legislação, o INSS teria um adicional de arrecadação de R\$9 bilhões por ano. Assim, poderíamos reduzir em até 25% o rombo previdenciário que já chega a R\$40 bilhões, segundo estudo preliminar da Confederação Nacional da Indústria – CNI.

A Legislação em questão também inclui no SuperSIMPLES (ou SIMPLES Nacional) empresas de micro e pequeno portes que representam 99,2% das empresas do País, respondem por 60% dos postos de trabalho e propiciam um crescimento diversificado, a inovação tecnológica e a distribuição de renda.

Em relação à ampliação da pauta de produtos com substituição tributária que abrange setores com ampla atuação de pequenos negócios está apensada ao PLP 2/07 o Projeto de Lei Complementar 126/07. Trata-se de um pleito das indústrias incluídas no SIMPLES Nacional que pagam o imposto antecipado pela cadeia, sem redução a que têm direito. Em Santa Catarina, por exemplo, o Governo Estadual já concede crédito presumido de 7% a essas empresas, o que re-

solve em parte o problema da não-geração de crédito de ICMS por empresas do SIMPLES.

Diante de tudo isso, nesta época de eleições, é fundamental cobrarmos que os planos de governo dos candidatos contenham uma adequação municipal da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, sancionada em dezembro de 2006. Após 1 ano de vigência, o SuperSIMPLES apresenta um recorde de participação, com a adesão de quase 3 milhões de empresas, cerca de 500 mil a mais das que estavam no sistema anterior, além do Cadastro Sincronizado já estar em implantação em 21 Estados e no Distrito Federal. Entretanto, dos 5.562 Municípios brasileiros, apenas 428 contam com esse instrumento legal de apoio aos pequenos negócios.

Um bom exemplo dos benefícios advindos dessa regulamentação está na cidade de Cariacica, localizada a 15 quilômetros da Capital capixaba, que aprovou a lei municipal 14 dias após a sanção presidencial. Entre as medidas adotadas está o tratamento diferenciado para empresas com até 3 anos de atividade, com isenção e redução de impostos e taxas; a criação do Centro Integrado de Apoio à MPE (CIAMPE), onde o atendimento é desburocratizado e rápido para iniciar, ampliar ou encerrar atividades empresariais. Além de oferecer capacitação aos empreendedores, as micro e pequenas empresas têm prioridade nas contas governamentais, e a redução do ISS para os setores de confecção e moveleiro. A cidade concentra um grande número de empresas de confecção e móveis e viu, durante o primeiro ano da legislação, a criação de mais de mil empresas e a geração de 2,8 mil empregos diretos.

O momento agora é de mobilizar a sociedade, o setor produtivo e as diferentes Frentes Parlamentares de Apoio a Micro e Pequenas Empresas, seja nas esferas federal, estaduais ou municipais, para cobrarem a rápida aprovação da matéria no Senado. Apoiar o empreendedor, as micro e pequenas empresas é o caminho para um desenvolvimento econômico mais justo. Esta é a nossa certeza, este é o nosso compromisso!

Sr. Presidente, passo a abordar outro assunto.

O otimismo oficial foi substituído pelo realismo e, finalmente, o Governo Lula foi obrigado a admitir sua preocupação com o desempenho da nossa economia. Ainda bem que deixamos de lado o ar de deboche, mas essa mudança tardia de comportamento pode contribuir para a esquizofrenia das Bolsas. Ninguém ainda é capaz de dimensionar o tamanho da crise ou seus desdobramentos, muito menos o tempo de duração desta gangorra dos mercados.

Uma coisa é certa, a crise pode migrar do setor financeiro para o produtivo. No momento, o maior problema ainda está na disponibilidade de crédito, mas se o Governo não agir para blindar o setor produtivo com a mesma disposição que demonstrou ao se antecipar aos fatos para ajudar o setor financeiro, a crise pode chegar à produção e, conseqüentemente, ao varejo. Hoje, enquanto os juros para empréstimos entre bancos caem, aumentam as taxas de empréstimos para empresas, ou seja, a crise começa a bater à porta da economia real.

A todo custo, procura-se evitar a palavra “pacote”, enquanto a equipe econômica vai queimando seus cartuchos. Primeiro, o Banco Central promoveu mudanças nas regras dos compulsórios para bancos, as quais não surtiram o efeito desejado na disponibilidade de crédito no mercado interno. Até agora, o BC já torrou US\$ 22,9 bilhões para tentar conter, sem sucesso, a escalada do dólar. Por fim, o Governo viu o mercado chiar com a sua tentativa de editar uma versão tupini-quim do plano do Primeiro-Ministro britânico, Gordon Brown, de permitir a compra de bancos, imobiliárias e construtoras por bancos estatais.

Essa última medida foi um dos motivos apontados por especialistas para a BOVESPA registrar o seu sexto *circuit break* do mês, quando todas as operações são suspensas temporariamente, registrado no último dia 22. No mercado, há o entendimento de que as medidas não seriam necessárias, a não ser que o Governo saiba de algo mais grave ou que existam fundos e bancos com problemas.

Nesse vaivém, fica a lição de que não existe fórmula mágica. Caberá a cada país buscar o seu próprio caminho, identificar vocações, equacionar gargalos e, assim, consolidar o seu papel na economia mundial.

Por isso, parece-me evidente que afora medidas pontuais que estão sendo tomadas, precisamos rever paradigmas do nosso modelo econômico. Por exemplo, o superávit fiscal realizado, ano a ano, deve ser mantido? Qual deve ser o nível aceitável? Hoje, observamos uma diminuição da relação entre a dívida interna e o PIB (Produto Interno Bruto), enquanto investimentos públicos são, cada vez mais, necessários para aquecer a economia.

Defendo a redução do superávit primário e a ampliação dos gastos públicos, mas entenda-se por aumento de gastos, investimentos em obras estruturais.

Apesar das seguidas negativas do Governo, levantamento feito pelo jornal **Folha de S.Paulo** indica cortes de R\$28 bilhões em empreendimentos, principalmente no complexo portuário e em novas hidroelétricas de médio e pequeno portes. Uma cifra que deve

crescer, ainda mais, com o recente adiamento do leilão da linha de transmissão das usinas do Rio Madeira, projeto avaliado em R\$7 bilhões. Neste caso, ainda existe o problema estratégico da escassez de projetos de geração elétrica para os próximos anos.

Basicamente, as ações governamentais objetivam manter o mercado interno aquecido e o superávit na balança comercial. Para tanto, procura-se ampliar as linhas de crédito para setores tradicionalmente exportadores, como o agrícola, além de assegurar o capital de giro para segmentos que geram muitos empregos. Nada sobre uma política pragmática de redução da taxa de juros, a exemplo do que tem feito os bancos centrais dos EUA, Europa e Ásia.

Em relação à força motriz do nosso superávit comercial, a agricultura, permanece o quadro de incertezas, principalmente em relação ao custeio da safra 2008/2009 e a sua comercialização. Entre as principais preocupações do campo estão: menor oferta de crédito, queda nas cotações das **commodities**, aumento nos custos de produção (vide os preços dos fertilizantes, por exemplo) e a expectativa de arrefecimento da demanda internacional.

A recente escalada do dólar pode compensar em parte as perdas com a redução dos preços dos produtos agrícolas, mas já existe entre os produtores a preocupação de definir preços mínimos e mecanismos que ajudem a garantir a rentabilidade durante a colheita da próxima safra, como o incremento do crédito ao produtor e a ampliação do seguro rural.

A crise internacional levou a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil a reduzir para 9,5% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto do agronegócio em 2008. A estimativa anterior era de 11% a 12%. A entidade também registrou queda no percentual de produtores que fixaram contratos futuros e adotaram o **hedge**, mecanismo de proteção dos preços contra as oscilações do dólar. Em 2008, esse índice está em 24%, contra 45% verificados na safra passada.

Nem mesmo a aprovação da medida provisória da renegociação de dívidas agrícolas, pelo Congresso Nacional, que deve atingir 2,8 milhões de contratos e corresponde a um montante total de R\$ 75 bilhões, conseguiu reverter a aversão dos bancos à concessão de crédito aos produtores. Resta saber se o recente anúncio do Governo de aumentar a oferta de crédito rural em R\$2,5 bilhões, oriundos do aumento de 65% para 75% da poupança rural, conseguirá mitigar parte deste problema.

No enfrentamento da crise atual, o Governo precisa exercer o papel de indutor do crescimento, ou seja, utilizar sua capacidade de investimento para manter o

mercado interno aquecido e preservar nossa vocação exportadora, para conferir um maior grau de previsibilidade e de sustentabilidade à econômica brasileira. E, para investir, o Governo precisa cortar na própria carne, adotando mecanismos para reduzir os gastos com custeio da máquina pública, ou desonerar o setor produtivo. Precisamos de lastros para atravessar esse período de turbulência global.

A SRA. JÔ MORAES (Bloco/PCdoB – MG. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero compartilhar com V.Exas. alguns dados sobre o Dia Nacional de Luta dos Vigilantes pela Vida, Emprego e Cidadania.

Sem dúvida alguma, é uma nova categoria que o desenvolvimento capitalista, o desenvolvimento do sistema financeiro, da forma como se estrutura, impôs

à organização dos trabalhadores. Hoje, mais do que a defesa da vida, há necessidade de defesa do patrimônio. E são esses trabalhadores que defendem o patrimônio, que arriscam a sua vida para isso.

Nos dias 29 e 30 de outubro, os vigilantes se mantêm mobilizados para solicitar aos membros do Congresso Nacional que aprovem os projetos em tramitação que tratam da categoria, dentre eles o que assegura o reconhecimento definitivo da profissão.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a publicação da *Carta Aberta* que os vigilantes apresentam à sociedade, para que se integre à sua luta pela vida, por emprego e por cidadania.

CARTA A QUE SE REFERE A ORADORA

CARTA ABERTA

Senhoras e Senhores Senadores, Senhoras e Senhores Deputados,

DIREITOS, EMPREGO E CIDADANIA PARA OS VIGILANTES

Os vigilantes brasileiros profissionais de segurança privada elegeram os dias 29 e 30 de outubro de 2008 como Dia Nacional de Luta pela vida, emprego e cidadania.

São vidas diárias de trabalhadores que atuam na segurança privada que perdemos no labor diário defendendo a vida de outros, o seu patrimônio, suas famílias.

Somos mais de 1.600.000 (um milhão e seiscentos mil) profissionais qualificados no Brasil e registrados na Polícia Federal, travando a luta contra a violência, contra os atentados a vida e pela cidadania.

Mas no dia-a-dia, além da sobrevivência, lutamos para defender o nosso emprego contra as ameaças de tecnologias duvidosas como malote de tinta no transporte de valores ou apetrechos tecnológicos que substituem o homem e não colaboram na melhoria de seu labor ou de criação de funções menores, menos qualificada, ora chamados de guardas ou de vigias.

Contra o desemprego e as ameaças à profissão precisamos de reconhecimento e valorização.

Nas duas casas do Congresso Nacional tramitam alguns projetos que criam Adicional de Periculosidade para os vigilantes ou reconhecem a nossa profissão como de risco (PL nº 687/2007 da senadora **Serys Sihessarenko**, PLS 387/2008 do Senador **Paulo Paim** e PL 1033/2008 da Deputada Federal **Vanessa Graziottin**, além de outro Projeto de Lei 039/1999 do Deputado **Paulo Rocha**, que reconhece a nossa profissão, já votado na Câmara e Senado, dependendo somente de votação final no Plenário da Câmara Federal.

Nestes últimos 20 anos somos mais de 150 mil vigilantes vitimados por empresas (a exemplo, da SEG, RIO FORTE, Pires e outras) que sonegaram, quebraram fraudulentamente e nos lesaram, transformando em pó anos de trabalho e esperança de uma vida melhor, prejudicando até a possibilidade de uma aposentadoria digna.

Nestes dois dias em Brasília e nos estados brasileiros estamos mobilizados, apelando aos Senhores e Senhoras integrantes do Congresso Nacional para que atendam os vigilantes brasileiros e:

- reconheçam em definitivo a nossa profissão;
- reconheçam como de risco a profissão de vigilante e agente de segurança privada;
- rechacem as ameaças contra o nosso emprego;
- assegurem os nossos direitos e segurança, contra a terceirização que lesa nossos direitos e criam trabalhadores de segunda classe.

A justiça social, a dignidade, o respeito, a cidadania e a vida esperam contar com o apoio de Vossas Excelências.
Brasília-DF, outubro de 2008

**Confederação Nacional dos Vigilantes
Federações e Sindicatos de Vigilantes**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES, EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES E DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA, SEGURANÇA PESSOAL, CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE VIGILANTES, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SIMILARES E SEUS ANEXOS E AFINS

FILIADA À CUT
SDS - VENÂNCIO JÚNIOR - SOBRELÓJA 10/11/12
CEP: 70.300-000 - BRASÍLIA-DF
TEL/FAX: (61) 3225-9683
www.vigilanteentv.org.br
entv@vigilanteentv.org.br

Jô Moraes
Sra. Jô Moraes

O SR. ÁTILA LINS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PMDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero apenas registrar que, ontem, o Relator da PEC da Reforma Tributária, Deputado Sandro Mabel, apresentou à Comissão Especial o seu parecer, do qual 1 artigo inteiro, quase 1 capítulo, foi dedicado ao Amazonas e à Zona Franca de Manaus. Isso, com certeza, preserva o modelo desenvolvimentista implantado há mais de 40 anos na região, e que deu certo.

Hoje, o Amazonas é um Estado próspero e viável, exatamente em virtude da Zona Franca de Manaus e do seu parque industrial. Daí por que todas as salvaguardas incluídas no parecer da reforma tributária para a Zona Franca de Manaus e o Amazonas são bem-vindas, pois aquele Estado, mais do que nunca, necessita manter a sua competitividade e as suas vantagens comparativas para continuar se desenvolvendo.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Uldurico Pinto.

O SR. ULBURICO PINTO (PMN – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, o grande escritor brasileiro Euclides da Cunha, que também era engenheiro militar, no início do século XX, participou da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites com o Peru. Nessa condição, teve a oportunidade de visitar e de estudar a Amazônia, que experimentava o auge do Ciclo da Borracha e, em consequência, atraía leva de pessoas das mais diversas procedências, estimulava cobiça de grupos nacionais e internacionais, levantava questões complicadas sobre a forma adequada de ocupação, sobre o destino dos indígenas, bem como sobre a defesa das fronteiras.

Impressionado com a generalizada falta de conhecimento a respeito da região e com a vitalidade do processo de transformação ambiental em constante andamento, Euclides da Cunha assinalou: *“Realmente, a Amazônia é a última página, ainda a escrever-se, do Gênese”*.

Passados mais de 100 anos, tal página continua incompleta, provocando polêmica e despertando interesses cada vez maiores. Hoje, o avanço tecnológico possibilita uma noção mais aproximada da realidade desse pedaço de território brasileiro que pode ser estimado com o uso de imagens de satélite e de pesquisas envolvendo a enorme variedade de flora e de fauna.

Apesar disso, a Amazônia ainda se defronta com problemas semelhantes aos existentes quando o nosso grande escritor lá esteve. Não são raros, por exemplo,

os conflitos motivados pela desorganização da estrutura fundiária que opõem indígenas, posseiros e latifundiários, como se tem observado na reserva Raposa Serra do Sol, nem as denúncias de avanço da agricultura, da pecuária e da extração da madeira sobre áreas de preservação da floresta nas quais o desmatamento atinge proporções inquietantes.

Também são freqüentes as notícias sobre biopirataria e outras formas de apropriação indébita de recursos naturais, facilitadas pela precariedade da fiscalização; ou sobre incursões de grupos armados de países vizinhos ou de narcotraficantes na região, em flagrante desrespeito à soberania nacional.

A tais questões, que, respeitados os contextos de cada época, já chamavam a atenção de Euclides da Cunha e de seus contemporâneos, veio somar-se a recente preocupação mundial com a defesa do ecossistema amazônico. Afinal, desse ecossistema, devido à sua rica biodiversidade e ao seu papel na ciclagem da água e na estabilização do clima, depende em larga medida o equilíbrio da vida no planeta.

Às vezes, essa preocupação dá margem a exageros, iniciativas equivocadas ou mesmo ações de má-fé, praticadas por indivíduos, grupos ou ONGs, estrangeiros ou nacionais. Há poucos meses, descobriu-se que um cidadão europeu tentava convencer empresários estrangeiros a comprar terras na Amazônia, com o intuito – segundo dizia – de preservá-la. Ele chegou a calcular que, com 50 bilhões de dólares, seria possível adquirir toda a floresta.

Bem-intencionadas ou não – presumivelmente, não –, atitudes como essa têm o mérito de nos alertar sobre a nossa imensa responsabilidade de orientar o destino da região.

Já se tornou até lugar-comum afirmar que a ameaça de devastação persistirá enquanto a floresta valer mais no chão do que em pé. Por esse motivo, é necessário que tanto o Governo quanto a sociedade se mobilizem, a fim de propor alternativas de desenvolvimento sustentável aos amazônidas, levando em conta as peculiaridades locais e as necessidades de populações indígenas e ribeirinhas, bem como a utilização consciente da flora, da fauna e dos recursos hídricos e minerais.

Assim, o Brasil dará inestimável contribuição à sobrevivência da Terra e, completando a última página do Gênese, na imagem criada por Euclides da Cunha, evitará que se concretizem as mais apocalípticas previsões a respeito do futuro da humanidade.

Muito obrigado.

O SR. ELIENE LIMA (PP – MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está sendo realizado em Cuiabá o 7º Congresso Nacional

dos Defensores Públicos. Amanhã à tarde teremos o prazer de ouvir a palestra do Deputado Mauro Benevides, um dos Parlamentares mais influentes desta Casa. Desde já agradecemos a S.Exa. a participação, que valorizará o evento, realizado no auditório do Hotel De Ville, em Cuiabá.

Sr. Presidente, recebi da Presidência da FIEMT – Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso correspondência contendo informações sobre a invasão, por um grupo de indígenas – e este assunto já foi abordado pelo Deputado João Carlos Bacelar –, do canteiro de obras de usinas hidrelétricas no Município de Sapezal, na semana passada.

É óbvio que somos defensores das minorias, entre elas os indígenas, mas é preciso que haja limites e disciplina.

Vou ler alguns trechos do documento encaminhado pelo Presidente da Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso, Sr. Jandir Milan:

“A Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso vem manifestar a Vossa Excelência a sua profunda preocupação com o restabelecimento do estado de direito, violado depois da invasão do acampamento e do canteiro das obras de usinas hidrelétricas no rio Juruena, no último fim de semana, por índios armados com armas de fogo, da etnia Enawe-enawe, no Noroeste do Estado. Foram queimados os acampamentos, veículos, equipamentos, máquinas e feitos saques, causando prejuízos superiores a R\$ 10 milhões e atingiram 1.500 empregados da obra, que, por insegurança, não podem mais retornar aos canteiros.

Os empreendimentos apresentam todas as licenças legais e regulares das instâncias municipal, estadual e federal”.

Sr. Presidente, é preciso buscar o equilíbrio em relação a essa convivência, para que não haja prejuízo para os empreendimentos do Estado de Mato Grosso.

Passo a abordar outro assunto.

Sr. Presidente, nobres pares, o Estado de Mato Grosso vai contar com 3 novos Centros de Atenção Psicossocial, conhecidos também como CAPS.

De acordo com portaria publicada no dia 13 de outubro no **Diário Oficial** da União, os centros serão voltados exclusivamente para o atendimento de adultos com transtornos mentais severos e persistentes.

Para a implantação dos CAPS, foram investidos 60 mil reais. Ao todo, serão implantados 32 no Estado de Mato Grosso, sendo que 5 unidades farão atendimento a dependentes químicos.

Com a nova habilitação, o Brasil eleva para 1.291 o total de serviços implantados em todas as Unidades da Federação. Os novos CAPS representam investimentos de 22,3 milhões de reais por ano. A meta é a de implantar mais 150 unidades até o fim de 2008.

Outra medida, na área de saúde mental, adotada pelo Ministério da Saúde foi a do lançamento, em outubro, de edital no valor de 1,4 milhão de reais. Os recursos se destinam às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, a universidades públicas, organizações da sociedade civil e não-governamentais sem fins lucrativos que desenvolvam projetos na área de redução de danos, estratégia da saúde pública para reduzir os danos à saúde em consequência de práticas de risco.

No caso específico do Usuário de Drogas Injetáveis (UDI), a intenção é a de reduzir os danos para aqueles usuários que não podem, não querem ou não conseguem parar de usar drogas injetáveis e, portanto, compartilham a seringa e se expõem à infecção pelo vírus HIV, a hepatites e outras doenças de transmissão parenteral.

O sucesso da política de redução de danos junto à epidemia de AIDS no Brasil pode ser comprovada pelos números. Os casos de AIDS classificados na subcategoria de exposição de Usuários de Drogas Injetáveis (UDI) vêm diminuindo em 4 Regiões do País, com exceção da Região Norte, que se mantém estável em baixos patamares (em média, 41 casos por ano, de 2000 a 2006).

Estima-se que 15% da população mundial (975 milhões de pessoas) precisem de atendimento em saúde mental. No Brasil, 28,3 milhões de pessoas sofrem de algum transtorno mental. A alta prevalência desses transtornos, o seu crescimento em todos os países e segmentos sociais, além da interface, especialmente, com as drogas e a violência, tornam a questão uma das prioridades para a saúde pública.

De acordo com a Área Técnica de Saúde Mental do Ministério da Saúde, o modelo assistencial em saúde mental está em estágio de transição, mas há um conjunto de avanços, como a expansão do Programa de Volta para Casa, a ampliação das Residências Terapêuticas, os apoios dados às experiências de inclusão social pelo trabalho e a multiplicação dos Centros de Convivência e Cultura.

Somam-se a essas conquistas os esforços para a construção de políticas de atenção integral para os usuários de álcool e outras drogas e para a saúde mental de crianças e adolescentes.

Em 2008, dentre várias ações importantes, uma conquista especial foi a da publicação da Portaria nº 154/08, que cria os Núcleos de Atenção à Saúde da

Família (NASF), com a inclusão de pelo menos 1 profissional da saúde mental nas equipes de Saúde da Família.

O Ministério da Saúde destaca também a redução dos leitos psiquiátricos de forma planejada e programada. Hospitais psiquiátricos de baixa qualidade também foram fechados ou estão em processo de descredenciamento do Sistema Único de Saúde. Em contrapartida, ocorreram a expansão e a consolidação dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), um dos pilares do processo de eliminação do isolamento social dos pacientes portadores de transtorno mental.

A internação desses pacientes em instituições psiquiátricas passa a ser a última alternativa. Apesar dos desafios impostos por essa mudança, nos primeiros 9 meses de 2008 foram repassados 56 incentivos para a implantação de SRT, dos quais 18 módulos já estão em funcionamento e 38 se encontram em fase de implantação. Em setembro deste ano, o Ministério contabilizava 502 módulos em funcionamento, 134 em fase de implantação. No total, são 636 módulos em todo o País, com 2.594 moradores.

Na mesma linha dos SRT, o Programa de Volta para Casa estabelece o auxílio-reabilitação psicossocial a egressos de longas internações psiquiátricas. O programa busca eliminar o isolamento social dos pacientes e ainda vem-se firmando como experiência importante e de sucesso do Sistema Único de Saúde.

O depósito do auxílio-reabilitação em contas bancárias dos beneficiários faz parte da estratégia de reabilitação psicossocial e da conquista ou reconquista dos direitos civis da parcela da população que, por longo período, esteve internada em hospitais psiquiátricos e em manicômios judiciários.

Portanto, Sr. Presidente, é de extrema importância a prevenção por meio da implantação dos CAPS. Mato Grosso agradece ao Governo Federal, em especial ao Ministério da Saúde. Vamos continuar lutando para que esse tipo de ação chegue até a ponta, isto é, atinja as pessoas que têm menos condições de acesso ao atendimento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero assinalar a importância de esta Casa atender ao Requerimento nº 1.858, de 2007, de autoria do Deputado Paulo Rubem Santiago e outros, de transformação de sessão plenária da Câmara em Comissão Geral, com o objetivo de debater propostas de combate à corrupção, com a presença, se possível, do Ministro da Justiça, do Ministro da Controladoria-Geral da União e de representantes da sociedade civil organizada.

Trata-se de iniciativa da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, criada nesta Casa em 2004.

A finalidade dessa Comissão Geral será discutir as propostas em tramitação nesta Casa que visam ao aperfeiçoamento dos instrumentos de combate à corrupção. Levantamento preliminar indica a existência de pelo menos 40 proposições, entre projetos de lei e propostas de emenda à Constituição, todas no sentido de que se possa enfrentar os malefícios da corrupção que corrói a dignidade do cidadão, contamina os indivíduos, deteriora o convívio social, arruina os serviços públicos e compromete a vida das gerações atuais e futuras.

Não tenho dúvida de que o desvio de recursos públicos não só prejudica os serviços urbanos, como leva ao abandono obras indispensáveis aos Municípios, aos Estados, ao País, ao mesmo tempo em que atrai a ganância e estimula a formação de grupos organizados a praticar essas atividades delituosas – os chamados crimes do colarinho branco –, que vão da corrupção à lavagem de dinheiro.

Não tenho dúvida de que o combate a esse tipo de atividade em todos os níveis da administração pública deve estar constantemente na pauta daqueles que se preocupam com o desenvolvimento social e sonham com um País mais justo e fraterno.

O tema é de grande relevância e de interesse da sociedade, razão pela qual defendo a efetiva participação popular no debate. Entidades da sociedade civil têm se mostrado interessadas em apresentar propostas concretas para o aperfeiçoamento do sistema político brasileiro. Entre outras, é importante citar: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP, Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR e Transparência Brasil.

Todas elas têm participado do debate, e a Frente Parlamentar de Combate à Corrupção tem o propósito de estimular a participação da sociedade civil organizada na discussão do tema no Congresso Nacional.

É indispensável, portanto, que a Mesa Diretora da Casa examine o requerimento formulado há mais de um ano pelo Deputado Paulo Rubem Santiago e designe data, ainda em dezembro, para que sessão plenária se transforme nessa Comissão Geral e se discutam as diferentes propostas dos mais diversos Parlamentares das mais diversas vinculações partidárias.

Mais uma vez, concito todos a que também se integrem a essa proposta, para que possamos ter uma

data nesta Casa dedicada exclusivamente à discussão desse tema.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PR – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiramente quero agradecer à população da minha cidade, Vila Velha, a maior do Estado do Espírito Santo, na qual se iniciou a colonização do solo espírito-santense, o comparecimento às eleições municipais, que deram resultado muito expressivo para este Parlamentar.

Iniciamos as eleições disputando com mais 5 candidatos, com apenas 11% da intenção de votos, em último lugar nas pesquisas de opinião pública: 2 deles são ex-Prefeitos; 1 é Deputado Estadual e já foi Vereador por 5 mandatos; 1 é Deputado Estadual com 5 mandatos; além do candidato do Prefeito, com 2 mandatos – 8 anos.

Durante toda a fase eleitoral, tanto no primeiro quanto no segundo turnos, procuramos ser bastante incisivos em nossas propostas para administrar o município, apresentando os projetos e as ações que queremos desenvolver para enfrentar os graves problemas nas áreas de saneamento básico, saúde, educação, geração de emprego e renda, bem como para atrair novas empresas e equilibrar as finanças da nossa cidade, que hoje tem uma das piores rendas *per capita* do Espírito Santo. Foram desafios como esses que nos motivaram a disputar o último processo eleitoral.

Durante 5 meses, caminhamos, realizamos reuniões, participamos de debates. Nos programas de rádio e televisão e nos comícios tivemos oportunidade de conversar com a população e de apresentar as nossas propostas, de identificar alguns problemas da cidade, de fazer novos amigos, de conhecer novos parceiros, de receber novos apoios e de estabelecer ampla aliança no município.

Construímos a maior rede de apoio: com 12 partidos, em Vila Velha, formamos a maior aliança proporcional, com cerca de 150 candidatos a Vereador. Dos 17 eleitos, 9 fazem parte da nossa coligação. Hoje, 13 deles já fazem parte da base aliada do nosso governo, que vai ser instalado a partir de 1º de janeiro de 2009.

Fomos para o segundo turno em primeiro lugar nas pesquisas e vencemos as eleições municipais em Vila Velha com 52,45% dos votos, cerca de 108 mil, conferidos a Neucimar Fraga e a Marcos Rodrigues, Vereador há 5 mandatos, que representou o PSDB na nossa chapa, disputando o cargo de Vice-Prefeito.

Sr. Presidente, quero agradecer primeiramente a Deus o desafio vencido, e depois à população de Vila Velha pelos 108 mil votos de confiança; aos 12 partidos que nos deram apoio; aos candidatos a Vereador que

disputaram conosco e compuseram a aliança que nos levou à eleição; ao setor produtivo e aos movimentos sociais, religiosos e comunitários; aos nossos Deputados Estaduais Euclério Sampaio, Dr. Rafael Favatto, Vandinho Leite, Reginaldo Almeida e Janete de Sá; e aos Deputados Federais Luiz Paulo Vellozo Lucas, Sueli Vidigal, Jurandy Loureiro e Manato a força que nos deram.

Queremos agradecer também a presença em nosso palanque ao Senador Magno Malta e o apoio a Parlamentares que gravaram alguns depoimentos para a nossa campanha: Raul Jungmann, Gustavo Fruet e o Presidente Arlindo Chinaglia. Também agradeço a participação aos Senadores Paulo Paim e Romeu Tuma e ao Deputado Celso Russomanno em nosso programa eleitoral, gravando depoimentos sobre a nossa atuação parlamentar no Congresso Nacional.

Aqui ficam os nossos agradecimentos ao povo de Vila Velha e do Espírito Santo. No último dia das eleições se fizeram presentes mais de mil pessoas de outros municípios – Vereadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos –, abordando eleitores e pedindo votos.

O nosso compromisso continua o mesmo: respeitar o voto e trabalhar para integrar Vila Velha ao que é novo e ao Espírito Santo.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta tarde abordarei 2 temas.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Supremo Tribunal Federal, que ontem, em decisão sábia, julgou procedente a lei que aqui votamos, garantidora aos professores que exerçam cargos de diretor e vice-diretor de escola do direito a aposentadoria especial. Era uma reivindicação dos trabalhadores da educação, coordenados pela CNTE e, no meu Estado, pelo SINDIUT.

Na minha cidade, os trabalhadores do SINDIUT lutaram muito para que o projeto de lei relativo ao tema, apresentado pela então Deputada Neyde Aparecida – grande batalhadora da área da educação –, fosse aprovado na Legislatura passada e sancionado pelo Presidente Lula.

Alguns Governadores, em especial o do meu Estado, deram entrada a ADIN, contestando a lei. Ontem, o Supremo Tribunal Federal se manifestou pela sua constitucionalidade e assegurou a aposentadoria especial para os professores que exerçam cargo de direção de unidade escolar.

E tenho certeza de que o Supremo Tribunal Federal recebeu ontem ADIN assinada por 4 Governadores – Roberto Requião, André Puccinelli, Luiz Henrique da Silveira e Cid Gomes – e por 1 Governadora – Yeda Crusius, do Rio Grande do Sul –, na qual contestam

a constitucionalidade da lei que votamos aqui, sobre a criação do piso salarial nacional para os trabalhadores da educação.

Os trabalhadores da educação têm-se mobilizado, têm lutado. Alguns Governadores não querem cumprir a lei e contestam o piso salarial. Mas tenho certeza de que o Supremo novamente vai afirmar que Câmara e Senado estavam corretos quando aprovaram o piso salarial nacional para os trabalhadores da educação.

Em época de eleição, todos priorizam a educação. Ela está no discurso de todos os candidatos. Nas últimas eleições municipais, não soube de um único candidato que não tenha dito na sua campanha que a educação era prioridade, Deputado Eduardo Valverde. Mas, na prática, não é bem assim.

Estamos aguardando a decisão do Supremo Tribunal Federal, que, com certeza, também será favorável aos professores, ou seja, de que a nossa lei é correta. Assim teremos o piso salarial nacional garantido, para valorizar os trabalhadores da educação e promover, de fato, a melhoria na qualidade do ensino. É disso que precisamos.

Passo a tratar do segundo tema do meu pronunciamento, Sr. Presidente.

Hoje se realiza em Manaus mais um seminário da Comissão Mista de Orçamento, com a presença do nosso Presidente, Deputado Mendes Ribeiro Filho, e do nosso Relator-Geral, Senador Delcídio Amaral.

Outros seminários ainda serão promovidos em outras regiões do País. Em Belo Horizonte, Minas Gerais, o seminário será realizado na próxima terça-feira.

E, na segunda-feira, dia 3 de novembro, a exemplo do que faço todos os anos desde que assumi o mandato de Deputado Estadual por Minas Gerais em 1991, promoverei em Uberlândia um debate sobre o Orçamento da União. O encontro será realizado das 9h às 12h, no bloco B do anfiteatro do Campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia. Receberemos as companheiras e os companheiros Prefeitos e Vereadores, bem como lideranças comunitárias, a população de forma geral, todos convidados a discutir o Orçamento Participativo. As nossas emendas individuais, hoje definidas em 8 milhões de reais para cada Deputado, serão discutidas abertamente nessa plenária popular.

Portanto, Sr. Presidente, no próximo dia 3 esperamos receber a comunidade do Triângulo Mineiro, do Alto Paranaíba e de outras regiões do Estado de Minas Gerais na Universidade Federal de Uberlândia.

Fazemos esse debate em diferentes regiões para que todos possam apresentar suas contribuições à proposta de Orçamento. Essa é uma forma de promover

o debate democrático e de mostrar às pessoas como é elaborado o Orçamento deste País.

Mais uma vez cumprimento a *Comissão Mista de Orçamento* pela promoção dos seminários pelo Brasil afora, o que garante maior participação popular no debate do Orçamento da União.

Daqui a pouco, na sessão do Congresso Nacional, votaremos vários créditos suplementares, para honrar os compromissos assumidos, tanto os de emendas individuais quanto os de emendas coletivas e de bancada, aguardadas por todos porque significarão desenvolvimento e benefícios para as cidades e para os Estados deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Vinicius Carvalho, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTdoB.

S.Exa. dispõe de até 5 minutos na tribuna.

O SR. VINICIUS CARVALHO (PTdoB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde, Srs. Parlamentares.

Sr. Presidente, no próximo sábado, dia 1º de novembro, a Jornada de Cidadania, em sua oitava edição, estará em Vila Kennedy, Rio de Janeiro, próxima ao DPO, realizando um grande trabalho de assistência social, resgatando a dignidade das pessoas.

O marco principal da Jornada de Cidadania, que vem sendo desenvolvida há algum tempo, é o trabalho de prevenção ao câncer de colo do útero.

Assim sendo, quero chamar a atenção da população que vive nos arredores de Vila Kennedy. O evento terá início às 9h da manhã, e oferecerá inclusive o serviço de emissão de segunda via de documentos.

Agradeço aos professores, aos patologistas, aos citotecnólogos e aos orientadores jurídicos que colaboram com o projeto, em especial o Dr. Délcio Dallier, do Hospital CEMERU, grande parceiro dessa iniciativa, principalmente no atendimento às mulheres.

Sr. Presidente, consegui finalmente marcar uma audiência com o Ministro da Educação, o que vinha pleiteando desde junho. Houve uma falha de comunicação, e a solicitação acabou não chegando ao conhecimento de S.Exa., segundo nos informou seu assessor. Mas, superado esse contratempo, foi marcado o encontro para o próximo dia 6, por volta das 10h30min.

Na oportunidade, discutirei com S.Exa. 2 assuntos que considero de grande relevância.

O primeiro diz respeito à inclusão da cadeira de Citotecnologia na grade curricular dos cursos de tecnólogos. Entendo que, quanto mais profissionais atuarem na área, melhor será o trabalho de prevenção e erradicação do câncer de colo do útero.

O segundo refere-se à inclusão da disciplina Direito do Consumidor no currículo do ensino médio. De acordo com previsão do IBGE divulgada na imprensa, em 2030 seremos a quinta maior potência econômica do mundo. Imaginem só: se de fato em 2030 alcançarmos esse patamar mas nossas crianças não estiverem educadas para se tornarem consumidores conscientes, responsáveis, aonde iremos parar?

Nosso Código de Defesa do Consumidor já completou 18 anos, mas ainda falta fazer muito para garantir sua aplicação. Acredito piamente que a introdução do Direito do Consumidor na grade curricular do ensino médio pode contribuir muito para isso. Afinal, o Código foi criado para harmonizar as relações entre fornecedor e consumidor.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Agradeço a V.Exa. o espaço concedido ao PTdoB.

Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra à ilustre Deputada Janete Capiberibe, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PSB/PDT/PCdoB/PMN/PRB. S.Exa. dispõe de 8 minutos na tribuna.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, comemoro a conquista política que obtivemos na Capital do meu Estado, Macapá. A candidatura de 2 jovens – Camilo e Randolfe – defendeu mudanças profundas na administração pública e conquistou 85.659 votos, 48,34% dos votos válidos, prova da confiança em cidadãos conscientes que não se dobram perante o poder do dinheiro, das armas ou da manipulação. Foram votos de cidadania.

A conquista é resultado da apresentação de uma proposta de governo concreta, do compromisso político efetivo, de uma história de justiça social que faz parte da minha vida e da vida da minha família, de um debate democrático consistente, maduro e ético.

Fizemos a nossa campanha num cenário absolutamente difícil. Enfrentamos a máquina do Governo do Estado e da Prefeitura, de praticamente todos os Deputados Estaduais da Assembléia Legislativa; da Câmara Municipal e de todos os Vereadores; o ataque da mídia alinhada ao Governo e o poder econômico da oligarquia que se apropriou das instituições públicas em proveito próprio, ignorando a população. Quase todos os partidos alinharam-se à candidatura da oligarquia: PDT, PSDB, DEM, PMDB e PT. Mas não os seus militantes.

Num cenário desfavorável, fizemos a diferença política no Amapá. Dois jovens honestos, respeitando os princípios democráticos e a legislação vigente, bo-

taram medo na oligarquia local. Conquistamos 48,34% de votos ávidos por instituições verdadeiramente públicas e por uma cidade melhor para a população. Somamos votos que não se corrompem, que não abriram mão do direito de decidir, que não venderam a sua responsabilidade.

Nenhum dos nossos candidatos a Vereador ou a Prefeito tinha contra si processo por crime eleitoral. E, depois da eleição, contra nenhum deles há 1 denúncia sequer de ilícito eleitoral.

O candidato da oligarquia respondia a 2 processos por crimes eleitorais. Há centenas de denúncias, com provas, de compra de votos, de coerção psicológica, física e armada, de uso da máquina pública, de abuso do poder econômico, de exploração da miséria. Fartas denúncias.

Nunca se viu tanta afronta ao Estado Democrático de Direito, abuso de poder econômico e da mídia e uso da máquina pública. Os nossos adversários rasgaram a legislação, num vale-tudo que por pouco não foi superado por 2 jovens afinados com os desejos mais sinceros e éticos de uma população sofrida e explorada.

Do outro lado, eventos banidos da história política da maioria dos lugares, até surrealistas. A seguir, cito alguns deles.

No debate promovido pela *TV Amapá*, a *Rádio Difusora*, do Governo do Estado, sobrepôs o áudio da TV para impedir que o candidato do PSB fosse ouvido. Sob as ordens do Governador, a Companhia de Eletricidade do Amapá cortou a energia em vários bairros, e 2 blecautes deixaram a *TV Amapá* fora do ar.

Milícias armadas protegeram partidários do candidato a Prefeito pelo PDT, quando da compra de votos por cestas básicas e dinheiro; arrancaram propagandas da candidatura Camilo/Randolfe; impediram os nossos militantes de fazerem campanha; e ameaçaram a liberdade das pessoas.

Na véspera da eleição, servidores da Polícia Federal e do Tribunal Regional Eleitoral foram recebidos a tiros pela Polícia Civil, que escoltava a compra de votos efetuada pelos partidários do candidato do Governador Waldez Góes e de José Sarney.

Um Deputado Federal foi levado à Polícia Federal, enquanto outras pessoas foram presas por compra de votos.

Outro Deputado Federal comprava votos na rua, oferecendo dinheiro em troca de bandeiras da candidatura Camilo/Randolfe e de votos, como escreveu o jornalista Corrêa Neto.

No Arquipélago do Bailique, um casal de idosos registrou a compra de votos no Cartório Eleitoral. Emissários do candidato do Governador Roberto Góes

ofereceram 50 reais pelo voto de cada um. Levaram ao cartório a denúncia e devolveram os 100 reais recebidos.

Nas seções eleitorais, mesários foram presos por obrigar eleitores a votar no candidato da Situação.

A apreensão de 8 milhões de reais que seria feita pelo TRE e pela Polícia Federal foi frustrada porque a operação “vazou”. O TRE sabia que o dinheiro havia sido sacado numa agência da Caixa Econômica Federal de Belém na antevéspera da eleição e levado a Macapá num avião bimotor.

O Vice-Presidente Nacional do PSB, João Alberto Rodrigues Capiberibe, foi perseguido por policiais civis com armas pesadas, em 3 veículos oficiais que fizeram campana em frente à nossa casa, numa agressão gratuita que revela a falta de compromisso democrático dos que ocupam o Poder no Amapá.

Só na ditadura militar vivemos tamanha afronta à liberdade de manifestação política e ao direito de ir e vir. Esse totalitarismo foi patrocinado pelos setores mais atrasados do País, dos quais fazia parte José Sarney, que agiu nos bastidores, em Macapá, para reverter o resultado da eleição. A agressão só parou com a intervenção dos Juizes Eleitorais e da Polícia Federal.

Se ousaram agredir uma figura pública, pode-se imaginar a truculência que usaram contra o cidadão comum, em razão de sua vulnerabilidade.

O Tribunal Regional Eleitoral tentou a todo custo tornar a eleição limpa. Esbarrou na escassez de recursos humanos, mas se conservou firme e justo para evitar a pior violação de direitos desde a ditadura.

Parabenizo o Desembargador Carmo Antônio de Souza e os Juizes Paulo Braga, Petrus Azevedo, Lino Sousa e Elaine Kurosawa.

Parabenizo os Juizes Marconi Pimenta, Rommel Araújo, João Guilherme Lages e Alaíde Maria de Paula – dois deles ameaçados de morte por buscarem o cumprimento da lei –, e os servidores do TRE, incansáveis na tarefa de aperfeiçoamento da democracia no Amapá.

A desobediência às regras democráticas é tamanha e tão desavergonhada que juizes e servidores, apesar do esforço, tornam-se insuficientes. Só no domingo da eleição, foram mais de 4 mil as denúncias de prática de crimes eleitorais!

Acredito que o TRE dará seqüência ao trabalho que objetiva a legalidade, a democracia, a construção da cidadania, um marco nas eleições do Amapá.

As provas dos crimes eleitorais são tão fartas, reveladoras e incontestáveis que me fazem confiar no acatamento das denúncias pelo Ministério Público. Do contrário, terão sido em vão os esforços do TRE. Do

contrário, os que se valem de métodos da ditadura para ocupar os espaços públicos serão ainda mais ousados ao afrontar o Estado Democrático de Direito.

Seguimos fiéis aos nossos ideais, certos de que é preciso e possível que cada cidadão faça valer a sua vontade por meio da sua consciência e dos seus direitos, sem vender seus princípios nem se dobrar às afrontas.

Parabéns às pessoas de Macapá e do Amapá que fazem política como um serviço de promoção do bem-estar coletivo, com atitudes que nos enriquecem como civilização!

Os 48,34% dos votos válidos que alcançamos nos impulsionam a comemorar a vitória da política feita com transparência, ética, honestidade e respeito. Dois jovens movidos por ideais e projetos concretos, mobilizadores afinados com a sua população, lideraram-nos nesta conquista.

Parabéns aos que compartilham dos nossos ideais de democracia e justiça social!

Sr. Presidente, rogo a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento pelos órgãos de comunicação da Câmara dos Deputados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (PTB – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queremos registrar o comparecimento do Sr. Ministro da Previdência, José Pimentel, à Comissão de Trabalho, provocado por uma denúncia feita por nós.

O atendimento do INSS do Maranhão é agendado, mas o beneficiário tem de esperar 11 meses para ser atendido. Se faltar algum documento, ele precisa marcar nova consulta e esperar outros 11 meses.

Ficamos contente ao ver a solução apresentada pelo Sr. Ministro para sanar o problema. Se as soluções propostas resolverem o problema, vamos aplaudi-lo.

Ao mesmo tempo, a Comissão colocou-se à disposição para apresentar uma emenda a fim de que o INSS possa construir mais postos de atendimento no Maranhão, no Pará e em outros Estados. Para se ter idéia, Sr. Presidente, o meu Estado possui 332 mil quilômetros quadrados, porém existem pouquíssimos postos do INSS em seu território.

Parabenizamos, portanto, o Ministro José Pimentel por ter comparecido à Comissão de Trabalho desta Casa, ocasião em que se comprometeu a empenhar-se para solucionar a questão.

Aproveitamos ainda a oportunidade, Sr. Presidente, para louvar a iniciativa inovadora Comissão de Orçamento de tentar fazer com que haja participação

popular na apresentação de emendas à lei orçamentária.

A propósito, faremos grande campanha no Maranhão para conseguir a participação popular na apresentação de emenda para a revitalização do Rio Itapecuru.

Levaremos essa mensagem à população do nosso Estado para que ela aprove a idéia de uma emenda nacional para a revitalização do Itapecuru, rio de grande extensão que, nascendo no Parque das Alpercatas, abastece várias cidades do Maranhão, inclusive a Capital.

Tentaremos detalhar as emendas de caráter participativo e de indicação popular que farão parte de um Anexo do Orçamento. Caso o Governo Federal deixe de cumpri-las, ficará constrangido, uma vez que a população quer vê-las implantadas.

A revitalização do Rio Itapecuru contará com o apoio dos 18 Deputados, dos 3 Senadores do Maranhão e, temos a certeza, de todo o povo do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PMDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi recebido com um misto de frustração e esperança a decisão de ontem do Comitê de Política Monetária – COPOM de suspender o movimento de alta da taxa básica de juros, a SELIC. Frustração para os que tinham a expectativa de redução dos juros, como está ocorrendo em todos os países do mundo, sem nenhuma exceção.

Era esperada por alguns setores a queda da SELIC para melhorar as condições de crédito do mercado. Assim, o COPOM perdeu ontem a oportunidade de contribuir para amenizar os efeitos do terremoto sobre a economia brasileira, o que significaria optar pelo corte dos juros. Esperança porque o COPOM deu início a processo de brechar a continuidade da elevação dos juros, fator essencial para a retomada dos créditos.

Os efeitos da crise mundial já se fazem sentir no Brasil. A concessão de empréstimos se agravou nas últimas semanas, com a elevação do custo do crédito e redução dos prazos de financiamentos, o que está comprometendo seriamente as operações do setor produtivo.

No meu Estado, o Amazonas, a Zona Franca de Manaus já está envolvida na crise. Várias indústrias foram atingidas e levadas a reduzir a produção, a dar férias aos seus servidores e, em alguns casos, até demitir funcionários.

O Governo, com suas medidas excepcionais, tem procurado minimizar os efeitos da crise. É evidente, porém, que o cobertor não dará para atender a todos. As conseqüências vamos assistir em 2009.

Registro também que nós, do Congresso Nacional, cientes da gravidade da crise, estamos dando respaldo a todas as medidas propostas pelo Governo. O Congresso Nacional está assim cumprindo o seu dever para com o País num momento tão difícil que estamos atravessando.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como é do conhecimento público, a eleição em segundo turno, no Rio de Janeiro, foi marcada por uma série de irregularidades, mas o que chamou mais atenção foi o elevado e atípico índice de abstenção que ocorreu naquela cidade.

Evidentemente, essa circunstância foi provocada por uma manobra do Governador do Estado, que antecipou o feriado do dia 28 para segunda-feira, a fim de estimular a abstenção.

Não pode o Direito brasileiro admitir que iniciativas sejam tomadas contra a democracia. A democracia pressupõe a participação de todos – quanto mais, melhor –, para que os resultados dos pleitos eleitorais expressem o que o conjunto população deseja.

O que houve no Rio de Janeiro foi um absurdo.

Para prevenir futuros casos, apresentamos projeto de lei que impede o postergamento ou antecipação de feriado próximo ao domingo da eleição, seja ele municipal, seja ele estadual, porque é sempre uma manobra menor que não contribui para a democracia.

Muito obrigado.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSDB – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, aproveito a ocasião para, ainda em tempo, parabenizá-lo pelo seu aniversário natalício.

Sras. e Srs. Deputados, amanhã, no Grande Expediente, farei um balanço do processo eleitoral na Paraíba, mais precisamente na cidade de Campina Grande, onde tive oportunidade de disputar a eleição municipal no primeiro e segundo turnos, e falarei também sobre a data comemorativa da emancipação política do Município, 11 de outubro.

Retornei a esta Casa na terça-feira para defender os interesses da Paraíba, do Nordeste e do País. E, no Comitê de Emendas da Comissão de Orçamento, discuti assuntos relativos ao Orçamento da União, preocupado com a crise financeira mundial.

Neste momento, todos queremos preservar o Brasil. Não somos pelo quanto pior, melhor, mesmo fazendo parte da bancada do PSDB. Pelo contrário, queremos mais uma vez demonstrar nosso compromisso com a governabilidade do País.

Também tive oportunidade de, no Grupo Parlamentar Brasil-México, ao lado dos Deputados Júlio

Delgado e Vieira da Cunha, receber o Embaixador do México e tratar de assuntos de interesses de ambos os países. Foi um encontro extremamente positivo.

Aproveito este espaço para dizer que esta semana foi realizado nesta Casa um seminário sobre seguridade. O objetivo maior do evento foi discutir os direitos dos aposentados.

Por outro lado, com tristeza, recebi notícia de que os aposentados do Instituto de Previdência da Prefeitura de Campina Grande não receberam os seus proventos no dia de hoje. Há a perspectiva de que o pagamento ocorra no dia 4 ou no dia 5 do próximo mês. Esse atraso tem se repetido nos últimos 3 meses.

Com a representação que tenho de Deputado Federal, com a confiança que recebi de quase 110 mil eleitores, quero, neste instante, lamentar o descaso administrativo em que se encontra a cidade de Campina Grande.

Lamento, profundamente, o descumprimento do calendário programado, o que prejudica, e muito, os servidores, principalmente os aposentados, que têm aquele dia certo, no final do mês, para cumprir seus compromissos. E, como sempre, aqui estarei permanentemente acompanhando os interesses daquela cidade.

Peço a atenção dos paraibanos e dos campinenses que assistam a esta sessão para o pronunciamento que farei no Grande Expediente, amanhã, ocasião em que relatarei o processo eleitoral e tudo o que aconteceu nas eleições na Paraíba, em especial na cidade de Campina Grande.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, mais de 150 pessoas, moradores de diversos bairros, especialmente os mais afetados como Vila Mocó, Conjunto Adailde e Chagas Soares, participam de uma manifestação pública na cidade de Itaporanga, Vale do Piancó, denunciando a falta de água naquele Município. Com latas d'água e torneiras nas mãos, caras pintadas e sujões de lama, a palavra de ordem é: "Adutora já".

Eles percorreram as principais ruas da cidade, durante cerca de 1 hora, pedindo a instalação de uma adutora. Antes de começarem o ato público, que conta com a participação de estudantes e representantes de igrejas, da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) e da Câmara Municipal, eles fecharam a rodovia PB-361 por aproximadamente 20 minutos, liberando o tráfego em seguida. Diversos representantes dos movimentos organizados estão acampados, desde a manhã de quarta-feira, dia 29, no escritório da CAGEPA, em

Itaporanga, reivindicando soluções urgentes das autoridades competentes.

Sr. Presidente, o fato é que se não for ampliada à capacidade da adutora, não só será agravada a situação da constante falta d'água como o sistema de abastecimento entrará em total colapso. A adutora foi construída há 60 anos para atender a uma população de 10 mil habitantes. Hoje são mais de 23 mil consumidores. Existe o açude Cachoeira, que tem capacidade para 11 mil metros cúbicos; há água, mas a falta de um sistema de distribuição adequado impede que o açude abasteça o Município. Estava claro que a situação era insustentável. Então, por que as autoridades do Governo do Estado não tomaram as providências, a fim de evitar ao que assistimos hoje? Pessoas sem o direito fundamental à água, que é vida. Para que se tenha idéia do drama dessas pessoas, existem áreas na cidade que há mais de um mês não tem água disponível para o consumo da população.

Pois bem, foi preciso esse ato extremo de ocupar o prédio público da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba, na cidade de Itaporanga, para que as autoridades acordassem para o que vem ocorrendo no Município.

Como resultado desta ação dos manifestantes, o presidente da concessionária, o engenheiro Franklin de Araújo Neto, garantiu sua presença em Itaporanga na sexta-feira, dia 31, para apresentar as soluções para o impasse. As explicações adiantadas pelo presidente da CAGEPA dão conta de que serão licitadas, no início de novembro, as obras de ampliação do sistema de abastecimento de água de Itaporanga, orçadas em 4 milhões de reais. Ocorre, Sr. Presidente, que esta mesma explicação já vem sendo dada há algum tempo e nada foi executado até hoje.

Já determinei a minha assessoria que verificasse a liberação de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e de outros programas liberados pelo Governo Federal para o Estado da Paraíba a fim de comprovar que recursos há, o que falta é uma ação determinada do Governador da Paraíba para que situações como essa fossem efetivamente solucionadas.

Sr. Presidente, peço que seja feita a devida publicação deste discurso nos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – V.Exa. será atendido, nobre Deputado Luiz Couto.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um registro positivo: a redução do desmatamento da Amazônia, de agosto a setembro, em 22%.

Ainda não podemos afirmar que esse seja uma situação definitiva, pois ainda é muito grande o desmatamento na região amazônica, mas já representa alguma coisa.

A sociedade civil organizada, principalmente os setores da sociedade mais conscientizados, precisam se empenhar para que essa redução seja acelerada e definitivamente estancado o processo de extinção da Amazônia.

Existem áreas a serem recuperadas, áreas que poderiam produzir com maior intensidade, haja vista a potencialidade tecnológica de que dispõe o Brasil.

Cumprimento, neste momento, o Ministro Carlos Minc por ter contribuído para a redução do desmatamento na região amazônica.

O Sr. Inocêncio Oliveira, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Rômulo Gouveia, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Concedo a palavra ao Sr. Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero agradecer de todo coração a homenagem a mim prestada pela Câmara Municipal e pelo povo de Barreiros, por iniciativa do Vereador Walter Buarque de Lima, e analisar como podemos, juntos, contribuir para o futuro desse Município de que agora sou cidadão, graças à generosidade dos que ali vivem e trabalham. Terei imenso prazer em marcar uma data para receber, da Câmara Vereadores, a grande homenagem que me foi conferida, impossibilitado que fiquei, por motivo superior, de fazê-lo no dia agendado.

A história de Barreiros, como sabemos, remonta a uma aldeia de índios cujo chefe, diz-se, descendia de Felipe Camarão, célebre nas lutas para expulsão dos holandeses. Mas o Morgadio do Cabo, exercido pelos Paes Barreto – dos quais descendia Joaquim Nabuco – abarcava essas terras, ao ponto de Diogo Paes Barreto instituir, ali perto, o patrimônio de Santo Antônio. A antiga aldeia dos índios ficou conhecida pelo nome de Barreiros Velhos.

Reduzido ao Distrito do Carimã e à sede, Barreiros, no entanto, tem condições de explorar seu litoral, acompanhando a expansão demográfica do sul do Estado, com base no turismo, principalmente o turismo ecológico, aproveitando a sua área de 229,84 quilômetros quadrados.

Barreiros, com um Produto Interno Bruto de 111,6 milhões de reais (dados de 2005/IBGE), está situado na mesorregião da Mata pernambucana, limitando-se com a mesorregião Metropolitana do Recife e, natu-

ralmente, sofrendo a influência desta, hoje impactada pelo complexo industrial portuário de Suape. Sua população fixa se situa em torno de 41,7 mil habitantes, e pode-se dizer que estacionou depois do colapso da Usina Central Barreiros e, com ela, muitas atividades comerciais e de serviços.

Não se pode, evidentemente, deixar de considerar que a vida de Barreiros girou em torno da cana-de-açúcar e do açúcar durante séculos, com engenhos florescentes, que se transformaram, depois, em engenhos centrais e nas usinas centrais instaladas na época dos incentivos fiscais e financeiros do Governo de Alexandre José Barbosa Lima, o Velho, em toda a Zona da Mata; e, mais tarde, no caso da Usina Central Barreiros, renovada pelo ânimo empresarial de Estácio de Albuquerque Coimbra, sobre quem Gilberto Freyre, seu oficial de gabinete e próximo colaborador intelectual, escreveu páginas memoráveis, fazendo a História de Pernambuco dos anos 20 e 30 do século passado.

De tal modo a Usina Central Barreiros representou forte impacto na economia local que o folclore registrou esses versos de um “coco” ou “embolada”, que a cantora popular Selma do Coco adaptou de outra “embolada” popular no Rio Grande do Norte (sobre a usina Santa Helena, dos Ribeiro Coutinho):

“A Usina Central Barreiros
de grande chega a gemer.
De dia pra cortar cana,
De noite para moer”.

Estácio Coimbra, que nasceu em Barreiros em 1872, é, por assim dizer, uma figura emblemática do Município. Formado em Direito pela Faculdade do Recife, em 1892, foi Presidente do Senado, por ser Vice-Presidente da República de 1922 a 1926.

Criou o Partido Republicano Liberal, e, em 1926, foi Governador de Pernambuco, sendo deposto pela Revolução de 1930, que o levou ao exílio na Europa, acompanhado do seu fiel amigo, o escritor Gilberto Freyre. Em 1937, morreu no Rio de Janeiro.

Minhas homenagens, como devoto de Nossa Senhora da Conceição, aos santos padroeiros de Barreiros: São Miguel e Nossa Senhora da Saúde.

Município de vocação agrícola, Barreiros não fica apenas em açúcar, cana e álcool.

Relembremos, como um parêntese histórico, o fato de que Miguel Arraes ajudou a recuperar a usina, ciente de que os 3 produtos continuavam a formar a “moeda de Pernambuco” pelos seguintes motivos: tradição da cultura canavieira e manejo da terra; preços recorrentes e atualizados; e mercado certo e estável no Brasil e no exterior.

Mas o Município é muito mais do que isto: produz algodão arbóreo, banana, castanha de caju, coco da Bahia, goiaba, maracujá, laranja.

O censo agropecuário de 2006 revela nítida tendência para a pecuária de corte e de leite, com pastagens naturais, uma boa área de Mata Atlântica defendida pelos seus proprietários e mais de 6 mil cabeças de bovinos, além de bubalinos, caprinos, ovinos, suínos e aves.

O Censo Agropecuário de 2006 mostra também o criatório de cabras em ascensão, tudo indicando que o empresariado rural de Barreiros se mantém ativo.

Infelizmente, a pesca é ainda artesanal no litoral sul; e as indústrias de transformação escasseiam. No setor de construção civil, há alguma atividade, mas não em nível de ocupar um grande contingente de mão-de-obra, como seria de esperar, pelas oportunidades que o turismo nas praias próximas de Barreiros – e refiro-me, particularmente, a Tamandaré e São José da Coroa Grande – têm a oferecer.

Na área do comércio, temos de mencionar a situação estratégica de Barreiros – na Mata Sul, com Água Preta, Rio Formoso, Catende, Joaquim Nabuco, Maraial e Gameleira, muito próximos, e, na Mata Sul, com Alagoas –, o que lhe dá uma extraordinária potencialidade como porto seco dessa região.

Com a Usina Central Barreiros em pleno funcionamento, nas décadas de 50, 60 e 70 do século XX, o Município registrava intenso movimento financeiro para as condições da Mata Sul do Estado, mas as instituições financeiras deslocaram-se para outras cidades, voltando, todavia, nos últimos 3 anos, quando se abriram os empréstimos consignados a pensionistas e aposentados e também se ampliou o Programa Bolsa Família.

Há que lamentar o baixo índice demográfico do Município, e que os serviços de saúde não tiveram maior ampliação, obrigando os residentes a se deslocarem a outros Municípios, principalmente Cabo e Jaboatão, quando não ao Recife, para atendimento nos hospitais, clínicas e policlínicas.

Há ainda a registrar, de outra parte, as reduzidas matrículas do ensino médio (2.887 matrículas) e um número insuficiente de docentes (483 nos 2 níveis). Vale salientar igualmente que a Escola Técnica Agrícola de Barreiros, com muitos cursos profissionalizantes, é uma das mais bem aparelhadas do Estado e serviria de embrião a um campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

As finanças públicas continuam dependentes de transferências intergovernamentais, em especial do Fundo de Participação, com reduzida receita do Imposto Territorial Rural, do Imposto Sobre Serviços, do

Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial e do Imposto sobre Transmissão Intervivos, entre outros.

Sempre pensando na interiorização do desenvolvimento, creio que o impulso renovador de Barreiros tem de basear-se: na produção de etanol, derivado da cana-de-açúcar, com o revigoramento da atividade sucroalcooleira em 2 ou 3 unidades de produção – Essas plantas industriais poderiam ser operadas sob o regime de cooperativas de produtores de cana (plantadores), a exemplo da Usina Catende no perfil idealizado por Miguel Arraes; na pecuária de corte e na pecuária leiteira, as quais poderiam ser incentivadas, com a garantia de compra do leite que viesse a exceder o consumo do Município (sede e Carimã) e dos municípios vizinhos; na fruticultura, de que já temos uma boa produção local, a qual poderá ser promovida, com assistência técnica para evitar o “mofo” dos laranjas e pragas do abacaxi e da goiaba; na organização industrial da pesca, que é praticada, ainda hoje, em bases artesanais, com a reativação da Escola de Pesca de Tamandaré (próxima) e a reorganização dos pescadores em cooperativa; na consolidação do complexo turístico na Praia das Pontas, com investimentos previstos de mais de 1 bilhão de reais, que gerarão centenas de empregos diretos e indiretos, já em fase de construção.

Antes de finalizar, Sr. Presidente, gostaria de referir-me aos esforços de empresários como Renato Brito Bezerra de Mello e Roberto Brito Bezerra de Mello, que adquiriram dos Coimbra a usina Central Barreiros; aos esforços do grande educador Ruy de Ayres Bello, membro da Academia Pernambucana de Letras, que tanto enobreceu os quadros docentes da Escola Normal Pinto Júnior, da Faculdade de Filosofia do Recife e da Universidade Católica de Pernambuco, e aos esforços de tantos outros filhos ilustres do Município.

Avante, Barreiros!

Muito obrigado!

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, dia 30 de outubro, comemoramos o Dia do Comerciante.

A história dos comerciantes começou a ser construída em 1908, quando Turíbio da Rosa Garcia e alguns companheiros criaram a União dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro. Naqueles duros anos, a exploração e os abusos praticados pelas empresas retratavam condições de trabalho praticamente escravo. Muitos chegavam a dormir no emprego, sem tempo para voltar para casa após jornadas de mais de 16 horas diárias. Os comerciantes eram obrigados a cumprir jornadas de trabalho superiores a 12 horas diárias e a trabalhar aos domingos e feriados sem direito a folga,

além de conviverem com a ameaça de demissão, caso reclamassem desse regime de servidão.

O espírito de luta e a determinação daqueles companheiros comerciários – os primeiros a se indignarem contra a exploração dos patrões –, através de gerações, vem inspirando e renovando a luta dos trabalhadores comerciários em busca de novas conquistas, maiores salários e melhores condições de trabalho e de vida.

Em 29 de outubro de 1932, alguns companheiros – caixeiros da Rua Carioca, da Rua Gonçalves Dias, do Largo São Francisco, da Rua Ouvidor e adjacências – aglomeraram-se no Largo da Carioca, na Galeria Cruzeiro, e organizaram a histórica passeata dos 5 mil até o Palácio do Catete, a sede do Governo Federal. O volume de gente foi aumentando até chegar o pessoal do Lloyd Brasileiro e da Costeira (que eram sócios da União dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro), os ferroviários da Central do Brasil, o pessoal da Ligth, os bancários, os professores e os jornalistas, que foram se juntando e marcharam para o Catete. O então Presidente da República Getúlio Vargas recebeu da massa de trabalhadores na sacada do Palácio e as suas reivindicações, entre outras, a redução da jornada de trabalho e o direito ao descanso semanal remunerado aos domingos.

No dia 30 de outubro comemoramos a data consagrada ao comerciário, dia que simboliza as grandes conquistas do passado e do presente, pois ainda hoje prossegue a luta pela manutenção dos direitos conquistados. O Decreto-Lei nº 4.042, de 1932, foi publicado no *Diário Oficial* da União em 30 de outubro de 1932. Por essa razão, 30 de outubro é o Dia Comerciário.

Saúdo e cumprimento, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Ricardo Patah, Presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo. E cumprimento em especial, Sr. Presidente, todos os empregados no comércio do Estado de São Paulo, representados pela Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo, através de seu Presidente, o Sr. Luiz Carlos Motta, que presta brilhante e relevante serviço aos trabalhadores comerciários de nosso Estado.

Obrigado, comerciário!

Era o que tinha a dizer!

O Sr. Rômulo Gouveia, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Waldir Neves.

O SR. WALDIR NEVES (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, as ações do Governo Federal – Governo Lula, Governo PT – ante a gravidade da crise financeira internacional, que recrudescer de forma acentuada nos últimos 90 dias, a ponto de causar sérios prejuízos, transtornos e desordem econômica na maioria dos países desenvolvidos e também nos emergentes, podem ser considerados como imediatistas, insatisfatórias e que somente ao Governo Federal caberia cuidar do assunto. Consultar, discutir e dialogar com o Congresso Nacional, jamais!

Todavia, essas ações nada mais são do que reflexo do pensamento do Governo Lula e de sua equipe econômica, visto que inicialmente se acreditava que a crise passaria ao largo da costa brasileira e nada afetaria o glorioso desenvolvimento nacional, ou que somente afetaria aos americanos.

À medida que o tempo passou e os acontecimentos internacionais se agravaram, o Governo começou a considerar o assunto como passageiro, ou melhor, como simples marola da tormenta econômica que se avizinhava e que ainda não afetaria o País.

As manifestações e alertas dos Deputados e Senadores de pouca valia foram.

Algumas semanas depois, com o agravamento da crise, o panorama interno alterou-se, as bolsas começaram a desabar, o dólar americano a disparar, as linhas de crédito a ficarem mais escassas, algumas empresas a amargar pesados prejuízos, os reflexos na economia a demonstrar sua complexidade e gravidade. O Governo viu-se, então, obrigado a adotar, de forma bastante simplória, algumas medidas de enfrentamento dos problemas econômicos advindos da crise que continuava a assolar e castigar as economias mundiais, medidas, aliás, bastante inspiradas em ações propostas por outros países atingidos.

Ante a necessidade de se referendar essas ações e mais uma vez sem ouvir o Congresso Nacional, o Governo Federal editou, no dia 6 de outubro, a MP nº. 442. No dia 22, pelos seus representantes, Srs. Guido Mantega e Henrique Meirelles, Ministro da Fazenda e Presidente do Banco Central do Brasil, respectivamente, compareceu a esta Casa para apresentar e discutir as ações propostas. Nessa oportunidade – os debates se estenderam até às 21h –, não foi discutido a necessidade da edição de novas medidas provisórias; ao contrário, foi assegurado que as medidas em discussão eram as necessárias ao momento, e se passou a esperar uma nova fase de diálogo e colaboração entre Governo e o Congresso.

Para a nossa surpresa e espanto, já na manhã do dia 23 fomos surpreendidos pela publicação de nova medida provisória, a MP nº. 443, de duvidosa necessidade, amplitude e abrangência, e que apresentava

um viés estatizante das pequenas e médias empresas ligadas ao setor financeiro. Como pode o Governo Federal, num primeiro momento, discutir a redução do uso de medidas provisórias e, em seguida, não considerar mais essa disposição como necessária, apesar de que neste caso a urgência e relevância serem aspectos preponderantes?

Cabe destacar também que, uma vez que o assunto estava sendo avaliado e estudado no âmbito do Ministério da Fazenda e Banco Central, ele poderia ter feito parte das discussões da noite anterior, o que nos leva a considerar que realmente não havia interesse em debater o assunto por completo com esta Casa, ou, então, que a imprevidência e o improviso prevalecem no âmbito daqueles órgãos governamentais, uma vez que tal assunto, por sua relevância e complexidade, jamais poderia ser analisado em tempo tão exíguo.

Isso deve ser entendido, a meu ver, como um grande acinte e falta de respeito aos nobres Parlamentares e ao Congresso Nacional, pois, enquanto neste plenário se “discutia”, nos bastidores do Governo já era preparada nova medida provisória sem a intenção proposta.

Desta maneira, esperamos que o Governo Federal, através dos seus Ministros e companheiros, retome os entendimentos mantidos com este Parlamento acerca da necessidade de redução da emissão de medidas provisórias e que a confiança e o diálogo sejam restabelecidos, de forma que o Congresso Nacional consiga retomar a discussão e votação dos temas pautados como primordiais, inclusive os referentes às medidas propostas de combate aos efeitos da crise mundial.

Governar é um direito dos governantes eleitos para tal, mas participar é um dever de todos, marcadamente dos Parlamentares que representam a pluralidade da sociedade brasileira.

Muito obrigado!

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em momento oportuno, felizmente o Governo Federal vem tomando as medidas consideradas necessárias para minimizar os efeitos da crise financeira gerada pela crise de liquidez de muitos bancos americanos levados pelo roldão dos empréstimos para o mercado imobiliário. Numa economia altamente globalizada e lincada com os principais mercados mundiais em volume considerável, o Brasil agora tenta se blindar na tentativa de minimizar ao máximo os reflexos da crise.

A bem da verdade, ainda não se sabe ao certo a verdadeira dimensão e alcance da crise. Num momento econômico de desenvolvimento sustentável, de gera-

ção de emprego e de crescimento das reservas internacional, aliado a um Produto Interno Bruto altamente favorável, o Brasil quer evitar a todo custo o engessamento de sua economia e o fantasma da recessão que já se faz presente em economias de ponta do cenário internacional. As medidas, portanto, eram esperadas em virtude de sua urgência e abrangência.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a própria Oposição demonstrou seu apoio e solidariedade política às medidas editadas pelo Governo Federal sob forma de medida provisória. O importante, segundo o pensamento geral, é ampliar a margem de manobra da política monetária para garantir a oferta de crédito. Para aumentar a liquidez, as autoridades monetárias diminuíram o volume dos depósitos compulsórios dos bancos no Banco Central, a fim de assegurar a circulação e oferta da moeda para investimentos e empréstimos.

Vale ainda lembrar que o Governo Federal garantiu recursos do Tesouro Nacional para que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica possam adquirir ou tornar-se sócios de pequenos bancos com problemas na carteira imobiliária, como também de construtoras que tiveram prejuízo no mercado aberto.

Essas e muitas outras medidas complementares, certamente, vão contribuir para que o Brasil possa passar a crise com o menor impacto possível. É o que todos esperamos!

Muito obrigado.

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, compareço a esta tribuna para destacar algumas conquistas da pecuária bubalina e bovina desenvolvidas em meu Estado.

No Pará, a criação de bubalinos ganha dinamismo e começa a render divisas ao País. No início deste mês, 1.560 matrizes de búfala, oriundas da Ilha Marajó e do nordeste do Estado, embarcaram no porto de Vila de Conde em direção aos Estados venezuelanos de Apure e Guarico. A previsão é a de que, até o fim do ano, mais 1.420 matrizes sejam enviadas àquele país, totalizando cerca de 3.000 animais.

O importante a se destacar nesses dados é que a Venezuela apóia-se na qualidade do plantel paraense de bubalinos para promover o melhoramento genético de seu rebanho, que conta com cerca de 200 mil exemplares.

As forças que movem a pecuária paraense também se fazem presentes na criação de bovinos. Na tentativa de não se submeterem às desvantajosas condições impostas por cartéis formados por frigoríficos do Estado, produtores locais iniciaram, em 2005, a exportação de gado vivo. A estratégia deu certo. Hoje,

Venezuela e Líbano são considerados mercados consolidados. Outros estão em vias de prospecção, em especial o Egito.

No cenário mundial, o Pará ocupa posição de destaque no comércio de bovinos vivos, sendo superado apenas pela Austrália, Uruguai e Índia. Atualmente, as exportações paraenses de gado vivo excedem as do setor madeireiro, ocupando a segunda colocação na pauta de exportações, liderada pelo setor mineral. Em 2007, foram exportados 430 mil bois vivos, sem que se tenha registrado nenhum problema relacionado a aspectos sanitários.

A pecuária do Pará passa por transformações. A mão-de-obra local especializa-se e ganha qualidade; as unidades produtivas adaptam-se às exigências dos novos mercados e buscam maior eficiência na produção de carne e leite; e entidades como a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará – FAEPA e o Sindicato Paraense da Pecuária de Corte – SINDICORTE, presididas, respectivamente, pelos Drs. Carlos Xavier e Francisco Alberto de Castro, aos quais rendo minhas homenagens pelo trabalho até aqui desempenhado, esmeram-se na luta pela defesa do adequado amparo institucional ao crescente dinamismo com que se desenvolve esse importante segmento econômico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há muito o que se fazer! As recentes conquistas da pecuária do Pará lançam sobre os Governos Federal e Estadual maior responsabilidade em suas ações voltadas à defesa sanitária animal, especialmente no que se refere ao combate à febre aftosa, cuja ocorrência pode alijar a produção local do mercado internacional.

Para o Pará, é questão estratégica reverter o atual quadro, em que apenas uma parte do Estado ostenta o **status** de área livre da febre aftosa, ainda que com vacinação. Dada a sua dimensão, a pecuária paraense, que detém o quinto maior rebanho de bovinos e o maior de bubalinos do Brasil, não mais pode conviver, dentro de suas fronteiras, com áreas de médio e alto risco de contaminação com a doença.

Por tudo isso, Sr. Presidente, sou partidário da intensificação de convênios entre as esferas do Governo Federal e do Governo Estadual voltados para a maior disseminação das campanhas de vacinação contra a febre aftosa.

Senhor Presidente, ainda sobre o mesmo tema, aproveito a oportunidade para convidar os meus pares e os brasileiros que me ouvem, de todos os recantos do nosso País, para o evento que ocorrerá entre os dias 30 de outubro e 2 de novembro, em Belém, o Encontro Internacional da Pecuária da Amazônia 2008 – AMAZONPEC. Trata-se, Sr. Presidente, de um dos maiores

eventos agropecuários da Amazônia. O AMAZONPEC, que será promovido pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará, o Instituto Frutal e outras entidades, tem por objetivo incrementar a cadeia produtiva de diversos segmentos, como: animais silvestres, apicultura, aqüicultura, avicultura, bovinocultura de corte e leite, bubalinocultura de corte e leite, equideocultura, ovinocaprinocultura e suinocultura.

Ainda presente na tribuna, Sr. Presidente, desejo manifestar minha alegria pela ocorrência de fato de extrema importância não só para minha cidade, para meu Estado, mas também para o Brasil: a Escola Municipal Serafina Carvalho, de Itupiranga, no Pará, acaba de receber da Fundação Victor Civita o título de Escola do Ano.

Sou natural daquele Município – distante 572 quilômetros de Belém, ao qual se tem acesso por longo trecho da descuidada Transamazônica – onde tradicionalmente as letras são escassas e biblioteca não existe. Alegro-me sobremaneira perceber que um trabalho conjunto, misto de idéias e ações, realiza-se para modificar aquela realidade e para servir de exemplo para a Nação.

Venho, pois, enaltecer a Escola Municipal Serafina Carvalho, laureada com a mais significativa premiação nacional no âmbito da educação, em cerimônia realizada no dia 13 de outubro, em São Paulo.

Destaco que a iniciativa e a concepção do projeto são da Coordenadora Pedagógica Adilma de Sousa Oliveira, exemplo de educadora, orgulho de todos nós.

Focado no conhecimento didático em leitura e escrita e tendo como estratégia a formação continuada dos professores na escola, o projeto tem como objetivo a formação de alunos leitores e escritores. Os resultados da experiência corroboram um sem-número de análises que indicam que não há qualidade na educação sem formação continuada em exercício.

Num trabalho coordenado, que envolve todos os integrantes da Escola, com amplo apoio do Poder Público municipal, o programa vem conseguindo aprimorar as atividades de leitura e escrita realizadas pelos professores em sala de aula, o que atesta profunda mudança nas concepções pedagógicas do grupo.

Graças a essa experiência exitosa, sabe-se hoje, em Itupiranga, que é impossível valorizar a palavra escrita e querer formar novos leitores sem que haja leituras diárias de boas e envolventes histórias; que é imprescindível trabalhar os diferentes gêneros, as diferentes linguagens e as diferentes formas de comunicação para desenvolver a competência comunicativa; que mais importante que corrigir um texto é revisá-lo, com o autor; que formar leitores pressupõe

amor à leitura e à palavra; e que planejar o trabalho é absolutamente imprescindível.

Tudo isso confirma que o processo contínuo de reflexão-ação-reflexão decorrente da formação continuada em exercício contribui, efetivamente, para a alteração da práxis pedagógica. Nesse sentido, a experiência do distante e ainda desconhecido Município de Itupiranga serve de referência para o País. Quiçá sirva para provocar outras iniciativas, capazes de contribuir para a melhoria da qualidade da educação que praticamos.

Aproveito esta oportunidade para parabenizar, além da responsável pela idéia, a Profa. Adilma, os responsáveis pelas ações que deram concretude a ela.

Parabenizo, pois, o Prefeito Adécimo Gomes dos Santos e sua equipe da Secretaria de Educação pelo trabalho de formação continuada desenvolvido desde 2005, especialmente com o projeto *Construindo Competências a Caminho da Profissionalização Permanente no Espaço Escolar*, ponto de partida para iniciativas diversas no Município, em especial para o projeto que deu o título de Escola do Ano à Escola Serafina Carvalho. Cumprimento, de modo especial, as professoras Leiva Rodrigues e Catiuvânia Guedes e os demais coordenadores pedagógicos, responsáveis pela condução do trabalho de formação continuada no Município. Cumprimento, com especial deferência, os professores e professoras que se integraram ao projeto da Profa. Adilma e que, dessa forma, se fazem sujeitos históricos, responsáveis por mudanças estruturais na educação de Itupiranga, do Pará e – por que não? – Do Brasil.

Parabenizo, por fim, toda a comunidade itupiranguense, sobretudo os alunos da Escola Serafina Carvalho, por seu caráter participativo, atuante, comprometido, sem o que teria existido apenas uma idéia no papel, nada mais que isso.

Essa experiência que, repito, a mim me alegra e ao Brasil serve de exemplo, merece o louvor de todos aqueles que queremos uma educação de qualidade, capaz de formar leitores e escritores, cidadãos aptos e decididos a determinar os rumos da nação brasileira.

Sr. Presidente, encerrando, solicito a V.Exa. promova a ampla divulgação deste meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar o ex-Deputado Federal e meu companheiro de partido José Fortunati pela eleição para o cargo de Vice-Prefeito da capital gaúcha, Porto Alegre, na chapa encabeçada pelo

Prefeito José Fogaça. Fortunati retorna ao posto que ocupou no período de 1997 a 2000. Foi exatamente para assumir o cargo de Vice em Porto Alegre que José Fortunati renunciou ao mandato de Deputado Federal, em 1997.

O companheiro José Fortunati é uma das melhores cabeças da política gaúcha, intelectual respeitado, escreveu vários livros, é formado em Administração Pública, Administração de Empresas pela UFRGS e Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul – UFRGS. Ocupou cargos importantes na administração pública do Estado do Rio Grande do Sul, foi Secretário de Educação do Governo gaúcho e da Prefeitura de Porto Alegre. Também foi Vereador da cidade em 2 mandatos.

É senso comum entre analistas políticos e formadores de opinião que a presença de Fortunati como representante do PDT na chapa do Prefeito José Fogaça foi fundamental para o sucesso nas eleições. Essa leitura tem sido feita, inclusive, pelos adversários na disputa.

Só para exemplificar o quão expressiva foi a vitória de Fortunati e Fogaça, lembro e destaco a qualidade dos candidatos que disputaram a Prefeitura de Porto Alegre. Foram candidatos 3 colegas da bancada gaúcha, a Deputada petista Maria do Rosário, que disputou o segundo turno, a jovem Deputada do PCdoB Manuela D'Ávila, e o Líder do DEM nesta Casa, o amigo Deputado Onix Lorenzoni. Além do Deputado Estadual Nelson Marchezan Júnior, filho do legendário e saudoso Deputado Nelson Marchezan, ex-Presidente desta Casa. Arrisco afirmar, sem medo de cometer injustiças, que nenhuma outra cidade do País teve uma eleição com tantos candidatos de altíssimo nível e campeões de voto como teve Porto Alegre. Digo isto também em reconhecimento à biografia dos citados, mas principalmente para demonstrar a dimensão da façanha da chapa Fogaça/Fortunati. Lembro ainda que o resultado das eleições em Porto Alegre quebrou um grande tabu, ou seja, nunca antes Porto Alegre havia reeleito um Prefeito. Fogaça é o primeiro. E nós, pedetistas, junto com Fortunati, sentimo-nos honrados de fazer parte desta história.

Parabéns ao Prefeito Fogaça e, principalmente, rendo minhas homenagens ao futuro Vice-Prefeito de Porto Alegre, companheiro José Fortunati, por ter aceito o desafio e alcançado a vitória.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente. Quero parabenizar o Governador Jackson Lago pelo desempenho extraordinário do PDT no Estado do Maranhão. S.Exa. saiu como o grande vencedor das eleições no Estado, o que foi comprovado pelo excelente desempenho dos partidos da Frente de Li-

bertação (PDT, PT, PSDB, PSB, PMN, PRB e outros), que elegeram mais da metade dos Prefeitos. O PDT, sozinho, elegeu 65 Prefeitos. Foi uma grande vitória em relação a 2004, ano em que o PDT só conseguiu eleger 7 Prefeitos.

Foi a reafirmação do que a população decidiu há 2 anos, quando elegeu Jackson Lago Governador, após 40 anos de controle das oligarquias. Seu Governo tem cumprido a missão de restabelecer a autoridade do poder popular e montar as bases para a retomada da produção e do desenvolvimento do Maranhão. E foi a avaliação positiva do Governo Jackson Lago que resultou nesse quadro eleitoral vencedor.

Com o fortalecimento político nas bases do interior, o PDT consolida-se como a grande força política do Maranhão, o que significa um grande passo para a continuidade dos projetos implantados pelo Governador Jackson Lago e tem caráter estratégico para os rumos das eleições de 2010, quando o Governador Jackson Lago deve se candidatar à reeleição.

Parabéns ao Governador Jackson Lago e ao povo do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Passa-se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Vitor Penido.

O SR. VITOR PENIDO (DEM – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vivemos um momento de ressaca pós-eleitoral, ressaca essa agravada pela preocupante crise econômica que assola o mundo. Cabe-nos, entretanto, fazer um rescaldo do panorama político que se avizinha, sobretudo registrando um balanço dos erros e acertos nas campanhas eleitorais. A Justiça Eleitoral, sabiamente, adotou, antes das eleições, uma série de medidas na tentativa de moralizá-la, tornando-a mais justa e democrática. Lamentavelmente, mesmo com a proibição de *showmícios* e distribuição de brindes, o que vimos em muitos municípios foi uma descarada e abusiva utilização do poder econômico e da máquina estatal.

Creio que um agravante para esses descabros é o fato de que as eleições municipais sempre foram consideradas, sobretudo nas capitais e cidades de grande porte, como uma prévia das próximas eleições, quando serão eleitos os Deputados, Senadores, Governadores e Presidente da República. Isso faz com que as regras não sejam respeitadas e que não haja limites éticos, morais ou mesmo disciplinares. A Justiça, infelizmente, não conta com um aparato suficiente para fiscalizar milhares e milhares de municípios e, com isso, predomina a impunidade e o indiscriminado

uso de métodos nada ortodoxos em busca de votos. A população participa dessa pantomima como massa de manobra de interesses nada louváveis. E ainda temos de ressaltar que muita água irá rolar até 2010.

Por outro lado, Sras. e Srs. Deputados, não podemos ignorar que as medidas adotadas pela Justiça Eleitoral foram apenas cosméticas. Precisamos de uma reforma política estrutural, visto que paliativos já demonstraram que não são suficientes. Não podemos mais conceber que, encerrados os pleitos, sejam ressuscitadas as propostas de reforma política, mas que passados alguns meses o assunto retorna às calendas.

O Sr. Mauro Benevides – V.Exa. me permite um aparte, Deputado Penido? Quero apenas dizer a V.Exa. que logo mais também pretendo, inspirado no pronunciamento de V.Exa., ocupar a tribuna. Pelo que percebo, eu me identifico perfeitamente com o pensamento exteriorizado por V.Exa. no seu discurso, que é a promoção da reforma política. Meus cumprimentos a V.Exa.

O SR. VITOR PENIDO – Agradeço a V.Exa., nobre Deputado Mauro Benevides. O aparte de V.Exa., como professor desta Casa, é muito importante. O financiamento público de campanha deve ser adotado com urgência, pois só ele será capaz de impedir que o poder econômico seja utilizado sem parcimônia por aqueles que buscam mandato para defender interesses pessoais ou escusos. Mas de nada adiantará adotar o financiamento público se o Estado não for dotado de eficientes mecanismos de controle. Fiscalizar a aplicação dos recursos é condição essencial para moralizar as eleições. A extinção do voto de legenda contribuirá, substancialmente, para valorizar o voto do eleitor e impedir que candidatos sem nenhuma representatividade sejam eleitos. A introdução da cláusula de barreira e do voto distrital misto também serão medidas de grande valia, pois moralizar os pleitos eleitorais não pode mais ser apenas uma idéia que a cada ano empurramos para baixo do tapete.

Não podemos deixar de abordar, também, a imperiosa necessidade de adoção da coincidência dos mandatos. Hoje, com a utilização da urna eletrônica, não existe desculpa alguma para que as eleições sejam separadas. E por que separar as eleições municipais das demais? Não há qualquer justificativa, seja filosófica, seja doutrinária, seja geográfica, para que isso ocorra.

Por outro lado, os prejuízos são enormes. Só o que iríamos economizar em tempo e dinheiro já seria suficiente para votar isso com urgência. Como Deputados, sabemos bem das dificuldades que temos de pegar uma administração municipal pela metade,

quando tratamos das emendas no Orçamento. É um transtorno que seria contornado de uma vez por todas se as eleições fossem gerais.

Outro instituto que deve ser repensado é o da reeleição. Já fui um ferrenho defensor dela, porque a finalidade com que foi criada era bastante meritória, visto que partia da presunção de que uma administração deveria ter a chance de ser estendida, pois “não se deve mexer em time que está ganhando”, e, de fato, às vezes 4 anos é um período muito curto para mostrar trabalho. Em muitas situações, os Prefeitos são vítimas de antecessores inescrupulosos, que deixam a máquina administrativa totalmente esfacelada, e resgatá-la demanda bastante tempo. Nesse caso, a reeleição seria justa e legítima. Mas, como sempre ocorre com os instrumentos que criamos para o bem, sempre existirão aqueles que encontrarão brechas para utilizá-los para o mal. E isso, infelizmente, ocorre com a reeleição. Por isso entendo que a única alternativa para mantê-la será a criação de mecanismos que impeçam que ela seja desvirtuada, favorecendo uns em detrimento de outros. As vantagens de quem está no poder não podem ser utilizadas indiscriminadamente.

Torna-se perigoso quando a ambição política se sobrepõe a todos os interesses da população. Quando o objetivo de se eleger faz com que o indivíduo seja capaz de vilipendiar a sua consciência e os seus princípios, os prejuízos recaem sempre sobre a população. Pode até ser que quando o Prefeito “bota os pés pelas mãos” para se reeleger os prejuízos para o povo não sejam vislumbrados a curto prazo, mas com certeza no futuro tudo virá à tona.

Fui Prefeito de Nova Lima por 4 mandatos, e sempre pautei minha atuação dentro dos mais rígidos padrões de moralidade, impessoalidade e zelo com a coisa pública. Tive sempre como prioridade o avanço do sistema de ensino, pois sempre entendi que a educação é a única alternativa capaz de conceder ao indivíduo o seu bem mais precioso: a liberdade, liberdade sobretudo de conseguir o seu emprego, ter consciência política e melhor qualidade de vida.

Lamentavelmente, a administração que me sucedeu não foi capaz de dar continuidade a essa política por mim implantada de priorizar a educação. Basta constatar que hoje Nova Lima ostenta considerável queda nos índices do ensino fundamental. Até 2005 era avaliado pelo próprio Ministério da Educação como o melhor município mineiro no índice de educação fundamental da rede pública, com 10 escolas com

atividades em tempo integral. É inaceitável que isso esteja ocorrendo, sobretudo porque estranhamente houve considerável acréscimo nos recursos alocados para a área. É um absurdo que, mesmo aumentando o dinheiro, a qualidade diminua. Algo de muito grave está ocorrendo em meu município no que tange aos recursos aplicados na educação. Até 2004 eram aplicados cerca de R\$1.700.000,00 por mês. Atualmente são aplicados cerca de R\$4.000.000,00, o que torna injustificável a perda de qualidade. Onde está o erro? Será necessária uma auditoria do Ministério da Educação para detectá-lo?

Não falo aqui, Sr. Presidente, com o ranço dos que perdem. Não sou movido por essas mesquinhas. Sei que continuo tendo por parte da população de meu município o mesmo apreço e consideração com que a distingo. Ouvi muitos afirmarem que não votariam em mim porque não queriam abrir mão do trabalho que faço neste Parlamento em prol do meu Estado, em especial do meu Município. Saí dessas eleições com a mesma serenidade com que entrei. Só lamento não poder cumprimentar o Prefeito reeleito com o mesmo **fair-play** com que outros candidatos derrotados cumprimentaram os vencedores em diversos municípios de todo o País.

Não posso ser condescendente com quem ilude, engana e administra mal o meu Município, tendo utilizado de forma descarada e abusiva a sua máquina administrativa. Esse é um pecado que não cometi em nenhuma das minhas administrações. Em meu último mandato, contava com 300 cargos de confiança, e utilizei apenas 213. Oitenta e sete nunca foram preenchidos, porque entendi que não eram necessários e nunca fugi de minha responsabilidade de economizar o máximo possível para os cofres do município. O que me surpreende é que o Prefeito é professor oriundo de sala de aula. Ele deveria, no mínimo, ter sensibilidade suficiente para entender que não podemos transigir com educação de péssima qualidade, porque os efeitos colaterais serão sempre os mais danosos.

No que concerne aos péssimos dados no setor que aqui relatei, Sras. e Srs. Deputados, não foram por mim inventados, pois estão disponíveis a qualquer cidadão no *site* do Ministério da Educação. Quero esclarecer que, na condição de legítimo representante do povo, serei doravante um aliado incondicional dos Vereadores, que são os verdadeiros fiscais do Executivo, e também de todas as forças representativas da sociedade – e reitero que não estou movido por qualquer

sentimento que não seja o de incondicional fidelidade a todos os meus amigos e eleitores. Tanto que quero agradecer, sensibilizado, a toda a população de Nova Lima, em especial aos que em mim votaram. Quero também colocar-me ao inteiro dispor de todos no que se fizer necessário. Não serão os percalços que encontrei pelo caminho que farão com que eu desista de minha luta. Considero o exercício da atividade política uma missão indeclinável e revestida de muito sacrifício. Não busco nela nenhuma benesse, até mesmo porque não preciso dela para viver, mas também não pecarei pela omissão.

Causa-me arrepios, Sr. Presidente, quando vejo matérias como a da Revista *ISTOÉ*, edição de 26 de setembro de 2007, com o título *Roubei mesmo*, sobre um Prefeito do interior do Sergipe que confessou descaradamente diante da Polícia e do Ministério Público que utilizava dinheiro da Prefeitura até para comprar a cerveja e o refrigerante do final de semana. Descobriu-se depois que esse Prefeito não passava de um laranja de seu antecessor, que o elegeu, e era obrigado a repassar ao mesmo quantias entre 30 mil e 500 mil todos os anos. O dinheiro da Prefeitura era utilizado para aluguel de carros de luxo, bebidas energéticas e até absorventes higiênicos. E isso num paupérrimo município do interior do Sergipe. Imaginem o que não ocorre em centenas de outros sem que ninguém saiba.

São fatos como esse, e que não são isolados, que me levam à certeza de que a nossa missão neste Parlamento não se resume à produção de lei, mas também, e sobretudo, ao papel de fiscais na aplicação dos recursos públicos, no âmbito federal, estadual ou municipal. Somos representantes do povo de nosso Estado e minha paixão por Minas Gerais é incondicional. O fato de ter administrado Nova Lima por longos 18 anos não me dá o direito de abdicar de ser intransigente fiscal dos atos de quem o administra. Lamentavelmente, não contamos com instituições capazes de dar à sociedade rápidas respostas na apuração dos atos de improbidade de nossos governantes, porque a fiscalização é precária e demorada. Mas isso não pode nem deve ser motivo de nosso esmorecimento.

Quero, Sr. Presidente, congratular-me com o novo Prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, que, graças ao expressivo apoio do Governador Aécio Neves, conseguiu surpreendente vitória, o que vem demonstrar o enorme prestígio que o nosso Governador goza em todo o Estado, especialmente na capital mineira. Mas não posso deixar de parabenizar também a excepcio-

nal **performance** do nosso colega, Deputado Leonardo Quintão. Seu desempenho o credencia como nova e promissora liderança no cenário político de nosso Estado. Parabênizo também a nossa colega Maria do Carmo Lara pela sua vitória em Betim e desejo-lhe todo o sucesso em sua nova missão. O mesmo ocorre com o Deputado Custódio Mattos, em Juiz de Fora, que já foi Prefeito daquela cidade. Sua eleição representa o aval da população à sua administração anterior. Só lamentamento o fato de que iremos abdicar do convívio diário, aqui na Câmara, a partir de 1º de janeiro, com esses colegas, mas estará aqui o nosso amigo, ex-Prefeito de Montes Claros, Jairo Ataíde, que volta a participar da nossa Câmara dos Deputados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, meus caros colegas Deputados e Deputadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Continuando o Grande Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, o ilustre Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Deputado Inocência Oliveira; Sras. e Srs. Deputados; senhoras e senhores telespectadores da *TV Câmara*; começo por cumprimentar o nobre Deputado Vitor Penido, que, ao ocupar a tribuna antes de mim no Grande Expediente, fez uma abordagem extremamente precisa em torno da reforma política, analisando os resultados eleitorais e, sobretudo, preconizando a reformulação na sistemática eleitoral e partidária brasileira. O ilustre representante de Minas Gerais nesta Casa, com a percuciência habitual, abordou essa temática e, naturalmente, terminou por conclamar todos os nossos colegas para que juntemos esforços e energias, a fim de que esta Casa não mais procrastine a reforma política.

A reforma política tem sido muitas e seguidas vezes mencionada nesta tribuna, mas não tem passado de mera articulação entre partidos. Apesar do projeto já perfeito e acabado, não se ultima o rito regimental da urgência, capaz de beneficiá-lo para o seu acolhimento no plenário desta Casa e o posterior encaminhamento ao Senado Federal, de acordo com a estrutura bicameralista imperante na vida parlamentar brasileira.

Portanto, meus cumprimentos ao nobre representante de Minas Gerais, Deputado Vitor Penido, uma das mais destacadas figuras deste Plenário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a presente semana ensejou a presença na tribuna de inúmeros

colegas que se incumbiram de analisar os resultados eleitorais sob a ótica exclusiva da computação dos sufrágios, favorecendo as diversas agremiações disputantes da competição recém-efetivada.

Aqui já se proclamou, imediatamente após o segundo turno, que a sigla a que pertença, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, manteve-se em posição privilegiada, conquistando nas 2 etapas 1.208 edilidades, o que lhe garante a condição de força majoritária no contexto das facções existentes no País.

Seis Capitais viram ascender ao seu respectivo comando correligionários prestigiosos, como Eduardo Paes, no Rio de Janeiro; José Fogaça, em Porto Alegre; João Henrique, em Salvador; Nelsinho Trad, em Campo Grande; Dário Berger, em Florianópolis, e Iris Rezende, em Goiânia, todos imbuídos do propósito de responder plenamente à confiança popular.

Estranhei, porém, Srs. Deputados, que não se tenha enfatizado a necessidade imperiosa de proceder-se à sempre anunciada reforma política, tantas vezes cogitada, mas sempre delongada por desarticulação das prestigiosas lideranças que abrilhantam os debates neste plenário.

O Sr. Átila Lins – V.Exa. me permite um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES – Com imenso prazer, ouço o ilustre representante do Amazonas e uma das figuras mais atuantes neste plenário.

O Sr. Átila Lins – Agradecendo as considerações feitas por V.Exa., quero dizer que nosso PMDB não apenas conquistou as 6 Capitais a que V.Exa. acaba de se referir, mas também foi a sigla partidária que mais ganhou votos no País. No ano de 2004, Deputado Mauro Benevides, o PMDB obteve no País inteiro, nas eleições municipais, 14 milhões de votos. Nesta eleição, o PMDB conquistou 18 milhões de votos. Veja V.Exa. que foi um dos partidos que mais conquistou novos adeptos de uma eleição para outra, além de 1.208 Prefeitos, a que V.Exa. tão brilhantemente se referiu. Quero cumprimentar V.Exa. pelo seu pronunciamento e ao mesmo tempo hipotecar solidariedade à tese que V.Exa. defende sempre, que é a urgente necessidade da reforma política. Não podemos, com certeza, eminente Deputado Mauro Benevides – V.Exa. tem sido um dos representantes mais ativos em tantas áreas, mas nessa da reforma política tem sido praticamente um dos poucos que se dedica tanto ao tema –, continuar com a legislação político-eleitoral da forma como está. É preciso que haja essa alteração, essa reformulação

muito rapidamente. Parece-me que este final de 2008 será dedicado inteiramente à discussão da reforma tributária. Ontem foi apresentado o relatório pelo Sr. Relator, na Comissão Especial. Quero crer que nós, nesta Casa, poderíamos eleger o ano de 2009 como dedicado a tratar não unicamente, mas em grande parte da reforma política. O País está necessitando dessa reforma para consolidar o seu regime democrático. Muito obrigado a V.Exa. pelo aparte.

O SR. MAURO BENEVIDES – Agradeço a V.Exa., nobre Deputado Átila Lins, as referências encomiásticas ao meu desempenho parlamentar, mas agradeço sobretudo por sua adesão a essa tese de que a reforma política é caracterizadamente inadiável. Não teríamos mais nenhuma explicação a oferecer à opinião pública brasileira se mantivéssemos essa postura reconhecidamente passiva, discutindo aleatoriamente esse tema sem adotar nenhuma providência efetiva que garantisse uma modificação na sistemática eleitoral e partidária de todo o País. V.Exa. tem razão sobretudo quando enaltece o desempenho da nossa facção política, o PMDB, que, elegendo 1.209 Prefeitos, demonstrou inequivocamente suas potencialidades, sobretudo a perspectiva de ampliar, em 2010, suas perspectivas diante do eleitorado brasileiro. Portanto, obrigado a V.Exa., ilustre representante do Amazonas nesta Casa.

O Sr. Luiz Couto – Nobre Deputado Mauro Benevides, V.Exa. me concede um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES – Com imenso prazer, nobre Líder Luiz Couto.

O Sr. Luiz Couto – Nobre Deputado Mauro Benevides, V.Exa. tem sido o timoneiro nessa questão da reforma política. Basta verificar os diversos discursos que V.Exa. tem feito na tribuna e também nas Comissões. V.Exa. tem abordado a importância e a necessidade de termos uma reforma política profunda. O elenco das propostas que V.Exa. tem abordado hoje se junta com aquelas que o Deputado Vitor Penido disse. Se este Congresso Nacional quiser, terá condição de fazer uma reforma profunda, consistente e que venha a impedir que o poder econômico continue sendo o fator para definir o resultado da eleição. Também serve para acabar com o processo de corrupção. Ou seja, o Deputado Vitor Penido disse muito bem que as soluções dadas pela Justiça Federal são cosméticas, ou seja, não vão ao fundo da questão. Então, quero parabenizar V.Exa. e lhe dizer que continuo também como um discípulo de V.Exa. nessa luta. Espero que este Congresso Nacional tome para si a responsabi-

lidade de fazer uma reforma profunda, porque o que temos aí é um sistema apodrecido, corrompido, que não tem mais o que dar. Na realidade, ou a fazemos ou seremos engolidos por esse processo apodrecido e corrompido. Muito obrigado e parabéns a V.Exa. por mais este pronunciamento que faz nesta tarde.

O SR. MAURO BENEVIDES – Nobre Deputado Luiz Couto, expresso o meu agradecimento a V.Exa., que mais uma vez manifesta, em lúcidas considerações, o seu apoio à reforma política, dando provas inequívocas de que esse tema não comporta mais adiamento. Tudo aquilo que se possa alegar para uma delonga no exame e na decisão deste Plenário sobre reforma política não será aceito tranqüilamente pela opinião pública brasileira, porque esta exige que a Casa, a exemplo do que o fez em outras oportunidades, desperte para essa legítima imposição que objetiva, sobretudo, corrigir distorções registradas no processo eleitoral brasileiro.

O Sr. Vitor Penido – Nobre Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES – Com imenso prazer, concedo a palavra ao nobre Deputado Vítor Penido, que acaba de proferir, no Grande Expediente desta sessão, um magnífico discurso, iniciado com considerações sobre reforma política.

O Sr. Vitor Penido – Agradeço a V.Exa. o aparte. Todos nós, Parlamentares, aqui sabemos que V.Exa., nesta Casa, é muito mais do que um Deputado, é um professor para todos nós, principalmente para os que estão aqui. V.Exa. tem experiência em todo poder político: Câmara dos Deputados, Senado Federal, Estado e Município. Com certeza, temos obrigação de seguir suas palavras sem discuti-las. Essa é uma grande verdade. V.Exa. aborda muito bem aquilo que tive oportunidade de falar: a reforma política. Não adianta ficarmos aqui brigando por projetos mínimos, pequenos, se há coisas maiores que moralizam. Com certeza, elas farão com que nossa democracia seja realmente um exemplo, não apenas no papel, mesmo sabendo que as coisas nos municípios e, às vezes, nos Estados não têm caminhado de uma forma correta e segura, como todos desejamos. Então, quero cumprimentar V.Exa. por isso. Tenho muito orgulho de saber que aqui há um grande professor, que é nosso ilustre e querido Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES – Nobre Deputado Vitor Penido, quem sou eu para que V.Exa. genero-

samente me proclame professor nesta Casa? Eu, a cada dia, torno-me aprendiz de lições de lhanza, de tratamento extremamente fraterno com que V.Exa. me distingue. Reconheço uma vez mais que o pronunciamento de V.Exa., na tarde de hoje, repercutiu intensamente e me compeliu também a vir a esta tribuna fazer uma abordagem sobre essa mesma temática, com o objetivo de reforçar a argumentação expendida durante seu discurso, no início da sessão do Grande Expediente de hoje.

O Sr. Armando Abílio – Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES – Pois não, nobre Deputado Armando Abílio.

O Sr. Armando Abílio – Eu estava em meu gabinete ouvindo o pronunciamento de V.Exa., principalmente quando teve a oportunidade de focar na necessidade de uma reforma política. Ou se faz uma reforma política ou as cadeiras desta Casa serão ocupadas por empresários e pessoas ricas. Então, quem trabalha, muitas vezes, Deputado Mauro Benevides, apenas tem o direito da opção, da preferência, como dizem. Na Paraíba – o Deputado Luiz Couto é testemunha –, existem pessoas presas que conseguem eleger-se Vereador sem nenhuma identificação ou proposta por meio da compra de votos. Então, ou esta Casa pára exatamente para debater, discutir e construir uma reforma política ou, num futuro não tão distante, todas as cadeiras aqui, vou repetir, serão ocupadas por empresários sem identificação, sem nenhum compromisso em defender os problemas, em apresentar solução para os problemas que desafiam este País e principalmente a população brasileira. Então, faço questão de deixar registrado e de me acostar à preocupação de V.Exa. no que diz respeito à necessidade da construção de uma reforma política para que realmente o processo seja democrático. Um dos itens é a reeleição. Deputado Mauro Benevides, mandato de Prefeito é de 8 anos. Eleição de 4 em 4 anos é apenas para perguntar se deve ou não continuar. Em todas as Capitais, somente 1 Prefeito não conseguiu a reeleição. Foi exatamente na Capital do companheiro Átila Lins. Alguma coisa está errada. Vamos construir uma nova reforma política, para que a democracia realmente tenha condições de funcionar em nosso País. Era essa a minha participação.

O SR. MAURO BENEVIDES – Nobre Deputado Armando Abílio, compartilho das preocupações de

V.Exa. quanto à necessidade imperiosa de corrigirmos todas essas distorções no processo eleitoral, por meio da aprovação, se possível, ainda neste ano, de uma reforma política que consubstancie todos esses aspectos que, permanecendo nos pleitos que aqui se realizam, descaracterizam a legitimidade e a autenticidade da vontade popular.

Prossigo, Sr. Presidente. Apenas a Deputada Bel Mesquita, ao comentar as distorções ocorridas em algumas comunas do Pará, chamava atenção para a inadiável reformulação de nossa sistemática eleitoral e partidária, sem a qual não seriam corrigidas as distorções emergentes em cada oportunidade de confronto urnístico.

Acredito que, ultrapassada a fase crucial da refrega, torna-se indispensável que se retomem as conversações, bem distantes ainda de 2010, a fim de que as inovações porventura acolhidas não sofram o impacto de interesses imediatistas, descaracterizadores do intento objetivado pela reforma política.

Dentro da seqüência do presente raciocínio, utilizo-me deste espaço regimental do Grande Expediente para conclamar os nossos 512 colegas e os 81 Senadores para essa tarefa hercúlea, por cujo cabal cumprimento haveremos de envidar todos os esforços.

Projeto muito bem delineado, desde a passada Sessão Legislativa, mantém-se à espera de andamento célere que não dispensaria o rito regimental da urgência, previsto na nossa lei interna.

Não deveríamos comprometer a estimulante missão com hipóteses personalísticas adequadas a cada unidade federativa ou a certa agremiação registrada na Justiça Eleitoral.

E, se cumprirmos esse dever fundamental intransferível, haveremos de readquirir a almejada credibilidade de que carecemos, a fim de que em pesquisa de opinião não nos situemos em patamares irrisórios que nos constroem e nos desfavorecem diante da comunidade.

As inovações já cogitadas envolvem o financiamento público de campanha, a fidelidade partidária, as listas preordenadas e outras sugestões que dependem do assentimento dos Srs. Parlamentares e das siglas a que pertencem.

A Comissão Especial, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, da qual foi Relator o Deputado Ronaldo

Caiado, já ofereceu indicações precisas, submetidas ao exame de todos os nossos representantes.

Faltam, porém, o ânimo decisório e a mobilização das bancadas, requisitos basilares para o êxito do aguardado procedimento.

Aliás – faça-se justiça neste momento –, o Presidente Arlindo Chinaglia, pelo que sei, já busca retomar contatos com os partidos, mesmo em meio à crise financeira universal que atormenta todos os continentes.

E não devemos desperdiçar, ainda este ano, a excelente oportunidade de concluir a condução de consultas formais a todos quantos nessa área atuam no cenário nacional.

Se todos entendem como primordial a reforma política, por que ela não se concretiza, como forma de correção de irregularidades ainda remanescentes, em que pesem o esforço e a vigilância da Justiça Especializada?

Em que pesem o esforço e a vigilância da Justiça Especializada, dentro de tais parâmetros, Srs. Deputados, conclamo o Parlamento Nacional para essa árdua jornada, que não mais comporta quaisquer procrastinações.

Se transferirmos para 2009, maiores serão os empecilhos, com o redesenho de novas perspectivas, ao sabor de conveniências ocasionais de que seremos protagonistas compulsórios.

Além disso, o princípio constitucional da anterioridade nos compeliaria a ultimar o intuito reformista até 30 de setembro, quando estarão postas certamente as candidaturas majoritárias de Presidente da República, Governadores de Estado e Senadores Federais.

Fragilizar-se-iam a isenção e a imparcialidade, centradas nas quais deveria processar-se nosso embalo reformista.

Que sobre isso voltem a meditar os membros do Congresso como resposta a uma exigência da própria conjuntura de que somos partícipes qualificados.

O povo acompanhará a nossa luta, o nosso esforço, o nosso inabalável propósito de servir a uma causa de inquestionável relevância para os nossos rumos democráticos.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Encerrado o Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Apresentação de proposições.

APRESENTAM PROPOSIÇÕES:

Autor	Proposição	Ementa
Luiz Carreira	RIC 3437/2008	Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa sobre processo de desativação operacional do aeroporto Jorge Amado, em Ilhéus - Bahia.
Perpétua Almeida	INC 3360/2008	Sugere ao Ministério da Saúde que sejam realizados esforços no sentido de estender o Programa Farmácia Popular aos municípios acreanos.
Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	RIC 3438/2008	Solicita informações ao Ministro das Comunicações, Hélio Costa, sobre as certificações de equipamentos necessários para levar a banda larga via MMDS.
Fátima Bezerra	INC 3361/2008	Sugere ao Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, a inclusão no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, Fase III, de cinco unidades do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), nos municípios de Lajes, Nova Cruz, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Touros e Ceará Mirim, estado do Rio Grande do Norte.
Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	PDC 1051/2008	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Manágua, em 8 de agosto de 2007.
Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	PDC 1052/2008	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Santiago, em 3 de dezembro de 2007.
Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	PDC 1053/2008	Aprova o texto da Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento da Água de Lastro e Sedimentos de Navios.
Márcio França	PL 4199/2008	Acrescenta § ao art. 2º da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação e dá outras providências.
Gorete Pereira	INC 3362/2008	Sugere à Senhora Ministra-Chefe da Casa Civil a edição de Medida Provisória sobre entidades filantrópicas.
Osmar Serraglio	INC 3363/2008	Sugere ao Ministério da Educação o aumento no número de bolsas de estudos do CNPq, no Programa de Pós-Graduação de Física da Universidade Federal do Paraná - UFPR.
Zenaldo Coutinho	PEC 298/2008	Altera a redação do art. 243 da Constituição Federal para dispor sobre a expropriação de imóvel urbano de qualquer região do país.
Laercio Oliveira	PL 4200/2008	Dispõe sobre a profissão de bombeiro profissional civil.
Laercio Oliveira	INC 3364/2008	Sugere à Casa Civil da Presidência da República a edição de Decreto visando promover alterações no Decreto n.º 5.450, de 30 de maio de 2005, que regulamentou o Pregão Eletrônico.
Waldir Neves	RIC 3439/2008	Solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Dr. Fernando Haddad e Senhora Presidenta da Caixa Econômica Federal, Sra. Maria Fernanda Ramos Coelho, acerca das divergências apontadas na mídia quanto ao Financiamento Estudantil - FIES.
Waldir Neves	RIC 3440/2008	Solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Guido Mantega e a Senhora Presidenta da Caixa Econômica Federal, Sra. Maria Fernanda Ramos Coelho, acerca da necessidade de providências visando eliminar a demora na análise dos projetos referentes às emendas parlamentares, em tramitação por este Agente Financeiro.

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.	PL 4201/2008	Institui o Estatuto Penitenciário Nacional.
Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.	PL 4202/2008	Altera os arts. 13, 14, 25, 59, 63, 70, 72, 75, 77, 81, 82 e 103, e acrescenta os arts. 30-A, 205 e o Capítulo VIII ao Título IV da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.
Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de	PL 4203/2008	Altera o art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.

encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses

estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses

estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Comissão Parlamentar

PL 4204/2008 Altera o art. 321 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

PL 4205/2008 Dispõe sobre a dedutibilidade das doações ao Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) da base de cálculo do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido.

PL 4206/2008 Altera os arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997,

de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já

que "Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo".

PLP 430/2008

Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994.

PL 4207/2008

Estabelece normas específicas à constituição e ao funcionamento de cooperativas em apoio ao Sistema Penitenciário Nacional.

cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses

estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses

estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Comissão Parlamentar de Inquérito com a

PL 4208/2008

Institui o dia nacional do encarcerado.

PL 4209/2008

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal.

PL 4210/2008

Acrescenta artigo à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.

finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de

investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses

estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de

investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses

estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a

PL 4211/2008

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.

INC 3365/2008

Sugere ao Ministério da Justiça a adoção das providências recomendadas, advindas do Relatório Final da CPI com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário Brasileiro.

violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses

estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses

estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de

INC 3366/2008

Sugere ao Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão a realização de maior aporte orçamentário ao sistema carcerário dos Estados.

INC 3367/2008

Sugere ao Ministério do Trabalho e Emprego maior aporte de recursos para o sistema penitenciário.

INC 3368/2008

Sugere ao Ministério da Educação a implantação de Programa Nacional de Apoio aos Sistemas de Ensino para Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos em

investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.

INC 3369/2008 Sugere ao Ministério da Educação a previsão de atividades práticas em estabelecimentos penais, nas diretrizes curriculares dos cursos superiores de graduação em Direito, Psicologia, Serviço Social, Medicina e Enfermagem.

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das

INC 3370/2008 Sugere ao Conselho Nacional de Justiça o acompanhamento e a advocação de processos para apuração de ilícitos de juizes.

Estabelecimentos Prisionais.

instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.

INC 3371/2008

Sugere ao Conselho Nacional do Ministério Público o acompanhamento de todos os processos onde se apurem ilícitos de membros do Ministério Público.

Otavio Leite

PL 4212/2008

Altera a redação do art. 1º e do caput do art. 20, além de acrescentar o art. 15-A à Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.

Otavio Leite

PL 4213/2008

Determina que as empresas de condicionamento físico, tais como academias de ginástica, de musculação, de natação e similares sejam consideradas unidades produtivas da área de saúde.

Otavio Leite

PL 4214/2008

Altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para contemplar os respectivos acompanhantes.

Otavio Leite

PL 4215/2008

Altera a redação do art. 1º e do inciso I do art. 2º da Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para proibir a discriminação de pessoas em cujo DNA há predisposição a doenças.

Otavio Leite

PL 4216/2008

Altera o art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, acrescentando vedação relativa a alteração, no período eleitoral, das normas que regulam o uso, o parcelamento e a ocupação do solo urbano.

VI – ORDEM DO DIA

(Debates e trabalho de Comissões.)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A sessão do Congresso está convocada para as 16 horas, mas pediram para aguardarmos o seu início.

Falará a última oradora, Deputada Ângela Portela, por 3 minutos. Em seguida falarão, pela ordem, os Deputados Átila Lins, a quem peço a compreensão para usar a palavra por 5 minutos; Wandenkolk Gonçalves, por 6 minutos; Armando Abílio e Nilson Mourão.

Peço a S.Exas. compreensão no sentido de usarem a metade do tempo, para que a sessão não seja atropelada.

Mesmo que a sessão do Congresso Nacional se inicie, a Mesa concederá a palavra aos 4 inscritos no período de Comunicação de Liderança.

Por motivo superior, vou ter de me retirar. Por isso passo a presidência dos trabalhos ao Deputado Rômulo Gouveia, meu amigo, pessoa de muita responsabilidade, que dirigiu por 4 anos a Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, quando foi um dos seus mais operosos Presidentes.

O Sr. Inocêncio Oliveira, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rômulo Gouveia, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

A SRA. ANGELA PORTELA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. ANGELA PORTELA (PT – RR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente Lula sancionou, semana passada, a criação das Áreas de Livre Comércio de Boa Vista e Bonfim, no meu Estado de Roraima, matéria que foi discutida e aprovada nesta Casa e que corrige uma injustiça de quase 20 anos, desde que tais áreas foram criadas, ainda no Governo Collor, mas nunca efetivamente implantadas.

O trabalho foi coordenado pela bancada de Parlamentares roraimenses. E aqui destaco o trabalho do Deputado Edio Lopes, que propôs a transferência da ALC de Pacaraima, envolvida em dificuldades de ordem fundiária, para Boa Vista. Cabe ressaltar também a atuação do Senador Romero Jucá, que negociou com a Casa Civil a edição da medida provisória que garante essa transferência.

Toda essa articulação encontraria dificuldades se não fosse o trabalho do Prefeito de Boa Vista, Iradilson Sampaio, e de sua equipe técnica, que providenciou o georeferenciamento de Boa Vista e atendeu em tempo hábil a todos os requisitos determinados pela SUFRA-

MA, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e pela Casa Civil.

Ao autorizar a implantação da Área de Livre Comércio de Boa Vista, que já está funcionando a partir desta semana, o Presidente Lula dá uma verdadeira demonstração de sua boa vontade para com o desenvolvimento sustentável da Amazônia, ao mesmo tempo em que cria um estímulo para que a economia de Roraima, finalmente, supere a sina que carrega desde a época em que era Território Federal, a de ser totalmente dependente do setor público e do contracheque dos servidores federais e estaduais.

Não podemos esquecer que a economia de Roraima, estando ao lado da Zona Franca de Manaus e das áreas de livre comércio de Santa Elena, na Venezuela, e de Lethem, na Guiana, sofria cada vez mais com a evasão de recursos.

Ao criar a ALC de Boa Vista, o Presidente Lula garante um alívio aos comerciantes roraimenses, que agora poderão usufruir dos mesmos benefícios da Zona Franca de Manaus, além de garantir a circulação do dinheiro no próprio Estado, a geração de novos empregos e a dinamização de toda a economia local.

Aliado a isso, estamos a um passo de instalar também a Zona de Processamento de Exportações de Boa Vista, que vai estimular a instalação de novas empresas voltadas para o setor externo. Será mais uma grande conquista e mais um importante estímulo para que finalmente nosso Estado encontre um caminho para o seu desenvolvimento econômico e social.

Com essas medidas do Governo Federal, que encontram apoio irrestrito da sociedade roraimense, esperamos ver superados os problemas que, desde a transformação de Roraima em Estado, vinham se acumulando. Tais iniciativas também jogam por terra o argumento de que o Governo Lula não pensa no desenvolvimento da Amazônia e que nunca deu a devida atenção ao Estado de Roraima.

A Área de Livre Comércio e a Zona de Processamento de Exportações de Boa Vista são duas grandes conquistas dos roraimenses que acenam para um novo cenário de atividade econômica aquecida, geração e distribuição de renda, entre outros avanços.

A proximidade de Roraima dos mercados da Venezuela, do Caribe e do Atlântico Norte nos colocam em posição privilegiada para atingir esses países a partir de uma Zona de Processamento de Exportações.

Quero acreditar que, num futuro próximo, nosso Estado vai superar a dependência dos investimentos exclusivamente públicos e da folha de pagamentos dos servidores. Vamos crescer com qualidade, sem comprometer o patrimônio natural, que ainda é um dos mais preservados da Amazônia.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. ÁTILA LINS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PMDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna fazer um apelo ao nosso Presidente Arlindo Chinaglia.

No momento em que a pauta dos trabalhos da Câmara começar a ficar liberada, peço a S.Exa. incluir na Ordem do Dia as propostas de emendas constitucionais que há algum tempo aguardam deliberação. A primeira delas é a que permite aos Magistrados permanecer no cargo até os 75 anos.

Hoje, a expulsoira ou a aposentadoria compulsória se dá aos 70 anos, e o Senado Federal já decidiu que, em função das estatísticas do IBGE de que hoje há uma expectativa de vida muito maior para o brasileiro, já poderíamos trabalhar no sentido de que as aposentadorias fossem até os 75 anos de idade, em um processo que, se por um lado diminui a renovação nas carreiras, por outro lado, permite uma economia ao País no que se refere às aposentadorias, já que tantos magistrados e servidores públicos vão para a inatividade aos 70 anos.

De forma que, se o Senado já decidiu, esta Casa precisa encarar o desafio e decidir. Não sei qual será obviamente a definição que a Câmara dos Deputados vai adotar, mas o que prego é a iniciativa de que seja colocada em pauta para que esta Casa possa decidir a questão do aumento de idade para a aposentadoria, e não apenas da Magistratura, mas dos servidores públicos.

A outra emenda, Sr. Presidente, que também está à espera de uma deliberação, é a que dá autonomia administrativa e financeira aos defensores públicos. Toda a defensoria pública nos Estados está à espera dessa proposta.

Há Estados em que a situação dos defensores públicos já melhorou bastante. No meu Estado, o Amazonas, por exemplo, o Governador Eduardo Braga, há poucos dias, reajustando os salários dos servidores públicos estaduais, fez incluir nesse reajuste não apenas os procuradores do Estado, mas também os defensores públicos, dando-lhes um pouco mais de dignidade salarial.

É preciso que nós aproveemos aqui essa PEC, que vai definitivamente, em caráter nacional, disciplinar e dar, como eu disse, um pouco mais de dignidade à classe dos defensores públicos. Essa emenda já foi há algum tempo aprovada pela Comissão de Constituição

e Justiça, pela Comissão Especial, e está dependendo apenas da deliberação do Plenário.

Há outras medidas importantes, como a que faz com que os delegados sejam considerados da carreira jurídica. Também é outra proposta de emenda que depende da deliberação desta Casa.

Sr. Presidente, quero reiterar apelo ao Presidente da Casa para que essas propostas de emendas constitucionais, que já estão prontas para serem deliberadas por este Plenário, possam vir à pauta e, com isso, resolvermos de forma definitiva essas questões.

Por outro lado, quero registrar, e já o fiz pela manhã, que hoje à tarde, em Manaus, deve estar começando, em razão do fuso horário, um debate sobre o Orçamento para 2009. Essa audiência pública será na Assembléia Legislativa do Amazonas, sob a Presidência do Deputado Belarmino Lins, amigo do nosso Presidente Rômulo Gouveia, e contará com a presença do Presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Mendes Ribeiro Filho, e do Relator-Geral do Orçamento, Senador Delcídio Amaral. A discussão não será apenas com as autoridades, os sindicatos, as entidades empresariais, os Deputados Estaduais, os Vereadores e Prefeitos amazonenses, mas também com os Deputados, as autoridades e os Senadores de todos os Estados da Amazônia Ocidental: Roraima, Acre e Rondônia.

Esse debate da Comissão de Orçamento tem o objetivo de auscultar as preferências orçamentárias e as necessidades da população para que, aqui em Brasília, na discussão do Orçamento, possamos atender a pelo menos alguma parte dos segmentos da sociedade que vão, com certeza, reivindicar verbas para suas áreas de atuação.

Portanto, quero aqui cumprimentar o Presidente da Comissão de Orçamento e o Relator-Geral por essa iniciativa. Com certeza, os debates travados em Manaus serão auspiciosos para que possamos, a cada ano, aperfeiçoar a elaboração do Orçamento e fazer com que a sua execução seja a mais consentânea possível com as necessidades do povo amazonense e do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Quero realmente transmitir meu abraço ao Deputado Belarmino Lins e dizer, Deputado Átilla, como membro da Comissão de Orçamento, que, além do encontro realizado hoje em Manaus, a Comissão fará encontros em Vitória, Belo Horizonte e, amanhã, em Goiás, dentro de um cronograma elaborado pelo Presidente daquela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Wandenkolk Gon-

çalves, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, retorno à tribuna da Câmara Federal no dia de hoje, com muito orgulho, assumindo a Liderança do PSDB, para trazer aqui a minha indignação, o meu constrangimento e, por que não dizer, a minha frustração. Falo especificamente dos acontecimentos mais recentes do meu Estado, o Pará.

Todos as Sras. e os Srs. Deputados sabem que, com muito orgulho, sou de um País que se chama Pará. Infelizmente, no meu Estado, a cada dia há uma nova agonia. Foi assim quando fomos manchete da mídia nacional e internacional na questão das centenas de bebês da Santa Casa que morreram por falta de atendimento médico, por omissão e descompromisso com a saúde pública do meu Estado.

Tem sido assim a cada dia com várias Comissões e caminhadas pelo Governo Federal. Engessam o nosso Estado com operações, como as famigeradas Arco do Fogo e Guardiões da Floresta e tantas outras que vêm trazendo ao nosso Estado uma verdadeira angústia no momento em que o desemprego a cada dia aumenta mais.

Em que pesem essas operações do Governo Federal, não se tem a contrapartida necessária para viabilização de um plano de desenvolvimento sustentável para a nossa região. E a cada dia são multas, ameaças, truculências, feitas por agentes federais, principalmente aqueles ligados ao IBAMA, sem qualquer conhecimento de causa e de experiência no que diz respeito à região amazônica e mais especificamente ao Estado do Pará.

A minha frustração maior, Sras. e Srs. Deputados, foi que, ao me deparar com o relatório encaminhado pelo Tribunal de Contas da União, que teve como Relator o Ministro Aroldo Cedraz, vi claramente que, nas auditorias feitas no Brasil todo e mais especificamente no Estado do Pará, de 48 obras auditadas, 13 obras pertencem ao PAC, e com irregularidades flagrantes.

Dessas 13 obras do PAC, duas ferem mortalmente o meu Estado, visam ao asfaltamento da Rodovia Transamazônica, da BR-230, e da BR-163, que liga Santarém a Cuiabá.

Se não bastasse essa indignação, trazemos a nossa frustração, porque de Marabá a Altamira são 500 quilômetros de estrada e de Altamira até Itaituba são mais 500 quilômetros de Rodovia Transamazônica. Mas o que é cômico, se não fosse trágico, é que, segundo auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União, há superfaturamento, desvio de verbas, uma série de falcatruas. O mais importante, nesses mil quilômetros,

é que apenas 18 quilômetros foram asfaltados, ligando Altamira ao Município de Brasil Novo.

Vimos hoje dividir com V.Exas. uma preocupação mais grave: se não forem corrigidas essas distorções, o Orçamento de 2009 não contemplará recursos para aquelas rodovias. Mais de 1 milhão de brasileiros foram para lá instalados pelo Governo Federal – não me refiro especificamente a este Governo, mas aos Governos Federais –, sem nenhuma alternativa de buscar o desenvolvimento, de construir suas vidas e, acima de tudo, de ter melhores condições de vida.

Peço a cada membro deste Parlamento que se debruce sobre este relatório e busque uma saída para o bem do Estado do Pará. Assim, todo aquele povo poderá ter seu sonho de melhores condições de vida realizado.

Acima de tudo, peço a cada brasileiro, principalmente do meu Estado, que é uma síntese do Brasil – onde há pessoas de todos os Estados brasileiros, principalmente na Rodovia Transamazônica e na Santarém/Cuiabá –, que nos ajudem a retomar as obras do PAC daquelas duas importantes rodovias, uma vez que já temos consignados, e aprovados no Orçamento da União, 90 milhões de reais para fazer face a essa despesa.

Espero que os que desviaram recursos, fizeram falcatruas tenham uma punição por parte do Poder Judiciário, uma vez que o Estado está sendo prejudicado em duas obras do PAC em que foi contemplado.

Sr. Presidente, agradeço a paciência a V.Exa., às Deputadas e aos Deputados. Portanto, peço providências para que mais de 1 milhão de pessoas não fiquem à própria sorte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Armando Abílio, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTB.

O SR. ARMANDO ABÍLIO (PTB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao chegar aqui tive a oportunidade de apartear o nobre Deputado Mauro Benevides, quando registrei minha preocupação com a necessidade da aprovação da reforma política.

Sr. Presidente, V.Exa. é testemunha: ou aprovamos uma reforma política ou não iremos ter condição de resolver determinadas distorções. Refiro-me, por exemplo, ao financiamento público de campanha, para permitir que os candidatos não participem de uma disputa desigual. Esse item, financiamento público, Deputado Domingos Dutra, precisa ser aprovado.

Outro item que também precisa ser aprovado é a extinção do instituto da reeleição. Tenho dito isso, repetido várias vezes e vou continuar repetindo. Os

Prefeitos, por exemplo, hoje podem exercer o mandato por 8 anos.

O que acontece? De 4 em 4 anos, faz-se uma pausa em que se pergunta à população se o Prefeito deve ou não continuar.

Na Paraíba, Deputado Rômulo Gouveia, quase 75% – estou falando em quase 75% – dos Prefeitos que participaram da reeleição foram reeleitos.

Conheço um deles. Particpei inclusive da campanha, claro que do outro palanque, no palanque adversário. O Prefeito não pagava o servidor público há 4 meses. Ou seja, não merecia o respeito do servidor público. Contudo, em função das ferramentas de que dispunha como Prefeito, conseguiu a reeleição. Inclusive alguns deles, mesmo fazendo parte de partidos da Oposição, amedrontavam a população, principalmente a pobre. A Prefeitura, a quem cabe cadastrar os interessados no Bolsa-Família, pressiona dizendo que aquele que não votar terá de sair programa.

Então, ou nós aqui, no Congresso Nacional, comecemos a debater a respeito da reforma política, ou nós, eu já disse e volto a repetir, iremos ver todas essas cadeiras ocupadas por empresários. Digo isso porque hoje o que difere uma campanha da outra é exatamente a utilização de instrumentos do Poder Público.

Deixo aqui portanto, primeiramente, um agradecimento ao Deputado Rômulo Gouveia. Fez S.Exa. uma campanha simplesmente espetacular em Campina Grande, apresentando propostas e programas. Acredito, este é o meu pensamento e a mesma preocupação, não só do Deputado Rômulo Gouveia, mas dos Deputados do PT, que sempre defenderem a fidelidade partidária e o financiamento público. O PTB da Paraíba aproveita essa ocasião para também deixar registrada a sua preocupação no que diz respeito ao atual modelo das eleições, principalmente das municipais.

Era esta a minha participação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Parabenizo o Deputado Armando Abílio pelo pronunciamento, bem como os que se preocupam com a reforma política neste País.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Concedo a palavra, para uma Comunicação de Liderança, pelo Partido dos Trabalhadores, ao Deputado Nilson Mourão. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. NILSON MOURÃO (PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aproveitar este momento para tecer aqui, no plenário da Casa, alguns comentários sobre as eleições que se realizarão na próxima terça-feira nos Estados Unidos.

Como todos sabemos, no próximo dia 4, o povo norte-americano irá às urnas eleger o seu Presidente da República, que lá é eleito pela via indireta, por intermédio do Colégio Eleitoral, parte pelo Senado, parte pela Câmara dos Deputados, sendo que alguns Estados realizam referendos. Pelo que me consta, mais de 100 referendos serão realizados nessa eleição. Dois Senadores polarizam aquela disputa eleitoral: John McCain, representando os republicanos, e Barack Obama, representando os democratas.

Para nós, que acompanhamos esse processo no Brasil, é um pouco difícil dirimir com clareza a divisão ideológica dos 2 candidatos, qual de fato é o marco claramente separador da campanha de um e de outro.

Como essa campanha se desenrola em meio a crise financeira que estourou nos Estados Unidos, que tem o seu centro nos Estados Unidos, mas que se amplia pelo mundo inteiro, esse fato divide os 2 candidatos. Muito embora tenham propostas bastante semelhantes, o povo norte-americano identifica no Senador Barack Obama uma capacidade de liderança maior para o enfrentamento dessa crise. Além disso, atribuem ao Presidente Bush, e o Senador republicano McCain daria continuidade a essa política, a responsabilidade por essa crise.

Em matéria de política externa, as duas visões muito se aproximam, embora algumas diferenças devam ser mencionadas. O Senador Barack Obama propõe com clareza um debate com Cuba, e sem pré-condições. Já o Senador John McCain não quer discutir com o governo cubano, sobretudo o bloqueio econômico, além de algumas diferenças sobre o Oriente Médio.

Apesar disso, Sr. Presidente, entendo que as eleições norte-americanas trazem uma grande novidade: um homem da raça negra, de origem africana, filho de muçulmano, com o nome de Barack Obama, portanto claramente vinculado às tradições árabes, disputa a Presidência dos Estados Unidos, um país reconhecidamente racista cujos direitos civis foram conquistados a duras penas, com muitas mortes, muitos sacrifícios. O mártir mais exponencial pela conquista dos direitos civis da população negra é Martin Luther King, e antes e depois dele houve muitos outros. Pois essa população é que apresenta ao povo norte-americano um candidato à presidência da república. Hoje, todas as pesquisas indicam o seu favoritismo.

Do plenário desta Casa quero apenas desejar ao povo dos Estados Unidos, que tem plena autonomia para decidir, numa demonstração de cidadania e democracia, que faça sua escolha, que faça suas apostas.

Tenho o prazer de dizer a este Plenário que me senti muito honrado pelo convite da Embaixada dos Estados Unidos para acompanhar, em nome do Par-

lamento brasileiro, com outros colegas desta Casa, a campanha que se desenrolará na próxima terça-feira. Irei a Washington como observador da Câmara dos Deputados do Brasil nesse importante momento da democracia do povo norte-americano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Domingos Dutra.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo ao Deputado Nilson Mourão uma boa viagem; que S.Exa. traga um “Obaminha” já eleito a partir do dia 4. Também sou um torcedor de Barack Obama por tudo o que sua vitória representará para o mundo.

Quero apenas fazer um breve comunicado. O Programa Luz para Todos é, com certeza, um dos mais importantes do Governo Lula, porque, sob o aspecto econômico, causa forte impacto nas cidades, uma vez que as comunidades beneficiadas compram produtos variados como televisões e geladeiras, além de gerar emprego e renda nessas localidades. Causa também impacto muito grande nas comunidades rurais beneficiadas. Por quê? Porque estanca o êxodo rural, motiva as pessoas a permanecerem mais no campo, possibilitando a criação de novos produtos.

Apesar da importância do programa, ele lamentavelmente está atrasado. O jornal **Folha de S. Paulo**, edição de hoje, noticia que cerca de 200 mil famílias que seriam beneficiadas este ano serão atendidas somente em 2009.

A meta final do Presidente Lula de garantir luz elétrica a todas as famílias rurais dificilmente será atingida, ficará para o próximo Presidente da República, levando-nos a uma grande preocupação, porque não sabemos se terá o mesmo compromisso.

Trinta aldeias das nações gavião e guajajara, no Maranhão, obstruíram a BR em protesto ao atraso da implantação do Programa Luz para Todos.

Deixo aqui meu lamento e apelo às autoridades e a esperança para que todos se mobilizem. O Ministro Edison Lobão é do Maranhão e conhece a realidade das Regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, onde esse programa tem um impacto mais forte do que nas outras. Espero que S.Exa. coloque este programa como prioritário, de tal forma que as metas sejam atingidas nos prazos estabelecidos pelo Presidente Lula, e o Maranhão, que tem o maior índice de exclusão do Brasil, seja priorizado para sair do estado de pobreza e abandono e ter esperança de viver melhor.

Aqui fica minha solidariedade aos índios gavião e guajajara, em Amarante, Maranhão, que obstruíram a BR para protestar contra o atraso da instalação des-

se programa, mas, sobretudo, para exigir do Governo que atenda suas necessidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – A Mesa cumprimenta o grupo da Universidade Católica Dom Bosco, de Campo Grande, Mato Grosso, que visita esta Casa.

Associo-me ao Deputado Domingos Dutra quando fala da importância do Luz para Todos. Na Paraíba, o programa conta com a participação de 50% do Governo Federal, 25% do Governo Estadual e 25% das empresas. É importante priorizá-lo, especialmente em regiões que precisam. A Paraíba tem demandas.

Estamos aguardando o encerramento da sessão do Senado Federal para dar início à sessão conjunta do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Vai-se passar ao horário de

VII – COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Não há oradores inscritos.

VIII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, lembrando que amanhã, sexta-feira, dia 31, às 15h, haverá sessão solene em homenagem à Associação Evangélica Billy Graham.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) –

COMPARECEM MAIS OS SRS.:

RORAIMA

Angela Portela PT
Luciano Castro PR
Total de Roraima: 2

AMAPÁ

Dalva Figueiredo PT
Evandro Milhomen PCdoB PsbPdtPCdoBPmnPrb
Fátima Pelaes PMDB PmdbPtc
Janete Capiberibe PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
Jurandil Juarez PMDB PmdbPtc
Sebastião Bala Rocha PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
Total de Amapá: 6

PARÁ

Giovanni Queiroz PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
Lira Maia DEM
Zequinha Marinho PMDB PmdbPtc
Total de Pará: 3

AMAZONAS

Ronaldo Leite PHS

Silas Câmara PSC
Total de Amazonas: 2

RONDÔNIA

Anselmo de Jesus PT
 Marinha Raupp PMDB PmdbPtc
Total de Rondônia: 2

ACRE

Flaviano Melo PMDB PmdbPtc
 Gladson Cameli PP
 Henrique Afonso PT
 Ilderlei Cordeiro PPS
Total de Acre: 4

TOCANTINS

Eduardo Gomes PSDB
 João Oliveira DEM
 Laurez Moreira PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Nilmar Ruiz DEM
 Osvaldo Reis PMDB PmdbPtc
 Vicentinho Alves PR
Total de Tocantins: 6

MARANHÃO

Clóvis Fecury DEM
 Davi Alves Silva Júnior PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Domingos Dutra PT
 Gastão Vieira PMDB PmdbPtc
 Nice Lobão DEM
 Roberto Rocha PSDB
Total de Maranhão: 6

CEARÁ

Ariosto Holanda PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Eugênio Rabelo PP
 Eunício Oliveira PMDB PmdbPtc
 Gorete Pereira PR
Total de Ceará: 4

PIAUI

Alberto Silva PMDB PmdbPtc
 Marcelo Castro PMDB PmdbPtc
 Paes Landim PTB
Total de Piauí: 3

RIO GRANDE DO NORTE

Betinho Rosado DEM
 Felipe Maia DEM
 João Maia PR
Total de Rio Grande do Norte: 3

PARAÍBA

Armando Abílio PTB

Rômulo Gouveia PSDB
 Walter Brito Neto PRB PsbPdtPCdoBPmnPrb
Total de Paraíba: 3

PERNAMBUCO

Bruno Araújo PSDB
 Bruno Rodrigues PSDB
 Carlos Eduardo Cadoca PSC
 Eduardo da Fonte PP
 Marcos Antonio PRB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Maurício Rands PT
 Paulo Rubem Santiago PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Raul Jungmann PPS
 Renildo Calheiros PCdoB PsbPdtPCdoBPmnPrb
Total de Pernambuco: 9

ALAGOAS

Augusto Farias PTB
 Benedito de Lira PP
 Cristiano Matheus PMDB PmdbPtc
 Francisco Tenorio PMN PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Givaldo Carimbão PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Maurício Quintella Lessa PR
 Olavo Calheiros PMDB PmdbPtc
Total de Alagoas: 7

SERGIPE

Eduardo Amorim PSC
 Laercio Oliveira PSDB
Total de Sergipe: 2

BAHIA

João Almeida PSDB
 João Carlos Bacelar PR
 José Carlos Aleluia DEM
 Lídice da Mata PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Nelson Pellegrino PT
 Roberto Britto PP
 Sérgio Brito PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Severiano Alves PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Uldurico Pinto PMN PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Walter Pinheiro PT
 Zezéu Ribeiro PT
Total de Bahia: 11

MINAS GERAIS

Elismar Prado PT
 Fernando Diniz PMDB PmdbPtc
 George Hilton PP
 Gilmar Machado PT
 Humberto Souto PPS
 Jaime Martins PR
 José Fernando Aparecido de Oliveira PV
 José Santana de Vasconcellos PR

Miguel Corrêa PT
Narcio Rodrigues PSDB
Odair Cunha PT
Virgílio Guimarães PT

Total de Minas Gerais: 12

ESPÍRITO SANTO

Jurandy Loureiro PSC
Luiz Paulo Vellozo Lucas PSDB
Manato PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
Neucimar Fraga PR
Rita Camata PMDB PmdbPtc
Rose de Freitas PMDB PmdbPtc
Sueli Vidigal PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb

Total de Espírito Santo: 7

RIO DE JANEIRO

Alexandre Santos PMDB PmdbPtc
Ayrton Xerez DEM
Briçola Neto PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
Chico Alencar PSOL
Chico D'Angelo PT
Edson Ezequiel PMDB PmdbPtc
Eduardo Cunha PMDB PmdbPtc
Felipe Bornier PHS
Filipe Pereira PSC
Leandro Sampaio PPS
Léo Vivas PRB PsbPdtPCdoBPmnPrb
Marcelo Itagiba PMDB PmdbPtc
Miro Teixeira PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
Otavio Leite PSDB
Vinicius Carvalho PTdoB

Total de Rio de Janeiro: 15

SÃO PAULO

Abelardo Camarinha PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
Aldo Rebelo PCdoB PsbPdtPCdoBPmnPrb
Aline Corrêa PP
Arnaldo Jardim PPS
Cândido Vaccarezza PT
Carlos Sampaio PSDB
Carlos Zarattini PT
Celso Russomanno PP
Clodovil Hernandez PR
Janete Rocha Pietá PT
João Paulo Cunha PT
José Aníbal PSDB
José Eduardo Cardozo PT
Luciana Costa PR
Luiza Erundina PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
Michel Temer PMDB PmdbPtc
Paulo Cesar de Oliveira Lima PMDB PmdbPtc
Vanderlei Macris PSDB

Total de São Paulo: 18

MATO GROSSO

Carlos Abicalil PT

Total de Mato Grosso: 1

DISTRITO FEDERAL

Magela PT
Osório Adriano DEM

Total de Distrito Federal: 2

GOIÁS

João Campos PSDB
Luiz Bittencourt PMDB PmdbPtc
Pedro Chaves PMDB PmdbPtc
Sandro Mabel PR

Total de Goiás: 4

MATO GROSSO DO SUL

Antônio Carlos Biffi PT
Waldemir Moka PMDB PmdbPtc

Total de Mato Grosso do Sul: 2

PARANÁ

Assis do Couto PT
Cezar Silvestri PPS
Giacobo PR
Hermes Parcianello PMDB PmdbPtc
Rodrigo Rocha Loures PMDB PmdbPtc

Total de Paraná: 5

SANTA CATARINA

Carlito Meres PT
Décio Lima PT
Fernando Coruja PPS
João Matos PMDB PmdbPtc
João Pizzolatti PP

Total de Santa Catarina: 5

RIO GRANDE DO SUL

Darcísio Perondi PMDB PmdbPtc
Enio Bacci PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
Nelson Proença PPS
Pepe Vargas PT
Pompeo de Mattos PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
Wilson Covatti PP

Total de Rio Grande do Sul: 6

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:

RORAIMA

Edio Lopes PMDB PmdbPtc
Marcio Junqueira DEM
Neudo Campos PP
Urzeni Rocha PSDB

Total de Roraima: 4

AMAPÁ

Davi Alcolumbre DEM

Total de Amapá: 1**PARÁ**

Jader Barbalho PMDB PmdbPtc

Total de Pará: 1**AMAZONAS**

Marcelo Serafim PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Total de Amazonas: 1**RONDÔNIA**

Ernandes Amorim PTB

Moreira Mendes PPS

Total de Rondônia: 2**MARANHÃO**

Flávio Dino PCdoB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Ribamar Alves PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Sarney Filho PV

Total de Maranhão: 3**CEARÁ**

Aníbal Gomes PMDB PmdbPtc

Ciro Gomes PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Paulo Henrique Lustosa PMDB PmdbPtc

Vicente Arruda PR

Total de Ceará: 4**PIAUI**

Ciro Nogueira PP

Mussa Demes DEM

Total de Piauí: 2**RIO GRANDE DO NORTE**

Henrique Eduardo Alves PMDB PmdbPtc

Total de Rio Grande do Norte: 1**PARAÍBA**

Marcondes Gadelha PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Wellington Roberto PR

Wilson Braga PMDB PmdbPtc

Wilson Santiago PMDB PmdbPtc

Total de Paraíba: 4**PERNAMBUCO**

Ana Arraes PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Armando Monteiro PTB

Carlos Wilson PT

Fernando Ferro PT

José Chaves PTB

Raul Henry PMDB PmdbPtc

Total de Pernambuco: 6**ALAGOAS**

Joaquim Beltrão PMDB PmdbPtc

Total de Alagoas: 1**SERGIPE**

Pedro Valadares DEM

Total de Sergipe: 1**BAHIA**

Daniel Almeida PCdoB PsbPdtPCdoBPmnPrb

Edson Duarte PV

Fernando de Fabinho DEM

Jorge Khoury DEM

Jusmari Oliveira PR

Marcos Medrado PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb

Maurício Trindade PR

Tonha Magalhães PR

Total de Bahia: 8**MINAS GERAIS**

Alexandre Silveira PPS

Antônio Roberto PV

Bonifácio de Andrada PSDB

Edmar Moreira DEM

Geraldo Thadeu PPS

Leonardo Quintão PMDB PmdbPtc

Miguel Martini PHS

Paulo Abi-Ackel PSDB

Paulo Piau PMDB PmdbPtc

Rodrigo de Castro PSDB

Saraiva Felipe PMDB PmdbPtc

Total de Minas Gerais: 11**ESPÍRITO SANTO**

Irihy Lopes PT

Lelo Coimbra PMDB PmdbPtc

Total de Espírito Santo: 2**RIO DE JANEIRO**

Arnaldo Vianna PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb

Bernardo Ariston PMDB PmdbPtc

Fernando Gabeira PV

Nelson Bornier PMDB PmdbPtc

Pastor Manoel Ferreira PTB

Rodrigo Maia DEM

Sandro Matos PR

Solange Almeida PMDB PmdbPtc

Solange Amaral DEM

Suely PR

Total de Rio de Janeiro: 10**SÃO PAULO**

Antonio Carlos Mendes Thame PSDB

Antonio Carlos Pannunzio PSDB

Cláudio Magrão PPS
 Dr. Pinotti DEM
 Frank Aguiar PTB
 Jilmar Tatto PT
 Julio Semeghini PSDB
 Paulo Maluf PP
 Reinaldo Nogueira PDT PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Ricardo Tripoli PSDB
 Vadão Gomes PP
Total de São Paulo: 11

MATO GROSSO

Wellington Fagundes PR
Total de Mato Grosso: 1

DISTRITO FEDERAL

Laerte Bessa PMDB PmdbPtc
Total de Distrito Federal: 1

GOIÁS

Jovair Arantes PTB
 Leandro Vilela PMDB PmdbPtc
 Rubens Otoni PT
 Sandes Júnior PP
Total de Goiás: 4

MATO GROSSO DO SUL

Nelson Trad PMDB PmdbPtc
Total de Mato Grosso do Sul: 1

PARANÁ

Abelardo Lupion DEM
 Andre Vargas PT
 Chico da Princesa PR
 Dr. Rosinha PT
 Marcelo Almeida PMDB PmdbPtc
 Moacir Micheletto PMDB PmdbPtc
 Odílio Balbinotti PMDB PmdbPtc
 Ratinho Junior PSC
Total de Paraná: 8

SANTA CATARINA

Djalma Berger PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Edinho Bez PMDB PmdbPtc
 Gervásio Silva PSDB
 Nelson Goetten PR
 Vignatti PT
Total de Santa Catarina: 5

RIO GRANDE DO SUL

Adão Pretto PT
 Beto Albuquerque PSB PsbPdtPCdoBPmnPrb
 Cezar Schirmer PMDB PmdbPtc
 Eliseu Padilha PMDB PmdbPtc

Henrique Fontana PT
 Ibsen Pinheiro PMDB PmdbPtc
 José Otávio Germano PP
 Luciana Genro PSOL
 Luiz Carlos Busato PTB
 Marco Maia PT
 Onyx Lorenzoni DEM
 Sérgio Moraes PTB
 Tarcísio Zimmermann PT
Total de Rio Grande do Sul: 13

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia) – Encerro a sessão, convocando para amanhã, sexta-feira, dia 31, às 9h. sessão ordinária da Câmara dos Deputados.

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS

I – EMENDAS

II – RECURSOS

1. CONTRA APRECIÇÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO – ART. 24, II, DO RICD

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: art. 58, § 3º, c/c art. 132, § 2º (PARECERES FAVORÁVEIS),

ou com o art. 133 (PARECERES CONTRÁRIOS), todos do RICD.

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (art. 58, § 1º do RICD).

1.1 COM PARECERES FAVORÁVEIS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 196/2007 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Aurora Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 439/2007 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Cachoeira Alta, Estado de Goiás.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 538/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Monte Alegre de Goiás – GO – ADECOM a executar,

pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Monte Alegre de Goiás, Estado de Goiás.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-11-08

Nº 584/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Jardim América de Desenvolvimento e Assistência Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Capão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 586/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária “União e Paz” a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 589/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Três Rios a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cacequi, Estado do Rio Grande do Sul.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 593/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Ecologia e Meio Ambiente de Piranhas – Grupo Ema a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Piranhas, Estado de Goiás.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-11-08

Nº 604/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Albarello & Folle Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Palmitinho, Estado do Rio Grande do Sul.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 605/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Diplomata Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Marcos, Estado do Rio Grande do Sul.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 641/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Sócio Cultural de Jataí (ACONDEJ) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jataí, Estado de Goiás.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-11-08

Nº 649/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto Residencial Rubem Berta a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 650/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza o Conselho Comunitário Todas as Artes – COARTE a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 674/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guaratinga, Estado da Bahia.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-11-08

Nº 691/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Alpha de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Goiânia, Estado de Goiás.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 715/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Empresa Bageense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 739/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Relvado a executar, pelo prazo de dez anos,

sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Relvado, Estado do Rio Grande do Sul.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 752/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Som Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 761/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Estação Plaza Rádio FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ajuricaba, Estado do Rio Grande do Sul.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 762/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à 102,3 FM Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Bonfinópolis, Estado de Goiás.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 765/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Teixeira Carvalho Oliveira de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 770/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à HP"Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Abadia de Goiás, Estado de Goiás.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-11-08

Nº 773/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Rádio RMS Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 774/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à CPR Comunicação Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência

modulada, no município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-11-08

Nº 775/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Rede Elo de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Boa Viagem, Estado do Ceará.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 782/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Beneficente de Comunicação Comunitária Liberdade FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Redenção, Estado do Pará.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 800/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Exitus Sistema de Comunicação Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Rio das Pedras, Estado de São Paulo.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 802/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga autorização à Associação Clube da Rádio Comunitária de Igarapé-Miri para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Igarapé-Miri, Estado do Pará.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 803/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Mombaça a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mombaça, Estado do Ceará.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 811/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Ouriçangas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ouriçangas, Estado da Bahia.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 841/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ABAÍRA FM LTDA. para explorar

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Abaíra, Estado da Bahia.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 845/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente de Itiruçu a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itiruçu, Estado da Bahia.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 846/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Bairro Vila Brasil a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Barreiras, Estado da Bahia.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

PROJETO DE LEI

Nº 1681/1999 (Araldo Faria de Sá) – Regula o exercício da Profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras Providências

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 231/2003 (Bernardo Ariston) – Dispõe sobre a criação de áreas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência (PPDs) e pessoas obesas e dá outras providências.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 5298/2005 (Senado Federal – Osmar Dias) – Inscreve o nome de Ildéfonso Pereira Correia, o Barão de Serro Azul, no Livro dos Heróis da Pátria.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-08

Nº 275/2007 (Ciro Pedrosa) – Estabelece normas de segurança a serem seguidas pelos estabelecimentos que especifica.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 855/2007 (Neilton Mulim) – Institui a Medalha do Mérito Cultural “Roberto Marinho” e dá outras providências.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 968/2007 (Frank Aguiar) – Institui o dia 13 de março, dia da Batalha do Jenipapo, como data histórica no calendário das efemérides nacionais.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 1273/2007 (Alexandre Silveira) – Inclui as vacinas contra meningites pneumocócicas e meningocócicas no Calendário Básico de Vacinação da Criança. **E seus apensados.**

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 5-11-08

Nº 2274/2007 (Dr. Talmir) – Declara DR. ENÉAS CARNEIRO FERREIRA patrono da Eletrocardiografia no Brasil.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 3125/2008 (Senado Federal – Ideli Salvatti) – Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que “aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências”, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o acesso da Rodovia BR-101 ao Aeroporto Regional Sul, no Município de Jaguaruna, no Estado de Santa Catarina.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 3129/2008 (Senado Federal – Jayme Campos) – Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que “aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências”, para modificar o traçado da BR-080.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 5-11-08

1.2 COM PARECERES CONTRÁRIOS

PROJETO DE LEI

Nº 2371/2007 (Ratinho Junior) – Dispõe sobre a instalação de dispositivo de identificação e rastreamento em armas de uso exclusivo das Forças Armadas.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 2815/2008 (Gilmar Machado) – Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre placas de veículos.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 5-11-08

Nº 3038/2008 (Sandes Júnior) – Dispõe sobre a conversão de valores oriundos de multas ambientais em transferências de bens ou prestação de serviços.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 3078/2008 (Lincoln Portela) – Altera a redação do § 3º do art. 280 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a comprovação da infração de trânsito.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 5-11-08

Nº 3169/2008 (Juvenil) – Institui limite mínimo de rendimento de combustível, de qualquer espécie, para o emplacamento e licenciamento de veículos automotores terrestres novos, de qualquer categoria.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 5-11-08

1.3 PROPOSIÇÕES COM TRAMITAÇÃO CONJUNTA QUE RECEBERAM PARECERES FAVORÁVEIS A UMAS E CONTRÁRIOS A OUTRAS, NÃO DIVERGENTES.

PROJETO DE LEI

Nº 7465/2006 (Neyde Aparecida) – Institui o passe livre no transporte coletivo, em todo o território nacional, para os Carteiros e Mensageiros da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

COM PARECER FAVORÁVEL: PL nº 7552/2006, APENSADO.

COM PARECER CONTRÁRIO E PELA INCONSTITUCIONALIDADE E INJURIDICIDADE: PL nº 7465/2006, PRINCIPAL (VIDE ITEM 2.1).

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-08

2. CONTRA PARECER TERMINATIVO DE COMISSÃO – ART. 54 DO RICD C/C ART. 132, § 2º DO RICD

(MATÉRIAS SUJEITAS A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO EM APRECIACÃO PRELIMINAR, NOS TERMOS DO ART.144 DO RICD)

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – PEC: art. 202, § 1º do RICD.

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – DEMAIS PROPOSIÇÕES: art. 58, § 3º, c/c o art. 132, §2º, do RICD.

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (art. 58, § 1º do RICD).

2.1 PELA INCONSTITUCIONALIDADE E/OU INJURIDICIDADE OU INADMISSIBILIDADE

PROJETO DE LEI

Nº 2748/2000 (Alberto Fraga) – Altera a Lei nº 7.289 de 18 de dezembro de 1984, modificada pela Lei nº 7.475 de 13 de maio de 1986 (Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal), modificando o tempo de serviço prestado pelos Policiais Militares Femininos. **E seus apensados.**

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 7465/2006 (Neyde Aparecida) – Institui o passe livre no transporte coletivo, em todo o território nacional, para os Carteiros e Mensageiros da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT. (VIDE ITEM 1.3)

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-08

Nº 1293/2007 (Senado Federal-Cristovam Buarque) – Acrescenta o art. 67-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para determinar que as mudanças de lotação e remanejamento de professores da rede pública de ensino sejam efetivadas antes do início do ano letivo.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-11-08

2.2 PELA INADEQUAÇÃO FINANCEIRA E/OU ORÇAMENTÁRIA

PROJETO DE LEI

Nº 2675/2000 (Senado Federal – Moreira Mendes) – Altera o art. 1º da Lei nº 9.092, de 12 de setembro de 1995, dispondo sobre a destinação de recursos da

Loteria Esportiva Federal a entidades de assistência à pessoa portadora de deficiência. E seus apensados.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-11-08

Nº 4316/2001 (Senado Federal – Paulo Hartung) – Altera o **caput** do art. 2º do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, atualizando o conceito de terrenos de marinha. **E seus apensados.**

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 5384/2001 (Aloizio Mercadante) – Dispõe sobre a cobrança de taxas de inscrições em vestibulares. **E seus apensados.**

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 3654/2004 (Antonio Carlos Mendes Thame) – Altera o inciso III do art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-11-08

Nº 7599/2006 (Carlos Souza) – Dispõe sobre a indenização devida pela prestação jurisdicional em prazo não razoável, institui Fundos de Garantia da Prestação Jurisdicional Tempestiva e altera o art. 20 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil – CPC, alterado pela Lei nº 6.355, de 1976.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-11-08

Nº 685/2007 (Vital do Rêgo Filho) – Dispõe sobre incentivos a empresas que contratarem detentos do regime semi-aberto ou egressos do sistema prisional.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-11-08

Nº 1154/2007 (Valdir Colatto) – Prevê o pagamento de juros de mora para os benefícios previdenciários pagos com atraso e estabelece prazo máximo para o Conselho de Recursos da Previdência Social proferir decisão final.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-11-08

3. CONTRA DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE – ART. 164, § 2º, DO RICD

(SUJEITO A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO, APÓS OUVIDA A CCJC, NOS TERMOS DO ART. 164, §§ 2º e 3º DO RICD)

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (Art. 164, § 2º, do RICD).

PROJETO DE LEI

Nº 4975/2001 (Telma de Souza) – Altera os artigos 2º, 4º e 5º da Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001 e dá outras providências.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 5345/2001 (Cabo Júlio) – Altera o art. 2º, inciso II, e o art. 4º, caput, da Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, que institui o Programa de Renda Mínima vinculada à educação – “Bolsa Escola”, para criar incentivo e guarda e responsabilidade de crianças carentes.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 5742/2001 (Rita Camata) – Altera dispositivos da Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, que cria o programa de Renda Mínima vinculada à educação – “Bolsa Escola”, e dá outras providências.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

4. DEVOLVIDO(S) AO(S) AUTOR(ES)

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – RCP: art. 35, §§ 1º e 2º, do RICD.

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – DEMAIS PROPOSIÇÕES: art. 137, § 1º, do RICD.

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: 5 sessões.

PROJETO DE LEI

Nº 4083/2008 (Ernandes Amorim) – Dispõe sobre a desconstituição do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, e das Florestas Nacionais do Jamari e do Bom Futuro.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Nº 4113/2008 (Laercio Oliveira) – Promove alterações no texto do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamentou o Pregão Eletrônico.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-08

Nº 4117/2008 (Eduardo Cunha) – Veda a importação de pneus usados, incluídos os reformados e inservíveis.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-11-08

Nº 4119/2008 (Eduardo Cunha) – Estabelece política de organização urbanística e garantia de acessibilidade para deficientes visuais criando a obrigatoriedade da diferenciação de assoalhos próximos aos obstáculos arquitetônicos tais como aparelhos de telefonia pública, também denominado “orelhões”, caixas de correio, lixeiras e travessias de via pública.

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

III – DIVERSOS

1. PRAZO PARA RECEBIMENTO DE SUGESTÕES A PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO: art. 212, § 2º, do RICD (30 dias).

PROJETO DE LEI

Nº 4035/2008 (Arnaldo Jardim) – Consolida a legislação aplicável ao setor de energia elétrica brasileiro. **(Publicado no DCD nº 169, Suplemento, de 15/10/2008 e no DOU de 15/10/2008, Seção 1)**

DECURSO: 18º. DIA

ÚLTIMO DIA: 12-11-08

ARQUIVE-SE, nos termos do artigo 133 do RICD, a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI

Nº 2730/2007 (Senado Federal – Paulo Paim) – Inscreve o nome de João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata, no Livro dos Heróis da Pátria.

E seu apensado: PL nº 2442/2007 (Maria do Rosário).

ARQUIVE-SE, nos termos do § 4º do artigo 164 do RICD, a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI

Nº 362/1999 (Enio Bacci) – Exige contratos em linguagem acessível e tamanho mínimo de letras com corpo 14/16 e dá outras providências.

ORADORES SORTEADOS PARA O GRANDE EXPEDIENTE DO MÊS DE OUTUBRO DE 2008

Dia 31, 6ª-feira

10:00 MIGUEL MARTINI (PHS – MG)
10:25 MARCONDES GADELHA (PSB – PB)
10:50 MAGELA (PT – DF)
11:15 MARCELO SERAFIM (PSB – AM)
11:40 PINTO ITAMARATY (PSDB – MA)

ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES**I – COMISSÕES PERMANENTES**

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

AVISOS**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-08

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 3.983/08 – Do Sr. Acélio Casagrande – que “concede subvenção econômica ao preço

do óleo diesel para os produtores agrícolas do Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF”.

RELATOR: Deputado ADÃO PRETTO.

PROJETO DE LEI Nº 4.006/08 – Do Sr. Max Rosenmann – que “altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), no que diz respeito à área de preservação permanente e à reserva legal”.

RELATOR: Deputado EDUARDO SCIARRA.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 5-11-08

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.995/05 – Do Senado Federal-José Sarney – (PLS nº 107/2004) – que “institui o Plano de Desenvolvimento Regional dos Municípios do Entorno do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Estado do Amapá, e acrescenta § 2º ao art. 13 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981”.

RELATORA: Deputada DALVA FIGUEIREDO.

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 3.890/08 – Da Sra. Rebecca Garcia – que “dispõe sobre alterações no Fundo Especial Para Calamidades Públicas – FUNCAP, de que trata o Decreto-Lei nº 950, de 13 de outubro de 1969”.

RELATOR: Deputado ZEQUINHA MARINHO.

PROJETO DE LEI Nº 3.895/08 – Do Sr. Roberto Rocha – que “altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a conceituar o semi-árido na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene”

RELATOR: Deputado MARCELO CASTRO.

PROJETO DE LEI Nº 4.000/08 – Do Sr. Beto Faro – que “altera o caput do art. 1º, da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001 e dá outras providências”

RELATOR: Deputado GLADSON CAMELI.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-08

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.344/01 – Do Sr. Cabo Júlio – que “modifica a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor, e dá outras providências”, determinando o uso de letras de tamanho similar em todo o texto dos anúncios veiculados pela televisão”. (Apensados: PL nº 3932/2004 e PL nº 4088/2004)

RELATOR: Deputado RATINHO JUNIOR.

PROJETO DE LEI Nº 3.646/08 – Do Sr. Vanderlei Marcris – que “modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para definir regras para a publicidade comercial nas emissoras de televisão”.

RELATOR: Deputado RATINHO JUNIOR.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA (DIA 3-11-08)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 2.646/07 – Do Sr. Walter Brito Neto – que “acrescenta o art. 3º A, à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito”.

RELATOR: Deputado WILSON SANTIAGO.

PROJETO DE LEI Nº 3.281/08 – Do Senado Federal – Eduardo Azeredo – (PLS nº 543/2007) – que “altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para instituir a reciprocidade na concessão de prazos de permanência de estrangeiros no Brasil e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado BERNARDO ARISTON.

PROJETO DE LEI Nº 4.074/08 – Do Sr. Juvenil – que “altera o caput do art. 18 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil”.

RELATOR: Deputado GEORGE HILTON.

PROJETO DE LEI Nº 4.090/08 – Da Sra. Elcione Barbalho – que “resolve o contrato de propriedade fiduciária, quando do desaparecimento ou do perecimento da coisa objeto da avença”.

RELATOR: Deputado REGIS DE OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.152/08 – Do Sr. Laercio Oliveira – que “revoga integralmente a Lei nº 11.382, de 6 de dezembro de 2006, que instituiu a modalidade de penhora por meio eletrônico”.

RELATOR: Deputado JOÃO MAGALHÃES.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO
DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 6-11-08

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 455/99 – Do Sr. Enio Bacci – que “proíbe divulgação na imprensa dos nomes de devedores inadimplentes, antes de sentença judicial e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado FELIPE MAIA.

PROJETO DE LEI Nº 7.077/02 – Do Senado Federal – MOREIRA MENDES – (PLS nº 77/2002) – que “acrescenta o Título VII-A ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), instituindo a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado LUIZ COUTO.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 5-11-08

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 1.718/07 – Do Sr. Geraldo Puddin – que “acrescenta inciso VI ao art. 1º da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, que regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania”.

RELATOR: Deputado BERNARDO ARISTON.

PROJETO DE LEI Nº 3.939/08 – Do Senado Federal – Demóstenes Torres – que “revoga o § 4º do art. 600 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 –

Código de Processo Penal, para não mais permitir que o apelante apresente as razões do recurso de apelação diretamente na instância superior”. (Apensado: PL nº 2633/2007)

RELATOR: Deputado EFRAIM FILHO.

B – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 2.239/07 – Da Sra. Vanessa Graziotin – que “institui o dia 28 de agosto como Dia Nacional em Homenagem a todas às vítimas do regime militar, no período de 1964 a 1985”.

RELATOR: Deputado CHICO LOPES.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 04-11-08

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 2.311/00 – Do Sr. Léo Alcântara – que “obriga os laboratórios farmacêuticos ao fornecimento de medidores de dosagem de medicamentos comercializados no País”. (Apensado: PL nº 2351/2000)

RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-08

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 2.960/04 – Do Sr. Max Rosenmann – que “dispõe sobre o procedimento simplificado de assistência judiciária gratuita nas causas de Direito de Família, institui o Núcleo de Conciliação e a Justiça Volante, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado BERNARDO ARISTON.

PROJETO DE LEI Nº 3.146/04 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “acrescenta parágrafos ao art. 46 da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõe sobre o “Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)”, para fixar valores máximos das contribuições a ela devidas”.

RELATOR: Deputado MICHEL TEMER.

PROJETO DE LEI Nº 378/07 – Do Sr. Paulo Rubem Santiago – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de declaração e comprovação de origem de recursos empregados na constituição de pessoas jurídicas de

direito privado e demais situações que especifica, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA.

PROJETO DE LEI Nº 1.888/07 – Do Sr. Juvenil Alves – que “altera dispositivo da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB”.

RELATOR: Deputado CARLOS WILLIAN.

PROJETO DE LEI Nº 2.008/07 – Do Sr. Carlos Bezerra – que “acrescenta art. 15-A à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB”.

RELATOR: Deputado TADEU FILIPPELLI.

PROJETO DE LEI Nº 3.619/08 – Do Sr. Carlos Bezerra – que “modifica a redação do art. 478 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002)”.

RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.

PROJETO DE LEI Nº 3.633/08 – Do Sr. Bernardo Aris-ton – que “dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995”.

RELATOR: Deputado GERALDO PUDIM.

PROJETO DE LEI Nº 3.743/08 – Do Sr. Paulo Rubem Santiago – que “acrescenta parágrafo único ao art. 201 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil”.

RELATOR: Deputado WOLNEY QUEIROZ.

PROJETO DE LEI Nº 3.761/08 – Do Sr. João Paulo Cunha – que “dá nova redação ao artigo 475 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, de modo a vedar a execução provisória de sentenças de primeira instância em que haja recurso pendente, quando o executado for entidade sem fins lucrativos, fundação, partido político, sindicato e central sindical.”

RELATOR: Deputado JOSÉ GENOÍNO.

PROJETO DE LEI Nº 3.789/08 – Do Sr. Regis de Oliveira – que “dá nova redação ao art. 612 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal”.

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES.

PROJETO DE LEI Nº 3.813/08 – Do Sr. Cleber Verde – que “dá nova redação ao inciso V do art. 267 do Código de Processo Civil”.

RELATOR: Deputado REGIS DE OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 3.912/08 – Do Sr. Bernardo Aris-ton – que “acrescenta dispositivo ao artigo 312 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal”.

RELATOR: Deputado GERALDO PUDIM.

PROJETO DE LEI Nº 3.919/08 – Do Senado Federal – Lúcia Vânia – (PLS nº 476/2007) – que “modifica o parágrafo único do art. 100 e a alínea “d” do inciso II do art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para tornar explícita, na hipótese de acidente de aeronaves, a possibilidade de o autor ajuizar a ação de reparação de dano no foro de seu domicílio”.

RELATOR: Deputado JORGINHO MALULY.

B – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 2.871/04 – Da Sra. Rose de Freitas – que “institui o dia 12 de agosto como o “Dia Nacional de Direitos Humanos””.

RELATOR: Deputado JOÃO MAGALHÃES.

PROJETO DE LEI Nº 2.903/04 – Do Sr. Gonzaga Patriota – que “institui o Dia Nacional do Forrozeiro”.

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES.

PROJETO DE LEI Nº 2.948/04 – Do Sr. Max Rosenmann – que “institui o dia 26 de outubro como o “Dia Nacional do Tropeiro””.

RELATOR: Deputado GONZAGA PATRIOTA.

PROJETO DE LEI Nº 2.958/04 – Do Sr. Walter Pinheiro – que “dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de placas publicitárias de campanha permanente de combate à AIDS e às doenças sexualmente transmissíveis nos banheiros públicos”.

RELATOR: Deputado LUIZ COUTO.

PROJETO DE LEI Nº 2.992/04 – Do Sr. Carlos Santana – que “institui o Dia Nacional do Quilo”.

RELATOR: Deputado GONZAGA PATRIOTA.

PROJETO DE LEI Nº 3.040/04 – Do Senado Federal – Aelton Freitas – (PLS nº 371/2003) – que “denomina “Chico Xavier” o trecho da rodovia BR-050, entre a divisa dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e a divisa dos Municípios de Uberaba com Uberlândia, em Minas Gerais”.

RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA.

PROJETO DE LEI Nº 3.086/04 – Do Sr. Luis Carlos Heinze – que “determina a inclusão de dado referente à capacidade máxima de tração do veículo em seu Certificado de Licenciamento Anual”.

RELATOR: Deputado HUGO LEAL.

PROJETO DE LEI Nº 3.141/04 – Do Sr. Neucimar Fraga – que “veda a exigência de estatura mínima para ingresso nas carreiras do serviço público da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.

PROJETO DE LEI Nº 3.242/04 – Do Sr. Eduardo Valverde – que “acrescenta os Incisos X e XI no art. 1º da Lei Ordinária nº 8.313, de 1991”.

RELATOR: Deputado MOREIRA MENDES.

PROJETO DE LEI Nº 4.872/05 – Do Sr. Eduardo Gomes – que “institui o ano de 2006 como “Ano da Cultura Popular””.

RELATOR: Deputado GONZAGA PATRIOTA.

PROJETO DE LEI Nº 5.805/05 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “define “pequeno empresário”, institui o “empresário individual de responsabilidade limitada” e estabelece normas para o tratamento favorecido das microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos dos arts. 170, IX, e 179 da Constituição Federal, e 970 e 1.179, § 2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002”.

RELATOR: Deputado FÁBIO RAMALHO.

PROJETO DE LEI Nº 1.056/07 – Do Sr. Eliene Lima – que “altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Agrícola, para que sejam concedidos incentivos especiais ao proprietário rural que desenvolver projetos de pecuária intensiva associados ao cultivo de lavouras destinadas à produção de biocombustível”.

RELATOR: Deputado LEONARDO PICCIANI.

PROJETO DE LEI Nº 1.180/07 – Do Sr. Rodovalho – que “dispõe sobre política nacional de incentivo à cultura do bambu e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado JOÃO MAGALHÃES.

PROJETO DE LEI Nº 2.071/07 – Do Senado Federal-Senador Paulo Paim – (PLS nº 225/2007) – que “institui o ano de 2008 como Ano Nacional dos 120 anos de abolição não conclusa”.

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES.

PROJETO DE LEI Nº 2.514/07 – Do Senado Federal – Renato Casagrande – (PLS nº 282/2007) – que “denomina “Rodovia Prefeito João Eutrópio” o trecho da Rodovia BR-484 situado entre a sede do Município de Afonso Cláudio e seu Distrito de Serra Pelada, no Estado do Espírito Santo”.

RELATOR: Deputado NEUCIMAR FRAGA.

PROJETO DE LEI Nº 2.606/07 – Do Sr. Pepe Vargas – que “confere ao município de Ipê, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de “Capital Nacional da Agricultura Ecológica””.

RELATOR: Deputado MARCELO ORTIZ.

PROJETO DE LEI Nº 2.769/08 – Do Sr. Fábio Souto – que “altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o transporte de crianças”.

RELATOR: Deputado HUGO LEAL.

PROJETO DE LEI Nº 2.792/08 – Do Sr. Alex Canziani – que “denomina “Campus Milton Geraldo Lampe” o campus de Apucarana, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná”.

RELATOR: Deputado RICARDO BARROS.

PROJETO DE LEI Nº 2.873/08 – Do Sr. Rômulo Gouveia – que “denomina “Viaduto Vice-Governador Raymundo Yasbeck Asfora” o viaduto localizado na BR-101, Km-89, trecho compreendido entre a Alça Oeste – Acesso Ferrorodoviário e o Viaduto de Oitizeiro, em João Pessoa, Estado da Paraíba”.

RELATOR: Deputado VITAL DO RÊGO FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 2.961/08 – Da Sra. Sandra Rosado – que “inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 1º de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica”.

RELATOR: Deputado FELIPE MAIA.

PROJETO DE LEI Nº 3.074/08 – Do Sr. Antônio Andrade – que “denomina “Rodovia Juscelino Kubitschek” o trecho da BR-040 entre Brasília, Capital Federal, e Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais”.

RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA.

PROJETO DE LEI Nº 3.086/08 – Da Sra. Cida Diogo – que “institui o dia 26 de junho como Dia Nacional da Consciência do 1º voto e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado EFRAIM FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 3.165/08 – Do Sr. José Otávio Germano – que “denomina Viaduto Deputado Federal Júlio Redecker localizado no km 243 da BR 116, no Município de São Leopoldo/RS”.

RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO.

PROJETO DE LEI Nº 3.176/08 – Do Sr. Rodovalho – que “institui o Dia Nacional de Combate e Prevenção a Trombose”.

RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.

PROJETO DE LEI Nº 3.195/08 – Do Sr. Wellington Fagundes – que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres, os Portos de Barra do Garças, Araguaiana, Cocalinho, Luciara, São Félix do Araguaia e Santa Terezinha, no Estado de Mato Grosso”.

RELATOR: Deputado NELSON TRAD.

PROJETO DE LEI Nº 3.284/08 – Do Senado Federal – Marcelo Crivela – (PLS nº 55/2005) – que “dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado BETO ALBUQUERQUE.

PROJETO DE LEI Nº 3.373/08 – Do Sr. Guilherme Campos – que “institui o Dia Nacional das Hemoglobinopatias”.

RELATOR: Deputado FERNANDO CORUJA.

PROJETO DE LEI Nº 3.428/08 – Do Poder Executivo – (AV nº 287/2008) – que “dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e à Fundação Nacional do Índio – FUNAI”.

RELATOR: Deputado LUIZ COUTO.

PROJETO DE LEI Nº 3.566/08 – Da Sra. Luciana Costa – que “confere ao Município de Barretos, no Estado de São Paulo, o Título de Capital Nacional do Rodeio”.

RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA.

PROJETO DE LEI Nº 3.567/08 – Do Sr. João Paulo Cunha – que “institui o Dia Nacional da Defesa Civil”.

RELATOR: Deputado LUIZ COUTO.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 2.566/00 – Do Sr. Nilson Mourão – que “acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente”. (Apensado: PL nº 3611/2000)

RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO.

B – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 2.501/92 – Do Poder Executivo – (MSC 48/1992) – que “dispõe sobre a Política Nacional de Energia Nuclear”.

RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA.

PROJETO DE LEI Nº 3.279/00 – Do Sr. De Velasco – que “acrescenta § 2º ao art. 80 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro”. (Apensado: PL nº 3485/2000)

RELATOR: Deputado HUGO LEAL.

PROJETO DE LEI Nº 6.145/02 – Do Sr. Simão Sessim – que “altera a redação do art. 1º da Lei nº 5.970, de 11 de dezembro de 1973 – objetivo de ajustar à nova legislação de trânsito do País”.

RELATOR: Deputado HUGO LEAL.

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 1.914/99 – Do Senado Federal – Romero Jucá – (PLS nº 67/1999) – que “cria selo a ser fixado nos produtos que especifica e dá outras providências”. (Apensado: PL nº 2975/2000)

RELATOR: Deputado GERALDO PUDIM.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 6-11-08

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 3.876/97 – Do Sr. Paulo Rocha – que “altera o art. 66 da Lei nº 9.503, de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro”. (Apensados: PL nº 837/1999, PL nº 4889/1999 e PL nº 389/1999 (Apensado: PL nº 1757/1999))

RELATOR: Deputado BARBOSA NETO.

PROJETO DE LEI Nº 4.079/08 – Do Sr. Walter Brito Neto – que “acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, vedando a cobrança de taxa de religação ou de restabelecimento de serviço público cuja prestação tenha sido interrompida”.

RELATOR: Deputado JÚLIO DELGADO.

PROJETO DE LEI Nº 4.120/08 – Do Sr. Gilmar Machado – que “altera a Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 2003, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências”.

RELATORA: Deputada LUCIANA COSTA.

PROJETO DE LEI Nº 4.146/08 – Do Sr. Eliene Lima – que “dispõe sobre a alteração dos modelos de veículos automotores produzidos pelas montadoras e fabricantes instalados no País”.

RELATOR: Deputado JEFFERSON CAMPOS.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-08

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 714/07 – Do Sr. Deley – que “estabelece a obrigatoriedade de advertência na em-

balagem e na bula de medicamentos da existência de substâncias consideradas “doping” no esporte”.

RELATOR: Deputado BARBOSA NETO.

PROJETO DE LEI Nº 3.562/08 – Do Sr. Filipe Pereira – que “altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado JOÃO CARLOS BACELAR.

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.533/07 – Do Sr. Gonzaga Patriota – que “estabelece a obrigatoriedade de prova de regularidade fiscal às empresas que pretenderem restringir o cadastro de seus clientes em órgãos como o Serviço de Proteção ao Crédito – SPC – e a Sersa S/A”.

RELATOR: Deputado VINICIUS CARVALHO.

PROJETO DE LEI Nº 2.496/07 – Do Sr. Vital do Rêgo Filho – que “acrescenta parágrafo único ao art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, “que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, para estabelecer que a reparação de danos morais deve atender cumulativamente à função punitiva e à função compensatória da indenização”.

RELATOR: Deputado JÚLIO DELGADO.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 6-11-08

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.699/05 – Do Sr. Celso Ruscimanno – que “altera os arts. 7º, 13 e 15 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que, primordialmente, dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União”.

RELATOR: Deputado JOSÉ AIRTON CIRILO.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 6-11-08

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.238/08 – Do Senado Federal – Sérgio Zambiasi – (PLS nº 604/2007) – que “altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir, no art. 18, § 3º, alínea “c”, a doação e patrocínio para a música regional”. (Apensado: PL nº 2948/2008)

RELATOR: Deputado ELISMAR PRADO.

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 3.436/08 – Do Sr. Ivan Valente – que “declara como Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Brasil o rio Ribeira de Iguape e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado LOBBE NETO.

PROJETO DE LEI Nº 2.725/07 – Do Senado Federal – João Vicente Claudino – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Gurguéia (UVG), com sede na cidade de Bom Jesus, por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI), e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado ALEX CANZIANI.

PROJETO DE LEI Nº 3.782/08 – Do Sr. Max Rosenmann – que “institui o Programa Nacional de Residência Técnica a ser denominado “O Caminho do Primeiro Emprego””.

RELATORA: Deputada FÁTIMA BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 3.788/08 – Da Sra. Rebecca Garcia – que “acrescenta o § 6º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a Educação Ambiental como componente curricular obrigatório nos currículos do ensino fundamental e médio”.

RELATOR: Deputado LIRA MAIA.

PROJETO DE LEI Nº 3.798/08 – Do Sr. Valdir Colatto – que “altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES”. (Apensado: PL nº 4134/2008)

RELATOR: Deputado WALTER BRITO NETO.

PROJETO DE LEI Nº 3.818/08 – Do Sr. Flaviano Melo – que “determina a utilização de salas das escolas da rede de ensino público, para cursos pré-vestibulares comunitários, nas condições que menciona e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado FRANK AGUIAR.

PROJETO DE LEI Nº 3.845/08 – Do Senado Federal – Ideli Salvatti – (PLS nº 95/2008) – que “autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus (FNDM)”.

RELATOR: Deputado FRANK AGUIAR.

PROJETO DE LEI Nº 3.862/08 – Do Sr. William Woo – que “institui o Dia Nacional do Profissional de Segurança Privada”.

RELATOR: Deputado PROFESSOR SETIMO.

PROJETO DE LEI Nº 3.877/08 – Do Sr. Rogerio Lisboa – que “dispõe sobre a oferta de Educação Profissional Técnica integrada ao Ensino Médio”.

RELATOR: Deputado ALEX CANZIANI.

PROJETO DE LEI Nº 3.904/08 – Da Sra. Sueli Vidigal – que “acrescenta inciso IX ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatória a apresentação da caderneta de saúde da criança para efetivar matrícula na educação infantil”.

RELATOR: Deputado DR. UBIALI.

PROJETO DE LEI Nº 3.905/08 – Do Sr. Leandro Sampaio – que “institui o Dia Nacional de Valorização da Família”.

RELATOR: Deputado FRANK AGUIAR.

PROJETO DE LEI Nº 3.907/08 – Do Sr. Manoel Junior – que “institui o dia 23 de Fevereiro como o Dia Nacional do Movimento Municipalista Brasileiro”.

RELATOR: Deputado FRANK AGUIAR.

PROJETO DE LEI Nº 3.909/08 – Do Senado Federal – Serys Shessarenko – (PLS nº 294/2007) – que “inscreve o nome de Ana Néri no “Livro dos Heróis da Pátria””.

RELATORA: Deputada ALICE PORTUGAL.

PROJETO DE LEI Nº 3.910/08 – Do Senado Federal – Paulo Duque – (PLS nº 733/2007) – que “dispõe sobre a criação do “Dia Nacional do Arqueólogo””.

RELATOR: Deputado FRANK AGUIAR.

PROJETO DE LEI Nº 3.916/08 – Do Senado Federal – Gerson Camata – (PLS nº 44/2008) – que “estabelece 2009 como o “Ano da Educação Profissional e Tecnológica” e o dia 23 de setembro como o “Dia Nacional dos Profissionais de Nível Técnico””.

RELATOR: Deputado LELO COIMBRA.

PROJETO DE LEI Nº 3.917/08 – Do Senado Federal – Expedito Júnior – (PLS nº 11/2008) – que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o fim de incentivar a abertura das escolas públicas nos finais de semana, feriados e períodos de recesso, para a oferta de atividades culturais, esportivas, de lazer e de reforço escolar, bem como acrescenta dispositivo à Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, com o propósito de ampliar o alcance do Programa Nacional de Alimentação Escolar”.

RELATOR: Deputado FRANK AGUIAR.

PROJETO DE LEI Nº 3.940/08 – Do Senado Federal-Paulo Paim – (PLS nº 588/2008) – que “dispõe sobre a instituição do “Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes””.

RELATOR: Deputado LELO COIMBRA.

PROJETO DE LEI Nº 3.942/08 – Do Senado Federal-Antônio Carlos Valadares – (PLS nº 640/2008) – que “institui o dia 10 de dezembro como o “Dia da Inclusão Social””.

RELATOR: Deputado FRANK AGUIAR.

PROJETO DE LEI Nº 3.951/08 – Do Poder Executivo – que “cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria quatrocentos e vinte e cinco cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado ANGELO VANHONI.

PROJETO DE LEI Nº 3.971/08 – Da Sra. Angela Amin – que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional””.

RELATOR: Deputado GASTÃO VIEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 3.975/08 – Do Sr. José Santana de Vasconcellos – que “institui o “Dia Nacional da Silvicultura””.

RELATOR: Deputado ÁTILA LIRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.017/08 – Da Sra. Sueli Vidigal – que “inclui, na grade complementar do currículo dos ensinos fundamental e médio das escolas públicas, a disciplina de “Informática Básica””.

RELATOR: Deputado IRAN BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 4.040/08 – Do Sr. Ricardo Quirino – que “institui o Prêmio Brasil de Comunicação Pública”.

RELATOR: Deputado LELO COIMBRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.041/08 – Do Senado Federal – Marconi Perillo – (PLS nº 85/2007) – que “altera os arts. 1º, 5º, 14 e 16 da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro

de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI e dá outras providências, para permitir a adesão de instituições estaduais e municipais não-gratuitas”. (Apensado: PL nº 686/2007 (Apensados: PL nº 766/2007, PL nº 1588/2007 e PL nº 2489/2007))

RELATOR: Deputado SEVERIANO ALVES.

PROJETO DE LEI Nº 4.044/08 – Do Senado Federal – Valdir Raupp – (PLS nº 673/2007) – que “institui o Dia da Integração Jurídica Latino-Americana”.

RELATOR: Deputado LIRA MAIA.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-08

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária (art. 54):

PROJETO DE LEI Nº 2.509/07 – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – que “altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001- Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado JOÃO LEÃO.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária e do Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 1.483/07 – Da Sra. Rita Camata – que “dá nova redação ao art. 11 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas), alterado pela Lei nº 6.403, de 15 de dezembro de 1976 e pela Lei nº 8.901, de 30 de junho de 1994”.

RELATOR: Deputado JOÃO DADO.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 6-11-08

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.069/08 – Do Sr. Juvenil – que “dispõe sobre o processo de produção de papel e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado MARCOS MONTES.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 954/07 – Do Sr. Valdir Colatto – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de inspeção da água de lastro nos navios que utilizem os portos nacionais”. (Apensado: PL nº 2017/2007)

RELATORA: Deputada MARINA MAGGESSI.

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.062/08 – Do Sr. Dr. Talmir – que “acresce dispositivo à Lei nº 4.771, de 1965 (Código Florestal), para exigir a autorização do Ibama para o corte de árvores, e dá outras providências”

RELATOR: Deputado MARCELO ALMEIDA.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 1.895/07 – Do Sr. Wandenkolk Gonçalves – que “altera o art. 25, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para estender às cooperativas e às colônias de pescadores artesanais os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica aplicáveis às unidades consumidoras classificadas na Classe Rural”. (Apensado: PL nº 2907/2008)

RELATORA: Deputada ROSE DE FREITAS.

PROJETO DE LEI Nº 3.990/08 – Da Sra. Rebecca Garcia – que “dispõe sobre a criação do Fundo Nuclear de Segurança”. (Apensado: PL nº 4098/2008)

RELATOR: Deputado JOÃO ALMEIDA.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 3.082/08 – Do Sr. Homero Pereira – que “reabre o prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira, altera o art. 7º do Decreto-Lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado CLAUDIO CAJADO.

PROJETO DE LEI Nº 4.025/08 – Do Sr. Raul Jungmann – que “altera o art. 6º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, que “Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência – ABIN, e dá outras providências”, para criar a Controladoria das Atividades de Inteligência”. (Apensado: PL nº 4135/2008)

RELATOR: Deputado CLAUDIO CAJADO.

PROJETO DE LEI Nº 4.029/08 – Do Sr. Carlos Bezerra – que “proíbe impedimentos e restrições a profissionais liberais estrangeiros, atuando legalmente no País”.

RELATOR: Deputado CLAUDIO CAJADO.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

AVISOS

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE
EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA
(DIA 3-11-08)**

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 6.846/06 – Do Sr. Alberto Fraga – que “Altera a Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, permitindo que os Policiais e Bombeiros Militares do Distrito Federal, sejam reformados com proventos do posto ou graduação imediato”.

RELATOR: Deputado PAULO PIMENTA.

PROJETO DE LEI Nº 1.018/07 – Do Sr. Celso Russomanno – que “Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para dispor sobre a renovação da frota de veículos das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transportes de valores”.

RELATOR: Deputado MAURO LOPES.

PROJETO DE LEI Nº 4.051/08 – Da Sra. Marina Maggessi – que “Proíbe a utilização das dependências da Polícia Civil para custodiar presos”.

RELATOR: Deputado PAULO PIMENTA.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

AVISOS

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE
EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-11-08

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 3.690/08 – Do Sr. Dr. Talmir – que “proíbe cirurgias estéticas mutilantes em pequenos animais”.

RELATOR: Deputado JOÃO BITTAR.

PROJETO DE LEI Nº 3.713/08 – Do Sr. Davi Alcolumbre – que “acrescenta § 2º, ao art. 1º, da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado MANATO.

PROJETO DE LEI Nº 3.763/08 – Do Sr. Vital do Rêgo Filho – que “dispõe sobre a comercialização de óculos e lentes de contato”.

RELATOR: Deputado GERALDO RESENDE.

PROJETO DE LEI Nº 3.803/08 – Do Sr. Nelson Pellegrino – que “altera os arts. 149, 150 e 194 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para criar a função de Agente de Proteção da Criança e do Adolescente”.

RELATOR: Deputado ANTONIO BULHÕES.

PROJETO DE LEI Nº 3.901/08 – Da Sra. Sueli Vidigal – que “dispõe sobre os horários de funcionamento das delegacias de Polícia especializadas em atendimento à mulher”.

RELATOR: Deputado ANTONIO CRUZ.

PROJETO DE LEI Nº 3.928/08 – Do Sr. Júlio Delgado – que “acrescenta parágrafo único ao art. 151, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991”.

RELATOR: Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO.

PROJETO DE LEI Nº 3.964/08 – Do Sr. Valdir Colatto – que “acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para estabelecer a obrigatoriedade de se anotar na carteira de trabalho o cartão de vacinação do empregado”.

RELATORA: Deputada CIDA DIOGO.

PROJETO DE LEI Nº 4.001/08 – Da Sra. Rose de Freitas – que “cria a obrigatoriedade da realização de exames de diagnóstico da doença celíaca e dermatite herpetiforme, em cidadãos brasileiros natos ou naturalizados, em todo o território nacional”.

RELATOR: Deputado DR. ROSINHA.

PROJETO DE LEI Nº 4.053/08 – Do Sr. Regis de Oliveira – que “dispõe sobre a alienação parental”.

RELATOR: Deputado DR. PINOTTI.

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 3.962/08 – Do Poder Executivo – que “cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e dispõe sobre o seu pessoal, inclui a Câmara de Recursos da Previdência Complementar na estrutura básica do Ministério da Previdência Social, altera disposições referentes a auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado CHICO D’ANGELO.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.170/07 – Do Senado Federal – Senador Paulo Paim – (PLS nº 178/2003) – que “altera o art. 143 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, para ampliar as hipóteses de vedação da divulgação de nomes de crianças e adolescentes”.

RELATOR: Deputado GERALDO RESENDE.

PROJETO DE LEI Nº 2.483/07 – Do Sr. Cristiano Mathews – que “altera os arts. 16 e 74 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar aos filhos de vinte e um anos ou mais, com dependência econômica comprovada, o direito à pensão por morte pelo período de seis meses”.

RELATOR: Deputado GERALDO RESENDE.

COMISSÃO DE TRABALHO,
DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

AVISOS**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 06-11-08

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 2.522/07 – Do Senado Federal – César Borges – (PLS nº 502/2007) – que “acrescenta inciso ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir atendimento presencial aos usuários de serviços de telecomunicações”. (Apensado: PL nº 4195/2004 (Apensados: PL nº 4199/2004, PL nº 4824/2005, PL nº 5525/2005, PL nº 5595/2005, PL nº 5616/2005, PL nº 5648/2005, PL nº 5696/2005, PL nº 5881/2005, PL nº 501/2007, PL nº 599/2007, PL nº 1086/2007, PL nº 1094/2007, PL nº 1798/2007, PL nº 1840/2007, PL nº 2228/2007, PL nº 2394/2007, PL nº 3087/2008 e PL nº 3663/2008))

RELATOR: Deputado NELSON PELLEGRINO.

PROJETO DE LEI Nº 2.771/08 – Do Sr. Marcelo Ortiz – que “regulamenta a atividade de entrega de mercadorias por meio de bicicleta”.

RELATOR: Deputado CARLOS ALBERTO LERÉIA.

PROJETO DE LEI Nº 3.203/08 – Do Sr. Flávio Bezerra – que “estende ao catador de marisco e à marisqueira o recebimento do seguro-desemprego, concedido ao pescador profissional artesanal, conforme o disposto na Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003”.

RELATOR: Deputado PAULO ROCHA.

PROJETO DE LEI Nº 4.052/08 – Do Sr. Osório Adriano – que “intitui o adicional do benefício para o aposentado reintegrado à atividade profissional”.

RELATOR: Deputado MAURO NAZIF.

PROJETO DE LEI Nº 4.060/08 – Do Sr. Carlos Bezerra – que “inclui parágrafos ao art. 4º e altera a redação do § 2º do art. 244 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regular o regime de “sobreaviso””.

RELATOR: Deputado VICENTINHO.

PROJETO DE LEI Nº 4.106/08 – Do Senado Federal – Cristovam Buarque – (PLS nº 13/2008) – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Valparaíso de Goiás, no Estado de Goiás”.

RELATOR: Deputado MAURO NAZIF.

PROJETO DE LEI Nº 4.118/08 – Do Sr. Eduardo Cunha – que “veda o estabelecimento de conteúdo programático de nível de escolaridade superior ao exigido pelas atribuições a desempenhar, nos processos seletivos que especifica”.

RELATOR: Deputado FILIPE PEREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.149/08 – Do Senado Federal – Gim Argello – (PLS nº 459/2007) – que “autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica do Distrito Federal (CEFET/DF)”.

RELATOR: Deputado MAURO NAZIF.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 5-11-08

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 348/07 – Do Sr. Izalci – que “altera o art. 318 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho)”. (Apensado: PL nº 1172/2007)

RELATORA: Deputada THELMA DE OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 2.475/07 – Do Sr. Walter Brito Neto – que “dispõe sobre a garantia de cursos profissionalizantes e estágios a adolescentes residentes em orfanatos”.

RELATOR: Deputado EDUARDO BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 2.594/07 – Do Sr. William Woo – que “acrescenta o art. 15-A na Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, estabelecendo critérios para a concessão de visto temporário e autorização de trabalho nos casos que especifica”.

RELATORA: Deputada ANDREIA ZITO.

PROJETO DE LEI Nº 3.307/08 – Do Sr. Felipe Bornier – que “inclui um art. 63-A, na Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, disciplinando o direito dos incorporados a ensino profissionalizante”.

RELATOR: Deputado NELSON MARQUEZELLI.

PROJETO DE LEI Nº 4.054/08 – Da Sra. Aline Corrêa – que “altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para incluir, como segurado obrigatório, o estagiário que, nesta qualidade, presta serviços e auferir remuneração”.

RELATOR: Deputado EDUARDO BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 4.103/08 – Do Senado Federal – Arthur Virgílio – (PLS nº 575/2007) – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal Naval do Município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas”.

RELATOR: Deputado SEBASTIÃO BALA ROCHA.

PROJETO DE LEI Nº 4.105/08 – Do Senado Federal – Arthur Virgílio – (PLS nº 647/2007) – que “autoriza a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Manacapuru, com sede no Município de Manacapuru, no Estado do Amazonas”.

RELATORA: Deputada VANESSA GRAZZIOTIN.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.825/03 – Do Sr. Sandro Mabel – que “acrescenta os arts. 77-A e 86-A à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que “Institui a Lei de Execução Penal”, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado ROBERTO SANTIAGO.

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 21/07 – Do Sr. Dr. Rosinha – que “dispõe sobre a responsabilidade sanitária dos agentes públicos e a aplicação de penalidades administrativas”.

RELATOR: Deputado TARCÍSIO ZIMMERMANN.

PROJETO DE LEI Nº 2.446/07 – Do Sr. Valadares Filho – que “acrescenta dispositivo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do

trabalho rural, para consolidar os direitos do trabalhador rural jovem”.

RELATOR: Deputado MAURO NAZIF.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 7.574/06 – Do Sr. Enio Bacci – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as agências de modelos, com sede no Brasil, manterem médicos especialistas (endocrinologistas e psicólogos), para acompanhamento da saúde física e mental de todas as jovens contratadas e dá outras providências”. (Apensado: PL nº 1381/2007)

RELATORA: Deputada MANUELA D'ÁVILA.

PROJETO DE LEI Nº 1.385/07 – Do Sr. Felipe Bornier – que “dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Babá”.

RELATOR: Deputado VICENTINHO.

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA

(Dia 3-11-08)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.030/08 – Do Sr. Otavio Leite – que “acrescenta os incisos VII, VIII e IX ao art. 21 e os arts. 32-A, 32-B e 32-C, à Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências”. (Apensados: PL nº 4031/2008, PL nº 4033/2008, PL nº 4032/2008 e PL nº 4034/2008)

RELATOR: Deputado MARCELO TEIXEIRA.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 6-11-08

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.079/08 – Do Sr. Chico Lopes – que “estabelece obrigatoriedade de divulgação de normas de segurança no transporte terrestre e aquaviário de passageiros”.

RELATOR: Deputado HUGO LEAL.

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 31-10-08

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.528/08 – Do Sr. Vital do Rêgo Filho – que “acrescenta inciso e parágrafo ao art. 263 do Código de Trânsito Brasileiro, instituído pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997”.

RELATOR: Deputado CHICO DA PRINCESA.

PROJETO DE LEI Nº 3.551/08 – Do Sr. Armando Abílio – que “denomina “Viaduto Engenheiro Ernesto de Souza Diniz” a obra-de-arte especial localizada na BR-230, Município de João Pessoa, Estado da Paraíba”.

RELATOR: Deputado WELLINGTON ROBERTO.

II – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 495-A, DE 2006, DO SENADO FEDERAL, QUE “ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, SOBRE A FORMAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS ATÉ O ANO DE 2000”

AVISOS**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (10 SESSÕES)**

DECURSO: 8ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-11-08

Proposta de Emenda à Constituição (Art. 202, §3º)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 495/06 – Do Senado Federal – Luiz Otávio – (PEC nº 12/2004) – que “acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sobre a formação

de novos municípios até o ano de 2000”. (Apensado: PEC 339/2004)

RELATOR: Deputado MANOEL JUNIOR.

III – COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES**ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIA ÀS COMISSÕES****EM 30-10-08:****Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.034/2008
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.035/2008
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.036/2008
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.037/2008
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.038/2008
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.039/2008
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.049/2008
 RECURSO Nº 206/2008

Comissão de Educação e Cultura:

PROJETO DE LEI Nº 4.153/2008

Comissão de Finanças e Tributação:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 408/2008
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 417/2008

Comissão de Seguridade Social e Família:

PROJETO DE LEI Nº 885/1995

Comissão de Viação e Transportes:

PROJETO DE LEI Nº 4.107/2008
 PROJETO DE LEI Nº 4.141/2008
 PROJETO DE LEI Nº 4.144/2008

Encerra-se a sessão às 16 horas e 26 minutos.)

PARECERES**PROJETO DE LEI Nº 677-B, DE 2007**

(Do Sr. Paulo Roberto)

Institui o Dia Nacional de Conscientização da Hemofilia; tendo pareceres da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação (relatora: DEP. JANETE ROCHA PIETÁ) e da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. DR. UBIALI).

Despacho: Às Comissões de Seguridade Social e Família; Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Educação e Cultura

I – Relatório

Este projeto de lei institui o dia 17 de abril de cada ano como o Dia Nacional de Conscientização da Hemofilia.

A iniciativa determina que a promoção e a coordenação das comemorações da data ficarão a cargo do Poder Executivo. Fixa que as atividades serão desenvolvidas pelo Ministério da Saúde, em parcerias com as Secretarias de Saúde dos Estados, com as prefeituras municipais e com o controle social.

A matéria foi distribuída à Comissão de Seguridade Social e Família e à Comissão de Educação e Cultura para a análise do mérito. A primeira aprovou por unanimidade o parecer da nobre Relatora, Deputada Janete Rocha Pietá, pela aprovação da matéria.

Cabe à Comissão de Educação e Cultura, nesta oportunidade, analisar o mérito cultural do projeto.

Esgotado o prazo regimental não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II – Voto do Relator

A hemofilia, distúrbio genético-hereditário que se caracteriza por uma desordem nos fatores de coagulação do sangue, é enfermidade que se manifesta quase que exclusivamente no sexo masculino.

Quanto mais cedo a doença foi descoberta, melhores as chances de tratamento. Por essa razão, a população precisa ser informada sobre os sintomas e a maneira como proceder quando houver suspeita do distúrbio em bebês e crianças. Os pais de pacientes hemofílicos já diagnosticados devem ser orientados para saber lidar com seus filhos, de modo a estimular o desenvolvimento normal dessas crianças, seja no âmbito social, afetivo ou cognitivo.

Enfim, é importante que toda a sociedade seja informada sobre o que é a hemofilia e sobre como contribuir para melhorar a qualidade de vida dos portadores dessa enfermidade e de suas famílias.

Por tal razão, o mérito do projeto em análise, que institui o “Dia Nacional de Conscientização a Hemofilia”, no dia 17 de abril de cada ano, é inegável. A iniciativa proposta permitirá que a sociedade e o Poder Público organizem e promovam atividades com o intuito de conscientizar, informar e sensibilizar todos os brasileiros sobre essa doença e sobre a situação de seus portadores.

Cabe-nos observar, no entanto, que o projeto, em seus arts. 2º e 3º, estabelece atribuição para o Poder Executivo, o que arranha o princípio da sepa-

ração dos Poderes, inscrito na Constituição Federal. Essa questão, contudo, deverá ser tratada pela douta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, quando de seu pronunciamento sobre a matéria, em seguida a esta Comissão de mérito.

Por esses motivos nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 677, de 2007.

Sala da Comissão, 9 de outubro de 2008. – Deputado **Dr. Ubiali**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu unanimemente pela aprovação do Projeto de Lei nº 677-A/07, nos termos do parecer do relator, Deputado Dr. Ubiali.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

João Matos, Presidente; Rogério Marinho, Osvaldo Reis e Alex Canziani, Vice-Presidentes; Alice Portugal, Angelo Vanhoni, Antônio Carlos Biffi, Átila Lira, Carlos Abicalil, Fátima Bezerra, Frank Aguiar, Gastão Vieira, Iran Barbosa, Ivan Valente, Joaquim Beltrão, Lelo Coimbra, Lira Maia, Lobbe Neto, Maria do Rosário, Neilton Mulim, Nilmar Ruiz, Professor Setimo, Raul Henry, Reginaldo Lopes, Severiano Alves, Waldir Maranhão, Dr. Talmir, Eduardo Gomes, Gilmar Machado, Professor Ruy Pauletti e Raimundo Gomes de Matos.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2008. – Deputado **João Matos**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.071-B, DE 2008

(Do Sr. Gonzaga Patriota)

Denomina a BR-363, localizada em Fernando de Noronha no Estado de Pernambuco, de “Estrada Miguel Arraes de Alencar”; tendo pareceres da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (relator: DEP. BRUNO ARAÚJO) e da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. PAULO RUBEM SANTIAGO).

Despacho: Às Comissões de Viação e Transportes; Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Educação e Cultura

I – Relatório

Este projeto de lei visa conceder à BR-362, localizada na Ilha de Fernando de Noronha, Estado de Pernambuco, a denominação “Rodovia Miguel Arraes de Alencar”.

A escolha do nome deve-se à relevância de Miguel Arraes na história política de Pernambuco e do Brasil e ao fato de ter sido preso na Ilha de Fernando de Noronha, após se recusar, em 1º de Abril de 1964, a obedecer a ordem de renunciar ao cargo de Governador do Estado de Pernambuco.

A proposição recebeu parecer favorável, sem qualquer alteração em sua redação original, na Comissão de Viação e Transportes.

Nesta Comissão de Educação e Cultura não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – Voto do Relator

O nome de Miguel Arraes é dos mais importantes da história política brasileira e, em especial, da história do Estado de Pernambuco.

Nascido em 1916 de uma família de pequenos agricultores do Estado do Ceará, ainda muito jovem mudou-se para Recife para concluir seus estudos e construir sua vida profissional. Seu ingresso na vida política deu-se pela mão de Barbosa Lima Sobrinho que, em 1948, quando governador do Estado, o nomeou Secretário da Fazenda. Já em 1950 se elegeu Deputado Estadual.

Em 1959 foi eleito Prefeito de Recife e em 1962, Governador do Estado de Pernambuco, quando pela primeira vez, o salário mínimo foi estendido aos trabalhadores rurais. Em 1964, recusando-se renunciar com o palácio do governo cercado pelo Exército, foi deposto e permaneceu preso durante onze meses em Fernando de Noronha.

Exilado na Argélia, só retornou ao Brasil e ao seu querido Pernambuco em 1979, quando foi recebido por uma gigantesca multidão que se supõe tenha sido a maior manifestação popular até então acontecida no Estado. Em 1986 retorna ao governo de Pernambuco. Em 1990 torna-se o deputado federal mais votado do Brasil e em 1994 é, pela terceira vez, eleito Governador do Estado.

Faleceu em aos 88 anos em 2005, deixando um legado de dignidade e de uma vida de compromisso com o povo brasileiro.

Por essas razões nosso parecer é favorável ao projeto de lei em epígrafe.

Sala da Comissão, de de 2008. – Deputado **Paulo Rubem Santiago**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu unanimemente pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.071-A/08, nos termos do parecer do relator, Deputado Paulo Rubem Santiago.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

João Matos, Presidente; Rogério Marinho, Osvaldo Reis e Alex Canziani, Vice-Presidentes; Alice Portugal, Angelo Vanhoni, Antônio Carlos Biffi, Átila Lira, Carlos Abicalil, Fátima Bezerra, Frank Aguiar, Gastão Vieira, Iran Barbosa, Ivan Valente, Joaquim Beltrão, Lelo Coimbra, Lira Maia, Lobbe Neto, Maria do Rosário, Neilton Mulim, Nilmar Ruiz, Professor Setimo, Raul Henry, Reginaldo Lopes, Severiano Alves, Waldir Maranhão, Dr. Talmir, Eduardo Gomes, Gilmar Machado, Professor Ruy Pauletti e Raimundo Gomes de Matos.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2008. – Deputado **João Matos**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.418-A, DE 2008

(Do Sr. Daniel Almeida)

Fixa a última terça-feira do mês de fevereiro para as festividades carnavalescas em todo o País; tendo parecer da Comissão de Educação e Cultura, pela rejeição (relator: DEP. PAULO RUBEM SANTIAGO e relator-substituto: DEP. CARLOS ABICALIL).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Educação e Cultura

I – Relatório

Na reunião ordinária deliberativa do dia 29/10/08 desta Comissão, em decorrência da ausência do relator, Deputado Paulo Rubem Santiago, tive a honra de ser designado relator-substituto da presente proposição e acatei, na íntegra, o parecer do Nobre Parlamentar.

O projeto de lei em epígrafe determina uma data fixa anual para a realização das festividades carnavalescas em todo o País – a última terça-feira do mês de fevereiro. A iniciativa estabelece, ainda, que a referida data será feriado nacional.

A tramitação dá-se conforme o disposto no art.24, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Cabe à Comissão de Educação e Cultura manifestar-se sobre o aspecto cultural da iniciativa.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o Relatório.

II – Voto do Relator

A proposta em análise pretende oficializar o feriado do Carnaval, fixando-o na última terça-feira do mês de fevereiro.

O autor da iniciativa, Deputado Daniel Almeida, argumenta que as comemorações carnavalescas já se firmaram como um grande negócio em diversas cidades do País, gerando empregos temporários e efetivos e movimentando vários setores da economia. Para ele, a fixação da data representaria a possibilidade de equilibrar o calendário de feriados anuais e proporcionar um planejamento mais qualificado das atividades produtivas, de comércio e de turismo.

Em que pese a nobre intenção do colega, trata-se, aqui, de medida que parece sobrepor o interesse econômico ao cultural.

No Brasil, o Carnaval é possivelmente a manifestação mais relevante e de maior alcance da nossa cultura, é a que traduz a diversidade do nosso povo, nos representa em todo o mundo e constitui a mais notável baliza para a construção da identidade nacional. Parte essencial da nossa memória coletiva, as comemorações carnavalescas são referência para todos os brasileiros, mesmo para aqueles que, por motivos religiosos ou movidos pelo gosto pessoal, não participam do festejo.

Trazido ao País pelos primeiros colonizadores portugueses, o Entrudo, embrião do Carnaval que conhecemos hoje, consistia em algum tipo de festividade ou brincadeira nos dias que antecediam a Quaresma, período caracterizado por restrições impostas pela Igreja à alimentação e ao comportamento dos católicos. O primeiro registro dessa manifestação no País pode ser encontrado nas “Denúncias do Santo Ofício em Pernambuco”, texto escrito em 1593, em que se aponta a prática do Entrudo por um casal de moradores de uma fazenda vizinha a cidade de Olinda, no ano de 1553.

De contravenção à festa mais importante da cultura brasileira, o Carnaval sofreu grandes transformações, ganhou formas distintas por todo o País e assumiu – ao menos em algumas cidades como Salvador ou Rio de Janeiro, para citar alguns exemplos – um caráter mais empresarial. A mobilidade da data em que se festeja o Carnaval nunca constituiu empecilho para que essa festa seguisse o seu percurso como manifestação da nossa cultura e como atividade turística e econômica.

A terça-feira de Carnaval é o dia anterior ao início do período da Quaresma e varia conforme a data da Páscoa. Esta ocorre sempre no domingo seguinte à primeira lua cheia após o equinócio de março (que pode cair nos dias 21 ou 22, dependendo do ano). A

terça-feira de Carnaval se dará sempre 46 dias antes do domingo de Páscoa. Assim, como nos ensina Felipe Ferreira, no Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro, para se calcular o dia em que cairá a terça-feira de Carnaval de um determinado ano, é necessário descobrir o dia exato do equinócio de outono, verificar a data da próxima lua cheia, identificar o primeiro domingo depois dessa lua cheia (que será o domingo de Páscoa) e descontar 46 dias.

Esse cálculo, embora relativamente complexo, pode ser feito com a antecendência de anos, o que desqualifica o argumento utilizado pelo Autor da iniciativa de que a temporalidade da data provoca inúmeros transtornos e dificulta o planejamento mais qualificado e a programação antecipada de atividades, especialmente as que envolvem comércio e turismo.

Entendemos que a associação da data do Carnaval à da Quaresma, o que leva à sua flutuação no calendário, é a base da origem desse festejo e constitui, por tal motivo, característica essencial da manifestação, de modo que não deve, de modo algum, ser alterada por força de lei.

Destacamos que, justamente em razão do caráter espontâneo de que o nosso Carnaval se reveste – característica comum às manifestações culturais –, a data nunca foi considerada feriado nacional pela legislação brasileira. A Lei nº 662, de 1949, que “Declara Feriados Nacionais os Dias 1º de Janeiro, 1º de Maio, 7 de Setembro, 15 de Novembro e 25 de Dezembro” (com a redação dada pela Lei nº 10.607, de 2002, que acrescentou ao texto legal as datas de 21 de abril e 2 de novembro), e a Lei nº 9.093, de 1995, que “Dispõe sobre feriados”, não consideram feriado a segunda-feira e a terça-feira de Carnaval, nem tampouco a quarta-feira de cinzas. É a tradição – associada à importância local do evento – que tem indicado a necessidade, ou não, de se suspender as atividades de trabalho, fechar as portas do comércio ou reduzir os serviços, em cada Município do País.

Em razão do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.418, de 2008.”

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2008. – Deputado **Paulo Rubem Santiago**, Relator. – Deputado **Carlos Abicalil**, Relator-Substituto.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu unanimemente pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.418/08, nos termos do parecer do relator, Deputado Paulo Rubem Santiago, e do relator-substituto, Deputado Carlos Abicalil.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

João Matos, Presidente; Rogério Marinho, Osvaldo Reis e Alex Canziani, Vice-Presidentes; Alice Portugal, Angelo Vanhoni, Antônio Carlos Biffi, Átila Lira, Carlos Abicalil, Fátima Bezerra, Frank Aguiar, Gastão Vieira, Iran Barbosa, Ivan Valente, Joaquim Beltrão, Lelo Coimbra, Lira Maia, Lobbe Neto, Maria do Rosário, Neilton Mulim, Nilmar Ruiz, Professor Setimo, Raul Henry, Reginaldo Lopes, Severiano Alves, Waldir Maranhão, Dr. Talmir, Eduardo Gomes, Gilmar Machado, Professor Ruy Pauletti e Raimundo Gomes de Matos.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2008. – Deputado **João Matos**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.536-A, DE 2008

(Do Senado Federal)

PLS nº 571/2007

Ofício (SF) nº 819/2008

Dispõe sobre a criação do “Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo”, bem como da “Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo”; tendo parecer da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. PEDRO WILSON).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Educação E Cultura

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 3536, de 2008, com origem no Senado Federal (PLS nº 571/07), tem a autoria do nobre Senador JOSÉ NERY.

Na Casa de origem a proposição em apreço foi plenamente aprovada pela

Comissão de Educação, com uma Emenda de Relator, mediante Parecer do ilustre Senador PAULO PAIM.

O PL nº chega a esta Casa para efeito de revisão nos termos constitucionais, tendo sido distribuído às Comissões de Educação e Cultura – CEC e de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC (art. 54, RICD).

O trâmite da proposição em pauta está sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RICD).

Na CEC, onde não recebeu Emendas no prazo regimental, cabe agora examinar a matéria sob a ótica do mérito educacional e cultural, com Parecer de minha autoria, por designação do Presidente da Comissão.

II – Voto do Relator

Como bem afirma o ilustre autor da proposta em exame, “lamentavelmente, embora nos pareça absurda a necessidade de, em pleno alvorecer do século XXI e após quase 120 anos da abolição oficial da escravatura no Brasil, ainda estar discutindo medidas de combate ao trabalho escravo, essa situação indignante e absurda ainda persiste em vários Estados do nosso país”.

De fato, nada pode envergonhar mais uma nação do que a existência nos nossos tempos do trabalho escravo. E acrescenta-se que o trabalho escravo, entre nós, está, com certa frequência, mais concentrado na faixa etária da infância e da juventude, e ainda no segmento feminino da população.

Há pouco mais de um ano, 192 empresas integravam a chamada “lista suja”, composta por empregadores que exploram trabalhadores em regime de escravidão ou análogo a essa condição. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, mais de 25 mil trabalhadores foram libertados em 2007 desse regime laboral absurdo. E estima-se contingente desse porte, pelo menos, em situações de trabalho degradante, apesar de todos os esforços governamentais e não-governamentais no sentido de libertar o País de todo trabalho que não esteja respeitando as convenções trabalhistas internacionais e nacionais, e, assim, esteja aviltando nossa consciência de cidadania e de ética do trabalho humano.

Com a proposição em apreço, fica estabelecida uma Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, com início no Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, na data de 28 de janeiro. A efeméride marca a triste data do assassinato de João Batista Soares Lages, Eratóstenes de Almeida Gonçalves, Nelson José da Silva – auditores fiscais do trabalho – e Ailton Pereira de Oliveira – motorista, que tombaram em Unaí, MG, numa missão de fiscalização de denúncia de trabalho escravo, em 2004.

Portanto, fica patente que a proposta ora em exame, encetada no Senado Federal, tem grande alcance social e, assim, indiscutível mérito educacional e cultural.

Assim sendo, voto pela aprovação, quanto à análise de mérito educacional e cultural que compete à CEC, do Projeto de Lei nº 3536, de 2008, PLS nº 571/07, do ilustre Senador JOSÉ NERY.

Sala da Comissão, 15 de outubro de 2008. – Deputado **Pedro Wilson**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu unanimemente pela

aprovação do Projeto de Lei nº 3.536/08, nos termos do parecer do relator, Deputado Pedro Wilson.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

João Matos, Presidente; Rogério Marinho, Osvaldo Reis e Alex Canziani, Vice-Presidentes; Alice Portugal, Angelo Vanhoni, Antônio Carlos Biffi, Átila Lira, Carlos Abicalil, Fátima Bezerra, Frank Aguiar, Gastão Vieira, Iran Barbosa, Ivan Valente, Joaquim Beltrão, Lelo Coimbra, Lira Maia, Lobbe Neto, Maria do Rosário, Neilton Mulim, Nilmar Ruiz, Professor Setimo, Raul Henry, Reginaldo Lopes, Severiano Alves, Waldir Maranhão, Dr. Talmir, Eduardo Gomes, Gilmar Machado, Professor Ruy Pauletti e Raimundo Gomes de Matos.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2008. – Deputado **João Matos**, Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 665-A, DE 2008

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Mensagem nº 36/2008

Aviso nº 59/2008 – C. Civil

Aprova o texto do Acordo de Co-Produção Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, celebrado em Nova Delhi, no dia 4 de junho de 2007; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. ANGELO VANHONI e relator-substituto: DEP. LOBBE NETO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. EDMILSON VALENTIM).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário.

Publicação dos Pareceres das Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Na reunião ordinária deliberativa do dia 29-10-08 desta Comissão, em decorrência da ausência do relator, Deputado Angelo Vanhoni, tive a honra de ser designado relator-substituto da presente proposição e acatei, na íntegra, o parecer do Nobre Parlamentar.

“A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados elaborou, nos termos regimentais, o Projeto de Decreto Legislativo – PDL nº 665, de 2008, objeto deste Parecer, que visa a aprovar o texto do Acordo de Co-Produção Audiovisual

entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, celebrado em Nova Delhi, em 4 de junho de 2007.

A proposição em apreço, com origem na Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional nº 36, de 2008, acompanhada de exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores, contém em anexo o texto do referido Acordo, que exhibe seu conteúdo por meio de um preâmbulo, seguido de 16 artigos e um Anexo.

Nesta Casa, após a passagem regimental pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CRED, com vistas ao preparo do PDL, a matéria foi distribuída, com base no art. 54, RICD, às Comissões de Educação e Cultura – CEC e de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC. Sua tramitação segue o rito ordinário, sujeito à apreciação pelo Plenário da Casa.

Na CEC, cabe examinar o PDL sob a ótica do mérito educacional e cultural, com Parecer de minha autoria, por designação do Presidente da Comissão.

II – Voto do Relator

Examinando o PDL, bem como o seu anexo, – o texto do Acordo, com seu respectivo Anexo –, observa-se que o referido instrumento está em perfeita sintonia com o seu objetivo precípua: ao buscar desenvolver a cooperação entre os dois países, os Governos brasileiro e indiano declaram-se desejosos de expandir e favorecer a co-produção de obras audiovisuais, com vistas a promover o desenvolvimento das indústrias cinematográfica e audiovisual de ambas as nações, bem como o fortalecimento do intercâmbio cultural e econômico recíproco.

O referido Acordo é abrangente, detalhado e de grande alcance em todas as suas disposições. Assim, além de definir termos e expressões – *Co-Produção Audiovisual, Obra Audiovisual, Co-Produtor e Autoridades Competentes* – trata dos seguintes assuntos: benefícios, aprovação de projetos, contribuições, co-produções com terceiros países, participantes, aspectos referentes aos negativos, primeira cópia e idiomas, festivais internacionais, filmagens em locação, créditos, entrada temporária no país, Comissão Mista, entrada em vigor do Acordo, autorização para exibição pública, alteração do Acordo e solução de eventuais controvérsias em torno das provisões do Acordo.

Espera-se, assim, que o produto dessa colaboração entre o Brasil e a Índia seja a semente de todo um processo de dinamização cultural, educacional e artística entre os dois países, apoiada na longa tradição de amizade entre Índia e Brasil.

Há, portanto, grande mérito educacional e cultural na proposição em pauta. Destaque-se também o alcance diplomático, social e até mesmo econômico do Acordo para os dois povos, uma vez que é na educação e na cultura que se encontra a chave do desenvolvimento socioeconômico, cultural e técnico-científico das nações modernas.

Posto isso, voto pela aprovação – no julgamento de mérito educacional e cultural que compete exclusivamente à CEC -, do Projeto de Decreto Legislativo nº 665, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.”

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2008. – Deputado **Angelo Vanhoni**, Relator. – Deputado **Lobbe Neto**, Relator-Substituto.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 665/08, nos termos do parecer do relator, Deputado Angelo Vanhoni, e do relator-substituto, Deputado Lobbe Neto.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

João Matos, Presidente; Rogério Marinho, Osvaldo Reis e Alex Canziani, Vice-Presidentes; Alice Portugal, Angelo Vanhoni, Antônio Carlos Biffi, Átila Lira, Carlos Abicalil, Fátima Bezerra, Frank Aguiar, Gastão Vieira, Iran Barbosa, Ivan Valente, Joaquim Beltrão, Lelo Coimbra, Lira Maia, Lobbe Neto, Maria do Rosário, Neilton Mulim, Nilmar Ruiz, Professor Setimo, Raul Henry, Reginaldo Lopes, Severiano Alves, Waldir Maranhão, Dr. Talmir, Eduardo Gomes, Gilmar Machado, Professor Ruy Pauletti e Raimundo Gomes de Matos.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2008. – Deputado **João Matos**, Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I – Relatório

O Senhor Presidente da República submeteu ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 36, de 2008, nos termos do disposto no art. 49, I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o texto do Acordo de Co-Produção Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, celebrado em Nova Delhi, no dia 4 de junho de 2007.

Segundo a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, que acompanha a referida Mensagem, o acordo em apreço tem por finalidade criar parâmetros para a realização de co-

produções cinematográficas e para o desenvolvimento da cooperação audiovisual entre os dois Países.

A finalidade do acordo é criar parâmetros para a realização de co-produções cinematográficas e para o desenvolvimento da cooperação audiovisual entre o Brasil e a Índia. O instrumento objetiva, dessa forma, promover o crescimento da indústria cinematográfica e audiovisual de ambos os Países, e, também fortalecer o intercâmbio cultural e econômico recíproco, intensificando as relações entre eles.

Conforme ressaltado na E.M. que o acompanha, o Acordo ora celebrado segue modelo já consagrado em instrumentos semelhantes assinados pelo Brasil com outros países. Regulamenta, entre outras medidas, o percentual de cotas de participação financeira na co-produção e a linguagem a ser utilizada na obra audiovisual, além de definir as autoridades competentes encarregadas de sua implementação. Esclarece o Chanceler brasileiro tratar-se de instrumento que cria condições institucionais para facilitar a cooperação entre os produtores brasileiros e o setor audiovisual indiano, conhecido por sua expressiva capacidade de produção e de exportação no campo cinematográfico. Afirma Sua Excelência que a celebração do mencionado Acordo oferece, ainda, a vantagem de as obras realizadas em regime de co-produção serem consideradas nacionais nos dois países, condição que abre oportunidades de ingresso de nossos filmes no mercado indiano.

Informa, ainda, o Ministro das Relações Exteriores, que, na prática, o Acordo não cria ônus para o Estado, servindo apenas de base para futuros acordos entre entidades privadas. Sendo o mercado indiano altamente competitivo e, atualmente, saturado com sua produção interna de filmes, o Acordo representaria uma oportunidade para a canalização de investimentos daquele país para futuras co-produções audiovisuais. Ademais, o possível uso de locações brasileiras para co-produções deverá ter impacto positivo, direta e indiretamente, na atração de turistas indianos para nosso País, bem como na utilização de serviços de produção locais.

De acordo com o disposto no art. 32, XV, c, do Regimento Interno desta Casa, o texto em exame foi enviado à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que opinou pela sua aprovação, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 665, de 2008, acolhendo parecer do Relator.

A matéria foi distribuída às Comissões de Educação e Cultura e a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Trata-se de proposição sujeita à aprovação do Plenário, e cujo regime de tramitação é o de urgência.

Na Comissão de Educação de Cultura, foi designado, em data de 7 de agosto de 2008, o Deputado ANGELO VANHONI para relatar o projeto em epígrafe, não tendo aquele órgão técnico se pronunciado ainda.

É o relatório.

II – Voto do Relator

De acordo com o art. 32, IV, a, c/c o art. 139, II, ambos do Regimento Interno, compete a este Colegiado manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e a técnica legislativa das proposições sujeitas à apreciação da Câmara dos Deputados.

O art. 84, VIII, da Constituição outorga competência ao Presidente da República para celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitando-os ao referendo do Congresso Nacional. Segundo o art. 49, I, da Carta Política, é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais.

Desse modo, compreende-se na competência do Presidente da República celebrar o acordo sob exame, submetendo-o à apreciação do Congresso Nacional.

As relações internacionais do Brasil estão sujeitas a princípios enumerados no art. 4º da Lei Maior, entre os quais figura o da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. O texto do Acordo ora examinado guarda consonância com esse princípio constitucional e segue os moldes dos atos internacionais firmados pelo Estado brasileiro.

Nada encontramos na proposição legislativa sob análise nem no texto do Acordo de Co-Produção Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Índia que desobedeça às disposições constitucionais vigentes e aos princípios consagrados no ordenamento jurídico pátrio.

O projeto está vazado em boa técnica legislativa, tendo sido elaborado com observância dos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Em tais condições, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 665, de 2008.

Sala da Comissão, 20 de Agosto de 2008. – Deputado **Emilson Valentim**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 665/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Edmilson Valentim.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Eduardo Cunha – Presidente, Regis de Oliveira e Maurício Quintella Lessa – Vice-Presidentes, Antonio Carlos Biscaia, Augusto Farias, Bonifácio de Andrada, Cândido Vaccarezza, Carlos Bezerra, Edson Aparecido, Efraim Filho, Fábio Ramalho, José Genoíno, Magela, Marcelo Itagiba, Marcelo Ortiz, Moreira Mendes, Odair Cunha, Roberto Magalhães, Valtenir Pereira, Vilson Covatti, Arnaldo Faria de Sá, Bernardo Ariston, Carlos Abicalil, Carlos Willian, Chico Lopes, Colbert Martins, Edmilson Valentim, Eduardo Valverde, Fernando Coruja, Hugo Leal, Laercio Oliveira, Luiz Couto, Pastor Manoel Ferreira, Ricardo Tripoli, Sandro Mabel, Waldir Neves e William Woo.

Sala da Comissão, 7 de outubro de 2008. – Deputado **Eduardo Cunha**, Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 793-A, DE 2008

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Mensagem nº 226/2008
Aviso nº 282/2008 – C. Civil

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. ANGELO VANHONI e relator-substituto: DEP. CARLOS ABICALIL) e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. ANTONIO CARLOS BISCAIA).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário.

Publicação dos Pareceres das Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Na reunião ordinária deliberativa do dia 29/10/08 desta Comissão, em decorrência da ausência do relator, Deputado Angelo Vanhoni, tive a honra de ser designado relator-substituto da presente proposição e acatei, na íntegra, o parecer do Nobre Parlamentar.

“A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados elaborou, nos termos regimentais, o Projeto de Decreto Legislativo –

PDL nº 793, de 2008, objeto deste Parecer, que visa a aprovar o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, relativo ao estabelecimento e funcionamento de centros culturais, celebrado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

A proposição em apreço, com origem na Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional nº 226, de 2008, acompanhada de exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores, contém em anexo o texto do referido Acordo, que exibe seu conteúdo por meio de um preâmbulo, seguido de 13 artigos.

Nesta Casa, após a passagem regimental pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CRED, com vistas ao preparo do PDL, a matéria foi distribuída, com base no art. 54, RICD, às Comissões de Educação e Cultura – CEC e de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC. Sua tramitação segue o rito ordinário, sujeito à apreciação pelo Plenário da Casa.

Na CEC, cabe examinar o PDL sob a ótica do mérito educacional e cultural, com Parecer de minha autoria, por designação do Presidente da Comissão.

II – Voto do Relator

Examinando o PDL, bem como o seu anexo, – o texto do Acordo –, observa-se que o referido instrumento está em perfeita sintonia com o seu objetivo precípuo: incremento das relações de amizade entre o Brasil e a Espanha e ampliação da cooperação bilateral em assuntos culturais.

De fato, o Acordo prevê, – via centros culturais públicos, tanto espanhóis como brasileiros, com localização em ambas as nações, – sejam desenvolvidas atividades, dentre outras, que versem sobre: cursos de língua, cultura e civilização nacionais; programas de formação para professores; difusão de informações relativas à vida cultural, científica e artística; criação de bibliotecas e salas de leitura; e organização de conferências, simpósios, seminários, exposições e atividades semelhantes.

Espera-se, assim, que o produto dessa colaboração entre o Brasil e a Espanha seja a semente de todo um processo de dinamização cultural, educacional, artística e técnico-científica entre os dois países, apoiada na longa tradição de amizade entre Espanha e Brasil e nos laços latinos existentes entre brasileiros e espanhóis.

Há, portanto, grande mérito educacional e cultural na proposição em pauta. Destaque-se também o alcance diplomático, social e até mesmo econômico do Acordo para os dois povos, uma vez que é na educação e na cultura que se encontra a chave do

desenvolvimento socioeconômico, cultural e técnico-científico das nações modernas.

Posto isso, voto pela aprovação – no julgamento de mérito educacional e cultural que compete exclusivamente à CEC –, do Projeto de Decreto Legislativo nº 793, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.”

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2008. – Deputado **Angelo Vanhoni**, Relator. – Deputado **Carlos Abicalil**, Relator-Substituto.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 793/08, nos termos do parecer do relator, Deputado Angelo Vanhoni, e do relator-substituto, Deputado Carlos Abicalil.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

João Matos, Presidente; Rogério Marinho, Osvaldo Reis e Alex Canziani, Vice-Presidentes; Alice Portugal, Angelo Vanhoni, Antônio Carlos Biffi, Átila Lira, Carlos Abicalil, Fátima Bezerra, Frank Aguiar, Gastão Vieira, Iran Barbosa, Ivan Valente, Joaquim Beltrão, Lelo Coimbra, Lira Maia, Lobbe Neto, Maria do Rosário, Neilton Mulim, Nilmar Ruiz, Professor Setimo, Raul Henry, Reginaldo Lopes, Severiano Alves, Waldir Maranhão, Dr. Talmir, Eduardo Gomes, Gilmar Machado, Professor Ruy Pauletti e Raimundo Gomes de Matos.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2008. – Deputado **João Matos**, Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I – Relatório

Para os fins do disposto no art. 84, inciso VIII, **in fine**, combinado com o art. 49, I, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem em epígrafe, o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha relativo ao estabelecimento e funcionamento de Centros Culturais, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

Segundo a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, em exercício, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto, a assinatura do instrumento em apreço atende à disposição de ambos os Governos regularem o estatuto jurídico das instituições culturais, especialmente no que tange ao estabelecimento de marco geral para instalação e

funcionamento de Centros Culturais no território de cada uma das partes.

De acordo com o art. 32, XV, “c”, do Regimento Interno desta Casa, foi o texto do Acordo sob exame encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que opinou pela sua aprovação, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 793, de 2008, acolhendo parecer do Relator, Deputado Raul Jungmann.

Determina o parágrafo único do art. 1º do projeto em comento que ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. Deixa claro, desse modo, em relação aos ajustes complementares, a competência dada ao Poder Legislativo por aquele dispositivo da Carta Magna para a apreciação de tratados, acordos ou atos internacionais.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Nos termos do art. 32, inciso IV, alínea “a”, e do art. 54, inciso I, do Regimento Interno, cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania manifestar-se sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em epígrafe.

O projeto de decreto legislativo sob exame atende aos requisitos da constitucionalidade e da juridicidade. O Acordo por ele aprovado respeita o disposto no art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, que dá competência ao Presidente da República para celebrar tratados, convenções e atos internacionais, os quais estão sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

De outra face, inclui a Carta Magna na competência exclusiva do Poder Legislativo da União resolver definitivamente sobre tais atos que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, o que implica a veiculação da matéria por meio de decreto legislativo.

A proposição vem vazada em boa técnica legislativa, respeitando as diretrizes da Lei Complementar nº 95, de 1998, relativas à redação das leis.

O Acordo a que se refere o projeto não fere princípios constitucionais ou legais.

Em tais condições, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 793, de 2008.

Sala da Comissão, 7 de outubro de 2008. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 793/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Antonio Carlos Biscaia.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Eduardo Cunha – Presidente, Regis de Oliveira e Maurício Quintella Lessa – Vice-Presidentes, Antonio Carlos Biscaia, Augusto Farias, Ayrton Xerez, Bruno Rodrigues, Cândido Vaccarezza, Edmar Moreira, Edson Aparecido, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Felipe Maia, Gerson Peres, Gonzaga Patriota, José Eduardo Cardozo, José Mentor, Magela, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Itagiba, Marcelo Ortiz, Mauro Benevides, Michel Temer, Moreira Mendes, Nelson Trad, Paes Landim, Pastor Pedro Ribeiro, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Roberto Magalhães, Sérgio Barradas Carneiro, Sérgio Brito, Valtenir Pereira, Vilson Covatti, Wilson Santiago, Bernardo Ariston, Carlos Abicalil, Carlos Alberto Lereia, Chico Lopes, Colbert Martins, Dilceu Sperafico, Eduardo Valverde, Fernando Coruja, Hugo Leal, João Magalhães, Laercio Oliveira, Luiz Couto, Márcio França, Pastor Manoel Ferreira, Ricardo Tripoli, Ronaldo Caiado, Vital do Rêgo Filho e William Woo.

Sala da Comissão, 14 de outubro de 2008. – Deputado **Eduardo Cunha**, Presidente.

COMISSÕES

ATA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

53ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária Ata da Septuagésima Sexta Reunião Ordinária Realizada em 29 de Outubro de 2008

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e oito, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, no Anexo II, Plenário 12 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Eduardo Cunha – Presidente; Regis de Oliveira, Maurício Quintella Lessa e João Campos – Vice-Presidentes; Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Magalhães Neto, Augusto Farias, Ayrton Xerez, Bonifácio de Andrada, Cândido Vaccarezza, Carlos Bezerra, Cezar Schirmer, Edmar Moreira, Edson Aparecido, Fábio Ramalho, Felipe Maia, Geraldo Pudim, Gerson Peres, Gonzaga Patriota, Índio da Costa, José Carlos Aleluia, José Eduardo Cardozo, José

Genoíno, José Mentor, Leonardo Picciani, Magela, Marcelo Itagiba, Mauro Benevides, Moreira Mendes, Nelson Trad, Neucimar Fraga, Odair Cunha, Paes Landim, Pastor Pedro Ribeiro, Paulo Maluf, Roberto Magalhães, Sandra Rosado, Sérgio Barradas Carneiro, Silvinho Peccioli, Valtenir Pereira, Wilson Santiago, Wolney Queiroz e Zenaldo Coutinho – Titulares; Antônio Carlos Biffi, Aracely de Paula, Arnaldo Faria de Sá, Átila Lins, Bernardo Ariston, Bruno Araújo, Carlos Abicalil, Carlos Alberto Leréia, Carlos Willian, Chico Lopes, Colbert Martins, Domingos Dutra, Edmilson Valentim, Eduardo Valverde, Fernando Coruja, Hugo Leal, Jaime Martins, Jefferson Campos, João Carlos Bacelar, João Magalhães, Leo Alcântara, Luiz Couto, Márcio França, Maria do Rosário, Mauro Lopes, Pastor Manoel Ferreira, Paulo Bornhausen, Ricardo Tripoli, Roberto Santiago, Ronaldo Caiado, Rubens Otoni, Severiano Alves, Vital do Rêgo Filho, Waldir Neves e William Woo – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Benedito de Lira, Bruno Rodrigues, Ciro Gomes, Efraim Filho, Flávio Dino, Francisco Tenorio, João Paulo Cunha, Jutahy Junior, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Michel Temer, Nelson Pellegrino, Paulo Magalhães, Sérgio Brito, Urzeni Rocha, Vicente Arruda e Vilson Covatti. O Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da septuagésima quinta reunião ordinária realizada em vinte e oito de outubro. O Deputado Luiz Couto requereu dispensa da leitura da Ata. Em votação, a Ata foi aprovada por unanimidade. **ORDEM DO DIA:** Os Deputados Edmar Moreira, Bernardo Ariston, José Genoíno, Moreira Mendes e Leonardo Picciani requereram inversão de pauta para apreciação dos itens quarenta e quatro, trinta e dois, quarenta, vinte e um, e cinqüenta e um, respectivamente. Foram os requerimentos aprovados pelo plenário da Comissão. **1 – EMENDAS AO ORÇAMENTO DA UNIÃO** – O Senhor Presidente comunicou que foram apresentadas as seguintes sugestões de emendas: **Nº 1 – Tribunal Superior do Trabalho** – Modernização de Instalações da Justiça do Trabalho – Nacional, no valor de até quarenta e cinco milhões de reais; **Nº 2 – Superior Tribunal de Justiça** – Implantação do sistema integrado de Gestão da Informação Jurisdicional II no STJ E-Jus, no valor de até quarenta milhões de reais; **Nº 3 – Ministério Público Federal** – Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais, no valor de até oitenta milhões de reais; **Nº 4 – Ministério da Justiça** – Aparelhamento e reaparelhamento de estabelecimentos penais, no valor de até cem milhões de reais; **Nº 5 – Defensoria Pública da União** – Assistência Jurídica integral e gratuita, no valor de até cento e sessenta milhões de reais; **Nº 6 – Justiça Federal de 1º Grau** – implantação de Varas Federais, no valor de até cento e cinqüenta milhões de reais; **Nº 7 – Ministério Público Federal** – Aquisição de Edifício-Sede da Procuradoria Regional da Repúbli-

ca no Rio de Janeiro, no valor de até quarenta milhões de reais. Não houve discussão. Em votação, foram aprovadas por unanimidade as sugestões de emendas. **2 – CONSULTA S/Nº/2008** – Da Mesa da Câmara dos Deputados – que “encaminha o Processo nº 168.851/2008 remetido a esta Casa pelo Tribunal Superior Eleitoral, sobre a perda de mandato do Deputado Walter Brito Neto e o prazo para empossar o suplente”. **RELATOR:** Deputado REGIS DE OLIVEIRA. **PARECER:** em resposta à Consulta: 1. A Câmara dos Deputados não incorre em qualquer comportamento ou na prática de qualquer ato inconstitucional, uma vez que não há publicação do venerando acórdão, o que impede seu cumprimento. Ainda não é eficaz, ou seja, não está completo o círculo de formação da vontade e interpretação do julgador para que a decisão possa produzir todos os efeitos a que está preordenado; 2. Comportamento contrário seria ofensivo à intimidade jurídica do Deputado Walter Brito, uma vez que a Constituição assegura, em tais casos, ampla defesa, nos exatos termos do parágrafo 3º do art. 58. Negar-lhe a exaustão de recursos, seria ferir a Constituição da República; 3. A Constituição Federal enumera os casos de cassação de mandato, nos exatos termos dos incisos I a V do art. 15. O que fez o Supremo Tribunal Federal foi instituir caso de perda de mandato, sem que se constitua em sanção política. Determinando que o mandato pertença ao Partido Político inovou na interpretação jurídica, analisando o todo do ordenamento normativo. A perda do mandato apenas ocorrerá com a declaração pela Mesa da Câmara, em cumprimento à ordem judicial. Evidente que descabe à Mesa da Câmara discutir o conteúdo da determinação, na esteira de citação de Hart, feita na fundamentação; 4. A Câmara dos Deputados não está subordinada a prazos fixados em Resolução que é ordem de eficácia interna. A Câmara dos Deputados deve exaurir o que se denomina de ampla defesa, nos exatos termos do que dispõe a Constituição Federal; 5. Na hipótese de decisão final e transitada em julgado por decisão do Supremo Tribunal Federal é que caberá à Mesa da Câmara, independentemente de prazo, cumprir a ordem dele emanada. Reiniciada a discussão, fizeram uso da palavra os Deputados **Ronaldo Caiado** (aparte: Leonardo Picciani), **Silvinho Peccioli**, **José Carlos Aleluia**, **Paulo Bornhausen** (aparte: Índio da Costa), **Roberto Magalhães** (aparte: Edmar Moreira), **Marcelo Itagiba** (aparte: Roberto Magalhães), **José Genoíno** (aparte: Ronaldo Caiado), **Leonardo Picciani** (aparte: Roberto Magalhães), **Pastor Manoel Ferreira** e **Luiz Couto**. O Presidente comunicou haver sobre a Mesa requerimento de encerramento de discussão, de autoria dos Deputados Maurício Quintella Lessa e Bruno Rodrigues. Em votação, foi rejeitado por maioria o requerimento de encerramento da discussão. Dando prosseguimento à discussão, ainda fizeram uso da palavra

os Deputados **Moreira Mendes, Paes Landim, Antônio Carlos Biscaia, Sérgio Barradas Carneiro** (aportes: Zenaldo Coutinho, Maurício Quintella Lessa e Leonardo Picciani) e **Wilson Santiago**. Durante a sua fala, o Deputado Paes Landim comunicou que se ausentaria do plenário, solicitando que ficasse registrado o seu posicionamento contrário ao Parecer. Encerrada a discussão, o Deputado Regis de Oliveira fez uso da palavra, como relator. Orientaram as bancadas, os Deputados Silvinho Peccioli, pelo DEM; José Eduardo Cardoso, pelo PT; e Vital do Rego Filho, pelo PMDB. O Presidente procedeu à chamada nominal. Votaram **sim** os Deputados Antônio Carlos Biscaia, Augusto Farias, Bernardo Ariston, Carlos Abicalil, Carlos Willian, Domingos Dutra, Eduardo Cunha, Geraldo Pudim, Jefferson Campos, João Magalhães, José Eduardo Cardozo, José Genoíno, Leonardo Picciani, Luiz Couto, Magela, Marcelo Ortiz, Márcio França, Maurício Quintella Lessa, Mauro Benevides, Mauro Lopes, Nelson Trad, Pastor Manoel Ferreira, Pastor Pedro Ribeiro, Regis de Oliveira, Roberto Santiago, Sandra Rosado, Sérgio Barradas Carneiro, Vilson Covatti, Vital do Rego Filho e Wilson Santiago. Votaram **não** os Deputados Ayrton Xerez, Fernando Coruja, Roberto Magalhães, Ronaldo Caiado e Silvinho Peccioli. Encerrada a votação, o Senhor Presidente proclamou o resultado: foram computados trinta e cinco votos, trinta favoráveis e cinco contrários. Foi aprovado o Parecer. Apresentaram votos em separado os Deputados Moreira Mendes, Fernando Coruja e Pastor Manoel Ferreira. O Senhor Presidente encerrou a reunião às treze horas e vinte e cinco minutos, antes convocando reunião ordinária para a próxima quinta-feira, vinte e três de outubro, às nove horas, para apreciar os itens remanescentes da pauta e, ainda, a Redação Final do Projeto de Lei Nº 6.302/02. E, para constar, eu _____, Rejane Salete Marques, lavrei a presente Ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Eduardo Cunha, _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

DESIGNAÇÃO

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, as seguintes designações de relatoria:

Ao Deputado Antonio Carlos Biscaia

PROJETO DE LEI Nº 4.132/08 – Da Comissão de Legislação Participativa – (SUG 28/2007) – que “Institui o dia 7 de fevereiro como o Dia Nacional da Vítima de Crime”.

Ao Deputado Givaldo Carimbão

PROJETO DE LEI Nº 4.051/08 – Da Sra. Marina Maggesi – que “proíbe a utilização das dependências da Polícia Civil para custodiar presos”.

Ao Deputado Mauro Lopes

PROJETO DE LEI Nº 1.018/07 – Do Sr. Celso Russomanno – que “acrescenta dispositivos à Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para dispor sobre a renovação da frota de veículos das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transportes de valores”.

Ao Deputado Paulo Pimenta

PROJETO DE LEI Nº 6.846/06 – Do Sr. Alberto Fraga – que “altera a Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, permitindo que os Policiais e Bombeiros Militares do Distrito Federal, sejam reformados com proventos do posto ou graduação imediato”.

Sala da Comissão, 30 de outubro de 2008 – **Deputado Raul Jungmann**, Presidente.

SEÇÃO II

ATOS DO PRESIDENTE

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ANTONIO CARLOS HEMKEMAIER**, ponto nº 4927, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Adjunto Parlamentar – Secretaria, Classe Especial, Padrão 31, da função comissionada de Chefe de Gabinete, FC-08, da Ouvidoria Parlamentar, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 28 de outubro de 2008.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ENILA BEATRIZ ESTEVES GOMES**, ponto nº 3574, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, da função comissionada de Chefe de Secretaria, FC-06, do Gabinete do Terceiro-Secretário, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 29 de outubro de 2008.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **GUSTAVO VELOSO MARTINS**, ponto nº 6738, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 41, da função comissionada de Coordenador Administrativo, FC-07, da Diretoria-Geral, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 01 de novembro de 2008.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO SOUSA**, ponto nº 3141,

ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos – Serviços de Atendimento, Classe Especial, Padrão 31, da função comissionada de Chefe de Gabinete, FC-08, do Gabinete do Terceiro-Secretário, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 29 de outubro de 2008.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARIA RAQUEL MESQUITA MELO**, ponto nº 6649, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 41, da função comissionada de Chefe do Serviço de Mídias Alternativas, FC-06, da Coordenação de Divulgação, da Secretaria de Comunicação Social, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 01 de novembro de 2008.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **RICARDO MANDELLI BISI**, ponto nº 6781, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe B, Padrão 40, da função comissionada de Chefe da Seção de Acompanhamento de Votação e Abertura de Prazo Recursal de Proposições, FC-05, da Secretaria-Geral da Mesa, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 27 de outubro de 2008.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **SANDRA AFONSO FERREIRA**, ponto nº 1973, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, da função comissionada de Assessor Técnico-Jurídico, FC-07, da Secretaria-Geral da Mesa, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 27 de outubro de 2008.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **ANTONIO CARLOS HEMKEMAIER**, ponto nº 4927, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Adjunto Parlamentar – Secretaria, Classe Especial, Padrão 31, para exercer, a partir de 28 de outubro de 2008, a função comissionada de Assistente Técnico, FC-06, da Ouvidoria Parlamentar, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **ENILA BEATRIZ ESTEVES GOMES**, ponto nº 3574, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão

45, para exercer, a partir de 29 de outubro de 2008, a função comissionada de Chefe de Gabinete, FC-08, do Gabinete do Terceiro-Secretário, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO SOUSA**, ponto nº 3141, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos – Serviços de Atendimento, Classe Especial, Padrão 31, para exercer, a partir de 29 de outubro de 2008, a função comissionada de Chefe de Secretaria, FC-06, do Gabinete do Terceiro-Secretário, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **MARIA RAQUEL MESQUITA MELO**, ponto nº 6649, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 41, para exercer, a partir de 01 de novembro de 2008, a função comissionada de Coordenador Administrativo, FC-07, da Diretoria-Geral, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **RICARDO MANDELLI BISI**, ponto nº 6781, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe B, Padrão 40, para exercer, a partir de 27 de outubro de 2008, a função comissionada de Assessor Técnico-Jurídico, FC-07, da Secretaria-Geral da Mesa, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **ROSÂNGELA VILAS BOAS DIAS**, ponto nº 4130, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, para exercer, a partir de 27 de outubro de 2008, a função comissionada de Chefe da Seção de Acompanhamento de Votação e Abertura de Prazo Recursal de Proposições, FC-05, da Secretaria-Geral da Mesa, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ALCIDES RIBEIRO FILHO**, ponto nº 5630, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Polícia Legislativa, Classe Especial, Padrão 31, 2º substituto do Supervisor de Segurança de Dignitários e Testemunhas, FC-05, da Coordenação de Operações Especiais, do Departamento de Polícia Legislativa, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, em

seus impedimentos eventuais, a partir de 27 de outubro de 2008.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ARIOVALDO SABINO DA SILVA**, ponto nº 4736, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Adjunto Parlamentar – Secretaria, Classe Especial, Padrão 31, 1º substituto do Chefe do Serviço de Administração, FC-06, do Departamento de Apoio Parlamentar, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, em seus impedimentos eventuais, a partir de 09 de outubro de 2008.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARIA MARTA LUIZ DE OLIVEIRA**, ponto nº 4721, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Adjunto Parlamentar – Secretaria, Classe Especial, Padrão 31, substituta do Diretor da Coordenação de Comunicações, FC-07, da Diretoria Administrativa, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, no período de 29 de setembro a 23 de outubro de 2008.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **RUBENS FERREIRA GUIMARÃES DINIZ**, ponto nº 4998, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Adjunto Parlamentar – Secretaria, Classe Especial, Padrão 31, 2º substituto do Chefe da Seção de Bens Móveis Funcionais, FC-05, da Coordenação de Habitação, da Diretoria-Geral, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, em seus impedimentos eventuais, a partir de 22 de outubro de 2008.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **SILVIO MAZUROK**, ponto nº 4070, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Polícia Legislativa, Classe Especial, Padrão 31, 1º substituto do Supervisor de Operações Especiais, FC-05, da Coordenação de Operações Especiais, do Departamento de Polícia Legislativa, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, em seus impedimentos eventuais, a partir de 06 de outubro de 2008.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **WARLEY MARCEL DOS SANTOS MONTEIRO**, ponto nº 5547, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Polícia Legislativa, Classe Especial, Padrão 31, 1º substituto do Supervisor de Segurança de Dignitários e Testemunhas, FC-05, da Coordenação de Operações Especiais, do Departamento de Polícia Legislativa, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, em seus impedimentos eventuais, a partir de 27 de outubro de 2008.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo

1º, item I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **GREYCE CAROLINE VIEIRA DOS SANTOS**, ponto nº 119.367, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **IRISMAR APARECIDA NAVES MENDES**, ponto nº 119.257, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Líder do Partido da República, a partir de 29 de outubro de 2008.

EXONERAR, a pedido, de acordo com o artigo 35, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **JOSE CELSO VERAS DA COSTA**, ponto nº 110.383, do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia na Comissão de Educação e Cultura, da Coordenação de Comissões Permanentes, do Departamento de Comissões, a partir de 31 de outubro de 2008.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **KARINE CRISTINA COSTA GONZAGA**, ponto nº 118.051, do cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto C, CNE-12, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **LUIZ FELIPE PINHEIRO PISCO**, ponto nº 119.231, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, a partir de 27 de outubro de 2008.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **NATHALIA VARELA ALVARENGA**, ponto nº 119.578, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Líder do Partido Socialismo e Liberdade, a partir de 31 de outubro de 2008.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **SHIRLEY MESQUITA LOIOLA**, ponto nº 119.303, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Democratas.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **VICTOR ALEX CARDOSO CHAVES**, ponto nº 119.505, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo Vice-Presidente.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **RESOLVE**:

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **ALEXANDRE VARELA** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Socialismo e Liberdade, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **ENOCH OLIVEIRA DOS SANTOS** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **FLÁVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA** para exercer, na Ouvidoria Parlamentar, o cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **FRANCISCO FEITOSA SABÓIA DE MESQUITA** para exercer, no Gabinete do Segundo Vice-Presidente, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **FREDERICO PECHIR GOMES** para exercer, no Gabinete do Líder do Democratas, o cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **KARINE CRISTINA COSTA GONZAGA** para exercer, na Comissão de Educação e Cultura, da Coordenação de Comissões Permanentes, do Departamento de Comissões, o cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **SHIRLEY MESQUITA LOIOLA** para exercer, no Gabinete do Líder do Democratas, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

Câmara dos Deputados, 30 de outubro de 2008.
– Deputado **Arlindo Chinaglia**, Presidente.

PORTARIA

PORTARIA Nº 040/08

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, **RESOLVE**:

Renovar o credenciamento do Senhor **FERNANDO LUIZ ZANCAN** como Representante da **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO CARVÃO MINERAL / ABCM**.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 30 de **OUTUBRO** de 2008.


Deputado **OSMAR SERRAGLIO**
Primeiro-Secretário

MESA DIRETORA

Presidente:

ARLINDO CHINAGLIA - PT - SP

1º Vice-Presidente:

NARCIO RODRIGUES - PSDB - MG

2º Vice-Presidente:

INOCÊNCIO OLIVEIRA - PR - PE

1º Secretário:

OSMAR SERRAGLIO - PMDB - PR

2º Secretário:

CIRO NOGUEIRA - PP - PI

3º Secretário:

WALDEMIR MOKA - PMDB - MS

4º Secretário:

JOSÉ CARLOS MACHADO - DEM - SE

1º Suplente de Secretário:

MANATO - PDT - ES

2º Suplente de Secretário:

ARNON BEZERRA - PTB - CE

3º Suplente de Secretário:

ALEXANDRE SILVEIRA - PPS - MG

4º Suplente de Secretário:

DELEY - PSC - RJ

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Bloco PMDB, PTC

Líder: HENRIQUE EDUARDO ALVES

Vice-Líderes:

Edinho Bez, Elcione Barbalho, Fátima Pelaes, Lelo Coimbra, Maria Lúcia Cardoso, Natan Donadon, Tadeu Filippelli, Colbert Martins, Edson Ezequiel, Cezar Schirmer, Celso Maldaner, Marcelo Guimarães Filho, Darcísio Perondi, Mauro Benevides, Pedro Novais, Eunício Oliveira, Rodrigo Rocha Loures, Geraldo Resende, Ibsen Pinheiro, Luiz Bittencourt, Leonardo Quintão, Bernardo Ariston e Eduardo Cunha.

PT

Líder: MAURÍCIO RANDS

Vice-Líderes:

Beto Faro, Cândido Vaccarezza, Carlos Abicalil, Antonio Carlos Biscaia, Devanir Ribeiro, Fátima Bezerra, Fernando Ferro, Francisco Praciano, Iriny Lopes, Jorge Bittar, José Genoíno, Luiz Couto, Marco Maia, Miguel Corrêa, Paulo Rocha, Paulo Teixeira, Rubens Otoni, Vicentinho, Nilson Mourão e Décio Lima.

Bloco PSB, PDT, PCdoB, PMN, PRB

Líder: MÁRIO HERINGER

Vice-Líderes:

Márcio França (1º Vice), Ana Arraes, Dr. Ubiali, Lídice da Mata, Manoel Junior, Rodrigo Rollemberg, Valtenir Pereira, Brizola Neto, Dagoberto, Miro Teixeira, Severiano Alves, Vieira da Cunha, Daniel Almeida, Flávio Dino, Jô Moraes, Perpétua Almeida, Fábio Faria e Ciro Gomes.

PSDB

Líder: JOSÉ ANÍBAL

Vice-Líderes:

Bruno Araújo (1º Vice), Bruno Rodrigues, Gustavo Fruet, Lobbe Neto, Raimundo Gomes de Matos, Andreia Zito, Bonifácio de Andrada, Duarte Nogueira, João Almeida, Paulo Abi-ackel, Professor Ruy Pauletti, Renato Amary, Wandenkolk Gonçalves, Emanuel Fernandes e Silvio Torres.

DEM

Líder: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

Vice-Líderes:

Ronaldo Caiado (1º Vice), José Carlos Aleluia, Abelardo Lupion, Roberto Magalhães, Claudio Cajado, Marcio Junqueira, Paulo Bornhausen, Eduardo Sciarra, Alcení Guerra, Guilherme Campos,

Efraim Filho, Felipe Maia, Osório Adriano, Francisco Rodrigues e Jorginho Maluly.

PR

Líder: LUCIANO CASTRO

Vice-Líderes:

José Carlos Araújo (1º Vice), Aelton Freitas, Gorete Pereira, Sandro Mabel, Vicentinho Alves, José Rocha, Lincoln Portela, Leo Alcântara, Neilton Mulim, Lúcio Vale e Giacomo.

PP

Líder: MÁRIO NEGROMONTE

Vice-Líderes:

Benedito de Lira (1º Vice), Antonio Cruz, José Linhares, Pedro Henry, Roberto Balestra (Licenciado), Simão Sessim, Vadão Gomes, Vilson Covatti, Roberto Britto, Nelson Meurer e Dilceu Sperafico.

PTB

Líder: JOVAIR ARANTES

Vice-Líderes:

Arnaldo Faria de Sá, Pastor Manoel Ferreira, Paes Landim, Nelson Marquezelli e Alex Canziani.

PPS

Líder: FERNANDO CORUJA

Vice-Líderes:

Arnaldo Jardim (1º Vice), Moreira Mendes, Geraldo Thadeu e Humberto Souto.

PV

Líder: SARNEY FILHO

Vice-Líderes:

Edson Duarte, Roberto Santiago, Antônio Roberto e José Paulo Tóffano.

PSC

Líder: HUGO LEAL

Vice-Líderes:

Eduardo Amorim, Carlos Eduardo Cadoca e Silas Câmara.

Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD

PSOL

Repr.:

PHS

Repr.: MIGUEL MARTINI

PTdoB

Repr.: VINICIUS CARVALHO

PRTB

Repr.: JUVENIL

Liderança do Governo

Líder: HENRIQUE FONTANA

Vice-Líderes:

Beto Albuquerque, Wilson Santiago, Milton Monti, Ricardo Barros e Armando Abílio.

Liderança da Minoria

Líder: WALDIR NEVES

DEPUTADOS EM EXERCÍCIO**Roraima**

Angela Portela - PT
Edio Lopes - PMDB
Francisco Rodrigues - DEM
Luciano Castro - PR
Marcio Junqueira - DEM
Maria Helena - PSB
Neudo Campos - PP
Urzeni Rocha - PSDB

Amapá

Dalva Figueiredo - PT
Davi Alcolumbre - DEM
Evandro Milhomen - PCdoB
Fátima Pelaes - PMDB
Janete Capiberibe - PSB
Jurandil Juarez - PMDB
Lucenira Pimentel - PR
Sebastião Bala Rocha - PDT

Pará

Asdrubal Bentes - PMDB
Bel Mesquita - PMDB
Beto Faro - PT
Elcione Barbalho - PMDB
Gerson Peres - PP
Giovanni Queiroz - PDT
Jader Barbalho - PMDB
Lira Maia - DEM
Lúcio Vale - PR
Nilson Pinto - PSDB
Paulo Rocha - PT
Vic Pires Franco - DEM
Wandenkolk Gonçalves - PSDB
Wladimir Costa - PMDB
Zé Geraldo - PT
Zenaldo Coutinho - PSDB
Zequinha Marinho - PMDB

Amazonas

Átila Lins - PMDB
Carlos Souza - PP
Francisco Praciano - PT
Marcelo Serafim - PSB
Rebecca Garcia - PP
Ronaldo Leite - PHS
Silas Câmara - PSC
Vanessa Grazziotin - PCdoB

Rondônia

Anselmo de Jesus - PT
Eduardo Valverde - PT
Ernandes Amorim - PTB
Lindomar Garçon - PV
Marinha Raupp - PMDB
Mauro Nazif - PSB
Moreira Mendes - PPS
Natan Donadon - PMDB

Acre

Fernando Melo - PT
Flaviano Melo - PMDB
Gladson Cameli - PP
Henrique Afonso - PT
Ilderlei Cordeiro - PPS
Nilson Mourão - PT
Perpétua Almeida - PCdoB
Sergio Petecão - PMN

Tocantins

Eduardo Gomes - PSDB
João Oliveira - DEM
Laurez Moreira - PSB
Lázaro Botelho - PP
Moises Avelino - PMDB

Nilmar Ruiz - DEM
Osvaldo Reis - PMDB
Vicentinho Alves - PR

Maranhão

Carlos Brandão - PSDB
Cleber Verde - PRB
Clóvis Fecury - DEM
Davi Alves Silva Júnior - PDT
Domingos Dutra - PT
Flávio Dino - PCdoB
Gastão Vieira - PMDB
Julião Amin - PDT
Nice Lobão - DEM
Pedro Fernandes - PTB
Pedro Novais - PMDB
Pinto Itamaraty - PSDB
Professor Setimo - PMDB
Ribamar Alves - PSB
Roberto Rocha - PSDB
Sarney Filho - PV
Sebastião Madeira - PSDB
Waldir Maranhão - PP

Ceará

Aníbal Gomes - PMDB
Ariosto Holanda - PSB
Arnon Bezerra - PTB
Chico Lopes - PCdoB
Ciro Gomes - PSB
Eudes Xavier - PT
Eugênio Rabelo - PP
Eunício Oliveira - PMDB
Flávio Bezerra - PMDB
Gorete Pereira - PR
José Airton Cirilo - PT
José Guimarães - PT
José Linhares - PP
Leo Alcântara - PR
Manoel Salviano - PSDB
Marcelo Teixeira - PR
Mauro Benevides - PMDB
Pastor Pedro Ribeiro - PMDB
Paulo Henrique Lustosa - PMDB
Raimundo Gomes de Matos - PSDB
Vicente Arruda - PR
Zé Gerardo - PMDB

Piauí

Alberto Silva - PMDB
Átila Lira - PSB
B. Sá - PSB
Ciro Nogueira - PP
Júlio Cesar - DEM
Marcelo Castro - PMDB
Mussa Demes - DEM
Nazareno Fonteles - PT
Osmar Júnior - PCdoB
Paes Landim - PTB

Rio Grande do Norte

Betinho Rosado - DEM
Fábio Faria - PMN
Fátima Bezerra - PT
Felipe Maia - DEM
Henrique Eduardo Alves - PMDB
João Maia - PR
Rogério Marinho - PSB
Sandra Rosado - PSB

Paraíba

Armando Abílio - PTB
Damião Feliciano - PDT
Efraim Filho - DEM
Luiz Couto - PT
Manoel Junior - PSB

<p>Marcondes Gadelha - PSB Rômulo Gouveia - PSDB Vital do Rêgo Filho - PMDB Walter Brito Neto - PRB Wellington Roberto - PR Wilson Braga - PMDB Wilson Santiago - PMDB</p>	<p>Jusmari Oliveira - PR Jutahy Junior - PSDB Lídice da Mata - PSB Luiz Alberto - PT Luiz Bassuma - PT Luiz Carreira - DEM Marcelo Guimarães Filho - PMDB Marcos Medrado - PDT Mário Negromonte - PP Maurício Trindade - PR Nelson Pellegrino - PT Paulo Magalhães - DEM Roberto Britto - PP Sérgio Barradas Carneiro - PT Sérgio Brito - PDT Severiano Alves - PDT Tonha Magalhães - PR Uldurico Pinto - PMN Veloso - PMDB Walter Pinheiro - PT Zezéu Ribeiro - PT</p>
<p style="text-align: center;">Pernambuco</p> <p>Ana Arraes - PSB André de Paula - DEM Armando Monteiro - PTB Bruno Araújo - PSDB Bruno Rodrigues - PSDB Carlos Eduardo Cadoca - PSC Carlos Wilson - PT Edgar Moury - PMDB Eduardo da Fonte - PP Fernando Coelho Filho - PSB Fernando Ferro - PT Gonzaga Patriota - PSB Inocêncio Oliveira - PR José Chaves - PTB José Mendonça Bezerra - DEM Marcos Antonio - PRB Maurício Rands - PT Paulo Rubem Santiago - PDT Pedro Eugênio - PT Raul Henry - PMDB Raul Jungmann - PPS Renildo Calheiros - PCdoB Roberto Magalhães - DEM Silvio Costa - PMN Wolney Queiroz - PDT</p>	<p style="text-align: center;">Minas Gerais</p> <p>Ademir Camilo - PDT Aelton Freitas - PR Alexandre Silveira - PPS Antônio Andrade - PMDB Antônio Roberto - PV Aracely de Paula - PR Bilac Pinto - PR Bonifácio de Andrada - PSDB Carlos Melles - DEM Carlos Willian - PTC Ciro Pedrosa - PV Custódio Mattos - PSDB Edmar Moreira - DEM Eduardo Barbosa - PSDB Elismar Prado - PT Fábio Ramalho - PV Fernando Diniz - PMDB George Hilton - PP Geraldo Thadeu - PPS Gilmar Machado - PT Humberto Souto - PPS Jaime Martins - PR Jô Moraes - PCdoB João Bittar - DEM João Magalhães - PMDB José Fernando Aparecido de Oliveira - PV José Santana de Vasconcellos - PR Júlio Delgado - PSB Juvenil - PRTB Lael Varela - DEM Leonardo Monteiro - PT Leonardo Quintão - PMDB Lincoln Portela - PR Luiz Fernando Faria - PP Márcio Reinaldo Moreira - PP Marcos Montes - DEM Maria do Carmo Lara - PT Maria Lúcia Cardoso - PMDB Mário de Oliveira - PSC Mário Heringer - PDT Mauro Lopes - PMDB Miguel Corrêa - PT Miguel Martini - PHS Narcio Rodrigues - PSDB Odair Cunha - PT Paulo Abi-ackel - PSDB Paulo Piau - PMDB Rafael Guerra - PSDB Reginaldo Lopes - PT</p>
<p style="text-align: center;">Alagoas</p> <p>Augusto Farias - PTB Benedito de Lira - PP Carlos Alberto Canuto - PMDB Cristiano Matheus - PMDB Francisco Tenorio - PMN Givaldo Carimbão - PSB Joaquim Beltrão - PMDB Maurício Quintella Lessa - PR Olavo Calheiros - PMDB</p>	
<p style="text-align: center;">Sergipe</p> <p>Albano Franco - PSDB Eduardo Amorim - PSC Iran Barbosa - PT Jackson Barreto - PMDB José Carlos Machado - DEM Laercio Oliveira - PSDB Pedro Valadares - DEM Valadares Filho - PSB</p>	
<p style="text-align: center;">Bahia</p> <p>Alice Portugal - PCdoB Antonio Carlos Magalhães Neto - DEM Claudio Cajado - DEM Colbert Martins - PMDB Daniel Almeida - PCdoB Edigar Mão Branca - PV Edson Duarte - PV Fábio Souto - DEM Félix Mendonça - DEM Fernando de Fabinho - DEM Guilherme Menezes - PT João Almeida - PSDB João Carlos Bacelar - PR João Leão - PP Jorge Khoury - DEM José Carlos Aleluia - DEM José Carlos Araújo - PR José Rocha - PR</p>	

Rodrigo de Castro - PSDB	Arnaldo Faria de Sá - PTB
Saraiva Felipe - PMDB	Arnaldo Jardim - PPS
Virgílio Guimarães - PT	Arnaldo Madeira - PSDB
Vitor Penido - DEM	Beto Mansur - PP
Espírito Santo	Cândido Vaccarezza - PT
Camilo Cola - PMDB	Carlos Sampaio - PSDB
Iriny Lopes - PT	Carlos Zarattini - PT
Jurandy Loureiro - PSC	Celso Russomanno - PP
Lelo Coimbra - PMDB	Cláudio Magrão - PPS
Luiz Paulo Vellozo Lucas - PSDB	Clodovil Hernandez - PR
Manato - PDT	Devanir Ribeiro - PT
Neucimar Fraga - PR	Dr. Nechar - PV
Rita Camata - PMDB	Dr. Pinotti - DEM
Rose de Freitas - PMDB	Dr. Talmir - PV
Sueli Vidigal - PDT	Dr. Ubiali - PSB
Rio de Janeiro	Duarte Nogueira - PSDB
Alexandre Santos - PMDB	Edson Aparecido - PSDB
Andreia Zito - PSDB	Emanuel Fernandes - PSDB
Antonio Carlos Biscaia - PT	Fernando Chucre - PSDB
Arnaldo Vianna - PDT	Frank Aguiar - PTB
Ayrton Xerez - DEM	Guilherme Campos - DEM
Bernardo Ariston - PMDB	Ivan Valente - PSOL
Brizola Neto - PDT	Janete Rocha Pietá - PT
Carlos Santana - PT	Jefferson Campos - PTB
Chico Alencar - PSOL	Jilmar Tatto - PT
Chico D'angelo - PT	João Dado - PDT
Cida Diogo - PT	João Paulo Cunha - PT
Deley - PSC	Jorge Tadeu Mudalen - DEM
Dr. Adilson Soares - PR	Jorginho Maluly - DEM
Edmilson Valentim - PCdoB	José Aníbal - PSDB
Edson Ezequiel - PMDB	José Eduardo Cardozo - PT
Eduardo Cunha - PMDB	José Genoíno - PT
Eduardo Lopes - PSB	José Mentor - PT
Felipe Bornier - PHS	José Paulo Tóffano - PV
Fernando Gabeira - PV	Julio Semeghini - PSDB
Fernando Lopes - PMDB	Lobbe Neto - PSDB
Filipe Pereira - PSC	Luciana Costa - PR
Geraldo Pudim - PMDB	Luiza Erundina - PSB
Hugo Leal - PSC	Marcelo Ortiz - PV
Indio da Costa - DEM	Márcio França - PSB
Jair Bolsonaro - PP	Michel Temer - PMDB
Jorge Bittar - PT	Milton Monti - PR
Leandro Sampaio - PPS	Nelson Markezelli - PTB
Léo Vivas - PRB	Paulo Lima - PMDB
Leonardo Picciani - PMDB	Paulo Maluf - PP
Luiz Sérgio - PT	Paulo Pereira da Silva - PDT
Marcelo Itagiba - PMDB	Paulo Renato Souza - PSDB
Marina Muggessi - PPS	Paulo Teixeira - PT
Miro Teixeira - PDT	Regis de Oliveira - PSC
Neilton Mulim - PR	Reinaldo Nogueira - PDT
Nelson Bornier - PMDB	Renato Amary - PSDB
Otávio Leite - PSDB	Ricardo Berzoini - PT
Pastor Manoel Ferreira - PTB	Ricardo Tripoli - PSDB
Rodrigo Maia - DEM	Roberto Santiago - PV
Rogério Lisboa - DEM	Silvinho Peccioli - DEM
Sandro Matos - PR	Silvio Torres - PSDB
Silvio Lopes - PSDB	Vadão Gomes - PP
Simão Sessim - PP	Valdemar Costa Neto - PR
Solange Almeida - PMDB	Vanderlei Macris - PSDB
Solange Amaral - DEM	Vicentinho - PT
Suely - PR	Walter Ihoshi - DEM
Vinicius Carvalho - PTdoB	William Woo - PSDB
São Paulo	Mato Grosso
Abelardo Camarinha - PSB	Carlos Abicalil - PT
Aldo Rebelo - PCdoB	Carlos Bezerra - PMDB
Aline Corrêa - PP	Eduardo Moura - PPS
Antonio Bulhões - PMDB	Eliene Lima - PP
Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB	Pedro Henry - PP
Antonio Carlos Pannunzio - PSDB	Thelma de Oliveira - PSDB
Antonio Palocci - PT	Valtenir Pereira - PSB
Arlindo Chinaglia - PT	Wellington Fagundes - PR

Distrito Federal

Jofran Frejat - PR
José Edmar - PR
Laerte Bessa - PMDB
Magela - PT
Osório Adriano - DEM
Ricardo Quirino - PR
Rodrigo Rollemberg - PSB
Tadeu Filippelli - PMDB

Goiás

Carlos Alberto Leréia - PSDB
Chico Abreu - PR
Íris de Araújo - PMDB
João Campos - PSDB
Jovair Arantes - PTB
Leandro Vilela - PMDB
Leonardo Vilela - PSDB
Luiz Bittencourt - PMDB
Marcelo Melo - PMDB
Pedro Chaves - PMDB
Pedro Wilson - PT
Professora Raquel Teixeira - PSDB
Ronaldo Caiado - DEM
Rubens Otoni - PT
Sandes Júnior - PP
Sandro Mabel - PR
Tatico - PTB

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos Biffi - PT
Antonio Cruz - PP
Dagoberto - PDT
Geraldo Resende - PMDB
Nelson Trad - PMDB
Vander Loubet - PT
Waldemir Moka - PMDB
Waldir Neves - PSDB

Paraná

Abelardo Lupion - DEM
Affonso Camargo - PSDB
Airton Roveda - PR
Alceni Guerra - DEM
Alex Canziani - PTB
Alfredo Kaefer - PSDB
Andre Vargas - PT
Andre Zacharow - PMDB
Angelo Vanhoni - PT
Assis do Couto - PT
Barbosa Neto - PDT
Cezar Silvestri - PPS
Chico da Princesa - PR
Dilceu Sperafico - PP
Dr. Rosinha - PT
Eduardo Sciarra - DEM
Giacobo - PR
Gustavo Fruet - PSDB
Hermes Parcianello - PMDB
Luiz Carlos Haully - PSDB
Luiz Carlos Setim - DEM
Marcelo Almeida - PMDB
Moacir Micheletto - PMDB
Nelson Meurer - PP
Odílio Balbinotti - PMDB
Osmar Serraglio - PMDB
Ratinho Junior - PSC
Ricardo Barros - PP
Rodrigo Rocha Loures - PMDB
Takayama - PSC

Santa Catarina

Angela Amin - PP
Carlito Merss - PT
Celso Maldaner - PMDB

Décio Lima - PT
Djalma Berger - PSB
Edinho Bez - PMDB
Fernando Coruja - PPS
Gervásio Silva - PSDB
João Matos - PMDB
João Pizzolatti - PP
Mauro Mariani - PMDB
Nelson Goetten - PR
Paulo Bornhausen - DEM
Valdir Colatto - PMDB
Vignatti - PT
Zonta - PP

Rio Grande do Sul

Adão Pretto - PT
Afonso Hamm - PP
Beto Albuquerque - PSB
Cezar Schirmer - PMDB
Cláudio Diaz - PSDB
Darcísio Perondi - PMDB
Eliseu Padilha - PMDB
Enio Bacci - PDT
Germano Bonow - DEM
Henrique Fontana - PT
Ibsen Pinheiro - PMDB
José Otávio Germano - PP
Luciana Genro - PSOL
Luis Carlos Heinze - PP
Luiz Carlos Busato - PTB
Manuela D'ávila - PCdoB
Marco Maia - PT
Maria do Rosário - PT
Mendes Ribeiro Filho - PMDB
Nelson Proença - PPS
Onyx Lorenzoni - DEM
Paulo Pimenta - PT
Paulo Roberto - PTB
Pepe Vargas - PT
Pompeo de Mattos - PDT
Professor Ruy Pauletti - PSDB
Renato Molling - PP
Sérgio Moraes - PTB
Tarcísio Zimmermann - PT
Vieira da Cunha - PDT
Wilson Covatti - PP

COMISSÕES PERMANENTES**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Presidente: Onyx Lorenzoni (DEM)
 1º Vice-Presidente: Luiz Carlos Setim (DEM)
 2º Vice-Presidente: Paulo Piau (PMDB)
 3º Vice-Presidente: Afonso Hamm (PP)

Titulares**PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB**

Adão Pretto
 Afonso Hamm
 Anselmo de Jesus
 Antônio Andrade
 Assis do Couto
 Beto Faro
 Celso Maldaner
 Dilceu Sperafico
 Domingos Dutra
 Fernando Melo
 Flávio Bezerra ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}
 Jusmari Oliveira
 Leandro Vilela ^{vaga do PV}
 Luis Carlos Heinze
 Moacir Micheletto
 Odílio Balbinotti
 Paulo Piau
 Pedro Chaves
 Tatico
 Valdir Colatto
 Zé Gerardo
 Zonta
 (Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

PSDB/DEM/PPS

Abelardo Lupion
 Cezar Silvestri
 Davi Alcolumbre
 Duarte Nogueira

Eduardo Moura ^{vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB}

Humberto Souto
 Jerônimo Reis (Licenciado)

Leonardo Vilela
 Luiz Carlos Setim ^{vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN}

Onyx Lorenzoni
 Vitor Penido ^{vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN}
 Waldir Neves
 Wandenkolk Gonçalves
 (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
 1 vaga

PSB/PDT/PCdoB/PMN

B. Sá
 Dagoberto
 Fernando Coelho Filho
 Osmar Júnior
 (Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
 (Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

PV

(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
 Secretário(a): Moizes Lobo da Cunha

Suplentes

Airton Roveda
 Armando Abílio ^{vaga do PV}
 Benedito de Lira
 Camilo Cola
 Carlos Bezerra
 Darcísio Perondi
 Edio Lopes
 Ernandes Amorim
 José Guimarães
 Lázaro Botelho
 Marcelo Melo
 Nelson Meurer
 Nilson Mourão
 Osvaldo Reis
 Paulo Pimenta
 Rose de Freitas
 Sérgio Moraes
 Suely
 Vadão Gomes
 Vander Loubet
 Veloso
 Vignatti

Alfredo Kaefer
 Antonio Carlos Mendes Thame
 Arnaldo Jardim
 Betinho Rosado ^{vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN}

Carlos Melles

Cláudio Diaz
 Eduardo Sciarra ^{vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN}

Félix Mendonça
 Lael Varella ^{vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN}

Lira Maia
 Marcos Montes
 Moreira Mendes
 Ronaldo Caiado

Silvio Lopes

1 vaga

Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 32
 Telefones: 3216-6403/6404/6406
 FAX: 3216-6415

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Presidente: Janete Capiberibe (PSB)
 1º Vice-Presidente: Maria Helena (PSB)
 2º Vice-Presidente: Sergio Petecão (PMN)
 3º Vice-Presidente: Neudo Campos (PP)

Titulares**PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB**

Asdrubal Bentes
 Carlos Souza
 Dalva Figueiredo
 Francisco Praciano
 Luciano Castro
 Marcelo Castro
 Marinha Raupp
 Natan Donadon
 Neudo Campos
 Wellington Fagundes ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}

(Dep. do PV ocupa a vaga)

1 vaga

PSDB/DEM/PPS

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)

(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
 4 vagas

Suplentes

Átila Lins
 Elcione Barbalho
 Flaviano Melo
 Gladson Cameli
 Lucenira Pimentel
 Lúcio Vale
 Paulo Rocha ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}
 Silas Câmara
 Zé Geraldo

Zequinha Marinho

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
 (Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)

Idlerlei Cordeiro ^{vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB}

Lira Maia

Marcio Junqueira
 Moreira Mendes
 Nilmar Ruiz
 Urzeni Rocha
 (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Janete Capiberibe ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}
 Marcelo Serafim ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}

Maria Helena
 Sergio Petecão

PV

Lindomar Garçon ^{vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB}

Secretário(a): Iara Araújo Alencar Aires
 Local: Anexo II - Sala T- 59
 Telefones: 3216-6432
 FAX: 3216-6440

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente: Walter Pinheiro (PT)
 1º Vice-Presidente: Ratinho Junior (PSC)
 2º Vice-Presidente: Bilac Pinto (PR)
 3º Vice-Presidente: Paulo Roberto (PTB)

Titulares**PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB**

Beto Mansur
 Bilac Pinto
 Cristiano Matheus ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}

Dr. Adilson Soares
 Elismar Prado
 Eunício Oliveira

Suplentes

Angela Amin
 Angelo Vanhoni
 Cida Diogo

Colbert Martins
 Fernando Ferro
 Flávio Bezerra

Iriny Lopes	Frank Aguiar	José Mentor	George Hilton
Jader Barbalho	Gerson Peres	Leonardo Picciani	Hugo Leal vaga do PSOL
Jorge Bittar	Ibsen Pinheiro	Magela	Jaime Martins
José Chaves	Jilmar Tatto	Marcelo Guimarães Filho	Jefferson Campos
José Rocha	José Carlos Araújo	Marcelo Itagiba	João Carlos Bacelar
Maria do Carmo Lara	Nazareno Fonteles	Maurício Quintella Lessa	João Magalhães
Mendes Ribeiro Filho	Olavo Calheiros	Mauro Benevides	Laerte Bessa
Nelson Meurer	Paulo Piau	Michel Temer	Leo Alcântara
Paulo Henrique Lustosa	Rebecca Garcia vaga do PSDB/DEM/PPS	Nelson Pellegrino	Luiz Couto
Paulo Roberto	Roberto Britto	Nelson Trad	Maria do Rosário
Ratinho Junior	Sabino Castelo Branco (Licenciado)	Neucimar Fraga	Mauro Lopes
Sandes Júnior	Sérgio Barradas Carneiro	Odair Cunha	Mendes Ribeiro Filho
Silas Câmara	Veloso	Paes Landim	Odílio Balbinotti
Walter Pinheiro	Waldir Maranhão	Pastor Pedro Ribeiro	Pastor Manoel Ferreira
Wladimir Costa	Wilson Braga (Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	Paulo Maluf	Ricardo Barros
Zequinha Marinho		Regis de Oliveira	Rubens Otoni
	PSDB/DEM/PPS	Sérgio Barradas Carneiro	Sandes Júnior
Emanuel Fernandes	Arnaldo Jardim	Vicente Arruda	Sandro Mabel
Gustavo Fruet	Ayrton Xerez	Wilson Covatti vaga do PSDB/DEM/PPS	Tadeu Filippelli
Jorge Tadeu Mudalen	Carlos Brandão	Wilton Santiago (Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	Vital do Rêgo Filho 1 vaga
Jorginho Maluly	Davi Alcolumbre		PSDB/DEM/PPS
José Mendonça Bezerra	José Carlos Aleluia	Antonio Carlos Magalhães Neto	Alexandre Silveira
Julio Semeghini	Júlio Cesar	Ayrton Xerez	Antonio Carlos Pannunzio
Manoel Salviano	Lobbe Neto	Bonifácio de Andrada	Bruno Araújo
Nelson Proença	Professora Raquel Teixeira	Bruno Rodrigues	Carlos Alberto Leréia
Nilson Pinto	Rafael Guerra	Edmar Moreira	Fernando Coruja
Paulo Bornhausen	Raul Jungmann	Edson Aparecido	Humberto Souto
Vic Pires Franco (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)	Roberto Rocha (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/ PTdoB ocupa a vaga)	Efraim Filho	Jorginho Maluly
	PSB/PDT/PCdoB/PMN	Felipe Maia vaga do PSOL	Laercio Oliveira
Abelardo Camarinha	Ana Arraes	João Campos	Mussa Demes
Ariosto Holanda	Barbosa Neto	José Carlos Aleluia vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	Paulo Bornhausen
Enio Bacci	Djalma Berger	Jutahy Junior	Pinto Itamaraty
Luiza Erundina	Renildo Calheiros vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	Mendonça Prado (Licenciado)	Ricardo Tripoli
Miro Teixeira	Sérgio Brito	Moreira Mendes	Rodvalho (Licenciado)
Rodrigo Rollemberg	Uldurico Pinto (Dep. do PRB ocupa a vaga)	Paulo Magalhães	Ronaldo Caiado
	PV	Roberto Magalhães	Ronald Solange Amaral
Edigar Mão Branca	Dr. Nechar	Roberto Magalhães	Vic Pires Franco
	PRB	Silvinho Peccioli	Waldir Neves
	Walter Brito Neto vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN	Urzeni Rocha	William Woo
Secretário(a): Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira		Zenaldo Coutinho (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/ PTdoB ocupa a vaga)	
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 49			PSB/PDT/PCdoB/PMN
Telefones: 3216-6452 A 6458		Ciro Gomes	Beto Albuquerque
FAX: 3216-6465		Flávio Dino	Chico Lopes
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA		Francisco Tenorio	Edmilson Valentim
Presidente: Eduardo Cunha (PMDB)		Gonzaga Patriota	Eduardo Lopes
1º Vice-Presidente: Regis de Oliveira (PSC)		Sandra Rosado	Márcio França
2º Vice-Presidente: Maurício Quintella Lessa (PR)		Sérgio Brito	Marcondes Gadelha
3º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)		Valtenir Pereira	Pompeo de Mattos
Titulares	Suplentes	Wolney Queiroz	Severiano Alves
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB			PV
Antonio Carlos Biscaia	Antônio Carlos Biffi	Fábio Ramalho	Roberto Santiago
Augusto Farias	Aracely de Paula	Marcelo Ortiz	Sarney Filho
Benedito de Lira	Arnaldo Faria de Sá		PSOL
Cândido Vaccarezza	Átila Lins	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)
Carlos Bezerra	Bernardo Ariston	Secretário(a): Rejane Salete Marques	
Cezar Schirmer	Carlos Abicalil	Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 21	
Eduardo Cunha	Carlos Willian	Telefones: 3216-6494	
Geraldo Pudim	Colbert Martins	FAX: 3216-6499	
Gerson Peres	Dilceu Sperafico	COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	
João Paulo Cunha	Domingos Dutra	Presidente: Vital do Rêgo Filho (PMDB)	
José Eduardo Cardozo	Eduardo Valverde	1º Vice-Presidente: Antonio Cruz (PP)	
José Genoíno	Fátima Bezerra	2º Vice-Presidente: Walter Ihoshi (DEM)	

3º Vice-Presidente: Laerte Bessa (PMDB)		Osório Adriano	Guilherme Campos
Titulares	Suplentes	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)	Leandro Sampaio
Antonio Cruz	Eduardo da Fonte	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)	Luiz Paulo Vellozo Lucas
Celso Russomanno	Fernando Melo	1 vaga	Moreira Mendes ^{vaga do} PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Jefferson Campos	José Eduardo Cardozo		Vanderlei Macris ^{vaga do} PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
João Carlos Bacelar ^{vaga do} PSDB/DEM/PPS	Leandro Vilela		1 vaga
José Carlos Araújo	Marcelo Guimarães Filho		
Laerte Bessa	Maria do Carmo Lara	PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Leo Alcântara	Neudo Campos	Dr. Ubiali	Marcelo Serafim
Luciana Costa	Sandro Matos	Laurez Moreira	Rogério Marinho
Luiz Bassuma	Wladimir Costa		
Luiz Bittencourt	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)		
Vadão Gomes ^{vaga do} PSDB/DEM/PPS	1 vaga	PHS	
Vinicius Carvalho		Miguel Martini	Felipe Bornier
Vital do Rêgo Filho		Secretário(a): Anamélia Lima Rocha M. Fernandes	
	PSDB/DEM/PPS	Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala T33	
Carlos Sampaio	Cezar Silvestri ^{vaga do} PV	Telefones: 3216-6601 A 6609	
Rodrigo de Castro	Efraim Filho	FAX: 3216-6610	
Walter Ihoshi	Fernando de Fabinho		
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	Leandro Sampaio		
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC /PTdoB ocupa a vaga)	Nilmar Ruiz	COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC /PTdoB ocupa a vaga)	Paulo Abi-ackel	Presidente: Angela Amin (PP)	
	Renato Amary	1º Vice-Presidente: Filipe Pereira (PSC)	
	PSB/PDT/PCdoB/PMN	2º Vice-Presidente: Evandro Milhomen (PCdoB)	
Ana Arraes	Abelardo Camarinha	3º Vice-Presidente: Moises Avelino (PMDB)	
Barbosa Neto	Marcos Medrado	Titulares	Suplentes
Chico Lopes ^{vaga do} PSDB/DEM/PPS	Wolney Queiroz	Angela Amin	Cezar Schirmer
Júlio Delgado		Chico Abreu	Chico da Princesa
	PV	Eliene Lima ^{vaga do} PSDB/DEM/PPS	Jackson Barreto
Dr. Nechar	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	Filipe Pereira	Paulo Roberto
	PSOL	Flaviano Melo ^{vaga do} PSDB/DEM/PPS	Paulo Teixeira
	Ivan Valente ^{vaga do} PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	José Airton Cirilo	Raul Henry
		Lázaro Botelho ^{vaga do} PSDB/DEM/PPS	Ricardo Berzoini
Secretário(a): Lilian de Cássia Albuquerque Santos		Luiz Carlos Busato	Vicentinho
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 152		Marcelo Melo	(Dep. do PV ocupa a vaga)
Telefones: 3216-6920 A 6922		Mauro Mariani	1 vaga
FAX: 3216-6925		Moises Avelino	
		Zezéu Ribeiro	
		(Dep. do PV ocupa a vaga)	
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO		PSDB/DEM/PPS	
Presidente: Jilmar Tatto (PT)		Carlos Brandão	Arnaldo Jardim
1º Vice-Presidente: João Maia (PR)		Fernando Chucre	Francisco Rodrigues
2º Vice-Presidente: Renato Molling (PP)		(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC /PTdoB ocupa a vaga)	Gustavo Fruet
3º Vice-Presidente: José Guimarães (PT)		(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC /PTdoB ocupa a vaga)	Renato Amary
Titulares	Suplentes	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC /PTdoB ocupa a vaga)	Rogério Lisboa
Bernardo Ariston	Aline Corrêa	PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Edson Ezequiel	Antônio Andrade	Ademir Camilo	Flávio Dino
Fernando Lopes ^{vaga do} PSDB/DEM/PPS	Armando Monteiro	Evandro Milhomen	Silvio Costa
Jilmar Tatto	Assis do Couto	Uldurico Pinto	(Dep. do PRB ocupa a vaga)
João Maia	Carlos Eduardo Cadoca		
José Guimarães	Francisco Praciano	PV	
Jurandil Juarez	Reginaldo Lopes	José Paulo Tóffano ^{vaga do} PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	Roberto Santiago ^{vaga do} PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Lúcio Vale ^{vaga do} PSDB/DEM/PPS	Vicentinho Alves		
Miguel Corrêa	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	PRB	Marcos Antonio ^{vaga do} PSB/PDT/PCdoB/PMN
Nelson Goetten	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)		
Renato Molling		Secretário(a): Romulo de Sousa Mesquita	
Sérgio Moraes		Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188	
	PSDB/DEM/PPS	Telefones: 3216-6551/ 6554	
Fernando de Fabinho	Albano Franco	FAX: 3216-6560	
		COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS	
		Presidente: Pompeo de Mattos (PDT)	

1º Vice-Presidente: Sebastião Bala Rocha (PDT)		Reginaldo Lopes	1 vaga
2º Vice-Presidente: Sueli Vidigal (PDT)		Waldir Maranhão	
3º Vice-Presidente: Cleber Verde (PRB)		(Dep. do PRB ocupa a vaga)	
Titulares	Suplentes	PSDB/DEM/PPS	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB		Clóvis Fecury	Eduardo Gomes
Airton Roveda <small>vaga do PHS</small>	Adão Pretto	Izalci (Licenciado)	João Oliveira
Janete Rocha Pietá	Henrique Afonso	Lira Maia	Jorginho Maluly
Lincoln Portela <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	Iriny Lopes	Lobbe Neto	Paulo Magalhães
Lucenira Pimentel	José Linhares	Nice Lobão	Paulo Renato Souza
Luiz Alberto	Jusmari Oliveira	Nilmar Ruiz	Professor Ruy Pauletti
Luiz Couto	Paulo Henrique	Pinto Itamaraty	Raimundo Gomes de Matos
	Lustosa	Professora Raquel Teixeira	Vic Pires Franco
Pastor Manoel Ferreira	3 vagas	(Dep. do	
Pedro Wilson		PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT	(Dep. do PV ocupa a vaga)
Suely		C/PTdoB ocupa a vaga)	
Veloso		(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	1 vaga
(Dep. do PV ocupa a vaga)		PSB/PDT/PCdoB/PMN	
PSDB/DEM/PPS		Alice Portugal	Ariosto Holanda
Affonso Camargo	Eduardo Barbosa	Átila Lira	Dr. Ubiali
Geraldo Thadeu	Eduardo Moura	Rogério Marinho	Lídice da Mata
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	João Almeida	Severiano Alves	Luiza Erundina
(Dep. do			<small>vaga do</small>
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	2 vagas		Paulo Rubem Santiago
ocupa a vaga)			<small>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small>
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)		PV	
PSB/PDT/PCdoB/PMN		(Dep. do	
Pompeo de Mattos	Janete Capiberibe	PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT	Dr. Talmir <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>
Sebastião Bala Rocha	Rodrigo	C/PTdoB ocupa a vaga)	
Sueli Vidigal <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	Rollemberg		Marcelo Ortiz
		PRB	
PHS		Walter Brito Neto <small>vaga do</small>	
(Dep. do		<small>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small>	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	1 vaga		
ocupa a vaga)		PSOL	
PRB		Ivan Valente <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	
Cleber Verde	1 vaga	Secretário(a): Iracema Marques	
		Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 170	
PV		Telefones: 3216-6622/6625/6627/6628	
Antônio Roberto <small>vaga do</small>		FAX: 3216-6635	
<small>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small>			
PSOL		COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO	
Chico Alencar <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>		Presidente: Pedro Eugênio (PT)	
Secretário(a): Márcio Marques de Araújo		1º Vice-Presidente: João Magalhães (PMDB)	
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185		2º Vice-Presidente: Félix Mendonça (DEM)	
Telefones: 3216-6571		3º Vice-Presidente: Antonio Palocci (PT)	
FAX: 3216-6580		Titulares	Suplentes
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Presidente: João Matos (PMDB)		Aelton Freitas	Andre Vargas
1º Vice-Presidente: Rogério Marinho (PSB)		Antonio Palocci	Carlos Souza
2º Vice-Presidente: Osvaldo Reis (PMDB)		Armando Monteiro	Devanir Ribeiro
3º Vice-Presidente: Alex Canziani (PTB)		Carlito Meress	Eduardo Cunha
Titulares	Suplentes	Colbert Martins	João Paulo Cunha
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB		Eduardo Amorim	Magela
Alex Canziani <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	Angela Portela	João Leão	Marcelo Almeida
Angelo Vanhoni	Antonio Bulhões	João Magalhães	Maurício Quintella Lessa
Antônio Carlos Biffi	Arnon Bezerra	José Pimentel (Licenciado)	Nelson Bornier
Carlos Abicalil	Dalva Figueiredo	Pedro Eugênio	Nelson Marquezelli
Fátima Bezerra	Edgar Moury	Pedro Novais	Paulo Maluf
Frank Aguiar	Elismar Prado	Pepe Vargas	Tarcísio Zimmermann
Gastão Vieira	Gilmar Machado	Ricardo Berzoini <small>vaga do PV</small>	Tonha Magalhães
Iran Barbosa	José Linhares	Rodrigo Rocha Loures	Vicente Arruda <small>vaga do PSOL</small>
João Matos	Márcio Reinaldo Moreira	Vignatti	Wilson Covatti <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>
Joaquim Beltrão	Mauro Benevides	Virgílio Guimarães	Wilson Santiago
Lelo Coimbra	Milton Monti	(Dep. do PSDB/DEM/PPS	
Maria do Rosário <small>vaga do PV</small>	Pedro Wilson	ocupa a vaga)	
Neilton Mulim	Renato Molling	1 vaga	(Dep. do PSDB/DEM/PPS
Osvaldo Reis	Rodrigo Rocha Loures		ocupa a vaga)
Professor Setimo	Saraiva Felipe	PSDB/DEM/PPS	1 vaga
Raul Henry	(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN	Alfredo Kaefer <small>vaga do</small>	
ocupa a vaga)		<small>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small>	
		Arnaldo Madeira	Arnaldo Jardim
		Carlos Melles	Duarte Nogueira
			João Bittar

Félix Mendonça Fernando Coruja Guilherme Campos <small>vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN</small>	João Oliveira Jorge Khoury Julio Semeghini Nelson Proença <small>vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small>	Marcos Antonio <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small> PHS Felipe Bornier <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small> PRTB Juvenil <small>vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small>
Júlio Cesar Luiz Carlos Haully Luiz Carreira Mussa Demes Paulo Renato Souza <small>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga</small> Rômulo Gouveia PSB/PDT/PCdoB/PMN João Dado Manoel Junior Silvio Costa (Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga) PV (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga) PSOL Luciana Genro <small>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga</small>	Osório Adriano Otavio Leite Rodrigo de Castro (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga) Ciro Gomes Dagoberto Julião Amin Osmar Júnior Fábio Ramalho (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)	Secretário(a): Maria Linda Magalhães Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161 Telefones: 3216-6671 A 6675 FAX: 3216-6676
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE Presidente: Dr. Pinotti (DEM) 1º Vice-Presidente: João Oliveira (DEM) 2º Vice-Presidente: Paulo Pimenta (PT) 3º Vice-Presidente: Titulares <small>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small> Aníbal Gomes Carlos Willian Fernando Diniz Jaime Martins <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small> João Pizzolatti Leonardo Quintão Paulo Pimenta Rubens Otoni Vicentinho Alves (Dep. do PRTB ocupa a vaga) 2 vagas PSDB/DEM/PPS Custódio Mattos Dr. Pinotti João Oliveira (Dep. do PHS ocupa a vaga) (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga) (Dep. do PRB ocupa a vaga) PSB/PDT/PCdoB/PMN Damião Feliciano Manato (Dep. do PRB ocupa a vaga) PRB Léo Vivas <small>vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN</small>		COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Presidente: Adão Pretto (PT) 1º Vice-Presidente: Eduardo Amorim (PSC) 2º Vice-Presidente: Pedro Wilson (PT) 3º Vice-Presidente: Dr. Talmir (PV) Titulares <small>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small> Adão Pretto Eduardo Amorim Fátima Bezerra Jurandil Juarez Pedro Wilson Silas Câmara Suely 3 vagas PSDB/DEM/PPS Eduardo Gomes Geraldo Thadeu (Dep. do PSOL ocupa a vaga) 2 vagas PSB/PDT/PCdoB/PMN Luiza Erundina (Dep. do PRB ocupa a vaga) PV Dr. Talmir PRB Walter Brito Neto <small>vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN</small> PSOL Chico Alencar <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small> Secretário(a): Sônia Hypolito Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122 Telefones: 3216-6692 / 6693 FAX: 3216-6700
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Presidente: Adão Pretto (PT) 1º Vice-Presidente: Eduardo Amorim (PSC) 2º Vice-Presidente: Pedro Wilson (PT) 3º Vice-Presidente: Dr. Talmir (PV) Titulares <small>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small> Adão Pretto Eduardo Amorim Fátima Bezerra Jurandil Juarez Pedro Wilson Silas Câmara Suely 3 vagas PSDB/DEM/PPS Eduardo Gomes Geraldo Thadeu (Dep. do PSOL ocupa a vaga) 2 vagas PSB/PDT/PCdoB/PMN Luiza Erundina (Dep. do PRB ocupa a vaga) PV Dr. Talmir PRB Walter Brito Neto <small>vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN</small> PSOL Chico Alencar <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small> Secretário(a): Sônia Hypolito Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122 Telefones: 3216-6692 / 6693 FAX: 3216-6700		Suplentes Fernando Ferro Iran Barbosa João Pizzolatti Leonardo Monteiro Lincoln Portela Mário de Oliveira 4 vagas Eduardo Barbosa 4 vagas Paulo Pereira da Silva 1 vaga 1 vaga
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Presidente: André de Paula (DEM) 1º Vice-Presidente: Ricardo Tripoli (PSDB) 2º Vice-Presidente: Jorge Khoury (DEM) 3º Vice-Presidente: Marcos Montes (DEM) Titulares <small>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small> Leonardo Monteiro Marcelo Almeida Mário de Oliveira Paulo Teixeira Rebecca Garcia (Dep. do PV ocupa a vaga) (Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga) (Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga) (Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga) 1 vaga PSDB/DEM/PPS André de Paula Antonio Carlos Mendes Thame		Suplentes Antonio Palocci Beto Faro Iran Barbosa Moacir Micheletto Valdir Colatto (Dep. do PV ocupa a vaga) (Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga) (Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga) (Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga) (Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga) Arnaldo Jardim <small>vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN</small> Augusto Carvalho (Licenciado)

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Presidente: Raul Jungmann (PPS)
 1º Vice-Presidente: Marina Maggessi (PPS)
 2º Vice-Presidente: Pinto Itamaraty (PSDB)
 3º Vice-Presidente: Marcelo Melo (PMDB)

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Antonio Carlos Biscaia	Cristiano Matheus
Arnaldo Faria de Sá	Fátima Pelaes
Fernando Melo	Hugo Leal <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>
Jair Bolsonaro	Iriny Lopes
Laerte Bessa	José Eduardo Cardozo
Lincoln Portela	José Genoíno
Marcelo Melo	Marcelo Itagiba
Mauro Lopes	Neilton Mulim
Paulo Pimenta	Neucimar Fraga
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)

PSDB/DEM/PPS

Abelardo Lupion	Carlos Sampaio
Alexandre Silveira <small>vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small>	Félix Mendonça
Edmar Moreira	Guilherme Campos
João Campos	William Woo
	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Francisco Tenorio	Ademir Camilo
Givaldo Carimbão	Enio Bacci
	Gonzaga Patriota <small>vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small>

PV

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga) (Dep. do PSOL ocupa a vaga)

PSOL

Luciana Genro vaga do PV

Secretário(a): Kátia da Consolação dos Santos Viana
 Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 166-C
 Telefones: 3216-6761 / 6762
 FAX: 3216-6770

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: Jofran Frejat (PR)
 1º Vice-Presidente: Rafael Guerra (PSDB)
 2º Vice-Presidente: Maurício Trindade (PR)
 3º Vice-Presidente: Raimundo Gomes de Matos (PSDB)

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Aline Corrêa	Antonio Cruz
Angela Portela	Clodovil Hernandes
Antonio Bulhões <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	Dr. Rosinha
Armando Abílio <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	Geraldo Pudim
Arnaldo Faria de Sá	Gorete Pereira
Chico D'angelo	Guilherme Menezes
Cida Diogo	Íris de Araújo
Darcísio Perondi	Janete Rocha Pietá
Geraldo Resende	Lelo Coimbra
Henrique Afonso	Luiz Bassuma
Jofran Frejat	Marcelo Castro
José Linhares	Mário Negromonte
Maurício Rands	Neilton Mulim
Maurício Trindade	Pastor Pedro Ribeiro
Nazareno Fonteles	Pepe Vargas
Rita Camata	Simão Sessim

Roberto Britto 1 vaga

Saraiva Felipe
 Solange Almeida
 Tonha Magalhães vaga do PSOL

PSDB/DEM/PPS

Eduardo Barbosa	Andreia Zito
Germano Bonow	Dr. Pinotti
João Bittar	Fernando Coruja <small>vaga do PSOL</small>
Leandro Sampaio	Geraldo Thadeu
Rafael Guerra	Índio da Costa
Raimundo Gomes de Matos	João Campos
Ronaldo Caiado	Jorge Tadeu Mudalen
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Leonardo Vilela
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	Nice Lobão
1 vaga	Sebastião Madeira
	Thelma de Oliveira

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Mário Heringer	Jô Moraes
Mauro Nazif	Manato
Paulo Rubem Santiago	Valtenir Pereira
Ribamar Alves	(Dep. do PHS ocupa a vaga)

PV

Dr. Talmir Dr. Nechar

PSOL

(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga) (Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

PHS

Miguel Martini vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN

Secretário(a): Lin Israel Costa dos Santos
 Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145
 Telefones: 3216-6787 / 6781 A 6786
 FAX: 3216-6790

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Presidente: Pedro Fernandes (PTB)
 1º Vice-Presidente: Nelson Marquezelli (PTB)
 2º Vice-Presidente: Elcione Barbalho (PMDB)
 3º Vice-Presidente: Eudes Xavier (PT)

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Aracely de Paula	Átila Lins
Edgar Moury	Carlos Alberto Canuto
Elcione Barbalho	Carlos Santana
Eudes Xavier	Edinho Bez
Gorete Pereira <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	Filipe Pereira
Jovair Arantes	Iriny Lopes
Marco Maia	João Pizzolatti
Milton Monti <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	José Otávio Germano
Nelson Marquezelli	Luiz Carlos Busato
Paulo Rocha	Nelson Pellegrino
Pedro Fernandes	Tadeu Filippelli
Pedro Henry	Vinicius Carvalho
Sandro Mabel	Walter Pinheiro
Tarcísio Zimmermann	
Vicentinho <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	
Wilson Braga	

PSDB/DEM/PPS

Andreia Zito	Carlos Alberto Leréia
Cláudio Magrão	Eduardo Barbosa
Laercio Oliveira	Eduardo Gomes
Thelma de Oliveira	João Campos
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	José Carlos Aleluia

doB ocupa a vaga) (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT doB ocupa a vaga) (Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga) (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT doB ocupa a vaga)	(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga) (Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga) 1 vaga	PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Daniel Almeida Paulo Pereira da Silva Renildo Calheiros <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small> Vanessa Grazziotin	Alice Portugal Manuela D'ávila <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small> Maria Helena Mauro Nazif Sebastião Bala Rocha <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>		
	PV		
Roberto Santiago Secretário(a): Anamélia Ribeiro Correia de Araújo Local: Anexo II, Sala T 50 Telefones: 3216-6805 / 6806 / 6807 FAX: 3216-6815	Edigar Mão Branca		
COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO			
Presidente: Albano Franco (PSDB) 1º Vice-Presidente: Fábio Souto (DEM) 2º Vice-Presidente: Silvio Torres (PSDB) 3º Vice-Presidente: Marcelo Teixeira (PR)			
Titulares	Suplentes		
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB			
Arnon Bezerra Carlos Eduardo Cadoca <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small> Carlos Wilson Deley Edinho Bez Eugênio Rabelo Francisco Rossi (Licenciado) Gilmar Machado Guilherme Menezes Hermes Parcianello Marcelo Teixeira	Afonso Hamm Alex Canziani Asdrubal Bentes Eudes Xavier Fernando Lopes Joaquim Beltrão José Chaves José Rocha Jurandil Juarez <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small> Miguel Corrêa 1 vaga		
	PSDB/DEM/PPS		
Albano Franco Fábio Souto Otavio Leite Silvio Torres (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga) (Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	Andreia Zito Fernando Chucre Jerônimo Reis (Licenciado) Luiz Carlos Setim Moreira Mendes (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)		
	PSB/PDT/PCdoB/PMN		
Brizola Neto Lídice da Mata <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small> Manuela D'ávila Valadares Filho Secretário(a): James Lewis Gorman Junior Local: Anexo II, Ala A , Sala 5, Térreo Telefones: 3216-6831 / 6832 / 6833 FAX: 3216-6835	Fábio Faria Laurez Moreira Sueli Vidigal		
COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES			
Presidente: Carlos Alberto Leréia (PSDB) 1º Vice-Presidente: Roberto Rocha (PSDB) 2º Vice-Presidente: Alexandre Silveira (PPS) 3º Vice-Presidente:			
Titulares	Suplentes		
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB			
Alberto Silva Camilo Cola Carlos Santana Carlos Zarattini Chico da Princesa Devanir Ribeiro Eliseu Padilha Gladson Cameli Hugo Leal Jackson Barreto Jurandy Loureiro Mauro Lopes Nelson Bornier Olavo Calheiros Ricardo Barros Sandro Matos <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small> Tadeu Filippelli Wellington Roberto <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	Aline Corrêa Anselmo de Jesus Celso Maldaner Décio Lima João Leão João Magalhães José Airton Cirilo Marco Maia Marinha Raupp Moises Avelino Pedro Chaves Pedro Fernandes Rita Camata Sandes Júnior Wellington Fagundes <small>vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN</small> Zezéu Ribeiro 1 vaga		
	PSDB/DEM/PPS		
Alexandre Silveira Carlos Alberto Leréia Cláudio Diaz Ilderlei Cordeiro Lael Varella Roberto Rocha Vanderlei Macris (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga) (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)	Afonso Camargo Arnaldo Jardim Claudio Cajado Fernando Chucre Geraldo Thadeu Julio Semeghini Paulo Bornhausen Rômulo Gouveia Silvio Torres		
	PSB/PDT/PCdoB/PMN		
Beto Albuquerque Davi Alves Silva Júnior Djalma Berger Giovanni Queiroz Ciro Pedrosa Secretário(a): Ruy Omar Prudencio da Silva Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 175 Telefones: 3216-6853 A 6856 FAX: 3216-6860	Damião Feliciano Evandro Milhomen Gonzaga Patriota (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga) PV José Paulo Tóffano		
COMISSÕES TEMPORÁRIAS			
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ANALISAR PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS QUE TENHAM POR OBJETIVO O COMBATE À PIRATARIA.			
Presidente: Pedro Chaves (PMDB) 1º Vice-Presidente: Guilherme Campos (DEM) 2º Vice-Presidente: Julio Semeghini (PSDB) 3º Vice-Presidente: Celso Russomanno (PP) Relator: Maria do Rosário (PT)			
Titulares	Suplentes		
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB			
Antonio Carlos Biscaia Celso Russomanno Jurandil Juarez Maria do Rosário Maurício Quintella Lessa Nelson Marquezelli Pedro Chaves Regis de Oliveira Tarcísio Zimmermann	Arnaldo Faria de Sá Bilac Pinto Eduardo Valverde Laerte Bessa Marco Maia Mauro Lopes Paulo Henrique Lustosa Renato Molling Waldir Maranhão		
	PSDB/DEM/PPS		

Arnaldo Jardim	Augusto Carvalho (Licenciado)	Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Duarte Nogueira	Carlos Sampaio	Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Guilherme Campos	Emanuel Fernandes	Telefones: 3216.6209
Julio Semeghini	2 vagas	FAX: 3216.6225
Professora Raquel Teixeira		
PSB/PDT/PCdoB/PMN		
Marcelo Serafim	Beto Albuquerque	
Vanessa Grazziotin	1 vaga	
PV		
José Fernando Aparecido de Oliveira	Lindomar Garçon	
PRB		
Marcos Antonio	1 vaga	
Secretário(a): Maria de Fátima Moreira		
Local: Anexo II - Pavimento Superior, Sala 150-A		
Telefones: 3216-6204		
FAX: 3216-6225		
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR, ATÉ O DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2008, A APLICAÇÃO DAS SEGUINTE LEIS DE ANISTIA: LEI Nº 8878/1994, QUE "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANISTIA"; LEI Nº 10.790/2003, QUE "CONCEDE ANISTIA A DIRIGENTES OU REPRESENTANTES SINDICAIS E TRABALHADORES PUNIDOS POR PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO"; LEI Nº 11.282/2006, QUE "ANISTIA OS TRABALHADORES DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS-ECT PUNIDOS EM RAZÃO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO GREVISTA"; E LEI Nº 10.559/2002, QUE "REGULAMENTA O ARTIGO 8º DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".		
Presidente: Daniel Almeida (PCdoB)		
1º Vice-Presidente: Claudio Cajado (DEM)		
2º Vice-Presidente: Tarcísio Zimmermann (PT)		
3º Vice-Presidente:		
Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)		
Titulares	Suplentes	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB		
Arnaldo Faria de Sá	Aracely de Paula	
Chico Abreu	Carlito Merss	
Elcione Barbalho	Carlos Santana	
Fernando Ferro	Fátima Bezerra	
Fernando Lopes	Filipe Pereira	
George Hilton	Luiz Couto	
Magela	3 vagas	
Pastor Manoel Ferreira		
Tarcísio Zimmermann		
Wilson Braga	vaga do PSDB/DEM/PPS	
PSDB/DEM/PPS		
Andreia Zito	Eduardo Barbosa	
Arnaldo Jardim	Emanuel Fernandes	
Claudio Cajado	3 vagas	
João Almeida		
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)		
PSB/PDT/PCdoB/PMN		
Daniel Almeida	Pompeo de Mattos	
Lídice da Mata	Reinaldo Nogueira	
PV		
Sarney Filho	Fernando Gabeira	
PHS		
Felipe Bornier	1 vaga	
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31-A, DE 2007, DO SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES, QUE "ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, UNIFICA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO, DENTRE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".		
Presidente: Antonio Palocci (PT)		
1º Vice-Presidente: Edinho Bez (PMDB)		
2º Vice-Presidente: Paulo Renato Souza (PSDB)		
3º Vice-Presidente: Humberto Souto (PPS)		
Relator: Sandro Mabel (PR)		
Titulares	Suplentes	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB		
Antonio Palocci	Átila Lins	
Armando Monteiro	Carlos Zarattini	
Carlito Merss	Celso Maldaner	
Cezar Schirmer	Eduardo Valverde	
Edinho Bez	João Leão	
Gastão Vieira	João Maia	
Gerson Peres	Jorge Bittar	
Lelo Coimbra	Luiz Carlos Busato	
Paulo Maluf	Márcio Reinaldo Moreira	
Pepe Vargas	Odair Cunha	
Sandro Mabel	Pedro Chaves	
Virgílio Guimarães	Rodrigo Rocha Loures	
PSDB/DEM/PPS		
Eduardo Sciarra	Alfredo Kaefer	
Humberto Souto	Arnaldo Jardim	
Luiz Carlos Haully	Carlos Melles	
Mussa Demes	Júlio Cesar	
Otavio Leite	Leonardo Vilela	
Paulo Bornhausen	Luiz Carreira	
Paulo Renato Souza	Wandenkolk Gonçalves	
PSB/PDT/PCdoB/PMN		
Ana Arraes	Francisco Tenorio	
Chico Lopes	João Dado	
Miro Teixeira	Manoel Junior	
PV		
Fábio Ramalho	Sarney Filho	
PSOL		
Luciana Genro	Ivan Valente	
Secretário(a): Eveline Alminta		
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A		
Telefones: 3216.6211		
FAX: 3216.6225		
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 98-A, DE 2007, DO SENHOR OTÁVIO LEITE, QUE "ACRESCENTA A ALÍNEA (E) AO INCISO VI DO ART. 150 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", INSTITUINDO IMUNIDADE TRIBUTÁRIA SOBRE OS FONOGRAMAS E VIDEOFONOGRAMAS MUSICAIS PRODUZIDOS NO BRASIL, CONTENDO OBRAS MUSICAIS OU LÍTERO-MUSICAIS DE AUTORES BRASILEIROS, E/OU OBRAS EM GERAL INTERPRETADAS POR ARTISTAS BRASILEIROS, BEM COMO OS SUPORTES MATERIAIS OU ARQUIVOS DIGITAIS QUE OS CONTENHAM.		
Presidente: Décio Lima (PT)		
1º Vice-Presidente: Arnaldo Jardim (PPS)		
2º Vice-Presidente: Marcelo Serafim (PSB)		
3º Vice-Presidente: Chico Alencar (PSOL)		
Relator: José Otávio Germano (PP)		
Titulares	Suplentes	

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Antônio Andrade Fernando Ferro
 Bilac Pinto Lincoln Portela
 Chico D'angelo Mendes Ribeiro Filho
 Décio Lima Sabino Castelo Branco (Licenciado)
 Elismar Prado 5 vagas
 Frank Aguiar
 José Otávio Germano
 Luiz Bittencourt
 Nelson Trad

PSDB/DEM/PPS

Albano Franco Leandro Sampaio
 Arnaldo Jardim Professora Raquel Teixeira
 Davi Alcolumbre 3 vagas
 Marcos Montes
 Otavio Leite

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Marcelo Serafim 2 vagas
 Vanessa Grazziotin

PV

Edigar Mão Branca 1 vaga

PSOL

Chico Alencar 1 vaga

Secretário(a): Angélica Fialho
 Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
 Telefones: 3216-6218 / 3216-6232
 FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 130-A, DE 2007, DO SR. MARCELO ITAGIBA, QUE "REVOGA O INCISO X DO ART. 29; O INCISO III DO ART. 96; AS ALÍNEAS 'B' E 'C' DO INCISO I DO ART. 102; A ALÍNEA 'A' DO INCISO I DO ART. 105; E A ALÍNEA "A" DO INCISO I DO ART. 108, TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (REVOGA DISPOSITIVOS QUE GARANTEM A PRERROGATIVA DE FORO OU "FORO PRIVILEGIADO").

Presidente: Dagoberto (PDT)
 1º Vice-Presidente: Jorge Tadeu Mudalen (DEM)
 2º Vice-Presidente: Paulo Abi-ackel (PSDB)
 3º Vice-Presidente: Gonzaga Patriota (PSB)
 Relator: Regis de Oliveira (PSC)

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Aníbal Gomes Átilla Lins
 Arnon Bezerra Fátima Pelaes
 Eduardo Valverde Marcelo Itagiba
 Fernando Ferro Maurício Quintella Lessa
 João Pizzolatti Nilson Mourão
 Jorge Bittar Pedro Fernandes
 Laerte Bessa Rubens Otoni
 Regis de Oliveira Sandes Júnior
 Vicente Arruda Virgílio Guimarães

PSDB/DEM/PPS

Alexandre Silveira Antonio Carlos Pannunzio
 Jorge Tadeu Mudalen Geraldo Thadeu
 Osório Adriano William Woo
 Paulo Abi-ackel 2 vagas
 Ricardo Tripoli

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Dagoberto Paulo Rubem Santiago
 Gonzaga Patriota 1 vaga

PV

Fábio Ramalho 1 vaga

PHS

Felipe Bornier Miguel Martini

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques
 Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
 Telefones: 3216.6214
 FAX: 3216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22-A, DE 1999, DO SENHOR ENIO BACCI, QUE "AUTORIZA O DIVÓRCIO APÓS 1 (UM) ANO DE SEPARAÇÃO DE FATO OU DE DIREITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", ALTERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 226, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Presidente: José Carlos Araújo (PR)
 1º Vice-Presidente: Cândido Vaccarezza (PT)
 2º Vice-Presidente: Geraldo Pudim (PMDB)
 3º Vice-Presidente: Mendonça Prado (DEM)

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Arnaldo Faria de Sá Angela Portela
 Cândido Vaccarezza Carlos Zarattini
 Geraldo Pudim Luciano Castro
 José Carlos Araújo Mendes Ribeiro Filho
 Marcelo Guimarães Filho Reginaldo Lopes
 Maria Lúcia Cardoso Roberto Britto
 Rebecca Garcia 3 vagas
 Sérgio Barradas Carneiro
 1 vaga

PSDB/DEM/PPS

Bruno Araújo Bonifácio de Andrada
 Fernando Coruja Otavio Leite
 Jutahy Junior 3 vagas
 Mendonça Prado (Licenciado)
 Roberto Magalhães

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Valadares Filho 2 vagas
 Wolney Queiroz

PV

Roberto Santiago 1 vaga

PSOL

Luciana Genro Chico Alencar

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
 Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
 Telefones: 3216-6232
 FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 308-A, DE 2004, DO SR. NEUTON LIMA, QUE "ALTERA OS ARTS. 21, 32 E 144, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CRIANDO AS POLÍCIAS PENITENCIÁRIAS FEDERAL E ESTADUAIS".

Presidente: Nelson Pellegrino (PT)
 1º Vice-Presidente: Neucimar Fraga (PR)
 2º Vice-Presidente: William Woo (PSDB)
 3º Vice-Presidente: Mendonça Prado (DEM)
 Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Afonso Hamm Arnon Bezerra
 Arnaldo Faria de Sá Eduardo Valverde
 Fernando Melo Fernando Ferro
 Iriny Lopes Francisco Rossi (Licenciado)
 Laerte Bessa José Guimarães
 Marcelo Itagiba Leonardo Picciani
 Nelson Pellegrino Lincoln Portela
 Neucimar Fraga 2 vagas
 Vital do Rêgo Filho

PSDB/DEM/PPS

Mendonça Prado (Licenciado) Alexandre Silveira
 Raul Jungmann Ayrton Xerez
 Rodrigo de Castro Edson Aparecido
 William Woo Pinto Itamaraty
 1 vaga 1 vaga

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Francisco Tenorio Sueli Vidigal
 João Dado 1 vaga

<p>Marcelo Ortiz PV PSOL Chico Alencar Secretário(a): Mário Dráusio Oliveira de A. Coutinho Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 3216-6203 / 3216-6232 FAX: 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 471-A, DE 2005, DO SR. JOÃO CAMPOS, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 3º DO ARTIGO 236 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", ESTABELECEDO A EFETIVAÇÃO PARA OS ATUAIS RESPONSÁVEIS E SUBSTITUTOS PELOS SERVIÇOS NOTARIAIS, INVESTIDOS NA FORMA DA LEI.</p> <p>Presidente: Sandro Mabel (PR) 1º Vice-Presidente: Waldir Neves (PSDB) 2º Vice-Presidente: Roberto Balestra (PP) 3º Vice-Presidente: Tarcísio Zimmermann (PT) Relator: João Matos (PMDB)</p> <p>Titulares PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB Alex Canziani Andre Vargas João Matos José Genoíno Leonardo Quintão Nelson Bornier Roberto Balestra (Licenciado) Sandro Mabel Tarcísio Zimmermann</p> <p>Suplentes Arnaldo Faria de Sá Dr. Rosinha João Carlos Bacelar Luiz Bassuma Moacir Micheletto Nelson Meurer Nelson Trad Odair Cunha Regis de Oliveira</p> <p>PSDB/DEM/PPS Gervásio Silva Humberto Souto João Campos Jorge Tadeu Mudalen Waldir Neves</p> <p>PSB/PDT/PCdoB/PMN Dagoberto Gonzaga Patriota</p> <p>PV Marcelo Ortiz</p> <p>PHS Miguel Martini Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 3216-6207/6232 FAX: 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 483-A, DE 2005, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 89 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS", INCLUINDO OS SERVIDORES PÚBLICOS, CIVIS E MILITARES, CUSTEADOS PELA UNIÃO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1991, NO QUADRO EM EXTINÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL DO EX - TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA.</p> <p>Presidente: Mauro Nazif (PSB) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Eduardo Valverde (PT)</p> <p>Titulares PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB Anselmo de Jesus Eduardo Valverde Ernandes Amorim Fátima Pelaes Gorete Pereira</p> <p>Suplentes Lucenira Pimentel Marcelo Melo Sabino Castelo Branco (Licenciado) Valdir Colatto Zequinha Marinho</p>	<p>Marinha Raupp Natan Donadon Rebecca Garcia 1 vaga</p> <p>PSDB/DEM/PPS Andreia Zito Jorginho Maluly Moreira Mendes Urzeni Rocha 1 vaga</p> <p>PSB/PDT/PCdoB/PMN Maria Helena Mauro Nazif</p> <p>PV Lindomar Garçon</p> <p>PRB Léo Vivas Secretário(a): Maria de Fátima Moreira Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 3216-6204/6232 FAX: 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 495-A, DE 2006, DO SENADO FEDERAL, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, SOBRE A FORMAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS ATÉ O ANO DE 2000".</p> <p>Presidente: Colbert Martins (PMDB) 1º Vice-Presidente: Beto Albuquerque (PSB) 2º Vice-Presidente: Afonso Hamm (PP) 3º Vice-Presidente: José Airton Cirilo (PT) Relator: Manoel Junior (PSB)</p> <p>Titulares PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB Afonso Hamm Augusto Farias Carlos Abicalil Colbert Martins Ibsen Pinheiro José Airton Cirilo José Guimarães Jusmari Oliveira Marinha Raupp</p> <p>Suplentes Adão Pretto Darcísio Perondi Eliene Lima Jaime Martins Lelo Coimbra Luis Carlos Heinze Luiz Carlos Busato Mendes Ribeiro Filho Renato Molling</p> <p>PSDB/DEM/PPS Eduardo Moura Emanuel Fernandes Felipe Maia Lira Maia Luiz Paulo Vellozo Lucas</p> <p>PSB/PDT/PCdoB/PMN Beto Albuquerque Manoel Junior</p> <p>PV Lindomar Garçon</p> <p>PRB Cleber Verde Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 3216.6206 FAX: 3216.6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 511-A, DE 2006, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 62 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA DISCIPLINAR A EDIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS", ESTABELECEDO QUE A MEDIDA PROVISÓRIA SÓ TERÁ FORÇA DE LEI DEPOIS DE</p>	<p>4 vagas</p> <p>Carlos Alberto Leréia Eduardo Barbosa Ilderlei Cordeiro 2 vagas</p> <p>Sebastião Bala Rocha 1 vaga</p> <p>Antônio Roberto 1 vaga</p>
---	---	---

APROVADA A SUA ADMISSIBILIDADE PELO CONGRESSO NACIONAL, SENDO O INÍCIO DA APRECIÇÃO ALTERNADO ENTRE A CÂMARA E O SENADO.

Presidente: Cândido Vaccarezza (PT)
 1º Vice-Presidente: Regis de Oliveira (PSC)
 2º Vice-Presidente:
 3º Vice-Presidente: Bruno Araújo (PSDB)
 Relator: Leonardo Picciani (PMDB)

Titulares **PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB** **Suplentes**

Cândido Vaccarezza	Augusto Farias
Gerson Peres	Fernando Ferro
José Eduardo Cardozo	Geraldo Pudim
José Genoíno	Ibsen Pinheiro
Leonardo Picciani	João Magalhães
Mendes Ribeiro Filho	José Mentor
Paes Landim	Lúcio Vale
Regis de Oliveira	Michel Temer
Vicente Arruda	Rubens Otoni

PSDB/DEM/PPS

Bruno Araújo	Bonifácio de Andrada
Humberto Souto	Edson Aparecido
João Almeida	Fernando Coruja
José Carlos Aleluia	Fernando de Fabinho
Roberto Magalhães	João Oliveira

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Dr. Ubiali	Flávio Dino
Wolney Queiroz	1 vaga

PV

Marcelo Ortiz	Roberto Santiago
---------------	------------------

PRB

Léo Vivas	1 vaga
-----------	--------

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade
 Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
 Telefones: 3216-6207
 FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 549-A, DE 2006, DO SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, QUE "ACRESCENTA PRECEITO ÀS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS, DISPONDO SOBRE O REGIME CONSTITUCIONAL PECULIAR DAS CARREIRAS POLICIAIS QUE INDICA".

Presidente: Vander Loubet (PT)
 1º Vice-Presidente: Marcelo Itagiba (PMDB)
 2º Vice-Presidente: William Woo (PSDB)
 3º Vice-Presidente: José Mentor (PT)
 Relator: Regis de Oliveira (PSC)

Titulares **PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB** **Suplentes**

Arnaldo Faria de Sá	Angelo Vanhoni
Décio Lima	Eliene Lima
Jair Bolsonaro	José Otávio Germano
José Mentor	Marcelo Melo
Laerte Bessa	Marinha Raupp
Marcelo Itagiba	Paes Landim
Neilton Mulim	Sandro Mabel
Regis de Oliveira	Valdir Colatto
Vander Loubet	1 vaga

PSDB/DEM/PPS

Alexandre Silveira	Abelardo Lupion
João Campos	Carlos Sampaio
Jorginho Maluly	Pinto Itamaraty
Rogério Lisboa	Silvinho Peccioli
William Woo	1 vaga

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Francisco Tenorio Vieira da Cunha	Flávio Dino
	João Dado

PV

Marcelo Ortiz	Dr. Talmir
---------------	------------

PRB

Léo Vivas
 Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho
 Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
 Telefones: 3216-6206/6232
 FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1 DE 2007, DO PODER EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO A PARTIR DE 2007 E ESTABELECE DIRETRIZES PARA A SUA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DE 2008 A 2023".

Presidente: Júlio Delgado (PSB)
 1º Vice-Presidente: Paulo Pereira da Silva (PDT)
 2º Vice-Presidente: Íris de Araújo (PMDB)
 3º Vice-Presidente: Felipe Maia (DEM)
 Relator: Roberto Santiago (PV)

Titulares **PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB** **Suplentes**

Arnaldo Faria de Sá	Aline Corrêa
Edgar Moury	Carlos Alberto Canuto
Íris de Araújo	Dr. Adilson Soares
Marco Maia	Eudes Xavier
Pedro Eugênio	José Guimarães
Pedro Henry	Nelson Pellegrino
Reinhold Stephanes (Licenciado)	3 vagas
Sandro Mabel	
Tarcísio Zimmermann	

PSDB/DEM/PPS

Felipe Maia	Andreia Zito
Fernando Coruja	Efraim Filho
Francisco Rodrigues	Fernando Chucre
José Aníbal	Fernando de Fabinho
Paulo Renato Souza	Leandro Sampaio

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Júlio Delgado	Daniel Almeida
Paulo Pereira da Silva	Sergio Petecão

PV

Roberto Santiago	Lindomar Garçon
------------------	-----------------

PRB

Léo Vivas	1 vaga
-----------	--------

Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho
 Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A s/ 170
 Telefones: 3216.6206
 FAX: 3216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 630, DE 2003, DO SENHOR ROBERTO GOUVEIA, QUE "ALTERA O ART. 1º DA LEI N.º 8.001, DE 13 DE MARÇO DE 1990, CONSTITUI FUNDO ESPECIAL PARA FINANCIAR PESQUISAS E FOMENTAR A PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E TÉRMICA A PARTIR DA ENERGIA SOLAR E DA ENERGIA EÓLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA).

Presidente: Rodrigo Rocha Loures (PMDB)
 1º Vice-Presidente: Rodrigo Rollemberg (PSB)
 2º Vice-Presidente: Arnaldo Jardim (PPS)
 3º Vice-Presidente: Duarte Nogueira (PSDB)
 Relator: Fernando Ferro (PT)

Titulares **PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB** **Suplentes**

Bernardo Ariston	Airton Roveda
Ernandes Amorim	Aline Corrêa
Fernando Ferro	Aníbal Gomes
João Maia	Carlos Abicalil
José Guimarães	Eudes Xavier
Neudo Campos	Nazareno Fonteles
Paulo Henrique Lustosa	3 vagas
Paulo Teixeira	
Rodrigo Rocha Loures	

PSDB/DEM/PPS

Antonio Carlos Mendes Thame	Alfredo Kaefer
-----------------------------	----------------

Arnaldo Jardim Betinho Rosado Duarte Nogueira José Carlos Aleluia	Guilherme Campos Silvio Lopes Urzeni Rocha 1 vaga	Asdrubal Bentes Bel Mesquita Dalva Figueiredo Edio Lopes Eduardo Valverde Ernandes Amorim José Otávio Germano Lúcio Vale	Colbert Martins Fernando Ferro Jurandil Juarez Neudo Campos Paulo Roberto Paulo Rocha Vignatti 1 vaga
Arnaldo Vianna Rodrigo Rollemberg	PSB/PDT/PCdoB/PMN 2 vagas	João Almeida Marcio Junqueira Moreira Mendes Urzeni Rocha Vitor Penido	PSDB/DEM/PPS Arnaldo Jardim Paulo Abi-ackel Pinto Itamaraty Waldir Neves 1 vaga
Edson Duarte	PV Antônio Roberto	Maria Helena Perpétua Almeida	PSB/PDT/PCdoB/PMN 2 vagas
Léo Vivas Secretário(a): Heloisa Pedrosa Diniz Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 3216.6201 FAX: 3216.6225	PRB Cleber Verde	José Fernando Aparecido de Oliveira Felipe Bornier Secretário(a): Maria Terezinha Donati Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 3216-6215 FAX: 3216-6225	PV PHS Fernando Gabeira Miguel Martini
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.481, DE 2007, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, E A LEI Nº 9.998, DE 17 DE AGOSTO DE 2000, PARA DISPOR SOBRE O ACESSO A REDES DIGITAIS DE INFORMAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO". (FUST)</p> <p>Presidente: Marcelo Ortiz (PV) 1º Vice-Presidente: Wilson Covatti (PP) 2º Vice-Presidente: Lobbe Neto (PSDB) 3º Vice-Presidente: Jorge Khoury (DEM) Relator: Paulo Henrique Lustosa (PMDB)</p>		<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.627, DE 2007, DO PODER EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE OS SISTEMAS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, REGULAMENTA A EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DESTINADAS AO ADOLESCENTE, EM RAZÃO DE ATO INFRACIONAL, ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</p> <p>Presidente: Givaldo Carimbão (PSB) 1º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB) 2º Vice-Presidente: Luiz Couto (PT) 3º Vice-Presidente: Felipe Bornier (PHS) Relator: Rita Camata (PMDB)</p>	
<p>Titulares</p> <p>Bilac Pinto Colbert Martins Jorge Bittar Magela Paulo Henrique Lustosa Paulo Roberto Raul Henry Wilson Covatti Walter Pinheiro</p>	<p>Suplentes</p> <p>Andre Vargas Angela Amin Dr. Adilson Soares Eudes Xavier Paulo Teixeira Rebecca Garcia 3 vagas</p>	<p>Titulares</p> <p>Antônio Andrade Eduardo Valverde Elcione Barbalho Jofran Frejat Luiz Couto Pedro Wilson Rita Camata Sérgio Moraes Wilson Covatti</p>	<p>Suplentes</p> <p>Fátima Pelaes Leonardo Monteiro Luciana Costa Maria do Carmo Lara Maria do Rosário Paulo Henrique Lustosa 3 vagas</p>
Jorge Khoury Julio Semeghini Leandro Sampaio Lobbe Neto Vic Pires Franco	PSDB/DEM/PPS Arnaldo Jardim Eduardo Sciarra Emanuel Fernandes Paulo Bornhausen Professora Raquel Teixeira	Givaldo Carimbão Sueli Vidigal	PSDB/DEM/PPS Andreia Zito João Campos Jorginho Maluly Raimundo Gomes de Matos 1 vaga
Ariosto Holanda Reinaldo Nogueira	PSB/PDT/PCdoB/PMN 2 vagas	Antônio Roberto	PSB/PDT/PCdoB/PMN Manuela D'ávila Paulo Rubem Santiago
Marcelo Ortiz	PV Fernando Gabeira	Felipe Bornier Secretário(a): Fernando Maia Leão Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 3216-6205 FAX: 3216.6225	PV PHS Miguel Martini
Felipe Bornier Secretário(a): Fernando Maia Leão Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 3216.6205 FAX: 3216.6225	PHS Miguel Martini	<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1921, DE 1999, DO SENADO</p>	
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1610, DE 1996, DO SENADO FEDERAL, QUE "DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO E O APROVEITAMENTO DE RECURSOS MINERAIS EM TERRAS INDÍGENAS, DE QUE TRATAM OS ARTS. 176, PARÁGRAFO PRIMEIRO, E 231, PARÁGRAFO TERCEIRO, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL".</p> <p>Presidente: Edio Lopes (PMDB) 1º Vice-Presidente: Bel Mesquita (PMDB) 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Eduardo Valverde (PT)</p>		<p>Titulares</p> <p>Adão Preto</p>	
	<p>Suplentes</p> <p>Celso Maldaner</p>		

FEDERAL, QUE INSTITUI A TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA PARA CONSUMIDORES DE BAIXA RENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Presidente: Leandro Sampaio (PPS)
1º Vice-Presidente: Luiz Carlos Haully (PSDB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: João Pizzolatti (PP)
Relator: Carlos Zarattini (PT)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Alexandre Santos	Adão Pretto
Carlos Zarattini	Carlos Alberto Canuto
Ernandes Amorim	Neudo Campos
Fernando Ferro	Nilson Mourão
Jackson Barreto	Pedro Fernandes
João Pizzolatti	Tonha Magalhães
Moises Avelino	3 vagas
Pedro Wilson	
Vicentinho Alves	

PSDB/DEM/PPS

Edson Aparecido	Arnaldo Jardim
José Carlos Aleluia	Augusto Carvalho (Licenciado)
Leandro Sampaio	Bruno Araújo
Luiz Carlos Haully	Fábio Souto
Silvinho Peccioli	Fernando de Fabinho

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Ana Arraes	Chico Lopes
Sueli Vidigal	Dagoberto

PV

Fábio Ramalho	Roberto Santiago
---------------	------------------

PRB

Léo Vivas	1 vaga
-----------	--------

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: 3216-6214
FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3057, DE 2000, DO SENHOR BISPO WANDERVAL, QUE "INCLUI § 2º NO ART. 41, DA LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979, NUMERANDO-SE COMO PARÁGRAFO 1º O ATUAL PARÁGRAFO ÚNICO", ESTABELECEndo QUE PARA O REGISTRO DE LOTEAMENTO SUBURBANO DE PEQUENO VALOR IMPLANTADO IRREGULARMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E REGULARIZADO POR LEI MUNICIPAL, NÃO HÁ NECESSIDADE DE APROVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO POR OUTRO ÓRGÃO.

Presidente: Maria do Carmo Lara (PT)
1º Vice-Presidente: Marcelo Melo (PMDB)
2º Vice-Presidente: Angela Amin (PP)
3º Vice-Presidente: Jorge Khoury (DEM)
Relator: Renato Amary (PSDB)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Angela Amin	Alex Canziani
Carlos Eduardo Cadoca	Beto Mansur
José Eduardo Cardozo	Celso Maldaner
José Guimarães	Celso Russomanno
Luiz Bittencourt	Edson Santos (Licenciado)
Luiz Carlos Busato	Homero Pereira (Licenciado)
Marcelo Melo	José Airton Cirilo
Maria do Carmo Lara	Zezéu Ribeiro
1 vaga	1 vaga

PSDB/DEM/PPS

Arnaldo Jardim	Bruno Araújo
Ayrton Xerez	Cezar Silvestri
Fernando Chucre	Eduardo Sciarra
Jorge Khoury	Gervásio Silva
Renato Amary	Ricardo Tripoli <small>vaga do PSOL</small>
	Solange Amaral

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Arnaldo Vianna	Chico Lopes
1 vaga	Gonzaga Patriota

PV

José Paulo Tóffano	Sarney Filho
--------------------	--------------

PSOL

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

Ivan Valente
Secretário(a): Leila Machado Campos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: 3216.6212
FAX: 3216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 334, DE 2007, DO SENADO FEDERAL, QUE "DISPÕE SOBRE A IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, PROCESSAMENTO, TRANSPORTE, ARMAZENAGEM, LIQUEFAÇÃO, REGASEIFICAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE GÁS NATURAL", ALTERANDO A LEI Nº 9.478, DE 1997, NO QUE DIZ RESPEITO AO GÁS NATURAL, INCLUINDO O GÁS CANALIZADO.

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: João Maia (PR)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Alex Canziani	Arnaldo Faria de Sá
Andre Vargas	Beto Mansur
Bel Mesquita	Carlos Zarattini
Fernando Ferro	Dalva Figueiredo
João Maia	Dr. Rosinha
Marcelo Guimarães Filho	Geraldo Pudim
Nelson Meurer	João Carlos Bacelar
Vander Loubet	Marinha Raupp
1 vaga	Paes Landim

PSDB/DEM/PPS

Arnaldo Jardim	Edson Aparecido
Arnaldo Madeira	João Almeida
Eduardo Sciarra	Jorge Khoury
José Carlos Aleluia	Leandro Sampaio
Luiz Paulo Vellozo Lucas	Luiz Carreira

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Brizola Neto	Edmilson Valentim
Rodrigo Rollemberg	Francisco Tenorio

PV

José Fernando Aparecido de Oliveira	Ciro Pedrosa
-------------------------------------	--------------

PSOL

Ivan Valente	1 vaga
--------------	--------

Secretário(a): Fernando Maia Leão
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: 3216-6205
FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3937, DE 2004, DO SR. CARLOS EDUARDO CADUCA, QUE "ALTERA A LEI Nº 8.884, DE 11 DE JUNHO DE 1994, QUE TRANSFORMA O CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE) EM AUTARQUIA, DISPÕE SOBRE A PREVENÇÃO E A REPRESSÃO ÀS INFRAÇÕES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Vignatti (PT)
1º Vice-Presidente: João Magalhães (PMDB)
2º Vice-Presidente: Eduardo da Fonte (PP)
3º Vice-Presidente: Silvinho Peccioli (DEM)
Relator: Ciro Gomes (PSB)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Suplentes

<p>Augusto Farias Carlos Eduardo Cadoca Cezar Schirmer Eduardo da Fonte João Magalhães Magela Miguel Corrêa Sandro Mabel Vignatti</p>	<p>Carlos Willian João Maia Marcelo Guimarães Filho Marco Maia Paes Landim Ricardo Barros Vadão Gomes 2 vagas</p>	<p>1º Vice-Presidente: Damião Feliciano (PDT) 2º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB) 3º Vice-Presidente: Janete Rocha Pietá (PT) Relator: Antônio Roberto (PV)</p>
<p>PSDB/DEM/PPS</p> <p>Antonio Carlos Mendes Thame Cezar Silvestri Efraim Filho Luiz Carlos Haully Silvinho Peccioli</p>	<p>Fernando de Fabinho Luiz Paulo Vellozo Lucas Waldir Neves Walter Ihoshi 1 vaga</p>	<p>Titulares PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Carlos Santana Dr. Adilson Soares Janete Rocha Pietá José Linhares Leonardo Quintão Pastor Manoel Ferreira Paulo Henrique Lustosa Velooso Vicentinho</p>
<p>PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Ciro Gomes Dr. Ubiali</p>	<p>Evandro Milhomen Fernando Coelho Filho</p>	<p>Suplentes</p> <p>Dalva Figueiredo Dr. Rosinha Gilmar Machado Jusmari Oliveira Paulo Roberto Tonha Magalhães 3 vagas</p>
<p>PV</p> <p>Antônio Roberto</p>	<p>Dr. Nechar</p>	<p>PSDB/DEM/PPS</p> <p>Abelardo Lupion Eduardo Barbosa João Almeida Raul Jungmann 1 vaga</p>
<p>PHS</p> <p>Miguel Martini Secretário(a): Heloisa Pedrosa Diniz. Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 3216.6201 FAX: 3216.6225</p>	<p>Felipe Bornier</p>	<p>PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Damião Feliciano Evandro Milhomen</p>
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5.186, DE 2005, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998, QUE INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</p> <p>Presidente: Marcelo Guimarães Filho (PMDB) 1º Vice-Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB) 2º Vice-Presidente: Silvio Torres (PSDB) 3º Vice-Presidente: Guilherme Campos (DEM) Relator: José Rocha (PR)</p>	<p>Titulares PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Arnaldo Faria de Sá Asdrubal Bentes Dr. Rosinha Eudes Xavier Eugênio Rabelo Gilmar Machado Hermes Parcianello José Rocha Marcelo Guimarães Filho</p>	<p>Suplentes</p> <p>Andreia Zito Gervásio Silva Guilherme Campos Ronaldo Caiado 1 vaga</p>
<p>PSDB/DEM/PPS</p> <p>Guilherme Campos Humberto Souto Luiz Carlos Haully Silvinho Peccioli Silvio Torres</p>	<p>Marcos Montes Zenaldo Coutinho 3 vagas</p>	<p>Suplentes</p> <p>Edmilson Valentim Paulo Rubem Santiago</p>
<p>PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Fábio Faria Manuela D'ávila</p>	<p>Beto Albuquerque Marcos Medrado</p>	<p>PV</p> <p>Antônio Roberto</p>
<p>PSOL</p> <p>Luciana Genro Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade Local: Anexo II - Pavimento superior - sala 170-A Telefones: 3216.6207 FAX: 3216-6225</p>	<p>Ivan Valente</p>	<p>PHS</p> <p>Felipe Bornier Secretário(a): Mário Dráusio de Azeredo Coutinho Local: Anexo II - Pavimento Superior, sala 170-A Telefones: 3216.6203 FAX: 32166225</p>
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6.264, DE 2005, DO SENADO FEDERAL, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL".</p> <p>Presidente: Carlos Santana (PT)</p>	<p>Titulares PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Angela Amin Chico da Princesa Francisco Praciano Jackson Barreto José Airton Cirilo Mauro Lopes Pedro Chaves Pedro Eugênio Pedro Fernandes</p>	<p>Suplentes</p> <p>Miguel Martini</p>
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7.161, DE 2006, DO SENADO FEDERAL, QUE "DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE CONSÓRCIOS".</p>	<p>PSDB/DEM/PPS</p> <p>Afonso Camargo Arnaldo Jardim Eduardo Sciarra Fernando Chucre 1 vaga</p>	<p>Suplentes</p> <p>Carlos Sampaio Cláudio Diaz Geraldo Thadeu Nilmar Ruiz Vitor Penido</p>
	<p>PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Chico Lopes 1 vaga</p>	<p>PSOL</p> <p>José Fernando Aparecido de Oliveira 1 vaga</p>
	<p>PV</p> <p>1 vaga Secretário(a): -</p>	<p>Suplentes</p> <p>Julião Amin Silvio Costa 1 vaga 1 vaga</p>

<p>Presidente: Aelton Freitas (PR) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: Alfredo Kaefer (PSDB) 3º Vice-Presidente: João Dado (PDT) Relator: Alex Canziani (PTB)</p> <p>Titulares PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB Aelton Freitas Alex Canziani Alexandre Santos Beto Mansur Décio Lima Reginaldo Lopes Rita Camata 2 vagas</p> <p>Suplentes Angelo Vanhoni Carlos Eduardo Cadoca Carlos Zarattini Celso Russomanno Fernando Lopes Giacobo Paes Landim Regis de Oliveira Renato Molling</p> <p>PSDB/DEM/PPS Alfredo Kaefer Luiz Carlos Hauly Moreira Mendes Vitor Penido 1 vaga</p> <p>PSB/PDT/PCdoB/PMN João Dado Valtenir Pereira 1 vaga</p> <p>PV 1 vaga</p> <p>PSOL 1 vaga</p> <p>Secretário(a): Heloísa Maria Moulin Pedrosa Diniz Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, sala 170 Telefones: 3216.6201 FAX: 3216.6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7.709, DE 2007, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, QUE REGULAMENTA O ART. 37, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO, INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</p> <p>Presidente: Tadeu Filippelli (PMDB) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Márcio Reinaldo Moreira (PP)</p> <p>Titulares PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB José Eduardo Cardozo Márcio Reinaldo Moreira Milton Monti Paes Landim Paulo Teixeira Pedro Chaves Pepe Vargas Rita Camata Tadeu Filippelli</p> <p>Suplentes Hugo Leal José Santana de Vasconcelos Lelo Coimbra Leo Alcântara ^{vaga do PSOL} Luiz Couto Maurício Rands Pedro Eugênio Renato Molling Vital do Rêgo Filho 1 vaga</p> <p>PSDB/DEM/PPS Arnaldo Madeira Humberto Souto Jorge Khoury Jorginho Maluly Luiz Carlos Hauly</p> <p>PSB/PDT/PCdoB/PMN Francisco Tenorio Julião Amin</p> <p>PV Dr. Talmir</p>	<p>PSOL Luciana Genro Secretário(a): Maria Terezinha Donati Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 3216-6215 FAX: 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 2007, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ACRESCE DISPOSITIVO À LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000". (PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC)</p> <p>Presidente: Nelson Meurer (PP) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: José Pimentel (PT)</p> <p>Titulares PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB Armando Monteiro Eduardo Valverde Flaviano Melo José Pimentel (Licenciado) Leonardo Quintão Lúcio Vale Mauro Benevides Nelson Meurer (Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)</p> <p>Suplentes Fátima Bezerra Gorete Pereira Luiz Fernando Faria Paes Landim Rodrigo Rocha Loures 4 vagas</p> <p>PSDB/DEM/PPS Alfredo Kaefer Augusto Carvalho (Licenciado) Mussa Demes Zenaldo Coutinho 1 vaga</p> <p>PSB/PDT/PCdoB/PMN Alice Portugal Arnaldo Vianna Paulo Rubem Santiago ^{vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB}</p> <p>PV Fernando Gabeira</p> <p>PHS Felipe Bornier</p> <p>PRB Marcos Antonio ^{vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN}</p> <p>Secretário(a): Angélica Fialho Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 3216-6218 FAX: 32166225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR AS SOLICITAÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÕES SIGILOSAS PRODÚZIDAS OU RECEBIDAS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVAS, ASSIM COMO SOBRE O CANCELAMENTO OU REDUÇÃO DE PRAZOS DE SIGILO E OUTRAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NA RESOLUÇÃO Nº 29, DE 1993.</p> <p>Presidente: Paulo Teixeira (PT) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente:</p> <p>Titulares Colbert Martins</p> <p>Suplentes PMDB PT</p>
--	--

<p>Paulo Teixeira PSDB Paulo Abi-ackel Secretário(a): Eugênia Kimie Suda Camacho Pestana Local: Anexo II, CEDII, 1º Piso Telefones: 3216-5600 FAX: 3216-5605</p>	<p>Zenaldo Coutinho DEM Lira Maia PR Jusmari Oliveira PSB Luiza Erundina Secretário(a): Valdivino Tolentino Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 3216-6206/6232 FAX: 3216-6225</p>
<p>COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS/LEGAIS, CONFORME DENÚNCIA PUBLICADA NA REVISTA "VEJA", EDIÇÃO 2022, Nº 33, DE 22 DE AGOSTO DE 2007.</p>	<p>GRUPO DE TRABALHO DE CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS. Coordenador: Cândido Vaccarezza (PT)</p>
<p>Presidente: Marcelo Itagiba (PMDB) 1º Vice-Presidente: Hugo Leal (PSC) 2º Vice-Presidente: Paulo Abi-ackel (PSDB) 3º Vice-Presidente: Alexandre Silveira (PPS) Relator: Nelson Pellegrino (PT)</p>	<p>Titulares Suplentes PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p>
<p>Titulares Arnaldo Faria de Sá Colbert Martins Domingos Dutra Hugo Leal Iriy Lopes Lincoln Portela Luiz Couto Marcelo Guimarães Filho Marcelo Itagiba Nelson Pellegrino Simão Sessim 1 vaga</p>	<p>Suplentes Carlos Willian Laerte Bessa Luiz Alberto Luiz Carlos Busato Marcelo Melo Maurício Quintella Lessa Nelson Bornier Nilson Mourão Ricardo Barros 3 vagas</p>
<p>PSDB/DEM/PPS Alexandre Silveira ^{vaga do PSOL} João Campos Jorge Khoury Jorginho Maluly Marcio Junqueira Marina Maggessi Paulo Abi-ackel William Woo</p>	<p>PSDB/DEM/PPS Francisco Rodrigues Gustavo Fruet Mendonça Prado (Licenciado) Raul Jungmann Renato Amary Vanderlei Macris 1 vaga</p>
<p>PSB/PDT/PCdoB/PMN Francisco Tenorio Marcos Medrado Rodrigo Rollemberg</p>	<p>PSB/PDT/PCdoB/PMN Dr. Ubiali Manoel Junior Pompeo de Mattos</p>
<p>PV Sarney Filho</p> <p>PSOL (Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga) Secretário(a): Saulo Augusto Pereira Local: Serviço de CPis - Anexo II, Sala 151-B Telefones: (0xx61) 3216-6276 FAX: (0xx61) 3216-6285</p>	<p>PV Roberto Santiago</p> <p>Suplentes 1 vaga</p>
<p>COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A APURAÇÃO DAS DENÚNCIAS DE ABUSOS SEXUAIS SOFRIDOS PELA ADOLESCENTE MANTIDA EM CELA COM 20 HOMENS, NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA.</p>	<p>GRUPO DE TRABALHO PARA EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO À EVENTUAL INCLUSÃO EM ORDEM DO DIA DE PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, SOBRE DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL, SOB A COORDENAÇÃO DO SENHOR DEPUTADO JOÃO CAMPOS.</p>
<p>Coordenador: Luiza Erundina (PSB)</p> <p>Titulares Suplentes PMDB</p> <p>Bel Mesquita Elcione Barbalho</p>	<p>Titulares Suplentes PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Antonio Carlos Biscaia Arnaldo Faria de Sá Marcelo Itagiba Neucimar Fraga Vinicius Carvalho</p>
<p>PT Cida Diogo Luiz Couto Maria do Rosário Zé Geraldo</p> <p>PSDB</p>	<p>PSB/PDT/PCdoB/PMN João Campos Raul Jungmann Roberto Magalhães</p> <p>PSDB/DEM/PPS Abelardo Camarinha Flávio Dino Vieira da Cunha Secretário(a): .</p> <p>GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A ESTUDAR O REMANEJAMENTO DO ESPAÇO FÍSICO DAS LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS.</p>

Coordenador: Hugo Leal (PSC)

Titulares		Suplentes
Osmar Serraglio	PMDB	
Vital do Rêgo Filho	PT	
Walter Pinheiro	PSDB	
Sebastião Madeira	PR	
Luciano Castro	PP	
Nelson Meurer	PDT	
Mário Heringer	PSC	
Hugo Leal	PMN	
Silvio Costa		
Secretário(a): .		

GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A EXAMINAR O PARECER PROFERIDO PELA COMISSÃO ESPECIAL AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991, QUE DISPÕE SOBRE O ACONDICIONAMENTO, A COLETA, O TRATAMENTO, O TRANSPORTE E A DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM VISTAS A VIABILIZAR, JUNTO À CASA, A DELIBERAÇÃO SOBRE A MATÉRIA.

Coordenador: Arnaldo Jardim (PPS)

Titulares		Suplentes
Lelo Coimbra	PMDB	
Marcelo Almeida		
Paulo Henrique Lustosa	PT	
Fernando Ferro		
Paulo Teixeira	PSDB	
Paulo Abi-ackel	DEM	
Jorge Khoury	PR	
Maurício Quintella Lessa	PP	
José Otávio Germano	PSB	
Luiza Erundina	PTB	
Armando Monteiro	PPS	
Arnaldo Jardim	PV	
Dr. Nechar		
Secretário(a): Leila Machado		
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A		
Telefones: 3216-6212		
FAX: 3216-6225		



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp>** **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 176 PÁGINAS